

André Renga Faria Ferreira

**OBRAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE,
Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961**

Dissertação de Mestrado do curso de
Estudos Avançados em Arquitectura, Território e Memória

Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra

Novembro de 2006

Orientadores:

Professora Doutora Ana Cristina dos Santos Tostões

Professor Doutor José António Oliveira Bandeirinha

OBRAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE,
Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961

Introdução..... 8

PARTE I

Enquadramento histórico

O Império africano do Estado Novo 17
O contexto arquitectónico na capital da colónia 18
Aplicação do sistema colonial “fechado” 20
Transformações na orgânica das Obras Públicas..... 23
Registos de desenvolvimento e mudança..... 25
Conversão aos modelos da arquitectura internacional..... 27
A dissolução da estabilidade governativa 30

PARTE II

Os principais programas de encomenda pública

1: Edifícios de habitação

1.1: A produção local no final dos anos 30 37
1.2: A produção local na década de 40..... 40
1.3: Intervenção da metrópole dos anos 40 ao início de 50 46
1.4: A produção local entre 1953 e 1957 60
1.5: A produção local no final dos anos 50 67
1.6: Evolução até aos anos da independência..... 77

2: Equipamentos de função administrativa

2.1: A produção local na segunda metade dos anos 30..... 81
2.2: Intervenção “exterior” na transição para os anos 40 84
2.3: A produção local a partir da década de 40..... 94
2.4: Intervenção da metrópole até ao final dos anos 50..... 100
2.5: Os novos autores locais desde o final dos anos 50 107

3: Equipamentos de função religiosa

3.1: A produção local na segunda metade dos anos 30.....	117
3.2: Intervenção da metrópole durante a década de 40.....	120
3.3: Intervenção da metrópole até ao final dos anos 50.....	123
3.4: Os novos autores na transição para a década de 60.....	129

4: Equipamentos de função educativa

4.1: A produção local entre o final dos anos 30 e meados de 40.....	137
4.2: Intervenção da metrópole na década de 40.....	142
4.3: A produção local no início dos anos 50.....	149
4.4: Intervenção da metrópole em meados dos anos 50.....	152
4.5: A produção local a partir de 1955.....	161
4.6: Os resultados até aos anos da independência.....	170

5: Equipamentos de função hospitalar

5.1: A produção local na segunda metade dos anos 30.....	175
5.2: Produção local e metropolitana durante as décadas de 40 e 50.....	180
5.3: A produção local no final dos anos 50.....	183
5.4: Os novos autores locais na transição para os anos 60.....	187
5.5: Os resultados até aos anos da independência.....	190

6: Equipamentos de transportes

6.1: Produção local e metropolitana na transição para os anos 60.....	197
---	-----

PARTE III

Conclusões	204
-------------------------	-----

ANEXO 1

Localização da produção no território moçambicano	212
--	-----

ANEXO 2

Localização da produção em Lourenço Marques (actual Maputo)	214
--	-----

Bibliografia	216
---------------------------	-----

Agradecimentos	230
-----------------------------	-----

Introdução

A dissertação de mestrado que a seguir se apresenta é dedicada à caracterização da produção arquitectónica de encomenda pública destinada ao território moçambicano, executada durante o período temporal de maior influência do governo do Estado Novo. Este tema distingue-se por um quadro de singular complexidade, resultante da combinação única de factores políticos, económicos e sociais, e impõe-se pela sua relevância para a compreensão de um período recente da História da Arquitectura, transversal à História de Portugal e de Moçambique.

A investigação concentra-se no período temporal enquadrado pelos anos de 1933 e 1961, por uma lógica de coerência com o contexto cultural em que se insere:

O ano de 1933 assinalou a mudança na constituição portuguesa, e o início da política colonial do governo de Salazar, legislada pela publicação do “Acto Colonial”, da “Carta Orgânica” e da “Lei da Reforma Administrativa Ultramarina”. Este novo modelo governativo distinguiu-se dos anteriores pela proposta de uniformização legal e cultural entre a metrópole e as colónias, e pelo cancelamento dos direitos de gestão territorial executados por empresas privadas - conferindo pela primeira vez um sentido de unidade administrativa ao território moçambicano. O renovado interesse colonial traduziu-se num necessário aumento da produção de obras públicas de arquitectura, enquanto acompanhamento da máquina burocrática do regime. Esta produção foi inicialmente cumprida pelos técnicos locais, e mais tarde acompanhada por Lisboa, sobretudo entre 1944 e 1957 - pela mão do Gabinete de Urbanização Colonial (ou Gabinete de Urbanização do Ultramar, a partir de 1951) - reforçando a continuidade com os modelos planificados na metrópole.

O ano de 1961 registou o eclipse da estratégia política do Estado Novo, em função do início da guerra colonial. O despoletar do conflito armado em Angola forçou o governo a rever alguns conteúdos legais, e a redefinir os objectivos de base económica e social. Apesar do conflito armado só chegar a Moçambique em 1964, os resultados desta transformação na estratégia metropolitana traduziram-se no seu território por efeitos imediatos: o governo central “desistiu” da produção directa de modelos arquitectónicos, entregando-a quase exclusivamente aos serviços técnicos locais, que por sua vez se apoiaram na classe de arquitectos liberais da colónia para responder em quantidade ao necessário alargamento da rede de equipamentos públicos, em função do crescente aumento populacional. A partir de 1961, os modelos arquitectónicos de promoção pública seguiram assim em paralelo os registos da promoção privada, pré-definindo as bases para a produção dos anos seguintes.

Apesar deste enquadramento temporal, justificou-se várias vezes a referência a temas e obras que lhe são exteriores, com o objectivo de compreender as origens da sua

própria produção, reforçar a sua individualidade, ou registar o arrastamento da sua actividade - porque o tempo do calendário nem sempre corresponde ao tempo histórico.¹ Estas referências exteriores ao enquadramento temporal do tema da dissertação são utilizadas com um maior grau de superficialidade, condicionando-se a sua contextualização ao exercício de investigações mais profundas e particulares a cada caso concreto, que naturalmente se excluem dos objectivos desta dissertação.

A dissertação assumiu a forma de inventário crítico, dedicando-se essencialmente à apresentação do conjunto de obras mais representativo do espólio recolhido, no âmbito de uma abordagem linguística, programática, construtiva ou cultural, de modo a permitir uma primeira caracterização do enquadramento temporal atrás referido. Está fora das suas ambições apresentar-se como uma história completa da arquitectura do período em causa, antes de mais, pela impossibilidade de abranger a totalidade da produção pública no território. Não se pretende nem deseja, portanto, arriscar uma generalização de factos, mas apenas efectuar um levantamento parcial dos mesmos; não conclusivo, mas fornecedor de bases para posteriores trabalhos de desenvolvimento.

O seu objectivo é, como se disse atrás, enunciar uma primeira abordagem à caracterização arquitectónica deste período, cuja importância se assinala simultaneamente no conhecimento do passado e do futuro: como momento forte de referência incontornável na construção e compreensão de uma memória comum a dois países, e como realidade concreta presente no espaço urbano, fonte de informação para a sua gestão e crescimento. Pretende-se, em última análise, contribuir para a sobrevivência contemporânea de um património de inegável importância e utilidade, procurando através da sua interpretação criar ferramentas que permitam uma actualização e adaptação às várias mudanças entretanto ocorridas.

O inventário introduz necessariamente um registo crítico. Em primeiro lugar, pelo facto de se apresentar como uma síntese do largo conjunto da produção arquitectónica de encomenda pública recolhido; em segundo lugar, porque não se pode limitar a reprodução dessa síntese ao simples registo dos acontecimentos, mas antes à sua reconstituição, que é também por si só um acto crítico.²

Por produção arquitectónica de encomenda pública entende-se toda a obra construída ou projectada, de promoção estatal ou camarária, destinada ou não ao uso

¹ - Cf. José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991, p. 8.

² - Cf. Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, "Restauração" e "Celebração"*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991 [policopiado], volume I, p.II.

público. Esta última ressalva enquadra logicamente a produção habitacional; mas enquadra também um outro conjunto de obras, executado pelos serviços técnicos do Estado, a pedido de instituições privadas, nomeadamente religiosas.

Os exemplos abordados constituem na generalidade peças isoladas de arquitectura, excluindo-se dos objectivos deste trabalho os registos de desenho urbano. No entanto, procurou-se sempre que possível o enquadramento das peças arquitectónicas na sua envolvente física, utilizada como suporte necessário para a sua interpretação – e admite-se que deste modo possam ter sido lançadas pistas que contribuam para a compreensão dessa mesma envolvente.

O processo de trabalho privilegiou uma análise das fontes primárias correspondentes a cada obra (peças escritas e desenhadas), complementada sempre que possível pela sua observação directa - infelizmente resumida à região de Maputo, por restrições naturais de ordem financeira e logística. Paralelamente, realizou-se uma recolha complementar de artigos de imprensa e relatórios da época, como suporte para a contextualização de cada obra. Por último, efectuou-se uma leitura atenta da bibliografia existente sobre o período em análise, no âmbito da arquitectura e de outras disciplinas (sociais, geográficas, políticas), integrando os seus conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar, com o mesmo objectivo de contribuir para a interpretação dos objectos de estudo, através da sua interacção com a envolvente cultural.

A pesquisa de fontes primárias concentrou-se essencialmente nos arquivos especializados de Lisboa e Maputo: em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino e no centro de documentação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (que partilham o espólio do extinto Ministério do Ultramar); em Maputo, no Arquivo do Ministério das Obras Públicas e Habitação. O Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, foi também fundamental para a pesquisa das restantes fontes documentais. O levantamento da produção bibliográfica no âmbito da História da Arquitectura registou um número reduzido de estudos relacionados com este tema, reunidos na sua maioria em “apêndices” de investigações mais vastas, concentradas nas questões do Portugal ibérico. Desse conjunto de investigações, interessa sublinhar pela importância que teve na contextualização do tema no âmbito da produção metropolitana, a *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*,³ coordenada pela Professora Doutora Ana Tostões; e da mesma autora, *Os Verdes Anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*,⁴ pelo suporte metodológico. Como trabalhos específicos de referência destacaram-se a

³ - Ana Tostões [coordenação científica], *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa, IPPAR, 2004.

⁴ - Ana Tostões, *Os Verdes Anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, Porto, Publicações FAUP, 1997.

*Geração Africana*⁵ do Professor Doutor José Manuel Fernandes e a *Arquitectura Moderna em Moçambique*⁶ do Arquitecto António Albuquerque, utilizados como fontes de reflexão bastante importantes. Importa também salientar o estudo *Maputo, património da estrutura e forma urbana*,⁷ do Professor Doutor João Sousa Morais, pela importância no enquadramento histórico da envolvente urbana dos exemplos desenvolvidos para a capital. Para a contextualização histórica dos factos registados nesta dissertação deve ainda destacar-se a contribuição preciosa da incontornável *História de Moçambique*,⁸ do Professor Malyn Newitt.

Esta contextualização histórica foi integrada na primeira parte do trabalho, onde se procurou ilustrar sinteticamente o pano de fundo social, económico, político e artístico, que interfere na evolução da produção arquitectónica definida no âmbito de estudo da dissertação. Tentou-se apresentar de modo resumido e sem ambições conclusivas, a evolução dos conceitos subjacentes à política africana do Estado Novo, e as suas consequências no contexto cultural. Procurou-se de igual modo uma primeira abordagem, ainda que muito incompleta, aos intervenientes individuais ou colectivos mais importantes. Estes temas foram cruzados de acordo com uma organização cronológica, justificada pela maior facilidade no encadeamento do discurso.

A segunda parte da dissertação corresponde ao corpo principal e mais extenso do trabalho, e dedica-se à inventariação da produção arquitectónica mais significativa do universo total de exemplos recolhidos. A inventariação foi dividida de acordo com uma temática funcional, de modo a respeitar as problemáticas específicas de cada programa, definidoras de sequências lógicas de resultados, com balizas cronológicas próprias, impossíveis de salientar numa leitura global de concepção anacrónica. Dentro de cada capítulo/ programa funcional, a organização dos exemplos retomou a sequência cronológica, por conveniência de discurso.

Os critérios de escolha dos exemplos seleccionados traduziram-se, como já se referiu, pela sua inovação linguística, programática, construtiva ou cultural; e nesse sentido, deu-se preferência sempre que possível ao registo segundo a data de projecto, em detrimento da data de obra. A desproporção de conteúdos entre diferentes exemplos

⁵ - José Manuel Fernandes, *Geração Africana, arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

⁶ - António Albuquerque, *Arquitectura Moderna em Moçambique*, Coimbra, Prova final de licenciatura em Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1998 [policopiado].

⁷ - João Sousa Morais, *Maputo, património da estrutura e forma urbana*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

⁸ - Malyn Newitt, *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

é justificada pela falta de elementos para análise em determinados casos, ou pela divergência na quantidade de temas levantada por cada proposta.

Deu-se preferência à antiga toponímia utilizada nas cidades e no território, por coerência com o período cronológico estudado, embora associada à correspondente designação pós-independência, para facilitar a contextualização no momento presente. A única excepção - consciente - corresponde à capital, Lourenço Marques (actual Maputo), que se refere apenas com o nome anterior à independência, para não obrigar à interrupção constante do texto.

As imagens incluídas foram seleccionadas com a intenção de complementar a leitura dos objectos arquitectónicos, ou dos temas abordados, programando-se por isso um tipo de formatação que permita uma leitura paralela e contínua entre textos e imagens de conteúdos comuns.

A terceira e última parte deste trabalho resultou de uma leitura transversal aos vários capítulos definidos anteriormente de acordo com a especificidade funcional. Procurou-se num tom de conclusão sintética, extrair temáticas comuns, momentos-chave de transição, e distinguir os diferentes modelos de produção das obras públicas de acordo com os seus executantes. O objectivo, mais uma vez, não é fornecer resultados estanques, mas antes estímulos para reflexão, que possam contribuir para o desenvolvimento de investigações futuras.

PARTE I
Enquadramento histórico

O Império africano do Estado Novo

Em 1932, António de Oliveira Salazar toma posse como Presidente do Conselho de Ministros, dedicando-se imediatamente à criação de uma nova constituição, destinada a revitalizar o desenvolvimento da metrópole e do seu Império Colonial.⁹ Para este governo, *Moçambique simbolizava tudo o que existia de errado no regime republicano – caos administrativo, falta de políticas financeiras e económicas coerentes, inflação e uma moeda sem valor, domínio estrangeiro e fraqueza e humilhação internacional. A reforma nas colónias e o respeito nos assuntos internacionais seriam a pedra de toque do êxito do novo regime, quase tanto quanto a reforma interna em Portugal.*¹⁰

Em 1933 é aprovada a nova constituição, integrando entre outros diplomas, o Acto Colonial, a Carta Orgânica e a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina,¹¹ definindo a estrutura legal que determinaria os objectivos da “missão civilizadora” do Estado Novo. A constituição estabelece a uniformidade dos valores legais e de cidadania a todo o território – mantendo-se no entanto a discriminação relativamente aos “indígenas” – e a centralização do poder na autoridade metropolitana - anulando por consequência os direitos das antigas companhias concessionárias¹² – assumindo-se uma inédita unidade administrativa. *Moçambique tornou-se, pela primeira vez, um estado unitário. Como referia a Carta [Orgânica], “a unidade política será mantida pela existência de capital único e de um governo geral ou colonial único”. No entanto, o período [Republicano] de quarenta anos em que Moçambique foi fragmentado não só na sua administração mas também no desenvolvimento da sua economia e infra-estruturas, originara uma situação de desintegração que necessitaria de mais do que uma carta ambiciosa para mudar.*¹³

⁹ - *No plano doutrinário, superlativaram-se as possessões ultramarinas (ou o Império Colonial Português, segundo o novo léxico oficial) para uma projecção iconográfica da grandeza de Portugal no mundo.* José Freire Antunes, *O Factor Africano 1890-1990*, Lisboa, Bertrand Editora, 1990, p. 35.

¹⁰ - Cf. Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 390.

¹¹ - *Ib.*, p. 393.

¹² - Por esta altura, o estado português apenas controlava o território a sul do rio Save, estando o resto da colónia entregue a sociedades privadas de gestão capitalista luso-inglesa – as Companhias (Companhia de Moçambique, de 1892 a 1942, entre os rios Save e Zambeze e Companhia do Niassa, de 1894 a 1929, nos planaltos a norte), e a grandes famílias de proprietários, algumas reconhecidas pela coroa desde o século XVI (em regime de “prazos”, na zona do vale do zambeze, mantendo-se em vigor até 1930). Cf. António Albuquerque, *op. cit.*, pp. 22 a 24.

¹³ - Cf. Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 394.

As grandes assimetrias que caracterizavam a realidade moçambicana dessa época, eram ilustradas por um mapa de infra-estruturas praticamente executado até ao início da Primeira Grande Guerra, caracterizado pelo favorecimento das ligações com os países vizinhos (económicamente dominantes), em prejuízo das necessidades internas.¹⁴ Do conjunto de infra-estruturas existentes, destacavam-se a linha-férrea entre Lourenço Marques e Joanesburgo (Transval), a linha-férrea entre a Beira e Salisbury (Rodésia) a linha-férrea Trans-Zambeiana (entre a Beira e o Niassa), e os portos da Beira e Lourenço Marques. O seu desenvolvimento deveu-se em grande parte às iniciativas empreendedoras de anteriores directores das Obras Públicas – os engenheiros militares Joaquim José Machado e António José de Araújo¹⁵ - e do apoio financeiro inglês (prolongado em direitos de concessão).

Em 1935, o território moçambicano estava dividido em três províncias, cada uma com várias sub-divisões distritais: Sul do Save (dividida entre Lourenço Marques e Inhambane), Zambézia (dividida entre Beira, Tete e Quelimane) e Niassa (dividida entre Moçambique e Porto Amélia).¹⁶ Mas a abrangência governativa não atingia de modo equilibrado estas diferentes províncias. O favorecimento das regiões afectas aos principais corredores infra-estruturais e comerciais tinha provocado naturalmente a concentração dos serviços administrativos nas duas principais cidades da colónia - em paralelo com o seu desenvolvimento urbano e arquitectónico - e muito especialmente na capital, Lourenço Marques.

O contexto arquitectónico na capital da colónia

No início do século XX, a produção arquitectónica corrente produzida em Lourenço Marques era ainda caracterizada por pequenas construções pavilhonares em madeira, zinco e ferro. Os poucos exemplos mais eruditos adoptavam uma linguagem de inspiração Neoclássica, evidenciando claramente a influência dos modelos ingleses e holandeses,¹⁷ resultante da estreita ligação aos países vizinhos.

¹⁴ - *Ib.*, pp. 349 a 352.

¹⁵ - Joaquim José Machado foi também nomeado Governador-Geral de Moçambique, por três vezes (1890-91, 1900, 1914-15), ascendendo ao cargo de General. António José de Araújo ficaria igualmente ligado ao plano de ampliação de Lourenço Marques, definindo a estrutura geral do desenvolvimento urbano da cidade. Sobre a actuação dos engenheiros militares em Moçambique, cf. João Sousa Morais, *op. cit.*, pp. 35 a 45. Sobre o plano "Araújo", cf. *Ib.*, pp. 85 a 97.

¹⁶ - Cf. Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 395.

¹⁷ - Como exemplo refira-se o edifício original da residência do Governador-Geral, na Ponta Vermelha. Cf. Alfredo Pereira de Lima, *Edifícios históricos de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Livraria Académica, 1966, p.10. Sobre a influência dos modelos ingleses e holandeses nas Obras Públicas e privadas de Lourenço Marques, cf. Alfredo Pereira de Lima, *Casas que fizeram Lourenço Marques, in Studia*, nº24,

Mas os trabalhos de desenvolvimento das redes ferroviárias e conjuntos portuários introduziram um revolucionário material na colónia: o cimento. A sua utilização seria gradualmente transportada para o interior da cidade, partindo de simples revestimento para pavimentação de ruas, até se assumir como elemento-chave para a implantação de uma nova técnica construtiva, baseada em paredes de alvenaria de pedra ou tijolo rebocado e pavimentos em abobadilha de tijolo e cimento assente em vigamento metálico. *Nessa altura, com o cimento já definitivamente estabelecido nos hábitos de construção em Lourenço Marques e outros materiais, como pedra, cal, e madeiras acessivelmente colocadas no mercado local, a Câmara Municipal pôde com perfeita segurança de que a evolução de Lourenço Marques nada sofreria, aprovar, em sessão de 22 de Abril de 1912, uma proposta do seu presidente, Joaquim de Lemos, no sentido de que não se concedessem mais licenças para construções em madeira e zinco na cidade.*¹⁸

A partir desta altura, a arquitectura manteve a expressão revivalista, mas ganhou uma maior resistência pelo aumento da perenidade; e foi-se actualizando com o passar dos anos, na técnica e na estética, oscilando entre o uso “envergonhado” dos novos materiais e a sua acentuação através de um vocabulário formal mais depurado – duas atitudes aparentemente opostas, mas conviventes no pensamento de formação eclética dos autores de projecto. Os modelos revivalistas ganharam maior expressão numa primeira fase, justificando-se pela importância na construção da identidade cultural da capital, ainda condicionada pela triste condição de território “sem história”. Esta produção terá sido também acentuada pela chegada de agentes especializados – engenheiros e arquitectos - provenientes da metrópole.¹⁹ Um dos exemplos construídos de maior importância resultou no edifício actualmente ocupado pelo museu de História Natural, de projecto assinado por engenheiro civil, combinando uma revivalista linguagem

Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, caps. V e VI. Segundo o mesmo autor, os restantes núcleos urbanos do território, afastados da ligação directa aos territórios de administração anglo-saxónica, registaram anteriormente uma arquitectura de expressão indo-portuguesa, revelando outro tipo de aproximações culturais. Sobre as características da arquitectura indo-portuguesa, cf. Pedro Quirino da Fonseca, *Breves notas sobre a evolução da habitação e construção em Moçambique*, in *Monumenta*, nº4, Lourenço Marques, Boletim da comissão dos monumentos nacionais da província de Moçambique, 1968, p. 47.

¹⁸ - Alfredo Pereira de Lima, *op. cit.*, p. 64. Sobre este assunto, cf. João Sousa Morais, *op. cit.*, p.143.

¹⁹ - Em 1912 chegou a Lourenço Marques, vindo de Lisboa, um arquitecto famoso que aqui deixou seu nome ligado a muitas obras importantes dessa época. José Cristiano de Paula Ferreira da Costa. [...] A sua obra na Metrópole já era notável. Projectara e executara em Sintra, o sumptuoso palácio do marquês de Val-Flor e em Lisboa o palacete do conde de Seixal [...] Foi um arquitecto que aqui fez escola. Foi autor da magnífica fachada do edifício do Banco Nacional Ultramarino [...] e do primeiro teatro Gil Vicente. Alfredo Pereira de Lima, *op. cit.*, p. 63.

Neo-manuelina (de aproximação cultural à “mãe-pátria”), com uma construção moderna de estrutura em betão armado.²⁰

Mas a transformação do imaginário arquitectónico tornou-se inevitável em função da própria evolução dos materiais de construção, destacando-se particularmente a contribuição do betão armado - generalizada entre 1918 e 1928, novamente em função do investimento inglês: *Os engenheiros ingleses, W. Anderson e H. Strukel, este residente em Lourenço Marques, ambos com larga experiência no fabrico do cimento, foram os pioneiros dedicados desta obra. As instalações fabris na Matola eram sem dúvida das mais modernas [...] e o cimento moçambicano entrou no mercado em condições mais económicas, acelerando o progresso da cidade.*²¹ Consequentemente, o período de implantação do Estado Novo é já caracterizado por um cenário de transição no panorama arquitectónico da capital, dedicado à exploração plástica das novidades técnicas e construtivas, aliada a um gosto formal mais depurado, baseado nos modelos de influência internacional. Apesar do reduzido volume de produção (sobretudo em comparação com épocas posteriores), este período acaba por se consolidar, num registo paralelo ao efémero Modernismo do Portugal continental,²² revelando alguma influência metropolitana, para além da “intervenção” dos países vizinhos.²³

Aplicação do sistema colonial “fechado”

A influência da África do Sul e da Rodésia nas várias vertentes da vida urbana de Lourenço Marques e da Beira é prolongada nos primeiros anos de governo do Estado Novo: o histórico papel de moçambique na prestação de serviços e fornecimento de mão-de-obra aos dois países vizinhos desempenha uma importância fundamental para o fortalecimento da economia metropolitana – pela entrada de moeda forte estrangeira – que interessa manter e explorar.

²⁰ - O seu projecto original remonta a 1930, destinado a cumprir o programa de uma escola primária. Em 1940, o edifício original de implantação em “V” seria ampliado e transformado na sua versão actual, pela mão do arquitecto António Rosas dos serviços de Obras Públicas, que projectaria o grande salão central de exposições, adaptado ao museu Álvaro de Castro – que já ocupava as instalações desde 1933. Cf. Alfredo Pereira de Lima, *Lourenço Marques*, Lisboa, Olisipo, Editorial de publicações turísticas, 1966, p. 43.

²¹ - Alfredo Pereira de Lima, *Casas que fizeram Lourenço Marques*, p. 68.

²² - Sobre este assunto, cf. Ana Tostões, *Arquitectura Moderna Portuguesa: os três modos*, in Ana Tostões [coordenação científica], *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, pp. 105 a 118.

²³ - Entre 1929 e 1942 regista-se o desenvolvimento de um pioneiro grupo de expressão Moderna na África do Sul, muito próximo de Le Corbusier. Sobre este assunto, cf. Kenneth Frampton, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2003, pp. 309, 310.

No entanto, o regime de dependência face às potências externas é nesta altura substancialmente adaptado por uma nova política africana de concepção “fechada”,²⁴ que passa a privilegiar o comércio interno entre a metrópole e as colónias, sem permitir a interferência directa dos mercados estrangeiros. Neste sistema do Estado Novo, o contributo das colónias consiste no fornecimento de matérias primas e géneros alimentícios ao Portugal europeu; um contributo ampliado pelo desenvolvimento do seu potencial agrícola – a base do desenvolvimento colonial até ao início da década de 60 - através da produção planeada de colheitas tropicais obrigatórias. Este crescimento da produção agrícola permite neutralizar a influência da grave depressão económica dos anos 30, e até enriquecer os cofres do estado, através do aumento da exportação durante os anos da Segunda Grande Guerra.

A aproximação das colónias ao modelo metropolitano - outro desígnio assumido na constituição de 33 - é traduzida pela extensão do aparelho burocrático do regime, que passa a regular e regulamentar todos os aspectos do quotidiano colonial. Ao mesmo tempo, promove-se o interesse público de Portugal continental pela temática ultramarina, inaugurando-se em 1934 a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em paralelo com o Primeiro Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colónias.²⁵ Uma outra celebração mais importante tem lugar em 1940, simbolicamente conhecida como “Exposição do Mundo Português”.²⁶ A sua organização é aproveitada, por um lado, como pretexto para afirmar a autoridade nacional sobre todo o território ultramarino, refreando a *ameaça crescente dos desejos expansionistas da Alemanha nazi, que ousara já olhar com cobiça para Angola*.²⁷ Por outro lado, consagra através da expressão arquitectónica²⁸ o conceito de “restauração cultural”²⁹ do Estado Novo, baseado na ideologia do retorno a uma determinada essência histórica da nação, simultaneamente rural e imperial. Neste sentido, a organização da Exposição do Mundo Português no ano de 1940 não podia ser mais oportuna, assumindo-se como referência de um vasto programa de comemorações dedicadas ao duplo centenário da fundação da nacionalidade e da independência restaurada: *o ano de 1140, que marcou a fundação*

²⁴ - Cf. José Freire Antunes, *op. cit.*, p. 36.

²⁵ - Cf. Margarida Acciaioli, *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 19.

²⁶ - Sobre este assunto, cf. *ib.*, pp. 107 a 221.

²⁷ - *ib.*, p. 107.

²⁸ - A definição dos modelos específicos da arquitectura do Estado Novo vinha sendo desenvolvida em acções de divulgação dirigidas por António Ferro, no Secretariado da Propaganda Nacional. Do conjunto de acções destacam-se as campanhas do “bom gosto”, o concurso da “aldeia mais portuguesa”, e as exposições de Paris (1937), Nova Iorque e São Francisco (1939). Cf. *ib.*, e da mesma autora, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”*.

²⁹ - Cf. Ana Tostões, *op. cit.*, p. 117.

da nacionalidade, explicava 1640, na definitiva recuperação da sua independência temporariamente perdida, como 1640 preparava 1940; ou seja, celebravam-se “três anos sagrados da nossa história”: “o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento”.³⁰

Esta ocasião é também aproveitada pelo governo do Estado Novo para reforçar a relação com moçambique, autorizando a execução de um grande conjunto de obras públicas (alargadas na medida do possível a todo o território) durante os anos que antecedem as Comemorações dos Centenários, na perspectiva de as apresentar nessa data como resultado visível do seu empreendedorismo. De facto, entre 2 de Junho e 2 de Dezembro de 1940, sucedem-se as inaugurações e o “lançamento de primeiras pedras”, disputando com as cerimónias religiosas uma importância central no programa oficial das comemorações.³¹ no dia 4 de Junho é inaugurada a Avenida General Carmona e a Praça Salazar em Nampula, e a escola elementar de Porto Amélia; no dia 5 de Junho, são inauguradas as oficinas do almoxarifado de fazenda em Nampula; no dia 10 de Junho são inaugurados edifícios de serviços públicos em Quelimane, Massingire, Macuse e Milange; no dia 14 de Agosto é inaugurado o edifício da secretaria da circunscrição em Massingire; no dia 5 de Outubro é realizada uma conferência sobre política e obras do Estado Novo em António Enes, e lançada a primeira pedra da igreja de Porto Amélia; no dia 1 de Dezembro é inaugurada a igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição (pró-Catedral) em Lourenço Marques, a Praça Mouzinho de Albuquerque em Quelimane e o edifício das repartições públicas de Nampula.

Este momento assinala definitivamente a participação do regime na produção arquitectónica registada em Moçambique. A sua contribuição servirá, nomeadamente, para alargar um novo conjunto edificado de excepção, especialmente presente na capital

³⁰ - Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*, p. 107.

³¹ - Outras obras e melhoramentos com inauguração ou início de construção marcado para o período das comemorações: Província do Sul do Save - edifício da Repartição Técnica de Obras Públicas em Lourenço Marques; estação aérea, segundo hangar e iluminação no Aeródromo de Lourenço Marques; primeiro pavilhão do grupo de enfermarias para indígenas, maternidade/ dispensário para indígenas e lavandaria no Hospital Miguel Bombarda em Lourenço Marques; Hospitais regionais de Macia e Morrumbene; posto sanitário de Ressano Garcia; Liceu Salazar em Lourenço Marques; ampliação do museu Álvaro de Castro em Lourenço Marques; bairro indígena em Lourenço Marques; Farol da Boa Paz em Inhatumbo. Província da Zambézia - residências do médico e do enfermeiro em Massingire; posto administrativo de Naburí; delegação aduaneira de Macuse; duas casas para convalescentes em Milange; abertura ao tráfego público do aeródromo de Quelimane. Província do Niassa - Hospital provincial do Niassa. Na Beira: residência para o representante do Governo. [Note-se a desproporção no volume de obras registado entre as diferentes províncias]. Cf. S/A, *Programa Oficial das Comemorações dos Centenários Nacionais em Moçambique, 1940, 2 de Junho – 2 de Dezembro*, Lourenço Marques, Comissão Organizadora dos Centenários, 1940.

da colónia, *hierarquizando-se os valores da nova urbanidade, respondendo às necessidades funcionais da dinâmica do momento. Posicionados estrategicamente na estrutura urbana [estes novos edifícios] vêm conferir à cidade uma lógica de espaços públicos, que ainda eram escassos e de dimensões reduzidas.*³² Ao intensificar a participação no desenvolvimento colonial, o governo transporta consigo o conceito de “restauração cultural”, aproximando a linguagem da nova produção arquitectónica na direcção do gosto Português Suave³³ - alastrado, tal como em Portugal,³⁴ ao trabalho dos pioneiros do Modernismo em Moçambique.

Transformações na orgânica das Obras Públicas

*Até 1940, existia no país um organismo encarregado de dirigir e controlar a actividade dos agrimensores, de manter o registo cadastral e de realizar o trabalho cartográfico e geodésico; um organismo central encarregado das “obras públicas” que compreendia também a direcção e execução de obras viárias; os caminhos-de-ferro que programavam, executavam e geriam a rede ferroviária, em parte a actividade portuária e ainda as comunicações e transportes aéreos; a engenharia militar e as administrações ao nível distrital e local que controlam a distribuição de terras e executavam planos locais de urbanização, mas sem qualificação técnica para tal.*³⁵

Entre 1940 e, pelo menos, 1956,³⁶ a orgânica dos serviços de Obras Públicas de Moçambique está dividida entre uma Direcção de carácter geral e as diversas Direcções Provinciais (renomeadas Direcções Distritais com a passagem da colónia a província ultramarina). A Direcção divide-se em três Repartições, dedicadas aos serviços de “edifícios e urbanização” (primeira Repartição), “estradas e hidráulica” (segunda Repartição), e “secretaria, contabilidade e depósito de materiais” (terceira Repartição). A partir de 1947, os serviços de hidráulica agrupam-se numa repartição própria. As

³² - *Ib.*, p. 129.

³³ - A expressão Português Suave caracteriza em tom de ironia a produção arquitectónica do regime do Estado Novo, apostada na apropriação superficial e descontextualizada de elementos extraídos do imaginário arquitectónico da cultura popular portuguesa. Como referiu o arquitecto Keil do Amaral em *Uma Iniciativa Necessária* (na revista *Arquitectura*, nº 14, de 1947), o Português Suave resume-se a *apinocar fachadas e interiores com elementos decorativos típicos*. Cf. Ana Tostões, *Os Verdes Anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, p. 27.

³⁴ - *É de crer [...] como aliás referem Nuno Portas e Sérgio Fernandez, que a consistência ideológica e cultural dos pioneiros do modernismo em Portugal era tão frágil, que o processo de substituição dos modelos formais ocorreu de um modo quase natural, não se podendo falar de ruptura, mas antes de transformação de processos*. José António Bandeirinha, *Quinas Vivas*, Porto, Publicações FAUP, 1996, p. 23.

³⁵ - José Forjaz, *Entre o adobe e o aço inox - ideias e projectos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999, pp. 104, 105.

³⁶ - Dados recolhidos através da consulta em arquivo de relatórios e correspondência dispersa.

Direcções Provinciais (designadas também como Repartições, antes de 1941), dividem-se inicialmente de acordo com a organização política do território: Direcção do Sul do Save (com as secções de Lourenço Marques, Vila de João Belo e Inhambane), Direcção da Zambézia (com as secções de Quelimane e Tete) e Direcção do Niassa (com as secções de Moçambique – substituída próximo de 1944 por Nampula – e Porto Amélia). A partir de 1944, aproximadamente, é organizada a Direcção Provincial de Manica e Sofala, com a respectiva secção da Beira. Das várias secções enunciadas, a mais complexa é necessariamente a da capital, dividida em duas sub-secções (“edifícios” e “estradas”) e encarregue da execução de projectos para várias regiões do território.

Esta orgânica é genérica, e relativamente instável, transformando-se frequentemente em função da evolução territorial. Mas é evidente a fraca produtividade dos seus serviços, justificada pela falta de verbas e pelo reduzido número de técnicos inscritos, tornando-se um obstáculo ao necessário aumento da produção de obras públicas. A solução para este problema é encontrada em 1944 pelo Ministério das Colónias, através do Gabinete de Urbanização Colonial (dirigido pelo engenheiro Rogério Cavaca, e a partir de 1949, pelo arquitecto João António de Aguiar³⁷). Esta alteração dá início a um período de grande produção arquitectónica e urbanística, executada directamente em Lisboa e destinada a todas as colónias, com importantes resultados para a consolidação teórica da imagem do regime, apesar da sua reduzida concretização prática.³⁸ É o período da transposição para o contexto colonial dos Planos Gerais de Urbanização iniciados pelo engenheiro Duarte Pacheco,³⁹ reproduzido em Moçambique nas propostas para Tete, Quelimane, Vila Pery, Porto Amélia ou Lourenço Marques. O exemplo de Lourenço Marques, concluído em 1952, fica conhecido como plano “Aguiar”⁴⁰

³⁷ - Cf. José António Bandeirinha, *Maputo, os palcos, as plateias e o desejo da cidade*, in *Setepalcos*, Coimbra, nº. 1, 1996.

³⁸ - por comparação com o ambicioso volume de projectos executados.

³⁹ - [Duarte Pacheco] *perseguir o desejo de modernizar o sistema urbanístico português, reformulando por completo a legislação sobre o Planeamento urbano e os métodos da sua aplicação [...] A expressão mais representativa dessa nova visão ficou contida no Dec. Lei 24802, de 1934, que estabeleceu os Planos Gerais de Urbanização*. Nuno Grande, *O Verdadeiro Mapa do Universo*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002, p. 81.

⁴⁰ - Sobre o plano “Aguiar”, cf. João Sousa Morais, *op. cit.*, pp. 155 a 161. Este plano entraria em vigor em 1955, mas a sua inadequação à realidade do lugar, e impossibilidade de execução seriam imediatamente sentidas. Em Abril de 1958 a Câmara Municipal de Lourenço Marques irá expôr ao Governo-Geral da província a sua insatisfação face à eficácia do regulamento do plano (carta nº823/1ª/1018 de 10/4/58). O assunto será encaminhado para a metrópole (ofício nº2075 de 26/4/58), e no mesmo ano a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação dará um parecer positivo às sugestões de alteração propostas pela Câmara (parecer nº138 de 14/10/58, assinado pelo engenheiro Gonçalves Machado e pelo arquitecto Mário de Oliveira, com o apoio do arquitecto Rodrigues da Silva – chefe da repartição de urbanização da Câmara

(em reconhecimento do seu principal autor), e procura regular por via do desenho o progressivo crescimento urbano da capital colonial, propondo uma combinação formal entre as teorias urbanas da Cidade-jardim, nas áreas residenciais de expansão, com um traçado regulador associada à ideia de poder e monumentalismo típico do Estado Novo, na área central da cidade. Este imaginário monumental é visível sobretudo na proposta para o novo centro cívico, destinada aos terrenos do aterro de Maxaquene.

O Gabinete de Urbanização do Ultramar é igualmente responsável pela apreciação de todos os planos efectuados por equipas independentes, dos quais se destaca o plano de expansão da cidade da Beira, executado entre 1943 e 1946 pelo arquitecto José Porto e pelo engenheiro Ribeiro Alegre. O projecto, resultante da vitória em concurso público organizado pelas autoridades locais,⁴¹ caracteriza-se pela repartição em diferentes zonas semi-independentes, na procura de terrenos salúbres e urbanizáveis. *O resultado é uma situação híbrida, entre o modelo racional de Cerdá em Barcelona, procurando continuidade com a malha urbana preexistente e a criação de novos centros radiais, convergindo em grandes praças ajardinadas, mais próximas das propostas românticas das cidades-jardim anglo-saxónica.*⁴²

Registos de desenvolvimento e mudança

A implementação do crescimento urbano nas principais cidades moçambicanas é possível de ser iniciada ainda durante a Segunda Grande Guerra, graças à posição neutral de Portugal no conflito. Sem despesas gastas em armamento, e com elevados lucros resultantes da exportação dos seus produtos a preços elevados, o capital é aproveitado para intensificar a exploração ultramarina. O cenário de crescimento desperta igualmente o interesse do reduzido grupo industrial da metrópole, que investe numa tímida política de industrialização, encabeçada pelas empresas de cimentos⁴³ - que se adiantam na corrida às colónias ainda antes do arranque industrialista de meados dos anos 40.⁴⁴ *A prosperidade dos anos da guerra fez sair as finanças de Moçambique*

Municipal de Lourenço Marques). Apesar das dificuldades, o plano seria parcialmente implementado, sobretudo ao nível da rede viária, mantendo-se em vigor até 1969.

⁴¹ - Cf. António Albuquerque, *op. cit.*, p. 27.

⁴² - *Ib.*, p. 29.

⁴³ - *Em Moçambique, por exemplo, António Champalimaud criou fábricas de cimento em Lourenço Marques em 1944 e na Beira em 1951.* Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 400.

⁴⁴ - *O engenheiro Ferreira Dias publica em 1945 o livro Linha de Rumo, considerado como “a obra síntese do pensamento modernizador dos industrialistas portugueses”, [citação de Fernando Rosas, no livro Portugal entre a Paz e a Guerra] que marca o início de um período de viragem nas perspectivas da débil economia portuguesa.* José António Bandeirinha, *Quinas Vivas*, p. 121.

da depressão da década de 1930. As receitas orçamentadas subiram de 581 839 contos em 1938 para 1 336 057 em 1948.⁴⁵

O período do pós-guerra assinala o início de uma mudança política, registada imediatamente em 1945 com a primeira revisão constitucional,⁴⁶ consagrada à reformulação do vocabulário oficial: as Colónias passam a designar-se Províncias Ultramarinas; o Ministério das Colónias passa a designar-se Ministério do Ultramar. O objectivo é controlar as pressões externas de sentido anti-colonialista que se começam a levantar, demonstrando que o Portugal europeu e os seus territórios ultramarinos formam um único e indivisível país. Esta alteração é definitivamente integrada na lei portuguesa em 1953, com a publicação da Lei Orgânica do Ultramar, e em 1955, com a publicação do estatuto específico da Província de Moçambique.⁴⁷ O resultado é a legitimação de uma nova política integracionista em substituição da anterior política imperialista, apostando-se agora num forte investimento demográfico e cultural, na tentativa de sobrepôr a identidade da metrópole à região ultramarina. Nesse sentido, reforça-se também o investimento económico, através da criação de Planos de Fomento, com vista à reafirmação do antigo conceito de assimilação.⁴⁸

As verbas disponibilizadas pela aplicação do primeiro Plano de Fomento, entre 1953 e 1958, são reservadas em grande parte para o desenvolvimento de novas infra-estruturas, tais como a ligação férrea entre Lourenço Marques e Salisbury, o prolongamento da linha do Incomati, e a ampliação do ramal de Nacala (para potenciar a importância do seu porto).⁴⁹ Promove-se igualmente o desenvolvimento da reduzida rede de estradas e de transportes aéreos, a concretização de esquemas de irrigação e construção de barragens, e o apoio à imigração branca⁵⁰ (com vista a uma fixação urbana ou rural – sob a forma de colonatos⁵¹). O crescimento populacional aumenta o mercado de consumo interno, e o crescimento económico potencia o surgimento de novos serviços e indústrias locais, estas já enquadradas no ciclo de industrialização

⁴⁵ - Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 404.

⁴⁶ - Rui Ferreira da Silva, *As colónias: da visão imperial à política integracionista*, in António Reis [directção], *Portugal Contemporâneo*, volume IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 114.

⁴⁷ - Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 410.

⁴⁸ - Sobre o conceito de Assimilação, cf. Aurélio Rocha, *Aculturação e Assimilação em Moçambique, uma perspectiva histórico-filosófica*, in AA/VV, *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*, S/L, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 315 a 350.

⁴⁹ - Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 402.

⁵⁰ - *Por um breve período durante a década de cinquenta, mais de metade dos emigrantes portugueses ia para África. Ib.*, p. 406.

⁵¹ - Sobre este assunto, cf. *Ib.*, pp. 404 a 406.

iniciado em Portugal, nomeadamente pelo impulso à produção e distribuição de energia eléctrica.⁵² No âmbito dos serviços, ganha expressão a vocação turística de algumas zonas do território, próximas dos principais centros urbanos (Lourenço Marques e Beira). No domínio industrial, desenvolvem-se as refinarias de petróleo, as produtoras de energia hidroeléctrica, e as explorações mineiras. Todos estes desenvolvimentos se traduzem pela inscrição de novos programas na agenda dos arquitectos moçambicanos, aumentando o volume da construção civil, de promoção pública e privada.

No entanto, a distribuição do investimento insiste ainda em privilegiar os principais núcleos urbanos e os canais de ligação com os países vizinhos, acentuando o desequilíbrio territorial. *Fora da Beira e de Lourenço Marques era pouco o desenvolvimento urbano. Começava agora a crescer um porto em Nacala, e Nampula surgiu como importante junção ferroviária e centro administrativo, mas Moçambique permanecia basicamente um país de cidades de empresas e pequenos centros administrativos [...] Vastas zonas do país pouco ou nada viram deste desenvolvimento moderno. A maior parte do Norte não tinha estradas, caminhos-de-ferro, aeródromos, telecomunicações nem energia eléctrica.*⁵³

Conversão aos modelos da arquitectura internacional

Com a derrota dos regimes fascistas europeus em 1945, o imaginário político e cultural do Estado Novo perdeu as suas principais referências.⁵⁴ No domínio da arquitectura, o meio cultural da metrópole abriu espaço para os movimentos de ruptura, organizados por colectivos de profissionais unidos por uma consciência comum de classe até então inexistente. Estes profissionais aproveitaram o momento de crise para instalar definitivamente os conceitos do Movimento Moderno, valorizando a sua importância na reconstrução da Europa do pós-guerra e na consolidação da identidade cultural brasileira,⁵⁵ introduzindo deste modo uma dimensão ética - aliada à estética - que havia

⁵² - *Defendendo a distribuição da energia eléctrica como "uma obra de fomento"* [o ministro Ferreira Dias] contribui para uma nova estratégia do regime. *É o momento de valorizar as obras industriais e de electrificação para onde são preferencialmente canalizados os investimentos públicos.* Ana Tostões, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, dissertação de doutoramento, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2002 [policopiado], p. 360.

⁵³ - Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 407.

⁵⁴ - *As influências lá de fora, os modelos oriundos da Europa, sobretudo daquela Europa que emanava desígnios de simpatia política, estavam também eles [até ao colapso dos seus governos] a conter e a condenar o racionalismo, encarquilhando-se progressivamente sobre o próprio umbigo, em louvor aos exacerbados nacionalismos que os moviam.* José António Bandeirinha, *op. cit.*, p. 24.

⁵⁵ - A arquitectura moderna brasileira torna-se um fenómeno de dimensão mundial com a exposição no MoMA de Nova Iorque em 1943, acompanhada da publicação do catálogo de Philip L. Goodwin, *Brazil builds*,

estado ausente das preocupações dos arquitectos da geração Modernista dos anos 30. Em 1946 formou-se em Lisboa o colectivo ICAT - Iniciativas Culturais de Arte e Técnica, reunindo um conjunto de arquitectos da capital, sob a direcção de Keil do Amaral; no Porto, a reforma no ensino iniciada por Carlos Ramos⁵⁶ deu origem, no ano seguinte, à ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos, reunindo quarenta arquitectos da Escola Superior de Belas Artes do Porto.⁵⁷ Em 1948 o governo decidiu organizar uma grande exposição das Obras Públicas, com o objectivo de homenagear o trabalho do recém-falecido Duarte Pacheco à frente do respectivo ministério. Em simultâneo promoveu a realização do primeiro Congresso Nacional dos Arquitectos, confiando na geração mais velha da classe – os Modernistas da década de 30, “convertidos” ao Português Suave dos anos 40⁵⁸ - a missão de realçar a importância da encomenda estatal e o papel do regime no desenvolvimento da profissão, e deste modo travar a “pressão” dos grupos de vanguarda. Mas contrariamente aos interesses do governo, o Congresso de 48 iria servir como palco para o debate alargado dos temas que mais interessavam aos arquitectos recém-formados – o problema da habitação, as novas condicionantes urbanas, a necessidade de adaptação técnica e material, a revolução nos métodos de ensino – apresentando-se a arquitectura Moderna como veículo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Em resultado do Congresso, os ideais originalmente defendidos pelos membros do ICAT e do ODAM eram agora alargados à maioria dos arquitectos da nova geração.⁵⁹

architecture New and Old 1652-1942. Sobre este assunto, cf. Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 100 a 102. Em Portugal, o reconhecimento da importância da arquitectura Brasileira daria origem a uma exposição no Instituto Superior Técnico, no final da década, consolidando a sua divulgação. Cf. Ana Tostões, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, p. 42.

⁵⁶ - Em 1940, Carlos Ramos era admitido como professor na ESBAP (Escola Superior de Belas Artes do Porto) – sendo nomeado director em 1951 - introduzindo um estilo de ensino aberto à nova realidade arquitectónica internacional, em clara ruptura com que se praticava até então, e com o que se continuaria a praticar na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, sob influência de Cristino da Silva (professor da ESBAL entre 1933 e 1966). Sobre este assunto, cf. Bárbara Coutinho, *Carlos Ramos, comunicador e professor – contributo para a afirmação e divulgação do moderno*, in Ana Tostões [coordenação científica], *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, pp. 48 a 57.

⁵⁷ - Sobre o ICAT, o ODAM, e os seus instrumentos de divulgação pública, cf. Ana Tostões, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, pp. 24 a 30.

⁵⁸ - *A comissão executiva, constituída por Cottinelli Telmo, Paulo Cunha, Faria da Costa, Pardal Monteiro e Jacobetty Rosa, identificava-se bastante com a Comissão de Honra que, presidida pelo Presidente da República, englobava toda uma série de Ministros e Directores Gerais, além do Secretário Nacional da Informação e dos Directores das duas escolas de Belas Artes*. Sérgio Fernandez, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, Porto, Edições da FAUP, 1988, p. 59.

⁵⁹ - *Pode considerar-se definido um segundo período da arquitectura moderna em Portugal, após a breve fase dos pioneiros da “primeira geração”, e após o compromisso dos anos 40 com um novo gosto oficial. A*

Estava em curso por esta altura o novo programa de aumento de recursos humanos e económicos provenientes da metrópole para as províncias ultramarinas, em virtude da nova política integracionista, traduzindo-se pela abertura a concurso de vários lugares para reforçar o reduzido corpo da administração pública local. Como seria de esperar, as vagas para arquitectos foram sendo ocupadas ao longo da década de 50 por representantes da nova geração emergente do Congresso de 48: técnicos formados na sua maioria na escola do Porto, segundo influência de Carlos Ramos, que transportam consigo uma forte consciência colectiva alicerçada nos valores estéticos e ideológicos do Movimento Moderno, influenciando decisivamente a arquitectura produzida a partir de então – de promoção pública ou privada - incluindo o trabalho dos seus colegas dos serviços de Obras Públicas (empenhados na década anterior em propostas de reaccionário gosto estatal). Deste grupo de novos intervenientes, refiram-se a título de exemplo os nomes de Jorge e João Garizo do Carmo, Alberto Soeiro, Nuno Craveiro Lopes (chegados em 1952 ou próximo dessa data), Francisco de Castro (chegado em 1953), João José Tinoco, Carlota Quintanilha (chegados em 1956 – e desde 1953 em Angola), Bernardino Ramalhete (chegado em 1957), Marcos Miranda Guedes (chegado em 1958).⁶⁰ Deste conjunto, sublinhe-se o nome de João José Tinoco, considerado por vários autores como um dos principais arquitectos do século XX moçambicano – de importância apenas comparável ao arquitecto Pancho Guedes⁶¹ – pela vasta obra de influência repartida pelo ensino, pela representação da classe, e pela produção prática, até 1975.⁶²

A partir de 1953 destaca-se nos serviços de Obras Públicas de Moçambique um outro arquitecto proveniente da escola do Porto, contemporâneo de Carlos Ramos, de nome Fernando Botelho Queiroz de Mesquita. Inicialmente integrado como projectista, será nomeado director da Secção de Estudos e Projectos na passagem para a década de 70,⁶³ marcando definitivamente a produção das Obras Públicas em todo o território até à sua independência. Como autor de projecto destaca-se sobretudo na produção de escala

nova geração que surgia em cena é uma “terceira geração”, definível também no plano da arquitectura nacional. José-Augusto França, *op. cit.*, p. 439.

⁶⁰ - Cf. António Albuquerque, *op. cit.*, pp. 41, 59, 69, 75, José Manuel Fernandes, *op. cit.*, pp. 16 a 21, e *Id.*, *Arquitectos do século XX - da tradição à modernidade*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006, pp. 174.

⁶¹ - Sobre este assunto, cf. António Albuquerque, *op. cit.*, p. 153 e José Manuel Fernandes, *Geração Africana, arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, p. 31.

⁶² - Cf. José Manuel Fernandes, *Arquitectos do século XX - da tradição à modernidade*, pp. 162 a 165.

⁶³ - De acordo com a informação constante nas legendas de projecto.

urbana - a sua área de especialidade.⁶⁴ Como promotor, distingue-se pelo encorajamento de uma arquitectura e de um urbanismo fielmente subordinados aos princípios do Movimento Moderno: *será este arquitecto o principal responsável pelas encomendas, estatais e privadas, entregues aos jovens arquitectos que chegaram a Lourenço Marques nos anos cinquenta.*⁶⁵

Relativamente à produção executada em Lisboa pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar (ou seja, pelo antigo Gabinete de Urbanização Colonial, agora enquadrado na recente nomenclatura oficial), regista-se uma intensificação do volume de projectos de arquitectura, por comparação com a produção urbana. Mas a ligação ao poder oficial “isola” estes projectos de influências externas, prolongando a sua submissão aos modelos típicos do Português Suave. Só a partir de 1957, com a extinção do Gabinete de Urbanização do Ultramar, se começa a registar uma ligeira e gradual transformação no imaginário formal dos projectos executados na metrópole e destinados às províncias ultramarinas. De 1957 em diante, a execução desses projectos será integrada na Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação – uma parte dos quais ainda assinada por técnicos que transitam do extinto gabinete. Este novo departamento é regulado pela Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, que por sua vez se encontra integrada na Direcção Geral do Fomento – um dos serviços directamente dependentes do Ministério do Ultramar.⁶⁶

A dissolução da estabilidade governativa

Em 1955, na véspera de um processo de descolonização que alaistraria como um rastilho por toda a África,⁶⁷ Salazar assegurava à ONU *que o continente africano era um*

⁶⁴ - [Em 1944] o arquitecto Fernando Mesquita e os engenheiros Celestino Costa e Pedro de Vasconcelos frequentam durante alguns meses o curso de Urbanismo da Universidade de Londres. João Paulo Martins, *Arquitectura Moderna em Portugal: a Difícil Internacionalização. Cronologia*, in Ana Tostões [coordenação científica], *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, p. 162.

⁶⁵ - António Albuquerque, *op. cit.*, p. 69.

⁶⁶ - Sobre a orgânica do Ministério do Ultramar, cf. Decreto-Lei nº. 41:169, de 29 de Junho de 1957.

⁶⁷ - *O movimento emancipalista do Terceiro Mundo adquirira já uma dinâmica irreversível quando se realizou a Conferência de Bandung, em Abril de 1955, cristalizando a tendência dos líderes da Ásia e da África para tirar partido da competição entre as duas superpotências. [...] A combustão em África propagou-se muito rapidamente. Seguindo o exemplo do Gana (1957), as colónias britânicas prepararam-se para a independência, com o beneplácito do governo de Londres e dentro do enquadramento flexível da Commonwealth. [...] Também os Franceses, na esteira dos Britânicos, adoptaram uma surpreendente maleabilidade: [perante a ineficácia militar da guerra da Argélia] De Gaulle ofereceu a independência a todas as colónias da África Ocidental e Equatorial. O governo de Paris implantou simultaneamente um eficaz*

*simples “complemento natural” da Europa, e carismou o anticolonialismo de movimento racista para expulsar o branco. No fundo, mais uma ingratidão entre tantas do negro, para com o “generoso portador” da civilização.*⁶⁸ Mas o enquadramento internacional tornava-se cada vez menos favorável ao Estado Novo, e a adesão de Portugal à ONU acaba por colocar definitivamente o país no centro da contestação – precisamente o contrário do que acontecera com a adesão à NATO.⁶⁹ Ainda assim, assistindo ao desmembramento inevitável das principais potências coloniais, e acompanhando a implantação dos novos modelos de cooperação entre estas e as novas nações independentes, o governo português insiste teimosamente na manutenção da sua política, escudando-se por trás do apoio discreto, mas seguro dos norte-americanos. Apoio este que é definitivamente interrompido em 1960.⁷⁰

O período de “euforia” e vitalidade da economia moçambicana (alastrado, como se referiu, à indústria da construção), dá então lugar a um período de profunda crise, acentuando-se com a anexação indiana dos enclaves portugueses de Goa, Damão e Diu e, sobretudo, com o eclodir da guerra em Angola – tudo isto praticamente ao mesmo tempo, em 1961. Chegara ao fim, após 28 anos de duração,⁷¹ o período de estabilidade governativa do Estado Novo sobre as províncias ultramarinas. O governo tenta “emendar a mão”, abolindo o trabalho forçado, as culturas obrigatórias e o estatuto do indigenato – conferindo plenos direitos de cidadania a todos os habitantes de Moçambique. Promove igualmente uma maior abertura ao capital estrangeiro – mas no caso moçambicano, a eterna influência externa acaba por ser determinante não só no desenvolvimento territorial como também na transmissão do ideal independentista, que dará origem aos movimentos de guerrilha (apesar do esforço do governo português em isolar o território).

No início da década, o território moçambicano está dividido em nove Distritos: Lourenço Marques, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, Tete, Zambézia, Moçambique, Cabo Delgado e Niassa – todos ainda sem registos de conflitos armados. Apesar da instabilidade sentida na metrópole e no “mato” de Angola, a produção de Obras Públicas em Moçambique mantém o ritmo elevado, sobretudo pela construção e conclusão de

modelo de cooperação, lançando as bases da comunidade francófona de África, com efeitos duradouros. José Freire Antunes, *op. cit.*, pp. 47, 48.

⁶⁸ - *Id.*, *O Império com pés de barro, colonização e descolonização: as ideologias em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980, p. 54.

⁶⁹ - Sobre as relações do Estado Novo com a NATO e a ONU, cf. Nuno Severiano Teixeira, *La política exterior portuguesa, 1890-1986*, in António Costa Pinto [coordenação], *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 74 a 78.

⁷⁰ - Sobre este assunto, cf. José Freire Antunes, *O Factor Africano 1890-1990*, pp. 47 a 55.

⁷¹ - O início deste período reporta-se a 1933, ano da publicação da primeira constituição do Estado Novo.

edifícios projectados nos anos anteriores. *As obras particulares decresceram nitidamente [...] Em contrapartida nota-se um incremento grande em obras do Estado, como sejam o novo hospital, o novo liceu, o edifício dos serviços de estatística, etc.*⁷² Não terá grande margem de erro a afirmação de que o Estado construiu mais durante o ano corrente do que nos últimos 10 anos.⁷³

Entre 1959 e 1964 – ano do início da luta armada em Moçambique – é lançado o segundo Plano de Fomento, agora amplamente vocacionado para o desenvolvimento de projectos de investigação científica, saúde e educação. Ainda assim, consagra um grande investimento para a criação de mais infra-estruturas de transportes, barragens e obras hidroeléctricas.⁷⁴ *O plano de Fomento irá servir igualmente como suporte para o relançamento da construção privada, acompanhando a descida espectacular das taxas de juro do crédito imobiliário, provocando uma explosão na indústria da construção civil, que crescerá exponencialmente até à revolução.*⁷⁵ Esta nova dinâmica do sector é traduzida por um maior número de encomendas – refira-se como exemplo o aumento da produção relacionada com o sector bancário - levando à constituição de grandes empresas de arquitectura e promovendo a chegada de novos técnicos vindos da metrópole.⁷⁶ É também o período da “consagração” internacional da arquitectura moçambicana, através da obra de Pancho Guedes, publicada em 1960 na inglesa *Architectural Review*, e em 1962 na francesa *L’Architecture d’ Aujourd’hui*, e exposta em 1961 na bienal de São Paulo.⁷⁷

Ao nível do planeamento urbano, o crescimento populacional e as alarmantes condições de vida da população negra, obrigam ao questionamento dos critérios utilizados até então, promovendo a discussão teórica⁷⁸ e alguma concretização prática, assente na substituição dos princípios do “plano-imagem” pelos do “plano de gestão”, executada por equipas pluridisciplinares em organismos criados especialmente para o efeito, integrados na estrutura camarária – como os Gabinetes de Urbanização das Câmaras da Beira e de Lourenço Marques, este último criado em 1964⁷⁹ e dirigido por

⁷² - Arquitecto Megre Pires, jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 25 de Agosto de 1961, p. 4.

⁷³ - *Id.*, jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 28 de Agosto de 1961, p. 8.

⁷⁴ - Cf. Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 402.

⁷⁵ - António Albuquerque, *op. cit.*, p. 117.

⁷⁶ - *Ib.*.

⁷⁷ - João Paulo Martins, *op. cit.*, p. 166.

⁷⁸ - Cf. António Albuquerque, *op. cit.*, p. 121.

⁷⁹ - O gabinete foi inicialmente criado com o objectivo de completar e rever o já obsoleto plano “Aguiar” de 1952. Irá também executar, entre outros trabalhos, o Estudo de Urbanização de Lourenço Marques, em 1965, e o PROSALM – Plano Regulador da Ocupação do Solo nos Arredores de Lourenço Marques, em 1966. Entre 1967 e 1969 - sob direcção “externa” do engenheiro Mário de Azevedo – o gabinete irá colaborar na

Fernando Mesquita – ou na estrutura estatal – como as Juntas Provinciais de Povoamento, existentes a partir de 1961.⁸⁰ Estes planos procuram viabilizar processos de concretização simples, económica e sociologicamente realista, reflectindo o cruzamento de resultados obtidos pelos vários intervenientes, para a resolução dos principais problemas da população e do território – iniciando um pensamento global, não circunscrito à “cidade de cimento” – procurando amenizar o clima de insatisfação, e num certo sentido contrariar a inevitável ruptura social que irá acontecer dentro de poucos anos.

O alastrar da guerra assiste a um gradual desinteresse da metrópole pelas províncias ultramarinas, provocado não só pelo desgaste resultante do conflito armado, mas pela diminuição da dependência comercial entre ambas. Ao longo da década, o interesse económico do império será cada vez menos significativo para a metrópole, em comparação com outros mercados emergentes, como o europeu.⁸¹ Por consequência, também a província se irá afastar e autonomizar, em termos administrativos, económicos e culturais, antecipando em alguns anos a sua própria autonomia política.

execução do Plano Director de Lourenço Marques, um dos mais interessantes instrumentos de gestão urbana executados nesta década na África portuguesa. Sobre este assunto, cf. João Sousa Morais, *op. cit.*, pp. 171 a 175.

⁸⁰ - Decreto nº 43 895, de 6 de Setembro de 1961.

⁸¹ - Sobre este assunto, cf. Gervaise Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Editorial Teorema, 1985, pp. 26 a 28.

PARTE II

Os principais programas de encomenda pública

1: Edifícios de habitação

1.1: A produção local no final dos anos 30

A produção das obras públicas no domínio habitacional é exercida num ritmo bastante reduzido até ao início da década de 40, concentrando a execução dos projectos nos serviços técnicos da colónia, sem necessidade – nem interesse - de intervenção directa por parte da metrópole. Os registos encontrados destinam-se sobretudo à capital da província: habitações para os funcionários do estado, hierarquizadas tipologicamente em função da sua graduação profissional, de construção isolada ou organizadas em pequenas vilas residenciais, destinadas a moradores com a mesma função laboral. A sua arquitectura desenvolve-se ainda a partir de uma composição clássica, proveniente de uma base formativa vinculada aos princípios das *Beaux-Arts*, mas procura nas potencialidades dos novos materiais e técnicas construtivas o veículo para uma linguagem mais simples e despojada, desenvolvida entre um compromisso *Art Déco* e um arrojado purismo modernista. Este processo de renovação de imagem – comum aos vários programas de promoção pública – é acompanhado pelas moradias particulares de encomenda privada, que se disseminam em grande número pelos lotes vagos de uma malha urbana pré-existente, ainda carente de referenciais.

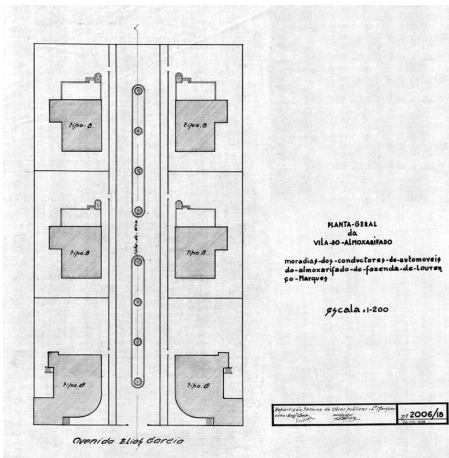
Em 1938, a repartição técnica de Obras Públicas de Lourenço Marques projecta para a capital a Vila do Almojarifado de Fazenda: um conjunto residencial fechado composto por seis moradias para condutores de automóveis e para o almojarife. Ocupando um terreno plano de perímetro rectangular bastante simples, as moradias distribuem-se isoladamente dentro dos respectivos lotes, alinhadas ao longo de uma alameda central que atravessa toda a vila, constituindo o palco da sua dimensão social. De acordo com a hierarquia dos utilizadores, as moradias dividem-se em dois tipos: as duas habitações à entrada da vila, de frente para a via pública, correspondem ao tipo “A”, de dois pisos, e destinam-se ao almojarife e ao condutor mais graduado; as restantes, destinam-se aos condutores menos graduados, e são do tipo “B”, de um só piso, térreo.



1



2



3

**Vila do Almoarifado de Fazenda,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1938)**

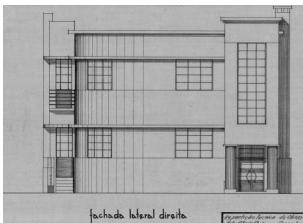
1 e 2 – Imagens de arquivo

3 – Implantação

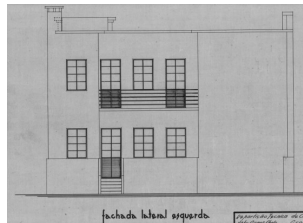
4 – Moradia tipo "A", fachada lateral direita

5 – Moradia tipo "A", fachada lateral esquerda

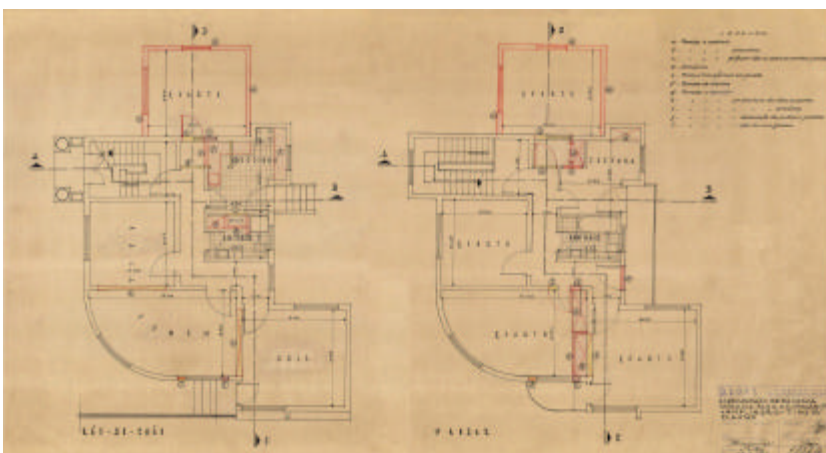
6 – Moradia tipo "A", plantas



4



5



6

O factor de modernidade deste projecto não está no seu desenho urbano, mas na linguagem depurada das moradias, caracterizada pela justaposição de volumes puros, destacando-se nesta análise os edifícios do tipo “A”, pela sua configuração e implantação no terreno. O seu programa divide-se entre o piso térreo (zona de entrada, salas e serviços) e o primeiro piso (quartos de dormir e sala de costura),⁸² compartimentado em espaços bem proporcionados, na sua maioria próximos da forma quadrada. A organização em planta destes diferentes espaços denota um pensamento coerente com as intenções urbanas, com destaque para a relação entre o hall da entrada principal e a sala comum. A localização do primeiro, lateral ao conjunto, vem aumentar a privacidade do espaço interior, pela inflexão do corredor de distribuição; ao mesmo tempo, ao destacar a esquina do lote, abre espaço no alçado para a plena visibilidade da parede curva da sala comum, que é sem dúvida o elemento mais característico do volume, predominante na marcação da entrada na vila. Menos conseguido é o recorte na fachada do corpo das escadas de ligação entre pisos, por interromper a continuidade no alinhamento entre os edifícios do tipo “A” e do tipo “B”, e monumentalizar uma entrada que não corresponde ao acesso principal.⁸³

O recorte dos vãos nos alçados conjuga exemplos de grandes dimensões horizontais, próprias do desenho Modernista, com outras proporções menos radicais, num equilíbrio sereno pautado por ritmos constantes. A expressividade plástica da parede curva do alçado principal é salientada pelos frisos horizontais salientes que encimam os vãos. Também neste aspecto se destaca pela negativa o corpo das escadas, com um volume de linguagem classicizante, sem correspondência com o restante conjunto.

⁸² - Em 1966, estes edifícios seriam alvo de um projecto de alterações, pela Secção de Estudos e Projectos, 1ª repartição da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes. Para além de alguns ajustes na relação entre os espaços interiores existentes, a proposta sugere a edificação de mais dois quartos (um por piso).

⁸³ - Conforme se pode ver pela análise das plantas, este acesso está demasiado próximo da zona de serviço da casa para poder ser considerado como entrada preferencial, o que contraria a sua posição de destaque na volumetria exterior. No desenho de implantação original não existe recorte nesta zona do edifício, demonstrando que esta opção terá sido tomada numa fase mais adiantada de projecto.

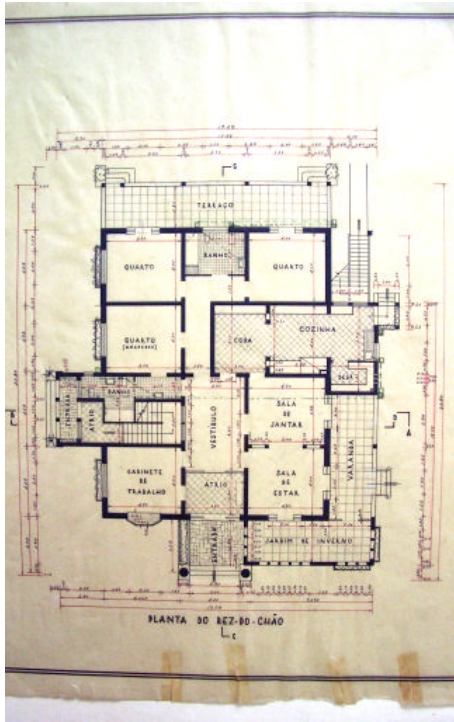
1.2: A produção local na década de 40

As habitações para funcionários do estado ganham um impulso gradual ao longo da década de 40, com o aumento do número de indivíduos provenientes da metrópole (nomeadamente magistrados e directores distritais), destinados aos principais centros urbanos da província - Lourenço Marques, Namaacha, Inhambane, Beira. A execução dos projectos continua a ser garantida em grande parte pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Lourenço Marques, só que agora é enquadrada por um imaginário formal totalmente distinto do que havia motivado a sua produção nos anos anteriores. Esta mudança reporta-se ao início da década, mas acentua-se em quantidade a partir de 1945, e caracteriza-se por uma sintonia total com o gosto revivalista promovido na metrópole, justificando a reprodução no ambiente africano da tradicional caricatura da “Casa Portuguesa” de Raúl Lino⁸⁴ – a pequena moradia pseudo-nacionalista de escala rural, baseada na combinação eclética de elementos extraídos da cultura arquitectónica tradicional. Esta mudança pode ser justificada pela necessidade de adequação ao gosto dos novos “clientes” (altos representantes do governo, recém-chegados de Portugal), e pelas alterações introduzidas na própria equipa técnica das Obras Públicas, com a chegada de novos intervenientes – dos quais se destacam os arquitectos Rodrigues da Silva e Francisco de Assis.

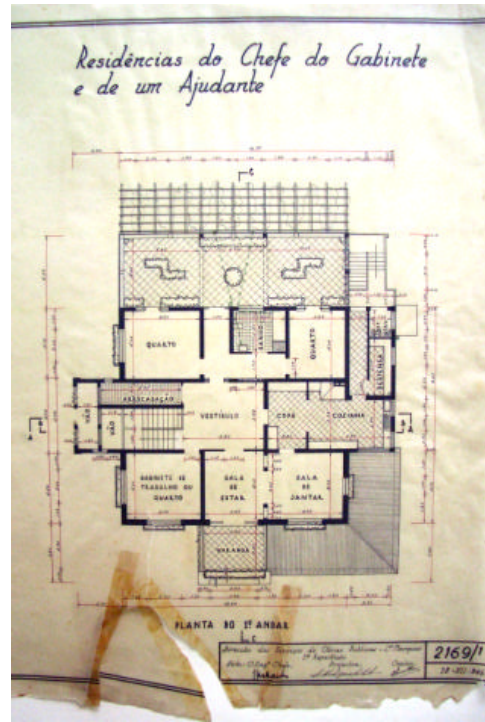
Augusto José Maria Rodrigues da Silva é contratado em meados dos anos 40 para o cargo de segundo arquitecto da equipa das Obras Públicas,⁸⁵ projectando em 1946 uma residência para chefe de gabinete do Governo Geral e seu ajudante. Esta moradia isolada, de dimensões generosas, alberga duas habitações – uma por piso, com entradas distintas - num programa típico de pequena burguesia, pontuado por

⁸⁴ - *A postura teórica que [Raúl Lino] desenvolveu, divulgada nos seus escritos (A Nossa casa, 1918; A casa portuguesa, 1929; Casas Portuguesas, 1933) constitui paradigma consistente na sua formulação inicial embora desvirtuado através da decorrente miniaturização decorativa resultante da fixação de modelos que acabaram por ser ideologicamente utilizados como anti-urbanos a despeito da filosofia profunda que integravam.* Ana Tostões, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, p. 164.

⁸⁵ - Cf. Relatório da Direcção dos Serviços de Obras Públicas da Colónia de Moçambique, 1945. Este arquitecto atingiria o cargo de Chefe de Repartição de urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques na década de 50. Cf. Mário de Oliveira, Eurico Gonçalves Machado, Informação nº 138/ UH, Lisboa, Ministério do Ultramar, Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, 14 de Outubro de 1958, p. 8.



7



8

Residência para chefe de gabinete do Governo Geral e seu ajudante (1946)

7 – Planta do piso térreo

8 – Planta do primeiro piso

9 – Alçado principal

10 – Alçado lateral esquerdo

11 – Alçado posterior



9



10



11

vários espaços de transição entre interior e exterior, zonas de serviço e espaços principais. A organização dos espaços resulta numa volumetria recortada, carregada de elementos simbólicos do Português Suave, entre o pitoresco e o monumental, com destaque para a elaboração formal dos vãos (com diferentes modelos, desde os mais tradicionalistas aos mais despojados), o remate da chaminé (com cata-vento em ferro forjado), os cunhais revestidos a pedra (procurando ocultar a moderna construção em betão armado), e as exuberantes entradas salientes das fachadas. Apesar do imaginário formal importado, saliente-se a tentativa de adaptação às condições climatéricas locais, visível nas grelhagens para entrada de ar nas bandeiras dos vãos, e nas arcadas e latadas para sombreamento de entradas, varandas e terraços.

Em 1947, Rodrigues da Silva projecta um conjunto de habitações-tipo, destinadas a funcionários do Governo Geral na cidade da Beira. Das tipologias propostas, merecem destaque as residências “tipo 1” e “tipo 2”, caracterizadas respectivamente por pares de moradias em banda (ou encostadas), e geminadas.

As moradias que constituem a residência “tipo 1” revelam uma organização funcional comum, dividida entre espaços sociais (salas) no piso térreo e espaços íntimos (quartos) no piso superior, mas admitem uma inesperada informalidade no modo de encadear os espaços, segundo um desenho mais fluido da compartimentação interior, reforçado pela continuidade entre as duas moradias, desenhadas como se fossem uma só. Este encadeamento entre espaços promove interessantes desdobramentos nos planos de fachada, que o desenho dos alçados acaba por contrariar, ao caracterizar de modo diferente as duas moradias.⁸⁶

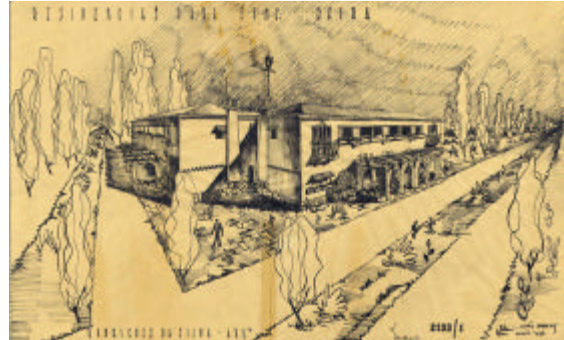
As moradias geminadas da residência “tipo 2” têm um desenho totalmente simétrico, de leitura unitária a partir do exterior (ao contrário das anteriores). A organização funcional dos espaços é mais estática, mas igualmente inventiva. Neste caso, destaque-se o espaço coberto que serve como garagem automóvel, pela modernidade da função.

Ambos os tipos apresentam uma linguagem de características tradicionalistas, garantindo ainda assim alguma sobriedade.

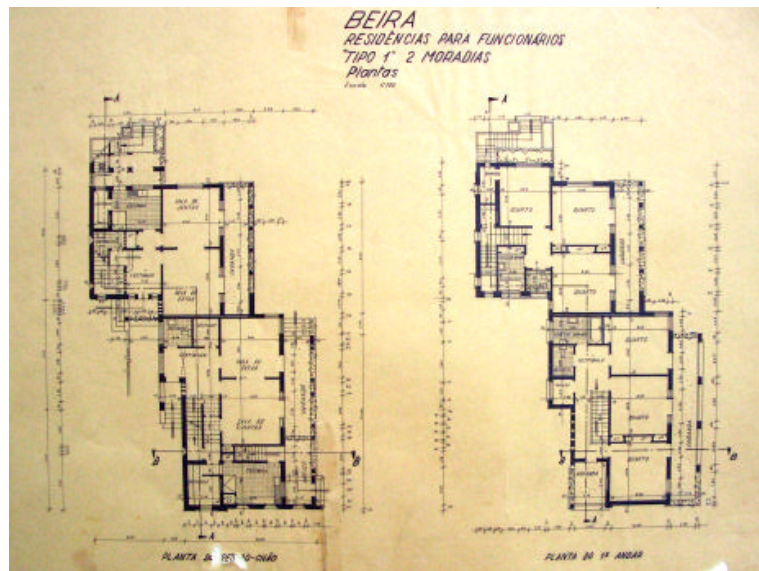
⁸⁶ - Visível sobretudo no alçado lateral direito.



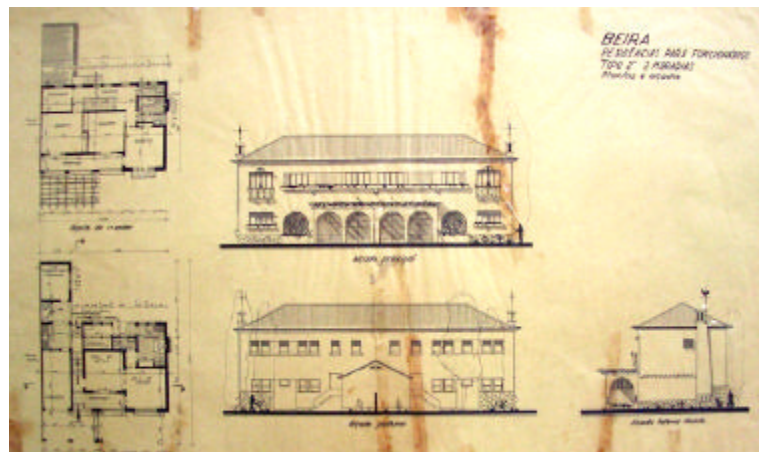
12



13



14



15

Residências para funcionários do Governo, Beira (1949)

12 – Tipo “1”, vista geral

13 – Tipo “2”, vista geral

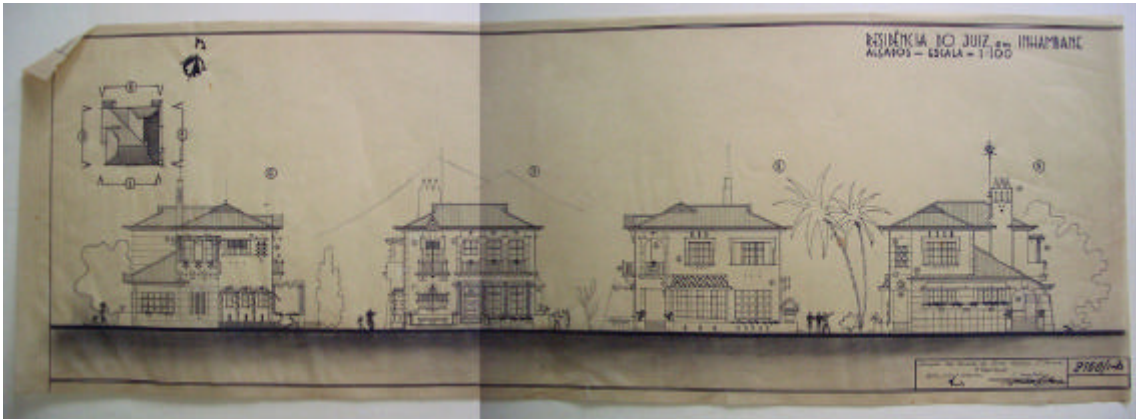
14 – Tipo “1”, plantas

15 – Tipo “2”, plantas e alçados

Os projectos de habitação com que Francisco de Assis inicia a carreira em Moçambique são muito mais exuberantes do ponto de vista do repertório formal. De facto, a destreza e expressividade do desenho é a característica mais interessante da extensa obra deste arquitecto.⁸⁷

O seu projecto para a residência do Juíz em Inhambane, executado provavelmente em meados da década de 40, apresenta um programa relativamente simples e sem inovações funcionais, mas distingue-se pela volumetria elaborada, fortemente decorada com cantarias em pedra de inspiração neo-solarenga, balaustradas e catavento em ferro forjado, cachorros exagerados e sem função estrutural, latadas, chaminé, arcadas. Destacam-se do conjunto os elementos geométricos abstractos, de possível inspiração africana, recorrentes na obra deste autor.

⁸⁷ - A expressividade do desenho está imediatamente presente no grafismo dos elementos de projecto, desde o tipo de letra das legendas, indicação da orientação norte, até às imagens que acompanham os alçados.



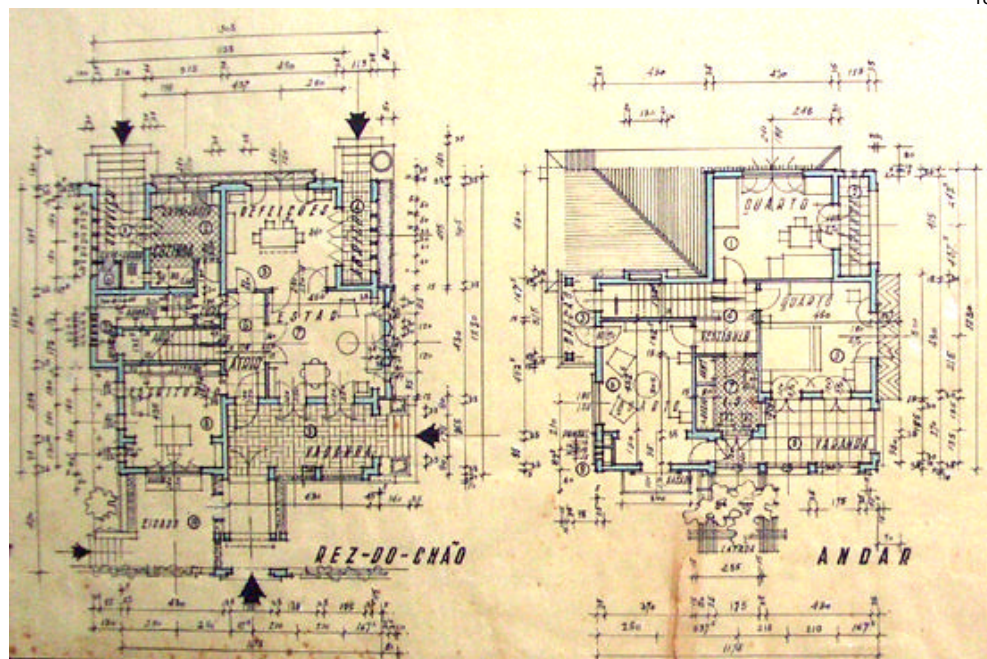
16

Residência do Juiz de Inhambane (s/d)

- 16 – Alçados
- 17 – Pormenor da entrada
- 18 - Plantas



17



18

1.3: Intervenção da metrópole dos anos 40 ao início de 50

A execução de projectos de função habitacional intensifica-se a partir da segunda metade da década de 40, obrigando-se igualmente a dar resposta a uma variedade cada vez mais complexa de necessidades. Face à reduzida capacidade de meios humanos dos serviços técnicos locais, a resposta é garantida directamente pelo Gabinete de Urbanização Colonial, que executa à distância um conjunto de projectos e ensaios teóricos complementares, destinados a resolver as necessidades de habitação em larga escala, por via da tipificação de modelos. Estes modelos, sub-divididos em diferentes variantes, de acordo com o agregado familiar, a caracterização racial do funcionário e o desenvolvimento urbano da envolvente, garantem uma reprodução em série, possível de adaptar a qualquer local específico, definido *a posteriori*. Esta pragmática (e proto-Moderna) metodologia de intervenção é regulada essencialmente por critérios economicistas, e evidencia-se como única forma de garantir uma resposta que abranja a totalidade do território ultramarino.

A síntese do trabalho desenvolvido no domínio habitacional pelo Gabinete de Urbanização Colonial é ilustrada em 1952, no estudo apresentado por João Aguiar ao XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo, decorrido em Lisboa, e dedicado à habitação para indígenas e funcionários do estado ou das companhias comerciais nas colónias africanas.⁸⁸ Neste estudo, a inventariação das habitações⁸⁹ é dividida convenientemente em habitação para europeus e habitação para indígenas, seguindo a corrente política segregacionista. Segundo João Aguiar, as origens da habitação para europeus encontram-se na moradia unifamiliar isolada de “tipo colonial”,⁹⁰ aperfeiçoada ao longo do século XX, e que desde final da década de 40 já vinha sendo acompanhada por habitações geminadas de 2 pisos (para duas a

⁸⁸ - João António de Aguiar, *L'habitation dans les pays tropicaux*, Lisboa, *Federation internationale de l'habitation et de l'urbanisme*, XXIe congrès, 1952. A proposta de organização urbana das habitações (capítulo I - *Organization des communautés*) baseia-se em unidades residenciais *na vizinhança de centros urbanos de características europeias* (cap. I, p. 3, tradução livre), entendidas como pormenores autónomos do Plano Geral de Urbanização respectivo. Sobre este assunto, cf. João Sousa Morais, *op.cit.*, p. 161.

⁸⁹ - João Aguiar, *op.cit.*, capítulo II.

⁹⁰ - Caracterizado pela construção elevada sobre pilares, galeria exterior coberta de largura superior a 2m periférica a toda a habitação, divisões amplas, pé-direito superior a 4m, telas mosquiteiras em todos os vãos, usando na sua construção a madeira e o ferro, mais tarde substituídos por alvenaria de pedra ou tijolo. *Ib.*, cap.II, pp. 3, 4.

quatro famílias), e por blocos de habitação colectiva de 2 a 4 pisos. Relativamente à habitação para indígenas, esta deriva do estudo das tradicionais “cubatas”, nas suas múltiplas variantes. Ambos os casos são caracterizados pela coexistência de diferentes tipos, de acordo com o grau de importância do núcleo urbano onde se inserem, a quantidade de mão-de-obra especializada e o acesso às matérias-primas. As propostas habitacionais incluídas no estudo distinguem-se ainda pela categoria social e nível económico do destinatário, pela composição do agregado familiar (ambos têm influência no número e características das divisões), e pelas diferentes formas de adequação climática (controlo solar, orientação da habitação, protecção das fachadas, arejamento eficaz).⁹¹ Como se disse anteriormente, as bases de projecto regulam-se por princípios economicistas (evitar espaços de circulação, utilizar materiais locais, reduzir as aberturas ao mínimo indispensável, recorrer à standardização de elementos de construção), para tentar garantir a construção em grande quantidade: *é preciso pôr de parte o supérfluo, e tudo o que represente luxo ou exagero, e limitar o uso de mão-de-obra e materiais ao indispensável para uma habitação funcional, higiénica e cómoda.*⁹²

⁹¹ - *Ib.*, cap. III.

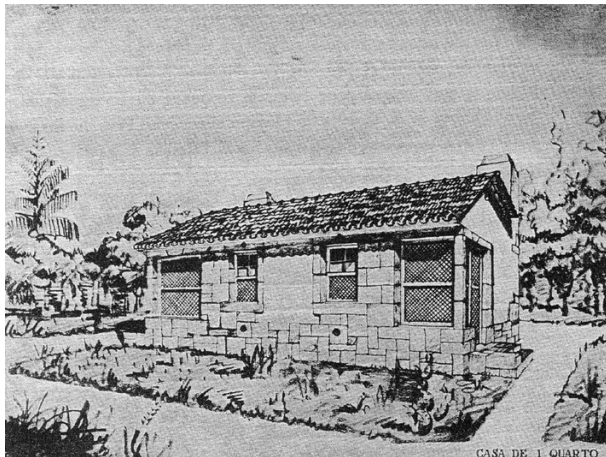
⁹² - *Ib.*, cap. II, p. 12 [tradução livre].

As habitações unifamiliares geminadas, projectadas para zonas rurais ou centros urbanos pouco desenvolvidos e destinadas a trabalhadores-colonos europeus, dividem-se em três tipos: “tipo I” – habitação com um quarto comum; “tipo II” - habitação com um quarto comum e um segundo quarto para crianças do mesmo sexo; “tipo III” - habitação com um quarto comum e dois quartos para crianças de diferentes sexos. Todos os tipos apresentam uma distribuição de espaços muito simples (com áreas mínimas tabeladas), com destaque para a sala comum integrando o espaço de cozinha - através da qual se tem acesso ao(s) quarto(s), e aos dois alpendres protegidos por rede mosquiteira – correspondentes à zona de serviço, com entrada secundária e instalações sanitárias anexas, e à zona de estar com entrada principal – permitindo a ventilação cruzada no interior da habitação.

Os materiais de construção utilizados são os mesmos que se utilizam na metrópole, combinando uma estrutura moderna em betão armado “escondida” por alvenarias de tijolo ou bloco de cimento revestidas a pedra (nos socos, cunhais, chaminés e cantarias). Para os acabamentos, utilizam-se os rebocos, estuques e estafes, vãos em madeira com telas mosquiteiras, tijoleira ou betonilha afagada para os pavimentos interiores, pedra para os pavimentos exteriores, telha para as coberturas inclinadas.

A linguagem arquitectónica está impregnada de referências à arquitectura rural da metrópole, *para que o colono encontre um ambiente que lhe é familiar, permitindo-lhe uma adaptação mais fácil ao novo meio.*⁹³ Estas referências ultrapassam o próprio limite da arquitectura e estendem-se ao mobiliário – também ele tabelado, de acordo com o número de ocupantes – impondo o estilo de vida rural e provinciano, tão do agrado do Estado Novo.

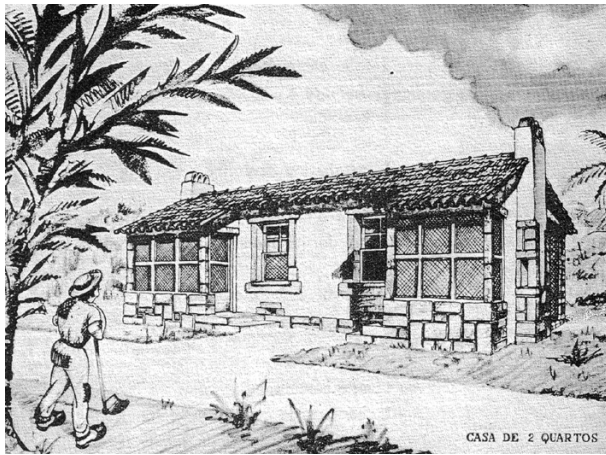
⁹³ - *Ib.*, cap. II, p. 23 [tradução livre].



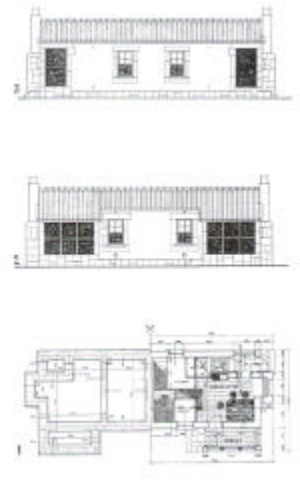
CASA DE 1 QUARTO 19



20



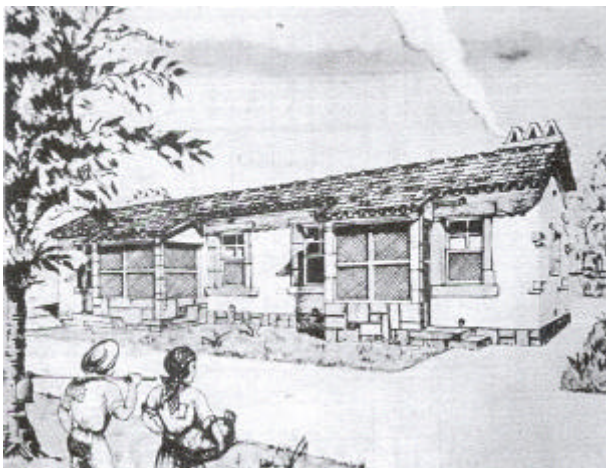
CASA DE 2 QUARTOS 21



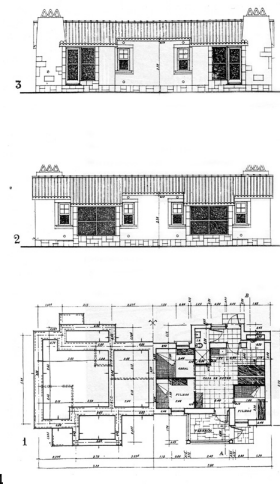
22

Habitaciones para zona rural ou centro urbano pouco desenvolvido (1952)

- 19 – Tipo "I", vista geral 20 – Tipo "I", alçados e planta
- 21 – Tipo "II", vista geral 22 – Tipo "II", alçados e planta
- 23 – Tipo "III", vista geral 24 – Tipo "III", alçados e planta



23



24

Para os centros urbanos mais desenvolvidos são propostas habitações em banda – *villas*, e habitações colectivas, para albergar os funcionários do Estado, Caminhos de Ferro e Portos.

As *villas*, tal como as habitações rurais, dividem-se em três tipos, de acordo com o número de quartos. Mas os apartamentos são mais generosos, sobretudo nas áreas destinadas a cozinha (independente da sala) e instalações sanitárias, e podem organizar-se num só piso, ou em *duplex* (com os quartos e as instalações sanitárias a ocupar o piso superior).

Relativamente aos blocos habitacionais, a previsão inicial determina uma altura de piso térreo e três andares, mas calcula-se uma eventual ampliação. As áreas tabeladas para os apartamentos são ainda mais folgadas,⁹⁴ sugerindo uma ocupação destinada a funcionários pertencentes a um grupo socio-económico de destaque.

Ambos os casos utilizam o mesmo tipo de materiais previstos para as habitações rurais, e mantêm a linguagem simples mas de estética reaccionária. No entanto, nos blocos habitacionais nota-se um compromisso com uma certa ideia de modernidade e pragmatismo funcionalista, no uso de galerias de circulação ao longo das fachadas – inteligentes do ponto de vista do controlo térmico, e determinantes para a acentuada horizontalidade envidraçada da fachada principal, ou para o aspecto mais estrutural da fachada posterior.

⁹⁴ - Quadro de áreas comparativo [*lb.*, cap. II].

	Moradia rural			Duplex em <i>Villa</i>			Apartamento em bloco habitacional
	Tipo I (2 habit.)	Tipo II (4 habit.)	Tipo III (6 habit.)	Tipo I (2 habit.)	Tipo II (4 habit.)	Tipo III (6 habit.)	6 habitantes
Superfície da construção	27,98m ²	37,96m ²	48,03m ²	44,77m ²	63,00m ²	88,02m ²	137,41m ²

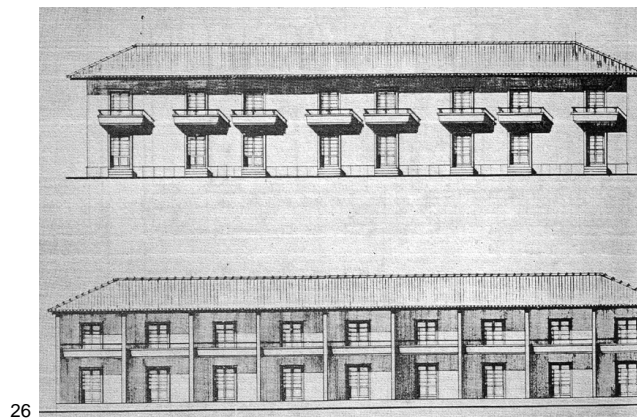
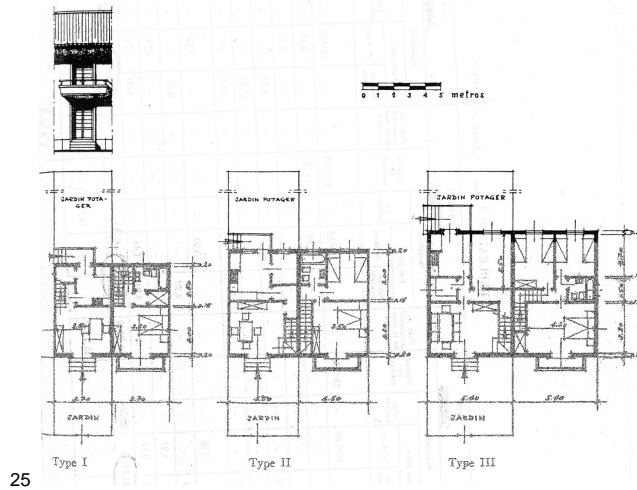
Habitções para centros urbanos mais desenvolvidos (1952)

25 – Villa, plantas-tipo

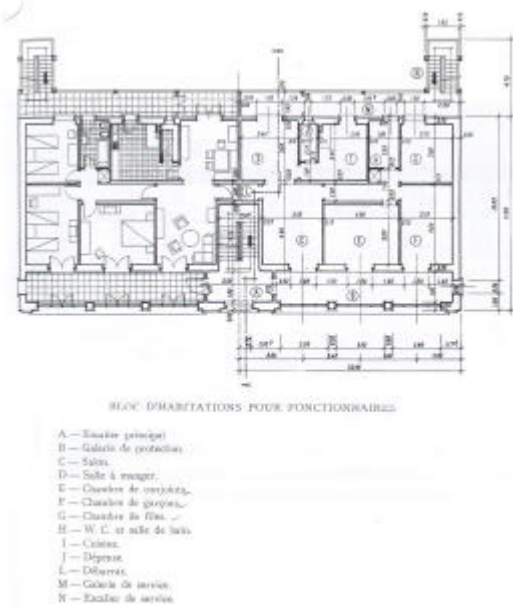
26 – Villa, alçados

27 – Bloco habitacional, planta

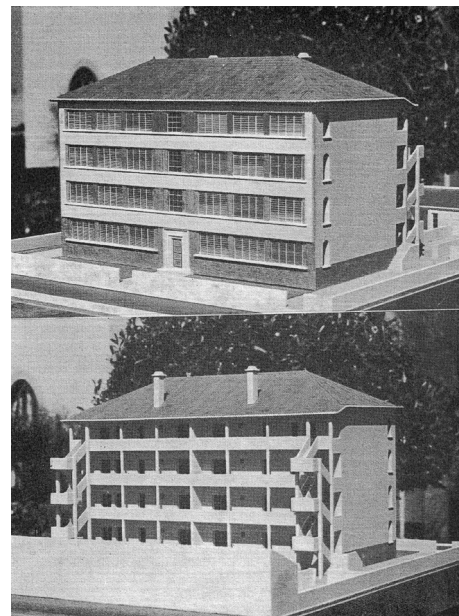
28 – Bloco habitacional, maquete



27



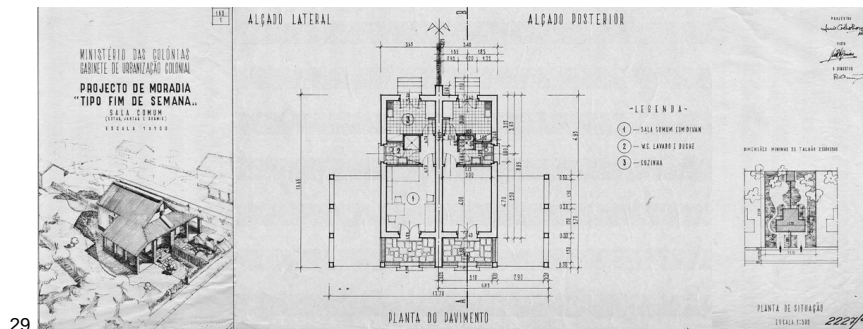
28



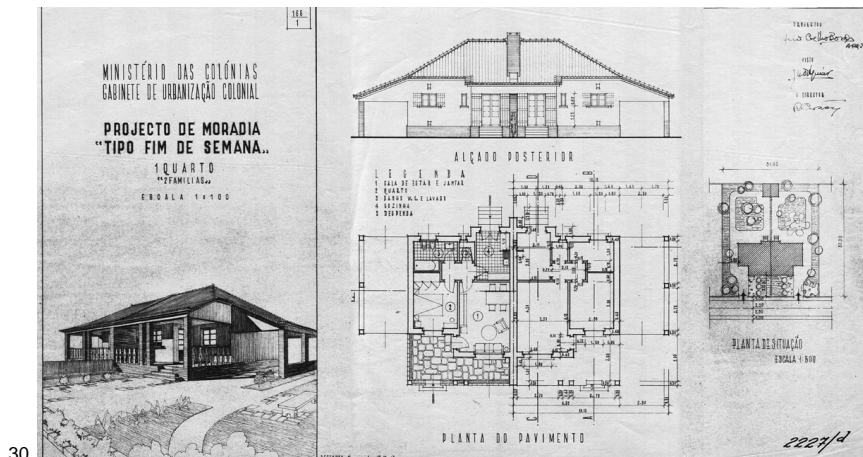
Para além das habitações destinadas ao uso diário, o Gabinete de Urbanização Colonial vai projectar as moradias destinadas aos momentos de lazer dos funcionários do estado residentes nos centros urbanos, englobadas numa estratégia recentemente iniciada de desenvolvimento da vocação turística de certas regiões da colónia – neste caso, essas regiões são: Namaacha, Praia Nova, Inhambane, Milange, Macequece e Gorongosa.

De acordo com os desenhos de projecto, da autoria do arquitecto Luis Coelho Borges, estas moradias de fim de semana cobrem várias tipologias, com ligeiras variações entre si: moradia geminada de piso térreo com sala e quarto comum – o modelo mais simples; moradia geminada de piso térreo com sala e um quarto, destinada a duas famílias; moradia isolada de piso térreo com sala e um quarto, destinada a uma família - semelhante à anterior mas com área de quarto mais pequena; moradia geminada de piso térreo com sala e dois quartos, destinada a duas famílias; moradia isolada de piso térreo com sala e dois quartos, destinada a uma família com um filho ou dois filhos do mesmo sexo - semelhante à anterior mas com áreas de quartos mais pequenas; moradia isolada de piso térreo com sala e três quartos, destinada a uma família com filhos de diferentes sexos; habitação isolada de piso térreo e primeiro andar, com sala e três quartos - organização dos espaços igual à tipologia anterior, mas destinada a uma família por andar, com acesso vertical independente; moradia geminada *duplex*, com sala e três quartos, destinada a duas famílias.⁹⁵

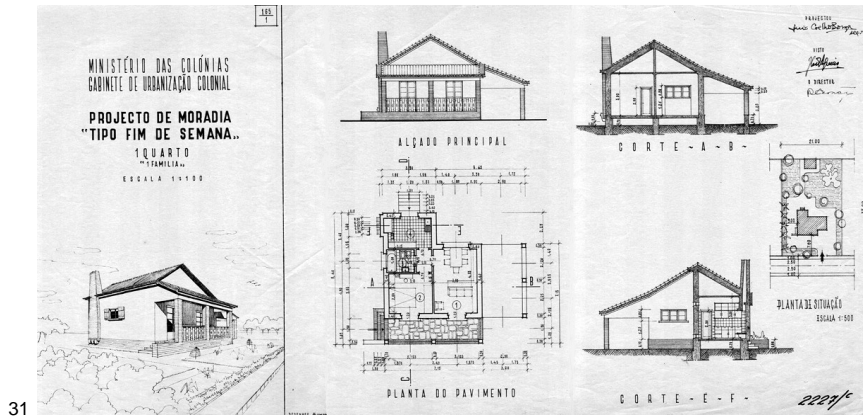
⁹⁵ - Os projectos de moradias de fim de semana apresentados no estudo de João Aguiar correspondem a um pequeno resumo, se comparados com a quantidade total de projectos encontrados. Supõe-se, portanto, que o mesmo se passará nos restantes tipos de projectos apresentados.



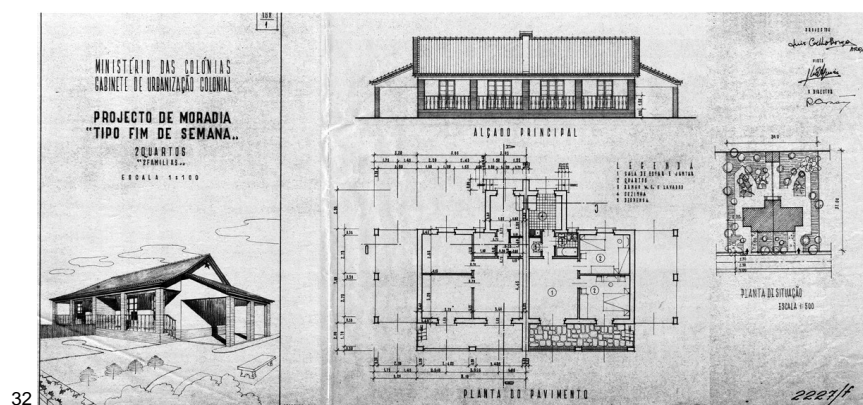
29



30



31



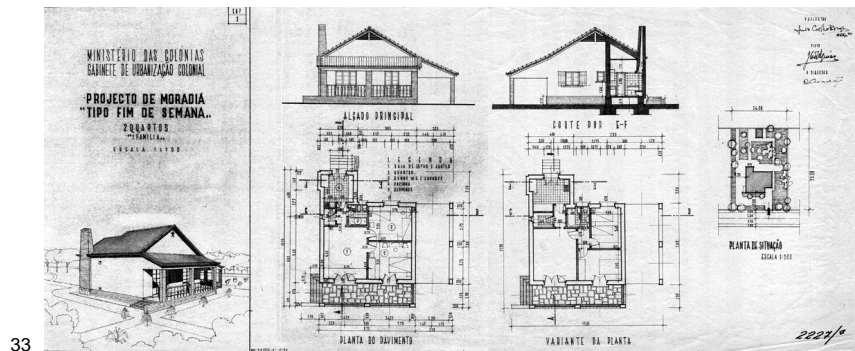
32

Moradias de fim de semana (1952)

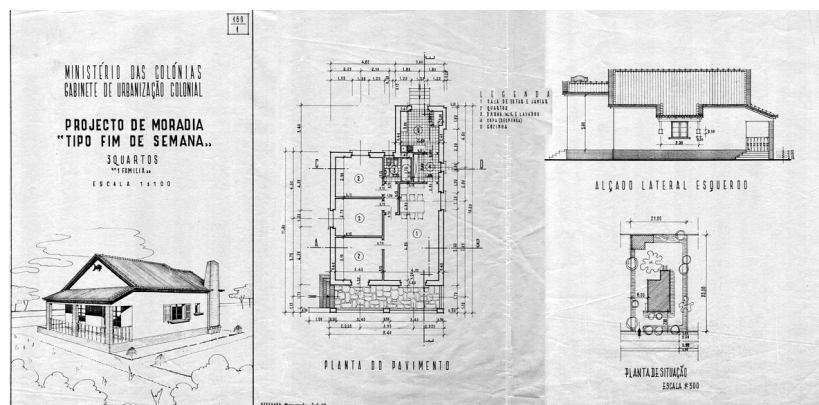
- 29 – Tipo “sala e quarto comum”
- 30 – Tipo “1 quarto, 2 famílias”
- 31 – Tipo “1 quarto, 1 família”
- 32 – Tipo “2 quartos, 2 famílias”

A lógica de organização dos espaços é comum às diferentes tipologias, e procura soluções simples, baseadas em divisões de áreas reduzidas – um facto que se justifica pela condição de “casa de férias”. Os espaços de circulação são reduzidos, promovendo-se em alguns casos o contacto entre as zonas sociais e íntimas da casa, com excepção da ligação entre cozinha e sala, separadas por uma antecâmara, que agrega as zonas de lavabos e/ ou arrumos. Na continuidade exterior da sala – ou sala e quarto – é projectado um alpendre, elevado em relação ao terreno, que funciona simultaneamente como zona de entrada e espaço de estar, abrigado da luz solar directa. Um segundo alpendre, anexo à moradia, destina-se ao estacionamento automóvel – o meio de transporte privilegiado.

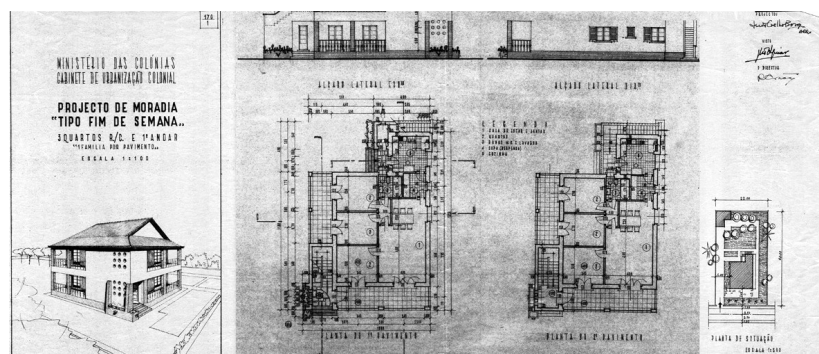
Tal como nas habitações rurais é proposta uma linguagem simples; menos rústica – mais adequada a casas de veraneio - mas igualmente carregada de elementos de conotação tradicionalista: o revestimento em pedra (soco, chaminé e pilares do alpendre), o desenho das balaustradas, a cobertura inclinada revestida a telha. Destaque-se positivamente a preocupação com o conforto térmico, através do uso dos alpendres (já mencionado) e da existência de uma caixa de ar na cobertura – entre a laje inclinada exterior e o tecto plano interior - ventilada nos topos. No caso da moradia isolada de dois pisos, com uma família por andar, convém ainda destacar os respiradores circulares na parede do núcleo de escadas, não só pela importância térmica como pelo aspecto dissonante no léxico tradicionalista do conjunto.



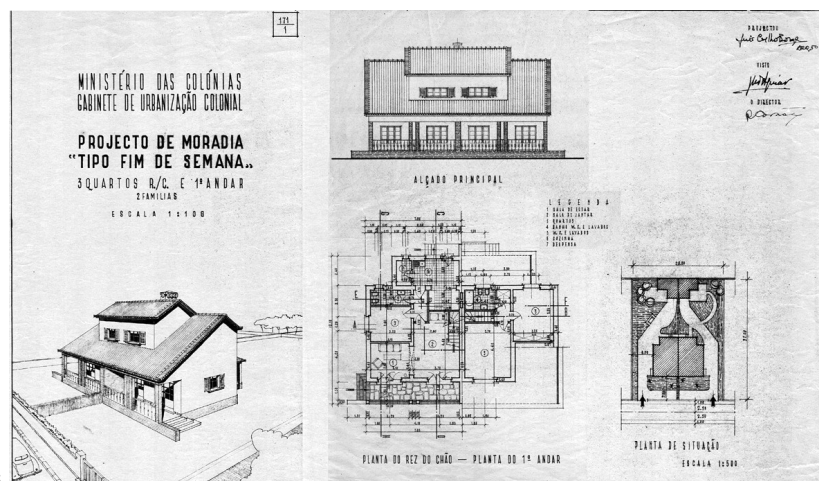
33



34



35



36

Moradias de fim de semana (1952)

- 33 – Tipo “2 quartos, 1 família”
- 34 – Tipo “3 quartos, 1 família”
- 35 – Tipo “1 família por pavimento”
- 36 – Tipo “2 andares, 2 famílias”

Relativamente às habitações destinadas a trabalhadores e operários indígenas e suas famílias, o Gabinete de Urbanização Colonial propõe habitação unifamiliar geminada ou agrupada em banda, organizada em *duplex* ou piso térreo, de construção simples e desenho estritamente resultante da organização funcional. Tal como as habitações para europeus, estas dividem-se em três tipos, de acordo com o número de quartos.

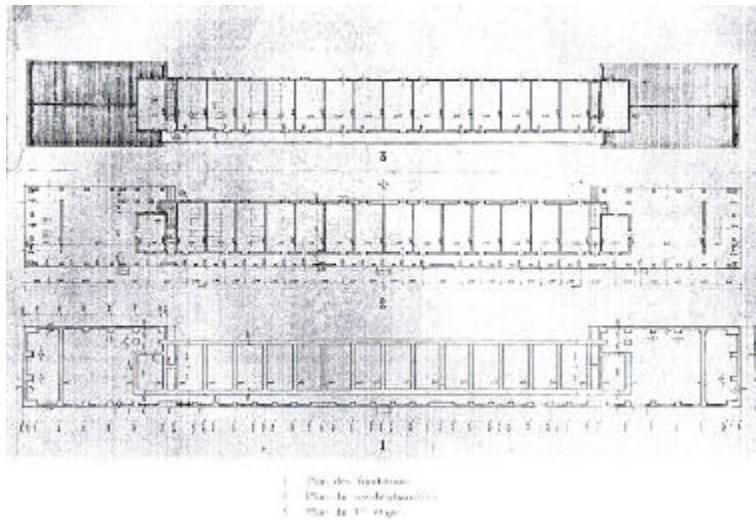
Para os casais sem filhos (ou com filhos menores de 7 anos), e para os celibatários, são destinados longos blocos habitacionais de rés-do-chão e primeiro piso, com quartos em banda (camaratas de 5 camas, no caso dos celibatários) e grupos de cozinha/ refeitório/ sala comum, ocupando os topos do piso térreo. O acesso aos quartos do primeiro piso é feito pelo exterior, através de escadas e galeria sem sombreamento - segundo João Aguiar, *a protecção contra a incidência solar não é tão importante na habitação para indígenas, porque estes estão mais adaptados ao meio tropical.*⁹⁶ O mobiliário interior é pré-definido,⁹⁷ tal como se verifica nas habitações rurais e habitações de férias para europeus, o que garante um suporte mínimo de conforto (apesar de nivelado por baixo), mas ao mesmo tempo impõe um estilo de vida, sem espaço para variantes.

A organização do programa nos blocos habitacionais proporciona igualmente uma composição arquitectónica simples, mas mais rica que a das moradias unifamiliares. Este modelo é caracterizado pela repetição “racionalista” de arcadas e vãos emoldurados por cantaria, segundo duas variantes de alçados: com arcada sobre o piso térreo, servindo de suporte estrutural à galeria superior – podendo ainda variar o desenho dos arcos - e com galeria superior em consola, com guarda em ferro, sem arcada sobre o piso térreo.⁹⁸ Esta linguagem evidencia claramente uma opção de construir na periferia dos centros urbanos, contrariamente ao que é proposto para os blocos habitacionais destinados a europeus.

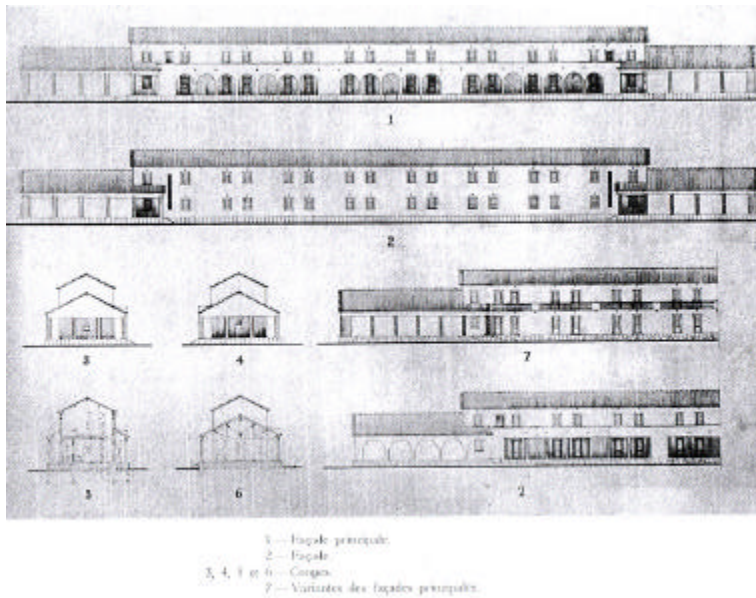
⁹⁶ - *Ib.*, capítulo II, p.18 [tradução livre]. Segundo o autor, a eficácia do controlo ambiental na habitação para indígenas fica garantida por uma orientação optimizada da mesma em função do ciclo solar, e a favor dos ventos dominantes.

⁹⁷ - *Ib.*, capítulo II.

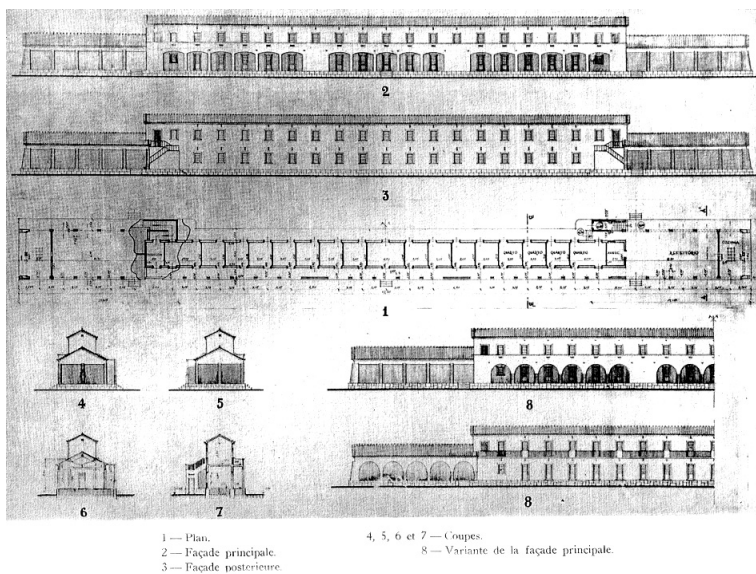
⁹⁸ - *Ib.*, capítulo II, p.48.



37



38



Habitação para indígenas (1952)

37 – Blocos para celibatários, plantas

38 – Blocos para celibatários, alçados e cortes

39 – Blocos para casais sem filhos ou filhos menores

39

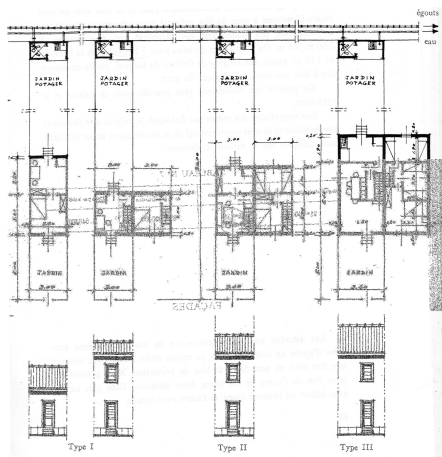
Relativamente à superfície de construção por habitante,⁹⁹ as propostas habitacionais para indígenas aproximam-se, ainda assim, das habitações rurais para europeus. Mas o que distingue claramente as primeiras das segundas (rurais ou urbanas) é a reduzida variedade tipológica e a proposta de um estilo de habitar praticamente desprovido de espaços privados (sobretudo nos blocos habitacionais) e muito menos confortável – cujo exemplo mais flagrante está na opção de localizar as instalações sanitárias no exterior da habitação, *devido a considerações higiénicas fáceis de compreender, e por razões de ordem económica.*¹⁰⁰

⁹⁹ - Quadro de áreas comparativo [*ib.*, cap. II]. Nota: não estão incluídas as habitações de veraneio para europeus, por insuficiência de dados.

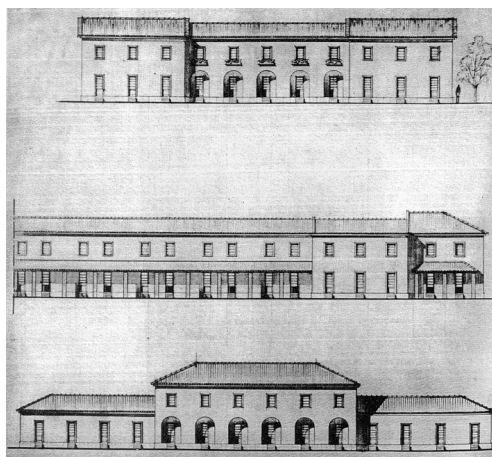
Tipologia habitacional		Superfície de construção por habitante
Moradia unifamiliar rural para europeus	Tipo I – 2 habitantes	14,49m ²
	Tipo II – 4 habitantes	9,49m ²
	Tipo III – 6 habitantes	8,00m ²
Moradia unifamiliar em banda para europeus (<i>villa</i>)	Tipo I – 2 habitantes	22,39m ²
	Tipo II – 4 habitantes	15,75m ²
	Tipo III – 6 habitantes	14,67m ²
Bloco habitacional para Europeus		22,90m ²
Moradia unifamiliar para indígenas	Tipo I – 2 habitantes	10,08m ²
	Tipo II – 4 habitantes	8,64m ²
	Tipo III – 6 habitantes	9,36m ²
Bloco habitacional para casais indígenas		13,03m ²
Bloco habitacional para indígenas celibatários		12,10m ²

De acordo com este quadro, a grande distinção em termos de áreas verifica-se entre as habitações urbanas (europeus) e as habitações rurais (europeus)/ destinadas às periferias urbanas (indígenas).

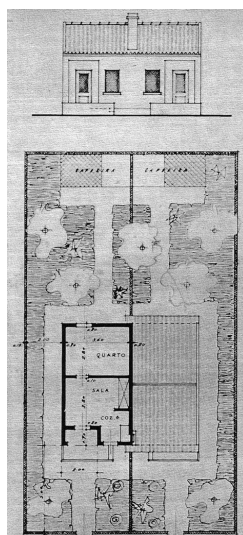
¹⁰⁰ - *ib.*.



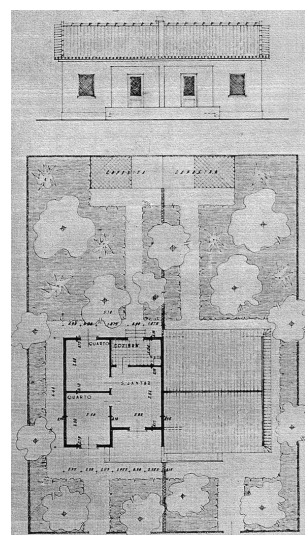
40



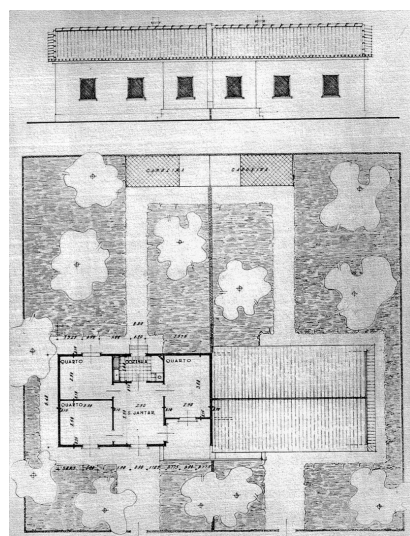
41



42



43



44

Habitação para indígenas (1952)

- 40 – Moradias em banda, plantas-tipo
- 41 – Moradias em banda, variantes de alçados
- 42 – Moradia unifamiliar tipo "I"
- 43 – Moradia unifamiliar tipo "II"
- 44 – Moradia unifamiliar tipo "III"

1.4: A produção local entre 1953 e 1957

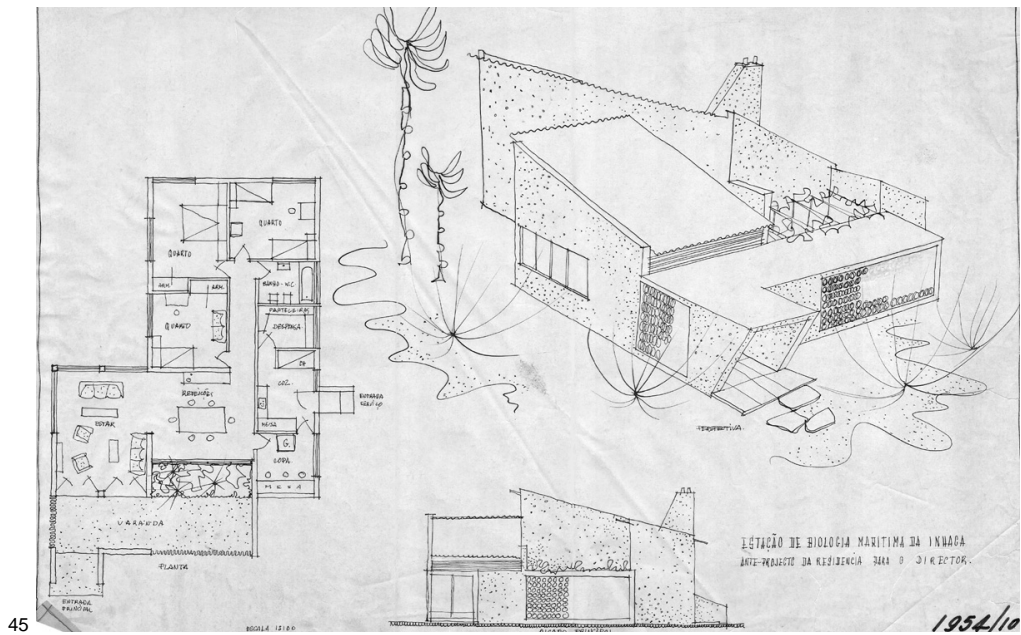
As propostas desenvolvidas pelo Gabinete de Urbanização Colonial evidenciam o papel prioritário do tema habitacional no âmbito das preocupações do Ministério das Colónias, no princípio da década de 50. Esta dedicação é partilhada pela classe profissional dos arquitectos da metrópole, sobretudo pela geração formada no rescaldo do Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, que encontra neste tema uma possibilidade de reflexão teórica e experimentação prática dos novos conceitos ideológicos e formais promovidos pelo Movimento Moderno.¹⁰¹ Este cenário é reproduzido com grande expressão nas obras privadas da colónia, executadas pelos recém-chegados representantes da nova geração de arquitectos – uma produção atentamente acompanhada pelos serviços de Obras Públicas de Lourenço Marques, e traduzida igualmente em resultados práticos.

Como exemplo, refira-se um projecto datado de 1953, para duas habitações na Estação de Biologia Marítima da ilha de Inhaca. Curiosamente, a execução deste trabalho é da autoria de João Aires, que ainda um ano antes trabalhava como projectista ou desenhador em obras profundamente submissas ao gosto Português Suave¹⁰²- esta prática é comum a vários técnicos das Obras Públicas, o que explica a renovação contínua e acelerada da sua produção, assente numa descomplexada variação linguística sem fundamentação teórica.

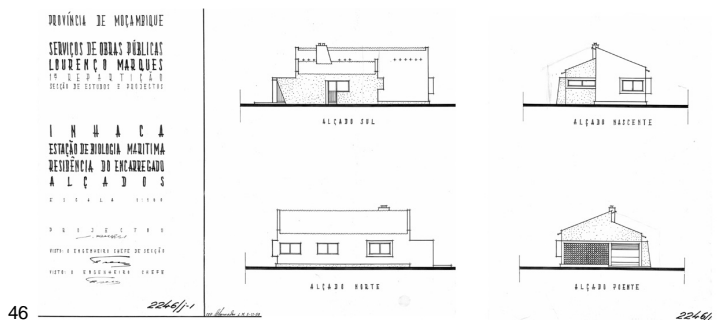
Neste caso, o enquadramento das duas residências num contexto natural (não urbano), terá estado na origem da aproximação à simplicidade formal do vocabulário próprio do Movimento Moderno, caracterizando um resultado que se aproxima, por via do programa, às habitações de veraneio do Gabinete de Urbanização Colonial, mas que definitivamente se distancia dos seus modelos compositivos de aspecto vernacular.

¹⁰¹ - *Foi essencialmente na habitação encarada como programa seminal do ideário moderno, e inicialmente na habitação unifamiliar, que se ensaiaram novos materiais e tecnologias, outras espacialidades e uma nova estética.* Ana Tostões, *Moradias como Laboratório do Quotidiano Moderno*, in Ana Tostões [coordenação científica], *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, p. 307.

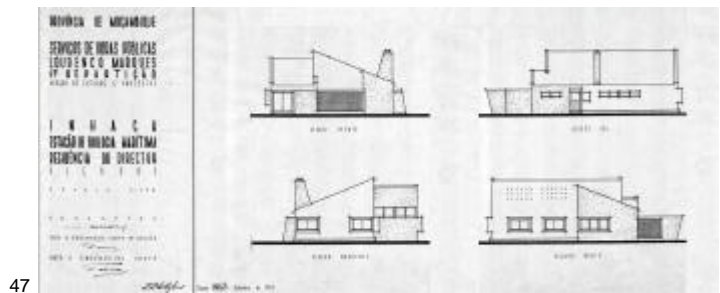
¹⁰² - Como projectista, refira-se a execução de um posto fiscal para Estatuene, em 1951, de aspecto pitoresco, baseado na “Casa Portuguesa” de Raúl Lino. Como desenhador, destaque-se a sua participação nos projectos das residências para funcionários do Governo Geral na Beira - analisadas anteriormente – projectadas em 1947 por Augusto Rodrigues da Silva.



45



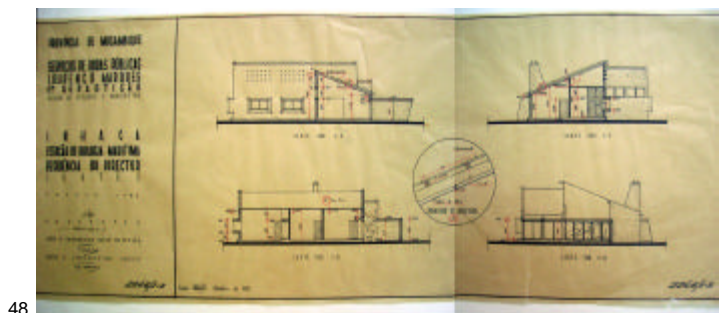
46



47

Habitações na Estação de Biologia Marítima de Inhaca (1953)

- 45 – Residência do director (ante-projecto)
- 46 – Residência do encarregado, alçados
- 47 – Residência do director, alçados
- 48 – Residência do director, cortes



48

As duas moradias, destinadas ao director e ao encarregado da Estação de Biologia Marítima, organizam um programa simples, em piso térreo, destacando-se pela interessante combinação entre a espacialidade interior e a composição volumétrica, de expressiva articulação entre cheios e vazios – em especial na residência para o director, devido à maior complexidade programática. O sistema construtivo combina uma estrutura em betão armado com coberturas inclinadas formadas por vigamento de madeira – uma técnica provavelmente mais adaptada ao local. O revestimento destas coberturas é formado por “modernas”, económicas e funcionais chapas de fibrocimento. No revestimento das fachadas, os desenhos sugerem dois tipos de acabamento – provavelmente reboco liso e texturado – acentuando a expressividade volumétrica.

A residência do director é caracterizada por uma implantação em “L”, formada pelo corpo dos quartos e zona de serviços – virados respectivamente a norte e sul - ligado perpendicularmente ao corpo dos espaços públicos da casa – sala de estar, sala de jantar, varanda-galeria. Esta dupla axialidade é enriquecida volumetricamente pelas diferentes orientações e inclinações das coberturas. A adequação às condições climáticas é uma preocupação fundamental do projecto, dando origem a uma inteligente transição entre espaços exteriores e interiores. Acentua-se igualmente a preocupação com o desenho dos espaços de uso público, interligados de modo fluido e ao mesmo tempo individualizados pela caracterização espacial. A entrada reinterpreta o típico alpendre colonial, propondo um espaço mais encerrado, de pé-direito baixo (2,15 metros), mas em contacto directo com o exterior, pelos painéis perfurados das fachadas. Este espaço funciona como entrada e prolongamento da sala de estar, com a qual comunica directamente através de um longo plano envidraçado. A sala de estar destaca-se pela cobertura inclinada – forrada em madeira – e elevado pé-direito (4,35 metros), reforçado pelas aberturas de luz a nascente, localizadas a um nível superior. O terceiro acto desta sequência espacial corresponde à sala de jantar, enriquecida por um expressivo pátio ajardinado, situado no remate da ligação com a galeria de entrada. Este pátio, em conjunto com o painel perfurado na parede poente da galeria, permite a entrada de luz indirecta, beneficiando a sala de jantar e o próprio corredor de acesso às áreas privadas da casa.

O controlo da luz solar directa nos restantes espaços é efectuado através de pronunciadas molduras que envolvem os vãos voltados a norte e a nascente.¹⁰³ Para além da protecção solar, é montado um eficaz sistema de ventilação natural, aproveitando a acentuada inclinação das lajes de cobertura e as diferenças de pé-direito no interior, de modo a permitir a criação de caixas de ar ventiladas.

A introdução dos princípios ideológicos do Movimento Moderno na prática dos serviços de Obras Públicas da colónia é produzida pelo arquitecto Fernando Mesquita, entre 1953 e 1956, em consequência de um ritmo de produção prática bastante elevado,¹⁰⁴ caracterizado no domínio habitacional por um conjunto de propostas destinadas aos trabalhadores indígenas da função pública. A nova filosofia de intervenção assenta nos princípios de economia, higiene e funcionalidade introduzidos pelo gabinete de João Aguiar, mas distingue-se pela recusa radical de modelos formais importados da metrópole, acreditando no cumprimento mais eficaz destes princípios através da exploração do pensamento Moderno. Esta primeira fase de sedimentação de conceitos é potenciada pela execução em grande número de projectos destinados a indígenas, situados fora das regiões urbanas, permitindo uma maior liberdade de expressão, e facilitando o processo de substituição de modelos formais, através do aproveitamento de técnicas, materiais e qualidades estéticas das construções autóctones.

O exemplo mais simples deste tipo de propostas é executado em 1953, e composto por dois tipos de construções - a palhota e o armazém com sanitários anexos - destinadas ao posto fronteiriço do Pafuri. Estas construções serviriam provavelmente como abrigo temporário para operários, durante as obras de execução do edifício da alfândega - cujo projecto, de aspecto pitoresco e provinciano seria projectado por Francisco Assis em 1954.

¹⁰³ - A localização no hemisfério sul obriga a maiores preocupações com as fachadas voltadas a norte, e justifica uma menor protecção a sul, acentuada também pelo facto de se localizarem nesse lado as funções de serviço.

¹⁰⁴ - No seu ano de maior produção como arquitecto projectista - 1955, de acordo com os registos encontrados - Fernando Mesquita iria executar uma extensa lista de trabalhos, de pequena e média escala, para todo o território da província, dos quais se destaca um abrigo para guarda indígena na Namacha, um canil no parque Lazareto, em Lourenço Marques, um mercado para indígenas em Ressano Garcia, uma pousada na Gorongosa, dois pavilhões para o hospital de Tavene, João Belo (actual Xai-Xai) (consultar pp. 180, 181), um edifício de habitação colectiva no Macuti, Beira, para além de várias escolas-tipo (consultar pp. 161 a 171).

Em termos espaciais, o que se propõe é o grau zero da habitação, uma construção apta a servir para pouco mais do que abrigo: áreas mínimas, reduzido número de materiais, arquitectura de “pele e osso”. Tal como nas propostas de Aguiar, as várias funções de uso quotidiano estão separadas em diferentes construções, numa suposta adaptação ao estilo de vida comunitário do indígena. Na verdade, o que esta divisão de funções permite é agrupar um conjunto numeroso de palhotas em torno de um único núcleo de espaços comuns de uso colectivo, com grande economia de meios e recursos, em prejuízo do conforto do espaço privado.

A palhota alberga duas construções geminadas sob um tecto comum, destinadas a duas famílias indígenas. Cada família tem direito a dois espaços fechados para uso privado (com 2,5 por 3 metros) e um terreiro exterior à sua frente (com 3 por 5,5 metros). As paredes são construídas em adobe, sobre fundações em betão, e as aberturas para o exterior reduzem-se ao mínimo essencial – a porta de entrada com uma janela em bandeira, e uma pequena janela na parede oposta. Estas janelas não têm vidro, apenas uma rede mosquiteira, permitindo que o ar circule livremente e de modo constante. A cobertura é formada por uma estrutura em paus do mato forrada a colmo, de acordo com as técnicas da cultura local, salientando-se para fora das paredes exteriores, e descendo até à altura de 2 metros, de modo a garantir um longo período de sombreamento.

O armazém é composto por um espaço interior de 10 por 5 metros, e dois sanitários, cada um com uma retrete e uma base de duche. Os materiais e técnicas utilizadas são em tudo semelhantes à palhota.

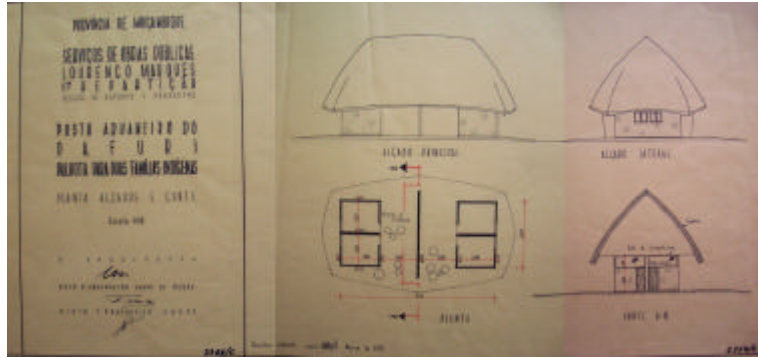
Em 1955, num projecto para Marracuene, Fernando Mesquita irá introduzir novas variantes para o mesmo tipo de proposta e sistema construtivo:

A palhota destina-se a uma só família, e perde o terreiro exterior coberto. Os dois espaços interiores mantêm-se, mas com dimensões ligeiramente maiores (2,5 por 3,5 metros) e um acesso sequencial. Os vãos abertos para o exterior reduzem-se a uma porta de acesso ao primeiro espaço e uma pequena janela no segundo. A cobertura mantém a projecção de 1 metro nos quatro lados, mas reduz-se a duas águas permitindo a entrada de ar nos topos – forrados por uma esteira em caniço forte, tal como o topo da parede divisória interior.

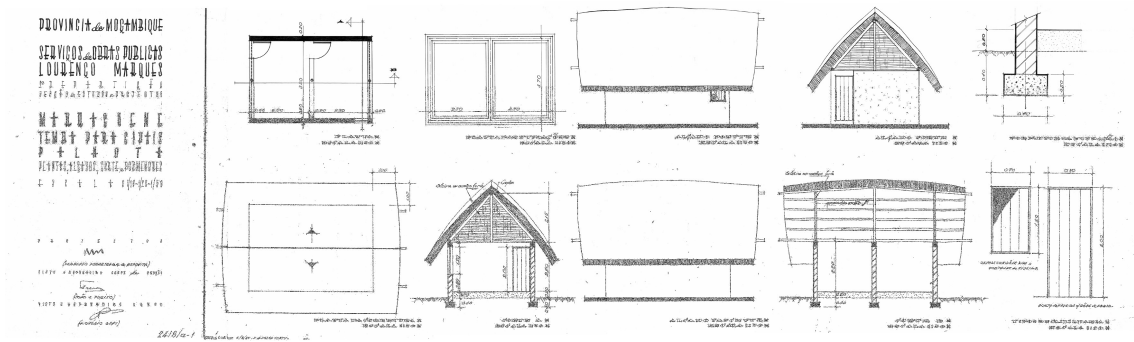
Os sanitários ocupam uma construção de aspecto e dimensões semelhantes à palhota, dividindo-se em duas retretes para cada sexo, com acessos em paredes opostas.

**Projectos para trabalhadores indígenas
(1953 – 1955)**

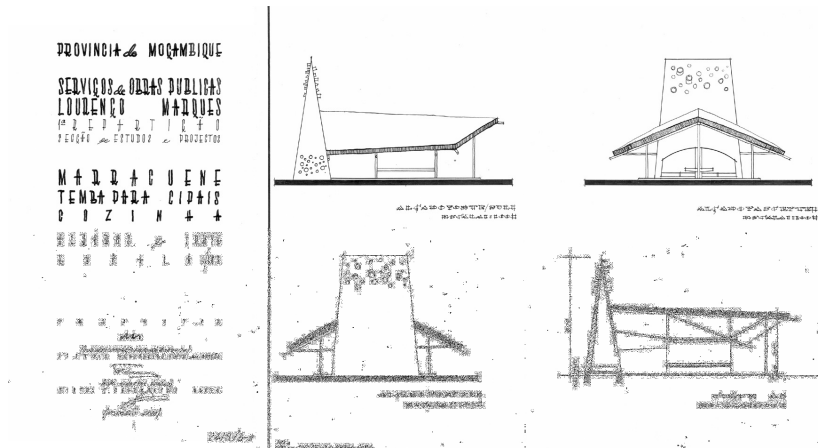
- 49 – Palhota para posto aduaneiro do Pafuri
- 50 – Palhota para Marracuene
- 51 – Cozinha para Marracuene
- 52 – Residência para cantoneiros



49

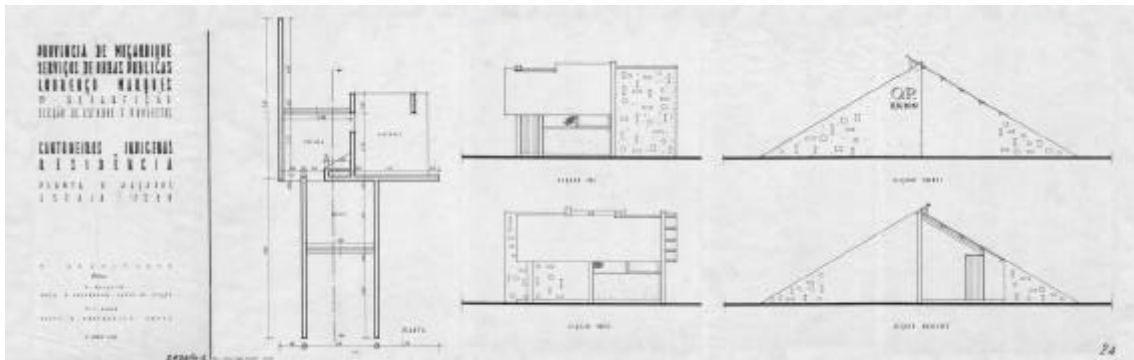


50



51

52



Uma das funções destinadas ao terreiro coberto existente nas palhotas de Pafuri ganha em Marracuene o direito a ocupar uma construção autónoma, usada exclusivamente como cozinha. Neste caso, a construção reduz-se praticamente a dois elementos: a cobertura em colmo, sustentada por uma estrutura em paus do mato, e uma expressiva chaminé em forma prismática triangular.

A expressividade abstracta evidenciada por Mesquita na cozinha de Marracuene vinha já sendo desenvolvida noutros projectos, totalmente afastados do mimetismo vernacular, de que é exemplo uma residência para cantoneiros indígenas projectada em 1953. Neste caso estamos perante um tipo de proposta menos esquemática que nos casos anteriores; apesar de não se afastar muito das condições de habitabilidade desenvolvidas nos abrigos de Pafuri e Marracuene, propõe a interligação entre diferentes funções – alpendre, cozinha, quarto – aumentando consideravelmente o conforto na sua utilização. Este programa, apesar de muito simples, é pretexto suficiente para uma reflexão espacial, baseando a sua organização através de planos ortogonais assimétricos, lançados em várias direcções a partir de um núcleo central, de desenho inspirado nas propostas do grupo *De Stijl* ou na planta livre de Mies Van der Rohe. Estes planos-paredes desenham um alçado de linhas diagonais, descendo desde a cumeeira – acompanhando a cobertura – até à cota do terreno, numa expressividade formal acentuada pelo desenho abstracto inscrito nas paredes – prováveis furações para a formação de correntes de ar. Pelo *lettering* inscrito no alçado, somos levados a supôr que este projecto se destinava a um modelo de abrigo passível de ser repetido ao longo da rede viária, o que justifica a sua composição volumétrica, pela necessidade de funcionar como objecto-escultura caracterizador da paisagem.

1.5: A produção local no final dos anos 50

Entre 1953 e 1957, a produção habitacional executada pelos serviços de Obras Públicas de Lourenço Marques é caracterizada por um conjunto bastante eclético de resultados, variando entre soluções mais reaccionárias ou mais arrojadas, com igual domínio formal e técnico, de acordo com o gosto do “cliente”. Esta variação coloca em evidência as diferentes personalidades dos autores dos projectos, destacando-se pela oposição de princípios os exemplos de Fernando Mesquita e de Francisco Assis.

Fernando Mesquita é responsável pela maior parte da produção fiel ao Movimento Moderno, gradualmente alargada à totalidade das tipologias e classes sociais, caracterizada por um percurso linear de inflexibilidade ideológica. Pelo contrário, Assis vai marcar presença assídua na produção Português Suave mais historicista (prolongando as experiências da década anterior), assim como no Movimento Moderno mais Estilo Internacional¹⁰⁵ desenvolvido a partir de 1958, com aparente despreocupação e impressionante maleabilidade, disfarçando, através da exacerbação da linguagem, a banalidade espacial de algumas das suas obras.

Refira-se ainda um terceiro arquitecto, Luíz Filipe de Vasconcelos (ou Luís Filipe Vasconcelos), associado ao gabinete de Obras Públicas da província a partir de 1958,¹⁰⁶ colaborando sobretudo em projectos residenciais e hospitalares, como autor ou co-autor (em conjunto com Francisco de Assis). A grande virtude dos seus projectos reside numa inflexível homogeneidade linguística, baseada num vocabulário Moderno muito rico, decalcado das experiências brasileiras. Embora não atinja em alguns casos uma verdadeira inovação espacial, a “imagem moderna” traduzida nestas propostas contribui decisivamente para a uniformização da produção arquitectónica produzida pelos serviços de Obras Públicas a partir de 1958.

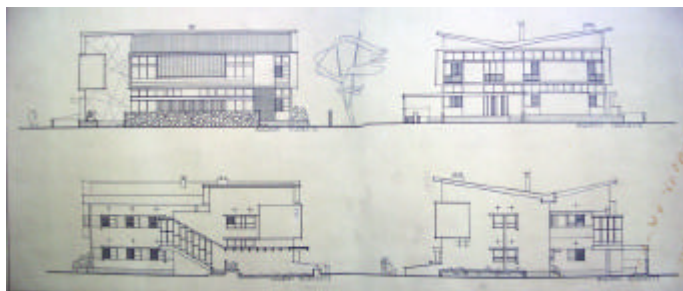
¹⁰⁵ - O uso da expressão Estilo Internacional neste contexto procura ilustrar uma prática de composição arquitectónica baseada nas soluções formais do Movimento Moderno, universalmente reconhecidas e generalizadas, mas aplicadas de modo “automático”, sem reflexão crítica.

¹⁰⁶ - De acordo com as datas constantes nos projectos analisados.

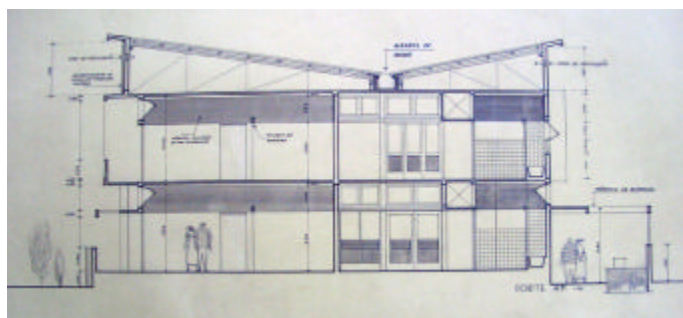
Nesse mesmo ano, Luíz de Vasconcellos projecta para a Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes um bloco de habitação composto por seis moradias para funcionários do Governo Geral, destinado a Lourenço Marques. Este programa – uma variação tipológica do modelo de habitação colectiva - é organizado num edifício compacto de rés-do-chão e primeiro andar, com uma implantação em “L”, ocupando a quase totalidade do lote rectangular onde se insere – com excepção de um pátio de serviço localizado na parte posterior, oposta às duas frentes principais.

Através da organização funcional - tipologia dos apartamentos, localização dos acessos - e da utilização de uma linguagem unitária, as seis residências que constituem o programa surgem disfarçadas sob a forma de uma única moradia unifamiliar de generosas dimensões, provavelmente para melhor se enquadrar na escala e tipologia da envolvente urbana. Os apartamentos – dois “T3” e quatro “T2”, com áreas aproximadas entre os 80 e os 100 metros quadrados – destinam-se a agregados familiares pouco numerosos, de classe média. No pátio de serviço localiza-se uma pequena construção anexa destinada ao dormitório dos empregados indígenas. A aparência unitária do conjunto é resolvida através de alçados complexos, carregados de texturas, planos diferenciados, assimetrias, que impedem a leitura da organização interna dos espaços. Esta linguagem é mais conseguida nas frentes sudeste e sudoeste, correspondentes aos acessos - provavelmente as únicas frentes urbanas do conjunto. Os elementos caracterizadores principais são típicos do Movimento Moderno – grelhagens, painéis decorativos com desenho geométrico abstracto – alguns dos quais influenciados pelo enquadramento tropical - revestimento de muros e pavimentos em seixo rolado, cobertura em borboleta revestida a Lusalite.

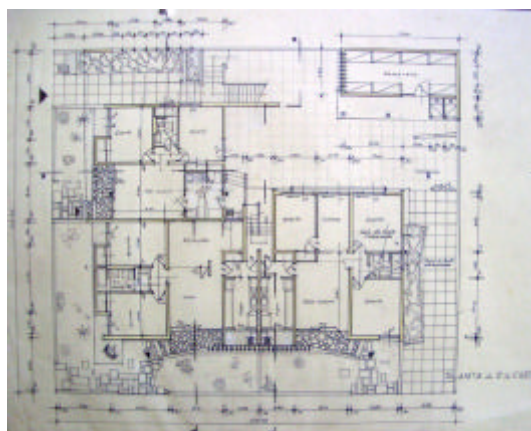
Os seis apartamentos que constituem o bloco dividem-se entre o piso térreo e o primeiro andar, ocupando um “T3” e dois “T2” por piso, com as respectivas frentes para sudeste e sudoeste. O acesso aos apartamentos do primeiro andar é encaminhado para a parte posterior do conjunto, o que acaba por prejudicar a sua utilização. A organização interna dos apartamentos é simples e relativamente estática - não obstante a utilização de painéis de harmónio e portas de correr, permitindo a interligação dos espaços comuns. No entanto, o investimento do projecto na definição da “casca” do edifício, permitiu desenvolver interessantes espaços de transição entre interior e exterior, nomeadamente nos acessos do piso térreo, em continuidade com as salas de estar, e nas varandas do primeiro piso, prolongando os espaços de salas e quartos. Realce-se ainda a preocupação com a ventilação contínua, através de entradas de ar cruzadas na cobertura e nos vários espaços interiores, e com a protecção solar, protegendo os principais espaços da “ensolarada” orientação norte.



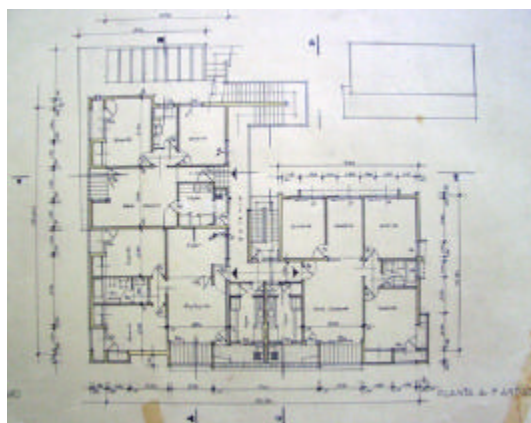
53



54



55



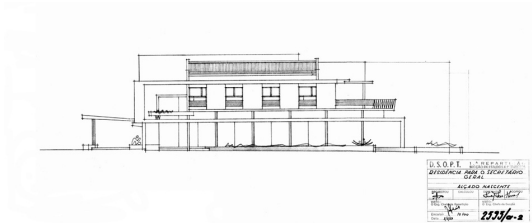
56

**Seis moradias para funcionários
do Governo Geral,
Lourenço Marques (1958)**
53 – Alçados
54 – Corte A-B
55 – Planta do piso térreo
56 – Planta do primeiro piso

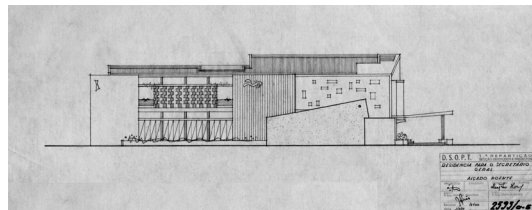
Uma boa parte das propostas habitacionais destina-se ainda a albergar os altos representantes dos serviços do governo e suas famílias. Nestes casos, as condicionantes económicas ou dimensionais não se colocam, inutilizando parte dos pressupostos dos modelos Modernos - eficácia funcional, racionalidade tipológica e formal - colocando os arquitectos perante o desafio de traduzir programas monumentais, luxuosos e complexos através de propostas Modernas.

No ano de 1959, são elaboradas três propostas deste tipo: residência para secretário geral, residência para secretário provincial, e residência para o director da penitenciária. Nos dois primeiros casos, o projecto é assinado por Francisco Assis – em conjunto com Cardoso Alves,¹⁰⁷ na residência para secretário provincial. A solução adoptada para ambas as propostas é similar e consiste na ocupação do lote através de um edifício isolado, composto por piso térreo e primeiro andar, de grandes dimensões – cerca de 1300 metros quadrados de área construída, excluindo os espaços exteriores cobertos. No piso térreo situam-se os compartimentos de uso “social” - sala de estar, salão comum, jardim de inverno - e as áreas de serviço – cozinha, copa, despensas, camarata para empregados – em dois conjuntos independentes, organizados sequencialmente segundo um eixo norte-sul, e voltados respectivamente para nascente e poente. Na charneira entre os dois conjuntos situa-se o salão de refeições – grande espaço de 45 metros quadrados – e o átrio principal da casa, de pé-direito duplo, caracterizado por um expressivo corpo de escadas – o elemento mais marcante da composição, de desenho substancialmente diferente em cada um dos projectos. O átrio comunica com a entrada principal, através de um vestíbulo – que serve igualmente o escritório – voltado a sul na residência para secretário geral, e a poente na residência para secretário provincial. Em ambas as propostas, o alçado sul recebe ainda o espaço coberto para estacionamento automóvel, com entrada independente para o interior.

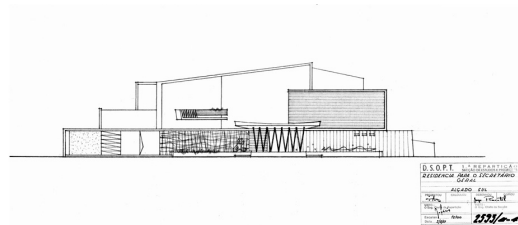
¹⁰⁷ - O nome de Cardoso Alves irá surgir nos trabalhos analisados a partir de 1955, como desenhador de grande parte dos projectos de Fernando Mesquita, tais como a palhota para o posto aduaneiro do Pafuri (consultar pp. 63 a 66) e as várias escolas-tipo para toda a província (consultar pp. 161 a 171). Com excepção da residência para secretário provincial, o seu trabalho como projectista regista-se apenas a partir de 1970, e de modo esporádico - já com Fernando Mesquita na condição de arquitecto chefe da Divisão de Estudos e Projectos. Nesta fase, Cardoso Alves irá desenvolver sobretudo programas escolares, a partir das escolas-tipo de Mesquita. O seu projecto mais importante, datado de 1972, é a Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva (actual Escola Comercial de Maputo), na avenida 24 de Julho, caracterizada por um desenho de grande simplicidade funcionalista, com expressivas escadas salientes nas empenas dos pavilhões, e destacadas galerias exteriores, em consolas de grande dimensão.



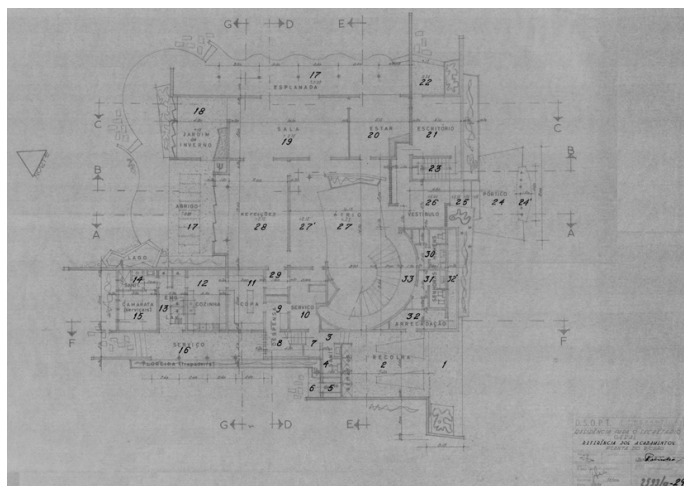
57



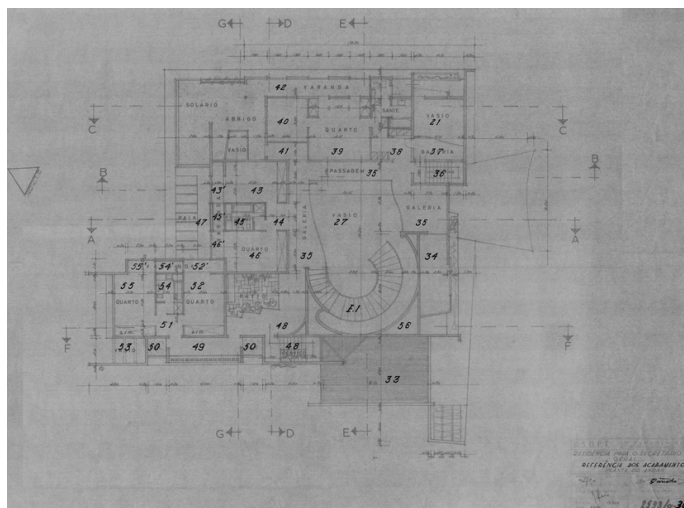
58



59



60



61

**Residência para secretário geral
(1959)**

57 – Alçado nascente

58 – Alçado poente

59 – Alçado sul

60 – Planta do piso térreo

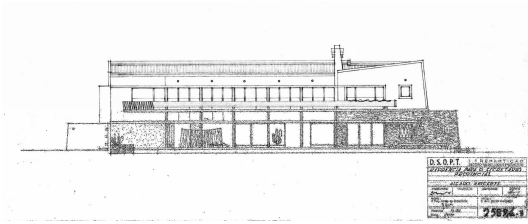
61 – Planta do primeiro piso

No primeiro piso localizam-se os espaços de uso privado, localizados preferencialmente nos alçados norte e nascente: cinco quartos com respectivos espaços de apoio, e terraço para solário, na residência para secretário geral; um quarto principal com sala de vestir, um quarto de hóspedes, cinco quartos simples de iguais dimensões e uma sala de trabalhos, na residência para secretário provincial. Nos dois casos, a ligação entre estes espaços dá-se através de um conjunto de galerias com sedutores perfis curvos e dimensões variadas, unindo os dois pisos através do átrio central, numa fluida *promenade architectural* potenciadora de interessantes percursos e pontos de vista.

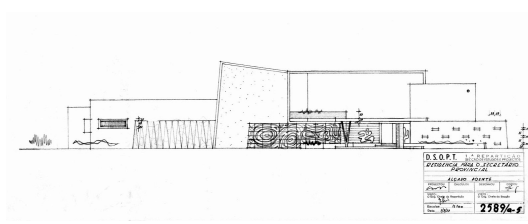
A complexa organização do programa resulta numa implantação recortada, acentuada pela existência de vários espaços de transição entre interior e exterior, em ambos os pisos, tais como varandas, pátios, terraços, e esplanadas. Estes espaços funcionam simultaneamente como prolongamento dos ambientes internos da casa e como filtro de protecção contra as condições climatéricas, enriquecendo a riqueza formal e paisagística do conjunto, pela variedade de desenhos, materiais de revestimento, e espécies vegetais introduzidas.

Do mesmo modo se destaca a volumetria das habitações, caracterizada pela variação de elementos de composição e pela sobreposição de planos rectos e planos curvos em diferentes ângulos e direcções, baseada no vocabulário característico da obra de Francisco Assis, carregado de soluções tipificadas e recorrentes: a varanda em balcão à frente do plano de parede opaco, a pala de betão na entrada assente sobre pilares em “V”, o mural de baixos relevos a ladear a entrada – soluções combinadas do mesmo modo em ambas as moradias, não obstante a sua localização segundo diferentes orientações solares.

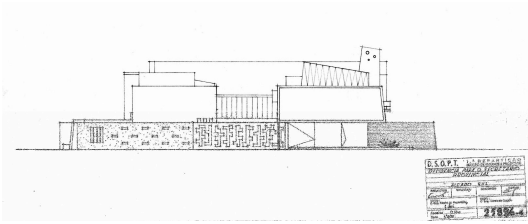
Apesar da grande semelhança existente a todos os níveis entre as duas propostas, o projecto de residência para secretário provincial, assinado em co-autoria por Francisco Assis e Cardoso Alves, apresenta uma maior coerência de desenho na relação entre plantas, cortes e alçados, aproveitando de um modo mais eficaz e tridimensional a complexidade na organização dos espaços.



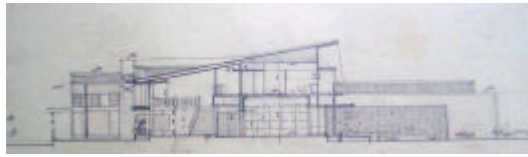
62



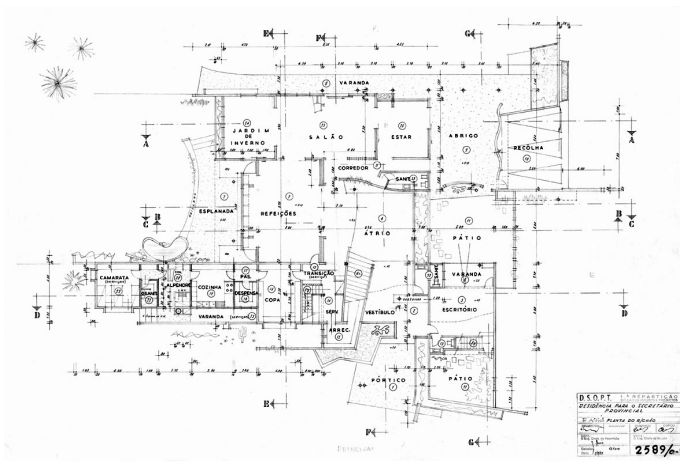
63



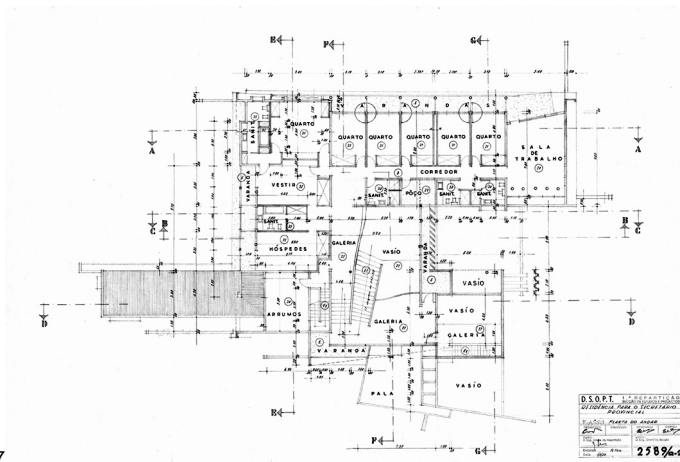
64



65



66



67

Residência para secretário provincial (1959)

62 – Alçado nascente

63 – Alçado poente

64 – Alçado sul

65 – Corte C-C

66 – Planta do piso térreo

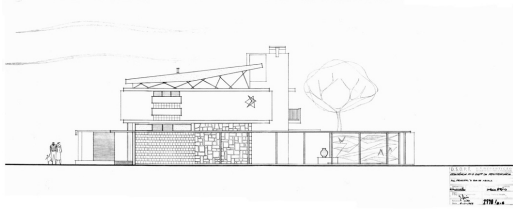
67 - Planta do primeiro piso

O projecto para a residência do director da penitenciária, executado por Luíz de Vasconcellos, define uma solução habitacional de piso térreo e primeiro andar, de localização isolada dentro do lote, com uma área de construção de pouco mais de 250 metros quadrados - bastante reduzida, por comparação com os dois casos anteriores. O piso térreo organiza-se segundo uma implantação recortada, permitindo uma fluida transição entre os interiores e a sua envolvente. O programa é composto por um átrio exterior coberto e um espaço para garagem, voltados a poente, uma área de serviços a norte, o escritório a sul, e as duas salas principais – de estar e de jantar, separadas por uma porta-cortina – voltadas a nascente. Entre o acesso principal e as duas salas desenvolve-se o vestíbulo, espaço nuclear da habitação, modelado por uma expressiva escada de desenho helicoidal - tal como no projecto da residência para o secretário geral. A nascente, os grandes envidraçados de correr que definem o plano exterior das duas salas permitem a comunicação com um agradável pátio, semi-encerrado por uma galeria coberta assente sobre pilotis, e caracterizado por uma árvore de grande porte e um expressivo espelho de água.

O primeiro piso define-se volumetricamente como uma “caixa” compacta pousada sobre o anterior. No seu interior, o átrio central existente ao cimo das escadas distribui para o quarto de empregados e para a zona de costura – voltados a poente – e para os três quartos principais – voltados a nascente. A transição entre o interior e o exterior é mediada, respectivamente, por uma longa grelhagem cerâmica ou por varandas cobertas por palas em betão, de modo semelhante ao que é proposto nos dois projectos de Francisco Assis.

Estes elementos de mediação entre interior e exterior adquirem uma importância significativa no receituário formal da arquitectura moderna construída em zonas tropicais, apresentando-se de facto como eficazes ferramentas no controlo das suas específicas condições ambientais - a exploração formal é resolvida como consequência directa da eficácia funcional. No seguimento desta ideia, Luíz de Vasconcellos reserva para o remate do edifício o elemento mais expressivo da sua caracterização volumétrica: uma cobertura inclinada numa única água, “descolada” das paredes e dos tectos interiores, que permite a criação de uma caixa de ar com ventilação transversal contínua – muito mais eficaz do que os antigos métodos de ventilação das coberturas utilizados nas habitações fiéis ao gosto Português Suave.

Este projecto – assim como os dois anteriores – é desenvolvido até à escala do pormenor, atribuindo espaços diferentes para as múltiplas actividades domésticas, com ambientes e forma de habitar fortemente caracterizados pelo mobiliário fixo, desenhado em consonância com o vocabulário global da casa.



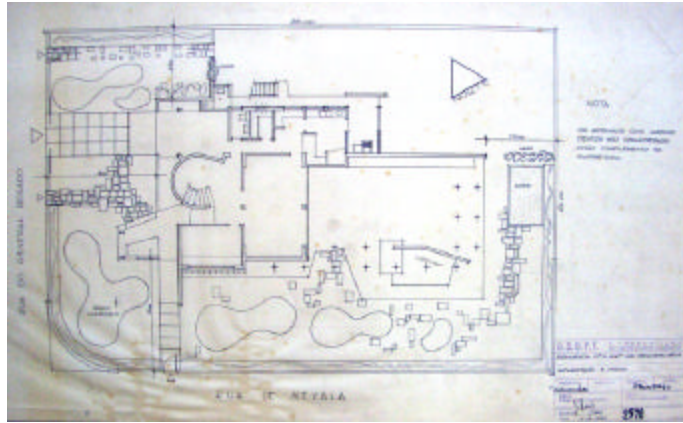
68



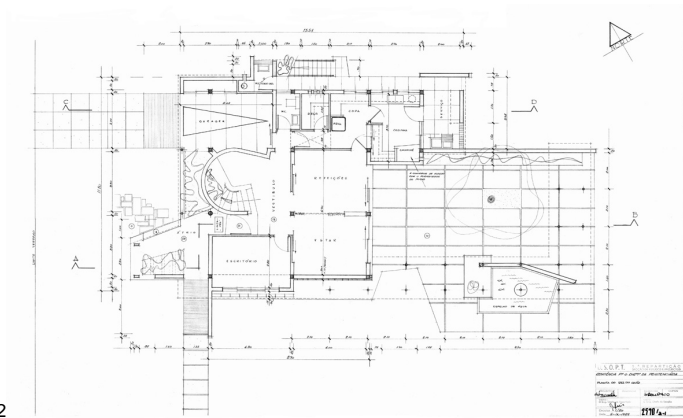
69



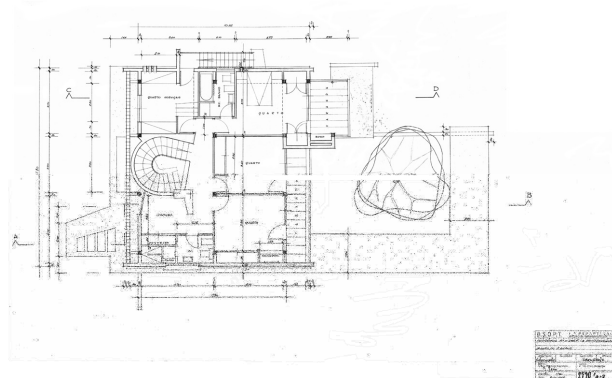
70



71



72



73

- Residência para o director da penitenciária de Lourenço Marques (actual Maputo) (1959)**
- 68 – Alçado sul
 - 69 – Alçados poente e nascente
 - 70 – Corte C-D
 - 71 – Implantação
 - 72 – Planta do piso térreo
 - 73 - Planta do primeiro piso

Neste caso – mais do que nos projectos de Assis - a unidade do conjunto é também verificada pela continuidade entre a organização interna dos espaços e os seus alçados, num desenho baseado na clareza dos elementos estruturais, de expressividade controlada - resumida à plasticidade dos elementos construtivos e a pontuais detalhes decorativos, justificados pela concepção Moderna da obra de arquitectura como “obra de arte total”.¹⁰⁸

Ao contrário do projecto de Vasconcellos - de grande equilíbrio funcional e espacial - os projectos de Assis perdem-se numa complexidade exagerada de espaços, saturados pela exuberância formal e decorativa – em parte absorvida pela sua gigantesca dimensão.

¹⁰⁸ - Sobre este assunto, cf. Ana Tostões, *Projecto Global, a Integração das Três Artes*, in Ana Tostões [coordenação científica], *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, p. 307.

1.6: Evolução até aos anos da independência

A transição entre as décadas de 50 e 60 confirma-se como período de maturidade no domínio prático da arquitectura Moderna, a partir do qual se encontram já lançados os temas que servirão de base à produção dos anos seguintes. O imaginário formal da habitação Moderna generaliza-se e atinge o estatuto de “moda”, aplicando-se de igual modo na moradia de excepção do representante do governo e na vivenda anónima de promoção imobiliária,¹⁰⁹ reproduzindo-se sem grandes hesitações.

A década de 60 será também caracterizada por uma gradual preocupação dos serviços de Obras Públicas para com os graves problemas habitacionais dos mais desfavorecidos, aumentando significativamente o trabalho nessa área (de acordo com os exemplos recolhidos). Intensifica-se a produção de inquéritos e ensaios teóricos, para além da execução prática de moradias económicas de concepção pré-fabricada.

Nos últimos anos do período colonial, os programas habitacionais irão dar início a um processo de reacção crítica às soluções tipificadas do movimento moderno, reagindo mais rapidamente que outros tipos de programas às transformações da cultura arquitectónica. Este novo processo de experimentação e substituição de conceitos encontrará maior expressão nas obras privadas; a sua repercussão na produção pública exerce-se sobretudo através da encomenda de projectos de excepção, executada por arquitectos liberais “exteriores” ao gabinete - da qual se destaca a residência do governador do distrito de Manica e Sofala, em Vila Pery (actual Chimoio), um dos raros projectos de encomenda estatal executados pelo arquitecto Pancho Guedes.

¹⁰⁹ - Amplamente publicitada em vários anúncios publicados na imprensa. A título de exemplo, cf. jornal *A Tribuna*, Lourenço Marques, 24 de Novembro de 1963, p.6.



74

74 – Anúncio no jornal *A Tribuna* (24-11-1963)

Residência do governador do distrito de Manica e Sofala em Vila Pery (actual Chimoio) (1974)

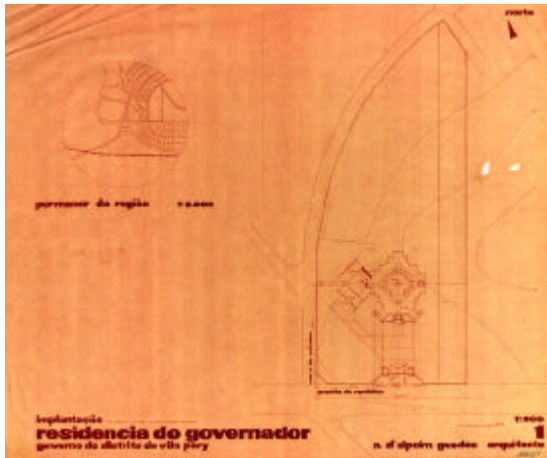
75 – Implantação

76 – Planta

77 – Alçados nascente e poente

78 – Cortes A, B, C

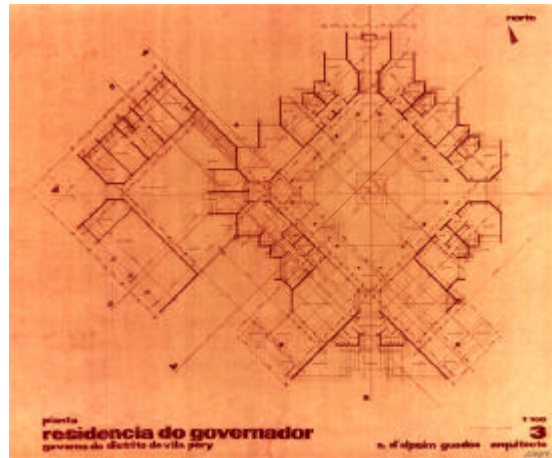
75



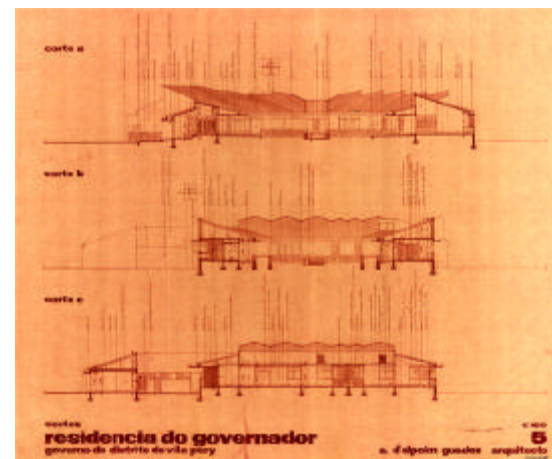
77



76



78



Este projecto, executado em 1973 (mas nunca construído) enquadra-se num plano económico de desenvolvimento da região interior, e resulta de uma encomenda directa do arquitecto Fernando Mesquita, desagradado com os anteriores estudos desenvolvidos para o local.

Procurando afastar-se dos *caixotes em Estilo Internacional*,¹¹⁰ Pancho propõe para a residência do governador um dos seus “Palácios Euclidianos”,¹¹¹ num compromisso entre os valores modernos e o retorno a uma certa idéia de tradição humanista (sem concessões pitorescas), interessado pelo universo compositivo de Frank Lloyd Wright e pelas geometrias “Khanianas” – em consonância com a cultura arquitectónica do seu tempo, com a qual manteve um contacto sempre atento e participativo.¹¹²

¹¹⁰ - Entrevista com o arquitecto Amâncio Guedes, Lisboa, Agosto de 2006.

¹¹¹ - A família de “Palácios Euclidianos” corresponde a uma das vinte e oito famílias diferentes que compõem a sua obra, caracterizada no décimo primeiro livro do seu tratado imaginário *Vitruvius Mozambicanus*. *Estes palacetes são algumas das vilas da minha “campagna” imaginária e suburbana. [...] Todas elas são precisas e geométricas – todas elas são controladas em grelhas básicas*. Amâncio Miranda d’Alpoim Guedes, *Vitruvius Mozambicanus. As vinte e cinco arquitecturas do Excelente, Bizarro e Extraordinário*, in *Arquitectura Portuguesa*, ano 1, nº 2, 1985, p. 42.

¹¹² - Em 1960 Pancho Guedes viaja para Londres, a fim de conhecer Reyner Banham e J.M. Richards, da *Architectural Review*, que publicará o seu trabalho. Em 1962 dirige-se a Paris para contactar André Bloc, que o incluirá no número dedicado às *Architectures Fantastiques* da sua *L’Architecture d’Aujourd’hui*. Nesse mesmo ano adere ao Team X, mantendo com este grupo fortes relações. Cf. João Paulo Martins, *Arquitectura Moderna em Portugal: a difícil Internacionalização. Cronologia*, in Ana Tostões [coordenação científica], *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, pp.166, 167.

2: Equipamentos de função administrativa

2.1: A produção local na segunda metade dos anos 30

Ao longo da década de 30, a execução de equipamentos de função administrativa é essencialmente garantida pelo gabinete de Obras Públicas de Lourenço Marques, resumindo-se de um modo geral a um conjunto de pequenas construções para albergar os serviços da Fazenda e Almojarifado, os serviços de Segurança Pública, e a administração dos vários postos fronteiriços espalhados pelos limites do território. Apesar do importante carácter representativo de alguns destes programas, as suas construções são exploradas de modo relativamente autónomo, mais preocupadas com a experimentação dos novos conceitos técnicos e vocabulário arquitectónico, desenvolvendo uma concretização prática semelhante à das propostas habitacionais do mesmo período.

Uma das obras mais importantes desta época é o edifício-sede da Repartição Central de Estatística, Conselho de Câmbios e Biblioteca Histórica de Moçambique, executado em 1936 pela secção de Lourenço Marques da Repartição Provincial de Obras Públicas do Sul do Save. A sua escala, visibilidade urbana e estética inovadora colocam-no numa posição de vanguarda sem paralelo¹¹³ na arquitectura pública construída em Moçambique durante esta década.

O edifício ocupa o gaveto de um quarteirão adjacente à Praça 7 de Março (actual Praça 25 de Junho), núcleo antigo da cidade e - até essa data - centro político e económico, iniciando um ciclo de renovações do seu desenho urbano e plano marginal, que teria o seu culminar na década de 40.¹¹⁴ A implantação em gaveto constitui uma solução eficaz, embora bastante “clássica”, para conferir destaque urbano ao edifício, estando neste caso resolvida através de um volume cilíndrico de esquina, rótula de ligação formal e funcional entre dois corpos paralelepípedicos de dois andares.

Esta implantação será repetida em alguns dos principais edifícios construídos posteriormente na mesma praça - o edifício *Santos Gil*, o edifício *Rubi*, e o edifício dos Organismos de Coordenação Económica. A solução do corpo cilíndrico no remate de

¹¹³ - Em 1933 havia sido reconstruído em linguagem *Art Déco* o cine-teatro Gil Vicente, constituindo uma referência da nova arquitectura de escala pública – embora de promoção privada. No entanto, os exemplos de encomenda privada mais marcantes deste período, como o edifício Fonte Azul, seriam construídos já na década de 40. Cf. João Sousa Morais, *op. cit.*, p.147.

¹¹⁴ - *Ib.*, pp. 130, 147.



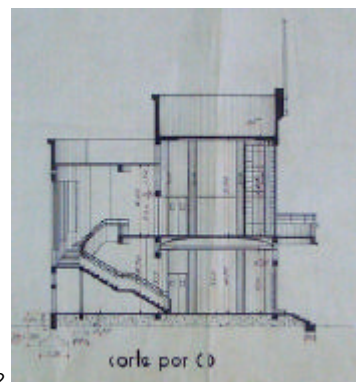
79



80



81



82



83

Repertição Central de Estatística, Conselho de Câmbios e Biblioteca Histórica de Moçambique, Lourenço Marques (actual Maputo) (1936)

79 e 80 – Alçados

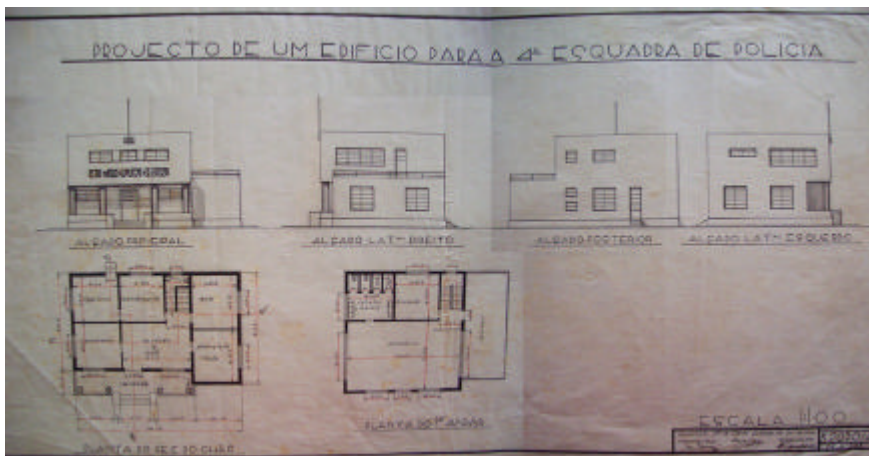
81 – Planta do piso térreo

82 – Corte C-D

83 – Imagem de arquivo

Edifício para a 4ª Esquadra de Polícia, Lourenço Marques (actual Maputo) (1938)

84 – Plantas e alçados



84

esquina será igualmente desenvolvida com alguma frequência, nomeadamente em exemplos construídos na metrópole, vinculados ao vocabulário português suave.¹¹⁵

O recurso às novas potencialidades construtivas do betão armado é explorado na composição volumétrica simples, de coberturas planas e grandes superfícies de vidro, assim como na organização interior, onde predominam os grandes vãos estruturais - com destaque para a sala da biblioteca, com 9,40 por 15,46 metros sem pilares a meio do espaço.

Partindo de uma base estética *Art Déco*, os alçados procuram afirmar um desenho racionalista, com poucas concessões ornamentais – visível sobretudo nos corpos laterais, cujos alçados fazem lembrar a arquitectura de Jorge Segurado no liceu Filipa de Lencastre, ou de Porfírio Pardal Monteiro no Instituto Nacional de Estatística. Apesar de tudo, a tendência de modernidade é ainda tímida, e de certo modo contrariada pela visível simetria da composição e por uma monumentalidade mais “clássica”, afirmadas pelo corpo central do conjunto.

Soluções mais arrojadas serão apresentadas em 1938, durante a *Exposição de trabalhos da Repartição de Obras Públicas*, apresentada em Lourenço Marques.¹¹⁶ Um dos projectos em destaque, assinado pelo arquitecto Correia do Valle - da Repartição Provincial de obras públicas do Sul do Save - destina-se à 4ª Esquadra de Polícia, a construir na Polana, e propõe um edifício de pequena escala, com cobertura plana, volumes puros e linguagem depurada, semelhante à arquitectura de Adolf Loos. Esta proposta procura o contraste entre uma organização espacial rígida, denunciada no alpendre do alçado principal, e uma composição volumétrica independente, de clara feição Modernista. A clareza quase simétrica que se lê na distribuição dos espaços em planta, está deliberadamente ausente das fachadas, organizadas segundo diferentes regras de composição, bem visíveis na colocação dos vãos. Outro elemento de destaque é o *lettering* colocado sobre a entrada principal, de geometria próxima da estética *Art Déco*, contribuindo com a inovação do elemento gráfico na fachada para vincar a “modernidade” da proposta.

¹¹⁵ - Sobre este assunto, cf. José Manuel Fernandes, *Português Suave – arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, IPPAR, 2003, pp. 74, 80, 87, 126.

¹¹⁶ - Cf. José Manuel Fernandes, *Geração Africana, arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, p. 111.

2.2: Intervenção “exterior” na transição para os anos 40

Na transição para a década de 40 assiste-se à introdução das referências ideológicas estatais na produção pública, acentuada pela proveniência metropolitana de uma percentagem gradualmente maior de propostas. É o período inicial dos projectos de grande escala, afirmados como coroamento de operações urbanístico/arquitectónicas de grande significado simbólico, importantes na caracterização de uma nova vocação urbana da capital, associada ao poder político local ou central.

A nova expressão arquitectónica é dominada pelo tema da monumentalidade, resolvido entre uma versão eclética de inspiração internacional e uma versão nacionalista produtora de formas neo-tradicionais. Os projectos executados na metrópole enquadram-se especialmente na segunda versão, reproduzindo-se à imagem da produção teórica e prática de um grupo restrito de arquitectos – Raúl Lino, Vasco Lacerda Marques, Vasco Regaleira - especialmente acarinhado pelo Ministério das Colónias.¹¹⁷

Em 1941 inicia-se a construção do novo edifício dos Paços do Concelho de Lourenço Marques, por iniciativa da Câmara Municipal. Este edifício *marca precisamente a época em que a cidade, abandonando o ar provinciano que lhe era dado pelas suas moradias isoladas e ajardinadas, se lançou na conquista da altura, sucedendo-se rapidamente a elevação sistemática da linha de cérceas nas suas ruas e avenidas.*¹¹⁸ A sua construção ocupa um terreno dominante no redesenhado centro público da cidade, situado no ponto mais alto da nova Praça Mouzinho de Albuquerque (actual Praça da independência), no eixo da Avenida D. Luís I (actual Samora Machel).¹¹⁹

¹¹⁷ - Consultar p. 92, a propósito das sugestões do Ministério das Colónias para autoria das fachadas do Palácio do Governo de Lourenço Marques.

¹¹⁸ - Humberto Albino Neves, presidente da Câmara Municipal, *in* Alfredo Pereira de Lima, *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Câmara Municipal, 1967, prefácio.

¹¹⁹ - Cf. João Sousa Morais, *op.cit.*, p. 136.

Paços do Concelho de Lourenço Marques (actual Maputo) (1937)

- 85 – Imagem de arquivo
- 86 – Alçado principal
- 87 – Planta do piso térreo
- 88 – Planta do primeiro piso
- 89 – Corte A-B (longitudinal)
- 90 – Corte C-D (transversal)

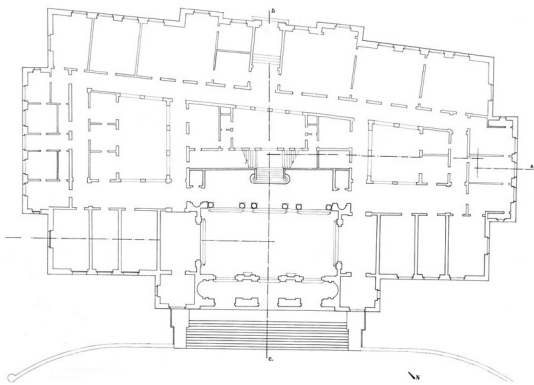


85

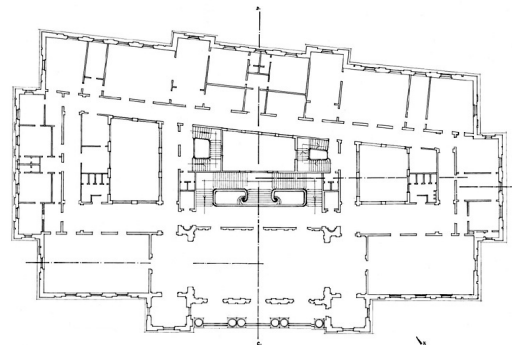


86

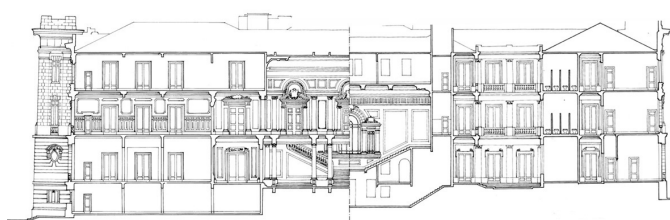
87



88



89



90



O projecto vencedor do concurso,¹²⁰ assinado pelo arquitecto Carlos César dos Santos em 1937, propõe um volume compacto com 65 metros de fachada, baseado nas regras de composição das *beaux-arts*, implantado sobre uma escadaria de expressão monumental. A opção por uma linguagem de inspiração Clássica provém da formação de origem Brasileira do seu autor: *A influência desse estilo no Brasil (...) ainda subsiste. Não admira que de lá viesse até nós e se firmasse no Palácio Municipal, porquanto o arquitecto que o concebeu, sabemos que viveu por vinte e seis anos no Brasil em contacto com a requintada sensibilidade desse estilo decorativo e arquitectónico, que nesse país atingiu a par do Barroco e do Rococó uma alta expressão.*¹²¹ Os novos Paços do Concelho são inaugurados a um de Dezembro de 1947,¹²² sob uma volumetria compacta de composição simétrica – necessariamente ajustada ao lote de configuração trapezoidal - dividida horizontalmente por um pesado embasamento em dois níveis (cave e piso térreo) de aspecto rusticado, e por um corpo superior contrastante, pautado pelo ritmo vertical de pilastras compósitas (unificando o piso nobre e o segundo piso), que se soltam da fachada unindo-se em pares com duplo espaçamento - em função de uma maior monumentalidade - no corpo central saliente voltado para a praça. Os corpos centrais dos restantes alçados repetem o avanço relativamente ao plano da fachada, mas mantêm genericamente a

¹²⁰ - O concurso público é aberto pela Câmara Municipal em 9 de Agosto de 1937, durante a presidência do Capitão-de-fragata José Maria da Silva Cardoso. O ante-projecto apresentado por Carlos Santos foi declarado vencedor em 14 de Março de 1938, por um júri do qual faziam parte o engenheiro Mário Ferreira Mendes e o arquitecto António Rosas, respectivamente Director e Arquitecto Chefe dos Serviços de Obras Públicas da colónia. Em 1941, o major de Engenharia Francisco dos Santos Pinto Teixeira, novo presidente da Câmara, autoriza o início da construção. Cf. Alfredo Pereira de Lima, *op.cit.*, pp. 13, 14.

¹²¹ - *Ib.*, p. 20. O registo de uma produção baseada nos modelos das *Beaux-Arts* havia entrado pelo século XX Brasileiro com grande vitalidade, e mesmo durante a década de 30, com a emergência do Racionalismo e do *Art Déco*, manteria uma produção consistente, actualizada por uma nova assimilação das correntes Europeias: *Da arquitectura de linhas geometrizadas dos anos de 1930 derivaria uma arquitectura monumental que tomava emprestadas soluções compositivas de grandes massas do ensinamento Beaux-arts. Era uma tendência que se acentuava na Europa de crescente inquietação política, com a ascensão do nazismo e do fascismo, visto com simpatia enquanto ideologias de discurso nacionalista e fomentadoras da arte como manifestação de uma cultura própria e apropriada.* Hugo Segawa, *op. cit.*, p. 73. Esta vertente manter-se-á ao longo da década, contrapondo-se à revolução iniciada no ensino e na prática arquitectónica, com a ascensão de uma nova geração de arquitectos encabeçada por Lúcio Costa. *A aceitação de linhas modernas [...] não significou um alinhamento dos poderes públicos com a arquitectura moderna de ideologia mais definida pela vanguarda. Importantes concursos de edifícios de programas mais convencionais acatavam modernismos tradicionalizantes, de vertente conservadora.* *Ib.*, p. 88.

¹²² - Cf. jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 1 de Dezembro de 1947, p. 1.



91



92



93



94

**Paços do Concelho de Lourenço Marques (actual Maputo)
(1937)**

91 – Imagem de arquivo

92 e 93 – Vistas exteriores

94 e 95 – Vistas interiores, átrio de entrada

96 – Vista interior, saguão



94



95

uniformidade de ritmo e desenho - sobretudo nos alçados laterais – suscitando ainda assim uma estratificação vertical que se contrapõe à leitura horizontal do conjunto. A expressão arquitectónica simula uma construção em pedra maciça, mas na verdade o material empregue é o “moderno” cimento, usado na estrutura, nas alvenarias, e na argamassa que reveste exteriores e interiores – composta por cimento e pó de pedra, sugestivamente denominada *simili-granito*.

Nos interiores, com igual desenho Clássico de aparência austera, distribuem-se as várias salas e gabinetes¹²³ ao longo das fachadas e desenham-se longos corredores de circulação no interior, organizados em torno de um saguão central (que recolhe os corpos de escadas) e de dois laterais, que transportam a ventilação e iluminação natural a todos os espaços.

A luxuosidade do edifício é enfatizada nos registos da época, que destacam a monumentalidade arquitectónica e a riqueza dos seus acabamentos, mobiliário, e espólio artístico.¹²⁴

¹²³ - O edifício alberga um programa variado, distribuído pelos vários pisos do seguinte modo: cave - Arquivo Geral, Laboratórios Fotográficos, Secção de Compras, Serviços da Polícia Municipal; piso térreo - Secção Cultural e de Propaganda, Serviços de Finanças, 4ª Repartição da Direcção dos serviços de Urbanização e Obras, Biblioteca Municipal, Delegacia de Saúde; 1º piso - Galeria de Exposição Permanente de Arte, Direcção dos Serviços Centrais, Salão Nobre, Sala de Conferências, Gabinete da Presidência, Sala dos Vereadores; 2º piso - várias dependências da Direcção dos serviços de Urbanização e Obras, Gabinete de Urbanização. Alfredo Pereira de Lima, *op. cit.*, p. 15.

¹²⁴ - Nos interiores destacam-se os pavimentos, escadarias, soleiras, peitoris, rodapés e bases de pilastras em mármore nacionais (brancos, rosa e brancos raiados de Estremoz e Vila Viçosa, pretos de Mem Martins, pretos raiados e cinzentos de Vila Viçosa), pavimentos e caixilharias em madeira de Chanfuta e Mecruze, lambris trabalhados em madeira de Jambir e Umbila, portões em ferro fundido com acabamentos em ouro velho. O mobiliário e outros elementos interiores desenhados pelo próprio Carlos Santos, inclui lustres em cristal com acabamentos em bronze e ouro (fabricados em Londres), móveis em madeira de Mogno e Pau-santo, com talha dourada a ouro fino brunido e patinado (executado no Porto), vitrais marchetados policromos (executados em Lisboa). Dos trabalhos de baixo-relevo e escultura - retirados do edifício após a independência - destacam-se os escudos de Moçambique e de Lourenço Marques, na fachada principal (executados pelo próprio arquitecto), e as estátuas em mármore representando a *Descoberta* e a *Soberania*, executadas entre 1948 e 1951, em Lisboa, por José Simões de Almeida, ocupando o cimo da escadaria exterior. O restante espólio artístico inclui trabalhos de pintura, escultura, ourivesaria e cerâmica, executados por artistas da metrópole e artistas moçambicanos. *Ib.*, cap. I e II.

Enquanto a Câmara Municipal de Lourenço Marques se ocupa com os novos Paços do Concelho, o Governo Geral da colónia decide construir uma nova residência e local de trabalho para o Governador,¹²⁵ acompanhando com confiança o desenvolvimento económico do território. O local definido para a implantação é o alto da encosta da Ponta Vermelha,¹²⁶ no final da Rua Infante D. Henrique (actual Nachingwea) - uma zona de grande beleza paisagística, remate da frente marítima da cidade, e suficientemente periférica ao núcleo urbano para garantir a privacidade do chefe do governo.

Em 1939 é lançado o concurso que levará à atribuição do encargo de execução do projecto final – nunca construído - ao gabinete *Engenheiros Reunidos*,¹²⁷ uma firma do Porto que presentemente está a executar uns trabalhos na Beira.¹²⁸ O seu ante-projecto para o palácio do governo propõe uma construção de escala monumental, destinada à representação simbólica da grandeza do império colonial português,¹²⁹ desenvolvida segundo uma implantação em “U” aberta para o mar, e

¹²⁵ - *A idéia da construção do palácio foi pela primeira vez debatida na sessão do conselho do governo em que se discutiu o projecto de orçamento para 1938.* J. Nunes de Oliveira [Governador Geral interino], Ofício do gabinete do Governo Geral da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, 16 de Outubro de 1939.

¹²⁶ - O promontório da Ponta Vermelha foi integrado na cidade em 27 de Agosto de 1896, e albergava desde essa altura as dependências do Governo Geral da colónia, em edifícios pré-existentes (construídos originalmente para a empresa concessionária do Caminho de Ferro), que seriam sucessivamente adaptados ao longo dos anos. Sobre este assunto, cf. Alfredo Pereira de Lima, *Edifícios históricos de Lourenço Marques*, pp. 9 a 17, e 1968, p.62. Sobre a integração da Ponta Vermelha na estrutura pública da cidade, cf. João Sousa Morais, *op. cit.*, cap. 6.

¹²⁷ - Em 8 de março de 1939 foi aberto concurso para o ante-projecto do edifício da residência do governo geral da colónia de moçambique. *Infelizmente só houve dois concorrentes e nenhum dos trabalhos obedecia rigorosamente às condições do concurso. Um deles, feito por um arquitecto que reside em Lourenço Marques [...] considerou-se insusceptível de correcção.* J. Nunes de Oliveira, *op. cit.*. O segundo trabalho, executado pela empresa *Engenheiros Reunidos*, apesar de ser igualmente desclassificado, foi considerado passível de ser corrigido. Em novembro de 1939, um dos responsáveis da empresa apresentou ao Governador de Moçambique uma versão rectificada do ante-projecto, que lhe agradou bastante (com excepção do aspecto arquitectónico “pouco residencial” das fachadas) autorizando esta equipa a avançar com o projecto. Cf. Ofício da Repartição Técnica de Obras Públicas, Lourenço Marques, 10 de Dezembro de 1940.

¹²⁸ - A *Engenheiros Reunidos*, representada pelo engenheiro José Pedro de Campos Pereira, exercia trabalhos de engenharia, arquitectura, decoração e construção, tanto na metrópole como nas colónias. Em Junho de 1943 muda o seu título para *Empreiteiros Reunidos*, usando a partir dessa altura a designação de *E. Reunidos, lda*.

¹²⁹ - *Portugal, que foi senhor dum dos maiores impérios que a História conheceu e é ainda hoje uma das maiores potências coloniais, não pode deixar de estabelecer os padrões da sua grandeza, simbolizando*

assente sobre um pódio, elevando-se acima da envolvente. Do lado da cidade, apresenta-se uma fachada contínua com 130 metros de comprimento, monumentalizada por uma grande rotunda-jardim, a eixo do prolongamento da Rua Infante D. Henrique. Do lado do mar, o pódio ganha protagonismo, destacando o grande pátio de honra - destinado a receber as grandes festas e recepções oficiais - envolvido por uma fachada em galeria e rematado por escadarias de grandioso efeito cenográfico.

O sistema construtivo em betão armado é ocultado por um revestimento de pedra, segundo uma linguagem de influência classicista, justificada pela necessidade de conferir *seriedade e imponência* a um *edifício representativo desta categoria*.¹³⁰ No entanto, durante a execução do trabalho, os projectistas apresentam ao Conselho Técnico de Fomento Colonial do Ministério das Colónias duas variantes de fachadas, totalmente diferentes da primeira. Qualquer uma destas variantes seria possível de adaptar sem constrangimentos às plantas já formuladas (revelando uma concepção fragmentada do projecto, ao estilo das Belas Artes).

A variante “B” sugere um desenho mais racionalista e depurado, acentuando a expressão dos elementos estruturais, articulados de acordo com uma leitura predominantemente horizontal. Esta proposta aproxima-se de certo modo dos exemplos arquitectónicos do fascismo italiano, pelo conflito entre Modernidade e tradição Clássica. Esta variante é criticada pelo Conselho Técnico de Fomento Colonial, pelo aspecto monótono e pouco monumental.¹³¹

A variante “C” introduz um desenho eclético próprio do gosto Português Suave, incorporando elementos variados do passado arquitectónico nacional, desde o Manuelino ao Joanino, procurando um aspecto mais “residencial”. O resultado é uma composição de aparência ambígua, variando entre os claustros do Mosteiro dos Jerónimos e os solares setecentistas do norte de Portugal.

por monumentos grandiosos a grandiosidade do seu império. Moçambique, em área a sua segunda colónia, é hoje, mercê do esforço e inteligência daqueles que a colonizam, em riqueza e desenvolvimento indubitavelmente a primeira; lógico é, portanto, que dos palácios do Governo que venham a ser estabelecidos no vasto território português, seja o de Lourenço Marques o mais imponente. Engenheiros Reunidos, Memória descritiva do ante-projecto do Palácio do Governo de Lourenço Marques, Porto, 11 de setembro de 1939, p. I.

¹³⁰ - *Ib*, p. IV.

¹³¹ - Cf. Dionísio Duarte Ferreira [secretário do Conselho], Parecer nº 91/1941 do Conselho Técnico, Lisboa, Ministério das Colónias, Direcção Geral do Fomento Colonial, 19 de Dezembro de 1941.

**Palácio do Governo em
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1939)**

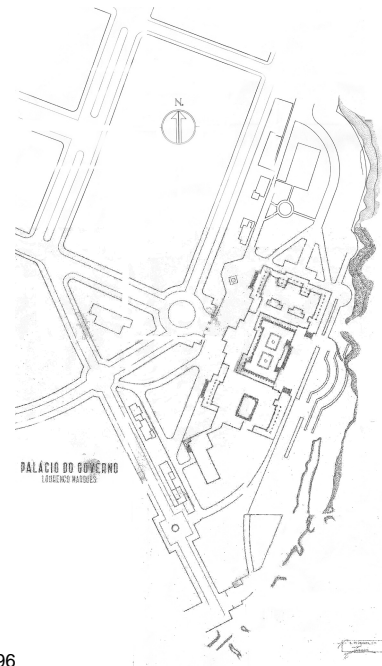
96 – Implantação

97 – Fachada poente

98 – Fachada nascente

99 – Variante de fachada "B"

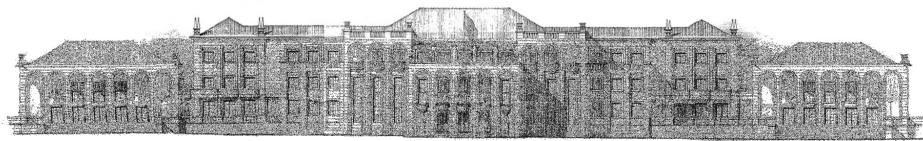
100 – Variante de fachada "C"



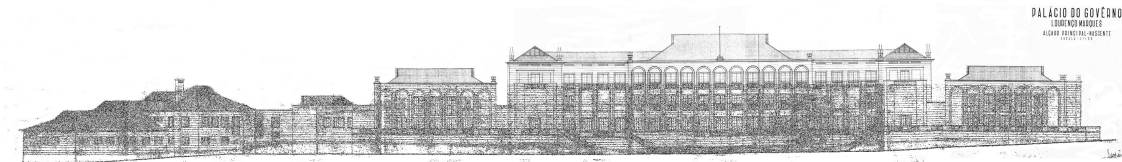
96

*PALÁCIO DO REPRESENTANTE DO GOVERNO
LOURENÇO MARQUES*

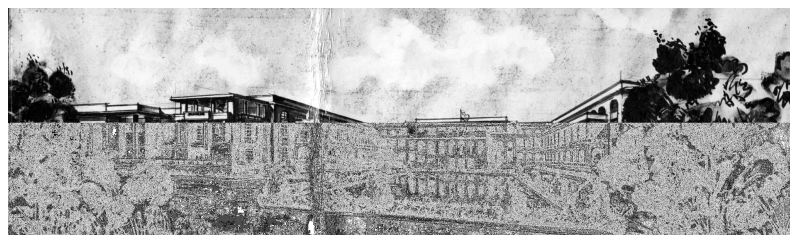
*FACHADA PRINCIPAL - POENTE
ANTE PROJECTO NA ESCALA DE 1:100*



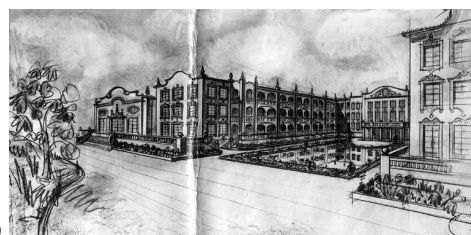
97



98



99



100

Apesar de ser considerada menos equilibrada e mais difícil de concretizar que as anteriores, a variante “C” é privilegiada no parecer do Conselho Técnico, pelo original carácter, *possivelmente nacional, ao estilo da época, dois ou três séculos para traz*.¹³²

Não colhendo nenhuma das variantes a aprovação definitiva do governo, os projectistas sugerem confiar a execução da fachada a algum arquitecto.¹³³ Em resposta, Sua Excelência o Ministro, aceitando a sugestão formulada [...] dignou-se citar três nomes de arquitectos entre os quais poderia ser escolhido [...]: Raúl Lino, Vasco de Lacerda Marques, Vasco de Moraes Palmeiro Regaleira¹³⁴- três arquitectos de confiança, sintonizados com o gosto oficial do regime. O eleito viria a ser Raúl Lino, que na mesma época se encontrava a terminar um estudo para o Palácio do Governo da cidade da Beira.¹³⁵ Em termos práticos, a sua participação no projecto final de 1943 limita-se à confirmação sem reservas do desenho de fachadas definido em ante-projecto, garantindo uma expressão monumental relativamente familiar à que adoptara no seu projecto para a Beira, que classificaria como inspiração de vago classicismo.¹³⁶ Esta monumentalidade é conseguida através do ritmo vertical de arcadas colossais que rematam os vários planos de fachada, absorvendo os diferentes pisos da construção (de modo a contrariar a sua volumetria acentuadamente horizontal). O desenho é sobretudo eficaz na fachada voltada para a encosta, mais simples e homogénea – propícia à observação distante, vinda do mar. A fachada voltada para terra desdobra-se em vários volumes e variações compositivas, tornando-se menos elegante. O carácter oficial do edifício é acentuado no seu corpo central (que abriga a entrada e o terraço do gabinete do governador), mais baixo e saliente que os corpos laterais, decorado com o brasão e a bandeira nacional. Os remates laterais são iguais em ambas as fachadas, protagonizados por volumes mais baixos envolvidos por arcadas, apresentando proporções que lhes permitem uma leitura independente do restante conjunto.

¹³² - *Ib.*.

¹³³ - Cf. *Engenheiros Reunidos*, Carta endereçada ao Director Geral do Fomento Colonial, Porto, 11 de Fevereiro de 1942.

¹³⁴ - Cf. Ruy de Sá Carneiro [Director Geral do Fomento Colonial], Carta endereçada à firma *Engenheiros Reunidos*, Lisboa, 25 de Fevereiro de 1942.

¹³⁵ - O projecto para o Palácio do Governo da Beira é encomendado directamente a Raúl Lino em 1940, no âmbito das comemorações dos Centenários. Cf. Ruy de Sá Carneiro [Director Geral do Fomento Colonial], Carta endereçada ao arquitecto Raúl Lino, Lisboa, 15 de Março de 1940. Este projecto seria executado entre 1941 e 1942, ou seja, um ano antes da sua integração na equipa de projecto do Palácio do Governo de Lourenço Marques.

¹³⁶ - Dionísio Duarte Ferreira [secretário do Conselho], Parecer nº 3/1941 do Conselho Técnico, Lisboa, Ministério das Colónias, Direcção Geral do Fomento Colonial, 21 de Fevereiro de 1941, p.2.

A absoluta simetria das fachadas cria dificuldades à adaptação dos espaços interiores, resolvidas pela acentuação das circulações e espaços de transição – átrios, galerias – que se sucedem em diferentes cotas, separados por planos de colunas e floreiras, luxuosamente revestidos em mármore ou madeira exótica. A ala norte do piso térreo alberga três salões de festas, separados por duas tribunas para orquestras. Na ala oposta destaca-se a grande sala de banquetes (ligada ao edifício anexo de serviços), e o claustro, ladeado pelas salas de fumo, de jogos, e de jantar. No andar intermédio situam-se os espaços de trabalho (gabinete do governador, gabinetes dos secretários, secretaria, sala de espera). No primeiro e segundo andares situam-se as várias *suites* privadas destinadas ao governador e aos seus convidados.¹³⁷

A adaptação às condicionantes climáticas ocupa um lugar secundário nas preocupações do projecto, mas não deixa ainda assim de ser considerada: para além do filtro solar proporcionado pelas galerias com arcadas, e da caixa de ar ventilada formada nos desvãos das coberturas, os projectistas prevêm um sistema de circulação contínua de ar, através de canais criados no interior das paredes periféricas, que insuflam o ar fresco vindo da cave junto ao pavimento das divisões dos andares elevados, à medida que o ar quente é expulsado por persianas colocadas sobre a verga das portas, dissipando-se pelos corredores e escadas. Complementarmente aos sistemas naturais, é ainda considerada no projecto uma pré-instalação eléctrica para receber um futuro sistema de ar condicionado.

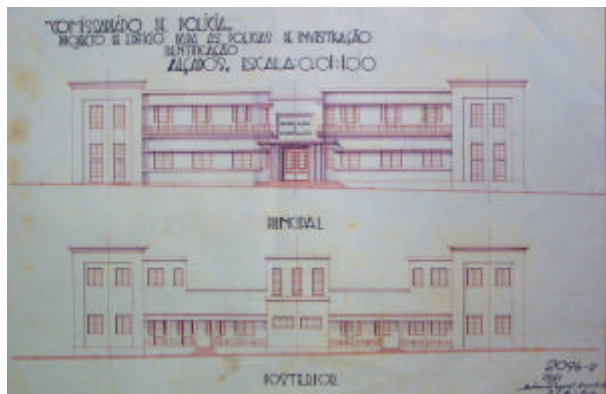
¹³⁷ - *há superabundância de escritórios, talvez salas de visitas a mais, uma instalação acanhada para o governador, e quanto a quartos com sala de banho e “suites” há ao todo 15, ou seja um número pouco inferior àquele de que dispõe o Hotel Aviz.* Dionísio Duarte Ferreira [secretário do Conselho], Parecer nº 37/1944 do Conselho Técnico, Lisboa, Ministério das Colónias, Direcção Geral do Fomento Colonial, 11 de Maio de 1944, p.11.

2.3: A produção local a partir da década de 40

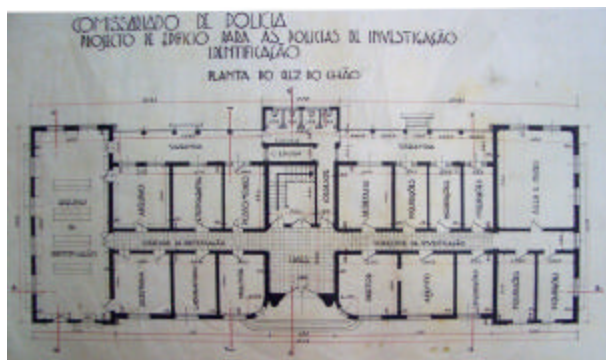
A nova estratégia de afirmação do imaginário estético nacionalista é gradualmente absorvida pelos serviços técnicos da colónia, reproduzindo-se em versões “internas” a partir de meados da década de 40. Esta produção local destina-se não só à construção de edifícios novos, de pequena escala e interesse reduzido, mas também à reformulação de edifícios existentes, no âmbito de um inovador tema de projecto: o Projecto de Modificação. Este tema caracteriza-se pela intervenção nas obras públicas mais representativas de construção recente, com o objectivo de substituir a sua descomprometida expressão Modernista pela nova linguagem do Estado, historicista e monumental. A modificação é frequentemente efectuada, sem complexos, pelo mesmo autor do projecto original, evidenciando novamente a formação eclética do corpo técnico local, que aceita a variação da linguagem como uma simples modificação de “estilos”, e não de paradigmas.

Este pensamento é encabeçado pelo arquitecto António Rosas, chefe da equipa projectista das Obras Públicas¹³⁸ e responsável por grande parte da produção deste período – da qual se destaca o duplo projecto para o edifício da Polícia de Investigação e Identificação de Lourenço Marques, iniciado em 1941 e transformado em 1944. Neste projecto, as modificações resumem-se às “superfícies” da construção (fachadas, paredes interiores, cobertura), assumindo sem subterfúgios a finalidade exclusiva de substituição da imagem formal pré-existente.

¹³⁸ - António Rosas é o único arquitecto da equipa das Obras Públicas até à contratação, em 1945, de Augusto Rodrigues da Silva, altura em que ascende ao título de chefe da equipa. Cf. Relatório da Direcção dos Serviços de Obras Públicas da Colónia de Moçambique, 1941 e 1944.



101



102



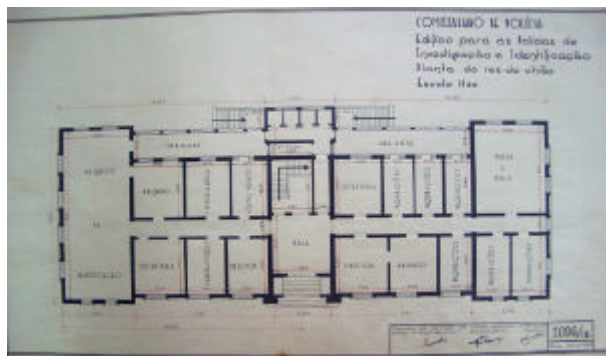
103

Polícia de Investigação e Identificação de Lourenço Marques (actual Maputo) (1941)

- 101 – Alçados principal e posterior
- 102 – Planta do piso térreo

Polícia de Investigação e Identificação de Lourenço Marques (actual Maputo) (1944)

- 103 – Alçados principal e posterior
- 104 – Planta do piso térreo



104

Noutros casos, aproveita-se a necessidade de ampliação ou adequação funcional como pretexto para a intervenção, tal como acontece no projecto de 1947 para o edifício do Concelho de Câmbios, Estatística e Arquivo Histórico de Lourenço Marques.

O projecto, assinado por Francisco Assis, propõe o acréscimo de um piso à construção existente - abrangendo o edifício original de 1936 e o corpo do Arquivo histórico, executado em 1941¹³⁹ - justificando a transformação total das fachadas como forma de uniformização do novo conjunto. O trabalho de alterações nos corpos paralelepípedicos laterais é mais significativo na secção correspondente ao edifício original. Aí, as molduras dos vãos foram salientadas e redesenhadas, ganhando novos elementos decorativos – sobretudo nos vãos mais estreitos. Os novos vãos do piso superior são o exemplo da nova estética do conjunto: pequenos e enquadrados por uma pesada moldura semelhante às tradicionais pedras de cantaria, não se distinguem dos modelos estereotipados de janelas desenvolvidos segundo a influência do Estado Novo. Na nova cobertura manteve-se o terraço plano, mas a falta do telhado é compensada pelo desenho de uma típica pérgola.

O corpo correspondente à ampliação de 1941 já era menos arrojado que o edifício original, e tinha menor visibilidade urbana, sendo por isso mais poupado. Neste caso, as alterações resumem-se quase exclusivamente ao corpo da entrada, encimado por um novo *lettering* de estilo monumental, ladeado por escudos nacionalistas, e encimado por um mastro para colocação da bandeira.

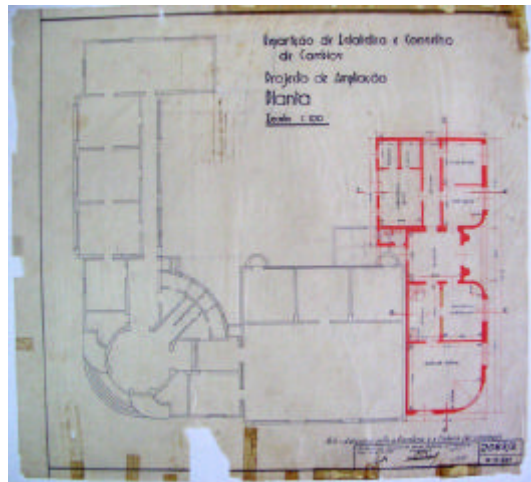
Na esquina correspondente à entrada principal do conjunto, propõe-se a modificação mais simbólica e monumentalista do projecto, aproximando-o de modelos característicos dos regimes ditatoriais europeus.¹⁴⁰ A torre cilíndrica existente por cima da entrada vê a sua altura duplicada, e é coroada por um zimbório de expressão Neoclássica, rematado por uma esfera armilar de grande escala. Ao contrário dos corpos laterais, a alteração no volume de esquina não foi executada na totalidade, construído-se o remate superior da torre de forma diferente do projectado, e sem coroamento monumental.

¹³⁹ - Este corpo, executado segundo projecto de António Rosas, ocupa a esquina oposta do mesmo quarteirão, procurando transmitir através da volumetria e linguagem arquitectónica uma noção de continuidade com o existente, como se os dois edifícios fossem um só.

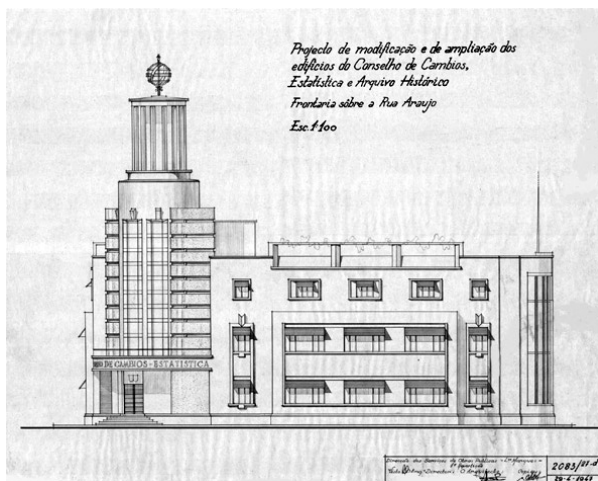
¹⁴⁰ - Sobre este assunto, cf. Kenneth Frampton, *op. cit.*, cap. 24. *A tendência modernista a reduzir toda a forma à abstracção fez disso uma maneira insatisfatória de representar o poder e a ideologia do Estado. Ib.*, p. 255.



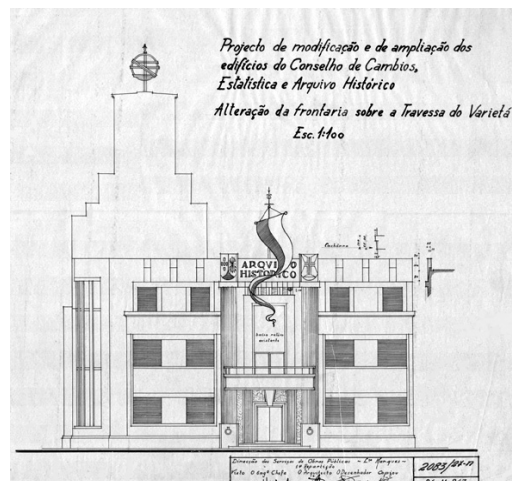
105



106



107



108

Arquivo Histórico da Repartição Central de Estatística e Conselho de Câmbios, Lourenço Marques (actual Maputo)

(1941)

105 – Alçados principal e lateral esquerdo

106 – Planta do piso térreo

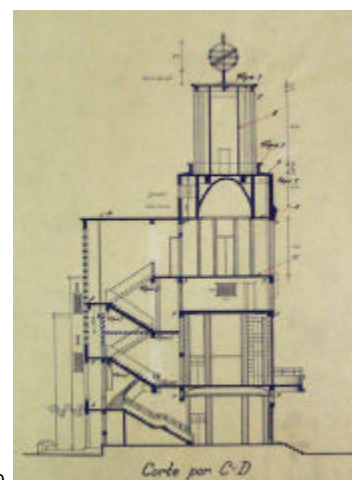
Modificação da Repartição Central de Estatística, Conselho de Câmbios e Arquivo Histórico, Lourenço Marques (actual Maputo)

(1947)

107 – Alçado sobre a Rua Araújo

108 – Alçado sobre a Travessa do Varieté

109 – Corte transversal pela entrada principal



109

O exemplo construído mais representativo desta estratégia de “maquilhagem” concretizou-se no vizinho edifício dos Organismos de Coordenação Económica: em 1944 seria executada a versão inicial, segundo um desenho assinado pelo arquitecto Carlos Santos,¹⁴¹ de composição clássica moderada por uma linguagem de depuração racionalista, apesar dos ligeiros apontamentos de retórica nacionalista. Em 1953, sob pretexto da passagem a Sede dos Estudos Gerais Universitários, seria concretizado um extenso trabalho de ampliação, com transformação de fachadas e volumetria geral, *surgindo então a coroa-lo um torreão com telhado piramidal* [um ícone típico do Português Suave], *que substituiu os elementos simbólicos no coroamento central.*¹⁴²

Os princípios da “maquilhagem” atingem também algumas obras de promoção privada, como é o caso do Hotel Girassol em Lourenço Marques. Neste caso, a encenação estética é produzida nos espaços interiores, decorados de acordo com o mais reaccionário gosto Português Suave, em contraste com a linguagem depurada do volume cilíndrico que dá corpo ao edifício.

¹⁴¹ - O mesmo autor dos Paços do Conselho - cf. Alfredo Pereira de Lima, *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*, p. 65.

¹⁴² - José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 99.



110



111



112



113

**Edifício dos Organismos de Coordenação Económica,
Lourenço Marques (actual Maputo)**

110 – Versão construída em 1944 (imagem da época)

111 – Versão construída em 1953 (vista actual)

112 e 113 – Vistas exteriores (actuais)

Hotel Girassol, Lourenço Marques (actual Maputo)

114 – Vista exterior (imagem de arquivo)

115 – Vista interior (imagem de arquivo)



114



115

2.4: Intervenção da metrópole até ao final dos anos 50

Entre 1947 e 1955, o grande projecto público destinado à província ultramarina é o ambicioso Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, executado em Lisboa pela equipa do Gabinete de Urbanização do Ultramar, encabeçada pelo arquitecto João Aguiar. O plano enquadra-se na política de planeamento idealizada para os principais aglomerados urbanos ultramarinos, e destina-se a regulamentar o crescimento da capital em função da imagem ordenadora e autoritária própria do regime.

Neste contexto, o plano estabelece como um dos principais objectivos a re-localização do núcleo urbano de Lourenço Marques, projectando um novo Centro Cívico, destinado à edificação integrada de um grande número de edifícios de interesse público, até então inexistentes ou mal instalados. O local destinado à construção é o aterro de Maxaquene, uma área ainda livre de construções, estrategicamente localizada entre a cidade existente e o estuário do Espírito Santo. A proposta apresentada em sugestivos desenhos de vista aérea, define um gigantesco conjunto urbano, assente em longas bandas contínuas de edificado, monumentalizadas pelo desenho urbano e pela composição das fachadas. Nos quarteirões periféricos – adaptados ao traçado curvilíneo do aterro - permite-se a utilização de uma linguagem de tendência racionalista, baseada em longos planos envidraçados horizontais, integrados na volumetria do conjunto. Pelo contrário, o núcleo estruturante do Centro Cívico, de função representativa mais importante, introduz o tema da fachada com colunata e arcadas em pedra de expressão classicista, pontuada por corpos verticais simétricos - um tema recorrente na arquitectura pública de vocação monumental construída de acordo com o gosto Português Suave, procurando obter um resultado que se associe aos valores de austeridade e perenidade, símbolos do regime.¹⁴³

A monumentalidade deste conjunto é acentuada pela integração de uma magestosa “Praça do Império”, caracterizando a nova frente pública da capital ultramarina em perfeita concordância com a imagem pré-estabelecida pelo regime.¹⁴⁴

¹⁴³ - Sobre este assunto, cf. José Manuel Fernandes, *Português Suave – arquitecturas do Estado Novo*, p. 102. Dos vários exemplos comparativos possíveis de enumerar, destaque-se o Edifício da Fazenda de Luanda, pelas afinidades geográficas e funcionais com o edifício em análise. *Ib.*, p. 219.

¹⁴⁴ - Sobre a caracterização urbana do Centro Cívico, cf. João Sousa Morais, *op. cit.*, p.158 a 161.



116



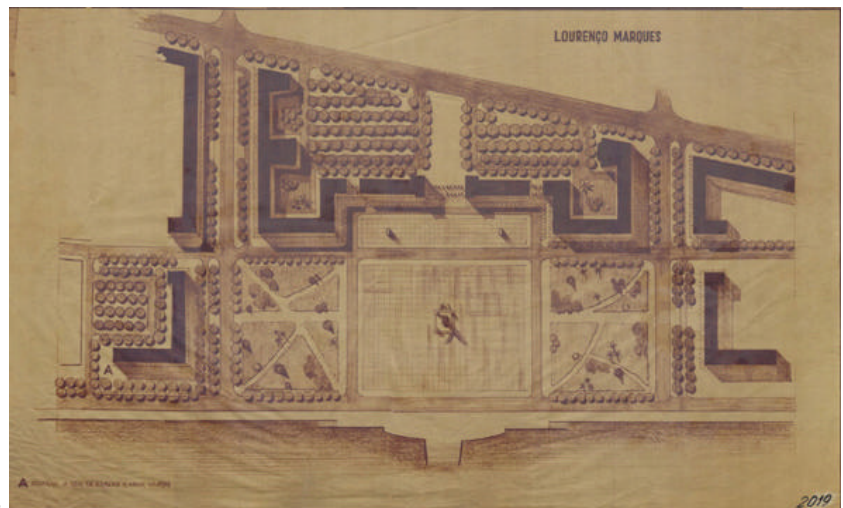
117

Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (actual Maputo)
(1952)

116 – Centro Cívico, vista geral

117 – Centro Cívico, planta

118 – Centro Cívico, “Praça do Império” (1955)



118

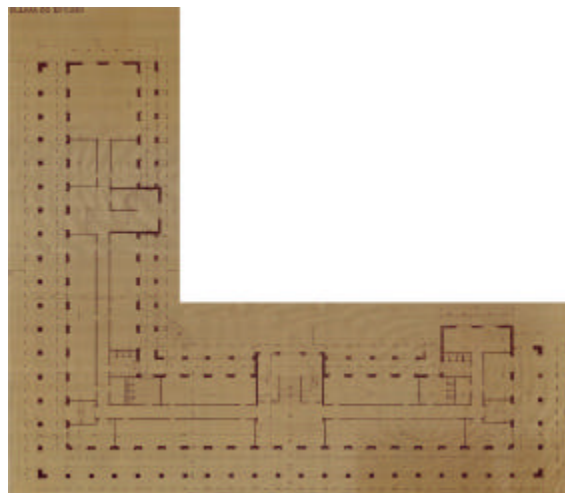
Em 1955, o Gabinete de Urbanização do Ultramar avança para uma versão mais pormenorizada da praça e edificado envolvente, efectuando alguns ajustes relativamente ao plano. Mantém-se o grande conjunto principal, implantado a cerca de 160 metros da linha de água, mas as laterais são agora formadas por dois corpos em “L”, simétricos, distanciados entre si cerca de 480 metros (reduzindo assim o comprimento da praça para o triplo da largura). O desenho da praça estabelece uma divisão em três sectores, dois laterais ajardinados, e um central mais austero, prolongado para o corpo central do edifício principal.

O primeiro – e único – edifício do Centro Cívico a ser construído é precisamente um dos corpos em “L” envolventes à praça, destinado aos serviços de Fazenda, e executado segundo um projecto igualmente datado de 1955. Este projecto utiliza como base o anterior volume de implantação em “U” sugerido na perspectiva do *Plano Geral de Urbanização*, agora mais uniforme (com a eliminação do corpo de entrada destacado), mas apresentando a mesma colunata exterior de duplo pé-direito assente sobre um embasamento em arcaria - numa linguagem de compromisso entre a austeridade “Speeriana” das colunas prismáticas e o tradicionalismo das arcadas. Estes elementos constituem as fachadas principais do volume em “L”, voltadas para o mar e para a praça – com 70 e 86 metros de comprimento, respectivamente, e 16 metros de altura – envolvendo os espaços interiores através de uma galeria contínua de 4,15 metros de largura. As fachadas voltadas para o interior do “L” são compostas por galerias menos profundas, de pé direito simples, interrompidas pelos núcleos de acesso (exibindo um desenho de conjunto mais fragmentado). A racionalidade compositiva desta envolvente é explorada por uma estrutura construtiva de betão armado, de aparência bastante pronunciada, apesar da “camuflagem” superficial de revestimentos em pedra, coberturas em telha, e alguns (poucos) elementos decorativos.

A cobertura inclinada revestida a telha é utilizada no corpo central, ficando oculta do exterior numa visão aproximada, pelos remates planos das galerias de circulação envolventes. Esta solução é frequentemente utilizada nos projectos públicos executados pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar, que reserva uma utilização exclusiva da cobertura em telha para os edifícios de expressão menos urbana ou de escala mais reduzida. A cobertura é sempre pensada de uma forma independente da restante construção, surgindo frequentemente propostas com inclinações demasiado acentuadas, num desajuste de linguagem e proporção relativamente à restante volumetria.

Edifício dos serviços de Fazenda, Lourenço Marques (actual Maputo) (1955)

- 119 – Planta do piso térreo
- 120 – Corte/ alçado posterior
- 121 – Alçado fronteiro à praça
- 122 a 124 – Vistas exteriores
- 125 e 126 – Vistas das galerias exteriores



119



120



121



122



123



124



125



126

A regularidade exterior reproduz a simplicidade tipológica do edifício, organizado na cave e nos três pisos elevados segundo uma estrutura de largos corredores interiores contínuos, envolvidos em ambos os lados por salas de grandes dimensões (permitindo uma posterior sub-compartimentação com paredes autónomas, amovíveis). As salas abrem-se para as galerias em grandes planos envidraçados, ocupando a periferia da “caixa” interior. Apesar do peso institucional do programa que alberga, o edifício não ultrapassa um papel secundário no conjunto urbano da praça, caracterizando-se por isso com alguma sobriedade ao nível ornação interior. A qualidade dos materiais empregues na sua construção e a flexibilidade de adaptação das várias salas possibilitarão a sua resistência ao passar dos anos, adaptando-se às diferentes transformações da orgânica política.

Em 1958 intensifica-se o objectivo de realizar a envolvente construída da “Praça do Império” – agora com o sugestivo nome de Praça Infante D. Henrique – executando-se o projecto para o corpo principal da grande fachada voltada para o mar, destinado ao Governo Geral da província. O edifício prossegue a implantação definida três anos antes, adaptando-a a um longo bloco contínuo rematado por dois topos perpendiculares (preparados para uma futura fase de ampliação), e pontuado a eixo por um núcleo central com fachada posterior curva, com um comprimento total de 240 metros.

O projecto difere da imagem prevista na perspectiva do *Plano Geral de Urbanização*, preferindo uma aproximação directa à linguagem do edifício dos serviços de Fazenda, sugerindo para toda a praça a continuidade de fachadas em galeria de colunatas e arcadas. O único elemento dissonante previsto no conjunto é o seu núcleo central, caracterizado por um gigantesco pórtico com cerca de 22 metros de altura, simbolizando com sumptuosidade o acesso às principais dependências do Governo. A escala monumental do pórtico prolonga-se pelo interior do núcleo central, ocupado por uma sequência de espaços comuns - salão nobre, hall, passos perdidos (com duplo pé-direito) – divididos por dois pisos exuberantemente decorados com sancas de luz indirecta, esculturas e baixos relevos. Estes espaços dão acesso às dependências situadas nas galerias laterais, e servem de apoio à grande sala da assembleia, de configuração em hemiciclo, com capacidade para 35 lugares num primeiro nível, 233 lugares num segundo nível, 20 lugares em dois camarotes laterais, e 170 lugares em galeria superior elevada – junto à qual se localizam as amplas entradas de luz natural. As galerias laterais dão corpo a um vasto programa funcional de igual importância, do qual se destacam várias repartições de contacto com o público, dependências do



127



128

**Edifício dos serviços de Fazenda,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1955)**

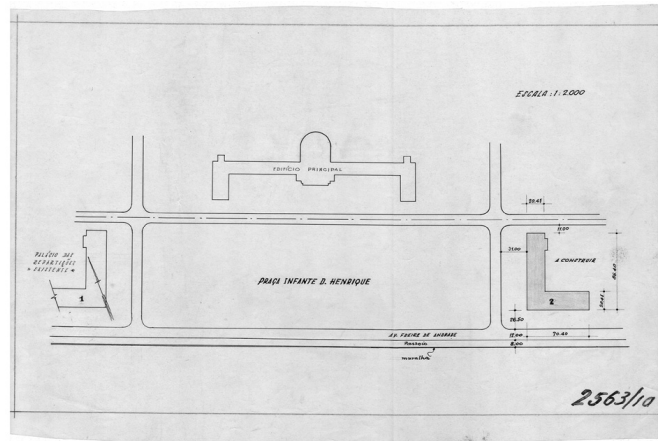
127 e 128 – Vistas exteriores

**Edifício do Governo Geral da província,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1958)**

129 – Implantação

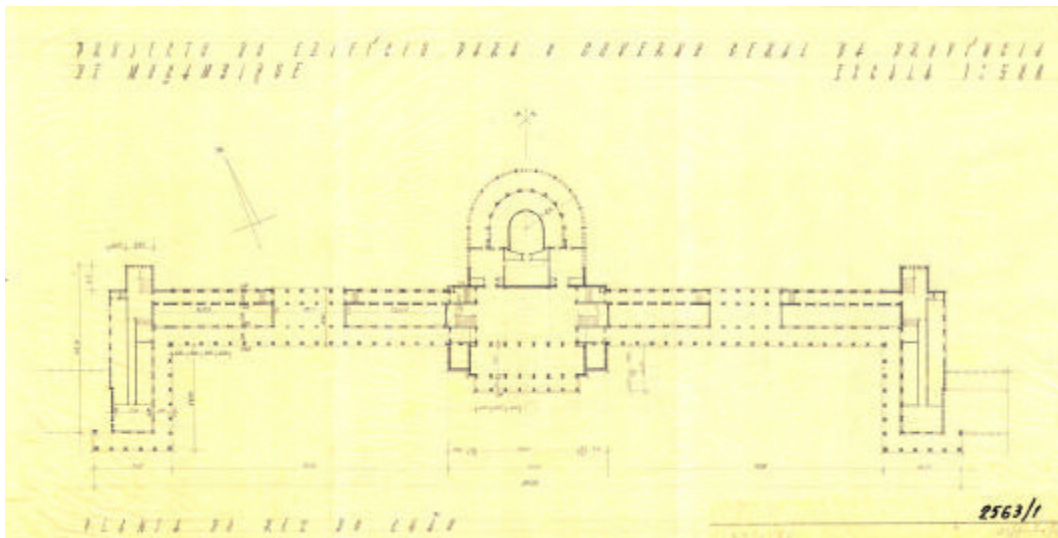
130 – Planta do piso térreo

131 – Alçado fronteiro à praça



129

130



131



ESBOÇO Nº 1
DE SEÇÃO DE ALTO DO EDIFÍCIO
2563/11

governador do distrito, Censura (piso térreo), Direcção dos Serviços de Administração Civil, Conselho Legislativo, Governo Geral e Secretaria Geral (primeiro piso), dependências dos inspectores administrativos, inspectores da Administração Ultramarina e superiores, secretários provinciais, secretário geral e inspector geral (segundo piso).

Apesar da sua extrema importância para o regime – a nível de implantação política e carga simbólica – o Governo Geral não chegou a ser construído, interrompendo assim a sonhada construção do Centro Cívico, resumido para sempre à realidade de um único edifício.¹⁴⁵

¹⁴⁵ - Mesmo sem o enquadramento simbólico do Centro Cívico, a vocação político-administrativa que se definiu para o local foi assegurada pelo edifício da Fazenda (hoje sede de ministérios), sendo recentemente reforçada com a construção de um novo edifício ministerial, em frente ao anterior, sobre o local onde seria implantado o topo ajardinado da Praça Infante D. Henrique. Este novo edifício, projectado e construído pela Cooperação Chinesa, retoma o tema da colunata monumental sobre a fachada, numa versão muito mais desinteressante.

2.5: Os novos autores locais desde o final dos anos 50

A influência da arquitectura de expressão Português Suave nas obras públicas de carácter administrativo fez-se sentir até bastante tarde, sobretudo por via de projectos executados directamente na metrópole, semelhantes aos que foram referidos. Esta influência dominou também a produção local, quase sempre resumida a projectos para pequenas construções ou para obras de ampliação e manutenção de instalações existentes. A partir da segunda metade da década de 50, esta pequena produção local é finalmente aproveitada para teste de novas soluções, destinadas à racionalização formal e material, optimização do controlo térmico, determinação de construções-tipo: entra em curso uma gradual implantação do pensamento Moderno, promovida fundamentalmente pela figura de Fernando Mesquita.

A passagem entre as décadas de 50 e 60 confirma a interrupção de propostas provenientes da metrópole e a utilização definitiva da arquitectura Moderna na produção local, consolidada em grande parte pela intervenção de alguns dos mais importantes arquitectos liberais da província - Paulo de Melo Sampaio, Fernando de Sousa, Megre Pires, João José Tinoco e Carlota Quintanilha – que partilham o trabalho com os serviços técnicos de Obras Públicas, em virtude do aumento do volume de encomendas. De facto, o edifício mais marcante deste período é o Palácio das Repartições de Vila Cabral – actual sede do governo provincial do Niassa, em Lichinga – da autoria de João Tinoco e Carlota Quintanilha. Obra assumidamente vanguardista, procura ocupar um lugar de destaque na memória colectiva de uma cidade ainda carente de referências, nascida a partir do zero na década de 30, num planalto “virgem” a 1400 metros de altitude, e que viria mais tarde a ser utilizada pela máquina de propaganda do governo como exemplo da sua força empreendedora e visão estratégica.¹⁴⁶

O Palácio, construído por volta de 1961,¹⁴⁷ ocupa um terreno praticamente plano, junto ao núcleo central da cidade – uma praça/rotunda de forma octogonal inscrita num círculo com 440 metros de raio, estrutura base do desenho urbano - e

¹⁴⁶ - Cf. Alberto Feliciano Marques Pereira, *A arte em Moçambique*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966, p. 364. Sobre o plano de Vila Cabral, cf. José Manuel Fernandes, *Geração Africana, arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, pp. 92 a 94.

¹⁴⁷ - Cf. jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 2 de Setembro de 1961, última página.

divide-se em dois corpos distintos. O corpo maior, de aproximadamente 17 por 60 metros de implantação, assume uma posição relativamente discreta, no alinhamento da avenida que lhe dá acesso; o corpo mais pequeno, com cerca de 11 por 32 metros, destaca-se numa posição oblíqua relativamente ao primeiro, colocando-se de frente para a rotunda (que nos desenhos surge descrita como “praça”). Ambos se localizam no centro do lote, garantindo uma pequena envolvente paisagística – desenhada em continuidade com o traçado geométrico da arquitectura - para filtrar o contacto directo com a rua e com as construções mais próximas.

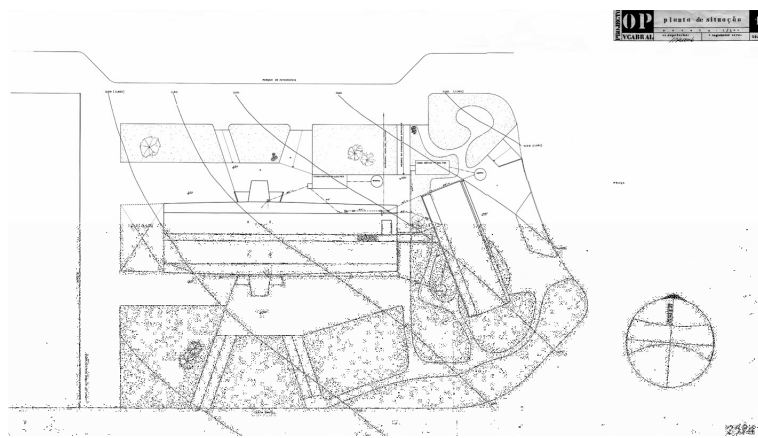
O conjunto remete claramente para os exemplos mais interessantes da arquitectura Moderna brasileira, bastante característico do trabalho de Tinoco anterior à última metade da década de 60: uma volumetria de base prismática enriquecida por subtis angulosidades, constantes de um modo muito coerente em todos os elementos de projecto - plantas, cortes e alçados – num desenho de grande beleza e dinamismo, sem nunca comprometer a simplicidade e pureza do conjunto, e a sua eficácia espacial. A expressividade volumétrica resulta igualmente do diálogo perfeito entre a arquitectura e os elementos estruturais de betão armado, com diferentes soluções adaptadas a cada um dos corpos. O arrojo da estrutura permite a formação de grandes consolas, em balanços de 2 metros no corpo maior, com vigas transversais aparentes nas fachadas - enquadrando num ritmo constante os vãos basculantes de ventilação - e balanços de 2,5 metros no corpo menor, com vigas transversais trapezoidais embebidas na geometria do edifício. Os perfis resultantes são evidenciados pelas paredes opacas das fachadas laterais, em contraste com as vibrantes grelhagens cerâmicas utilizadas nas fachadas principais - com desenhos de minucioso rendilhado, diferentes para cada um dos edifícios – num resultado conjunto de grande equilíbrio.

As diferentes características dos dois volumes são reforçadas pela separação de funções; neste sentido, os serviços administrativos com atendimento público são destinados ao edifício maior, enquanto que o edifício voltado para a praça, e elevado sobre *pilotis*, recebe os espaços solenes – gabinete do governador (com apoio de secretaria), gabinete dos inspectores, e sala de sessões - de acesso restrito, conduzido através de uma cenográfica escada helicoidal reflectida por um espelho de água. Na fachada principal deste volume distingue-se a grande varanda da sala de sessões, destinada aos discursos públicos políticos, numa posição assimétrica própria da linguagem do Movimento Moderno – muito distante do protagonismo retórico típico das propostas realizadas anos antes, fiéis ao gosto estatal.

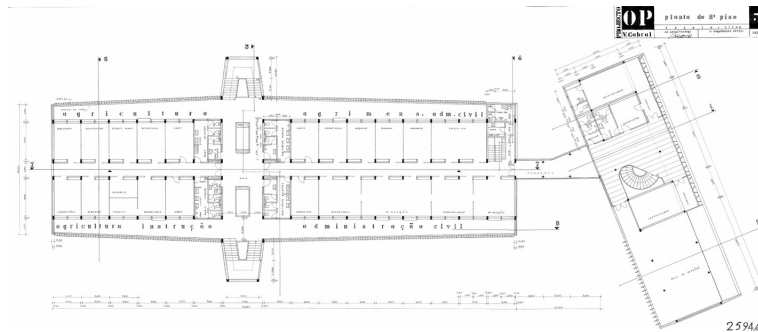


132

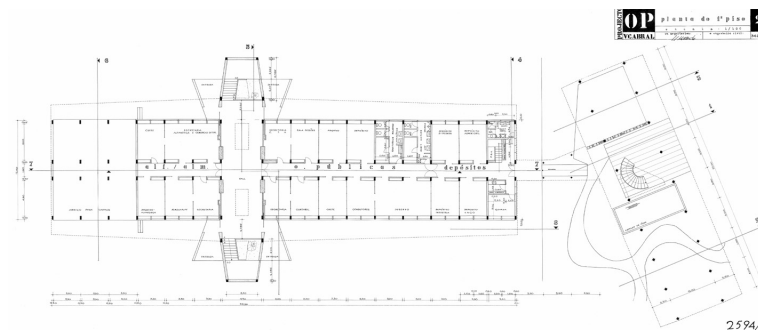
133



134



135



Palácio das repartições de Vila Cabral (actual Lichinga) (constr. 1961)

132 – Imagem de arquivo

133 – Implantação

134 – Planta do piso térreo

135 – Planta do primeiro piso

O edifício maior caracteriza-se por uma repetição modular de espaços, agrupando de modo semelhante os diferentes serviços, em três pisos: Alfândega e Almoarifado, Obras Públicas, depósitos e abrigo para carros em zona de *pilotis* no piso térreo; Agricultura, Instrução, Agrimensura, Administração Civil no primeiro piso; Direcção de Fazenda, Veterinária, Indústria, Saúde, no segundo piso. Os espaços organizam-se ao longo de uma estrutura espacial longitudinal, interrompida perpendicularmente pelo núcleo de escadas – encerradas num “bauhausiano” volume puro com extenso plano de vidro alinhado pela face exterior das paredes. Na base deste núcleo de escadas situam-se os acessos, mediados por portas de correr de grandes dimensões, permitindo a abertura contínua durante o horário de atendimento, numa fluida transição entre exterior e interior, destinada a acentuar o carácter público do edifício.

Os arquitectos preocupam-se em garantir a adequação funcional por um longo período de tempo, prevendo no projecto original um prolongamento futuro do corpo maior, a construir numa segunda fase, de acordo com as necessidades. No mesmo sentido, definem a localização prévia do elevador – junto aos núcleos de escadas – e privilegiam a flexibilidade de utilização na compartimentação interna, com a organização dos vários gabinetes de serviços em modernos *open spaces*, separados entre si por simples e económicas paredes divisórias. As paredes de alvenaria – possivelmente em blocos de betão, como nas empenas exteriores – são reduzidas às paredes das instalações sanitárias e às separações entre os gabinetes e as circulações. Este tipo de compartimentação permite dominar as indefinições e variações constantes, características dos espaços de função administrativa. Apesar de inovadora, a solução não é inédita: já havia sido testada nas propostas do Gabinete de Urbanização do Ultramar,¹⁴⁸ e seria naturalmente desenvolvida nos projectos de Estilo Internacional dos anos seguintes.¹⁴⁹ A sua eficácia será demonstrada pela flexibilidade de adaptação da maioria destes edifícios às constantes variações de programa, nomeadamente no período pós-independência.

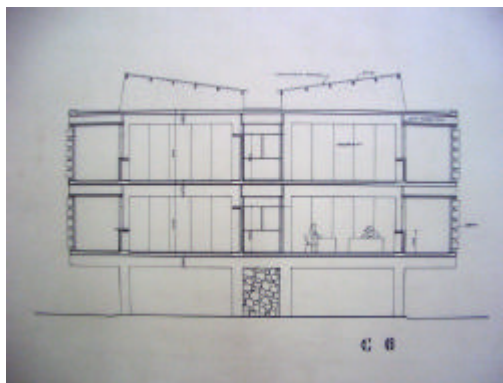
O tema das circulações é também explorado de um modo muito interessante, dividindo-se os acessos aos gabinetes entre público e privado. Por um lado, desenha-se um corredor de circulação central destinado aos serviços internos, com 1,6 metros de largura, facilitando a eficácia funcional; por outro lado, definem-se duas galerias periféricas para uso público - com largura variável entre 2,40 e 1,90 metros - junto às

¹⁴⁸ - Consultar pp. 102 a 105, a propósito do edifício dos serviços de Fazenda.

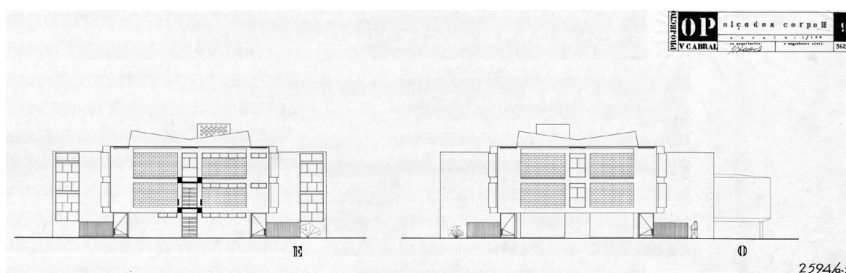
¹⁴⁹ - Consultar pp. 114 a 116, a propósito da ampliação da sede do Concelho de Câmbios, Estatística e Arquivo Histórico de Lourenço Marques.



136



137

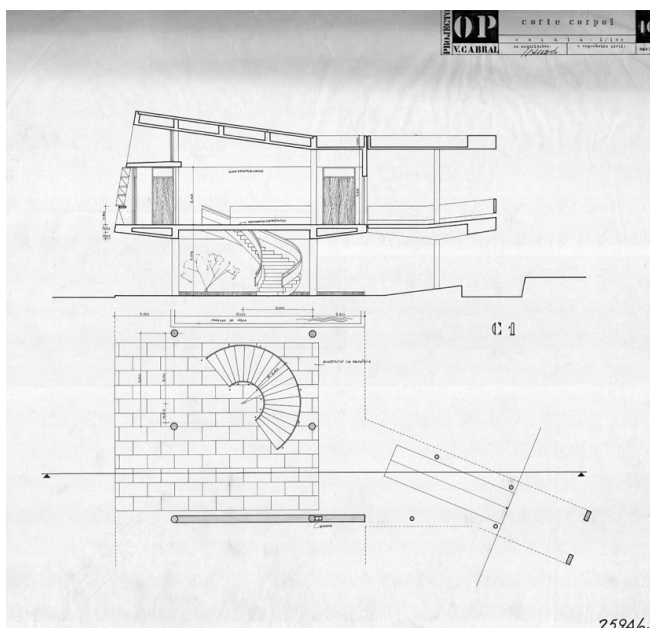


25946.7

138



139



140

25946.8

**Palácio das repartições de Vila Cabral
(actual Lichinga)
(constr. 1961)**

136 – Imagem de arquivo

137 – Corpo maior, corte 6 (transversal)

138 – Corpo maior, alçados nascente e poente

139 – Corpo voltado para a praça, alçado principal

140 – Corpo voltado para a praça, corte transversal

fachadas exteriores, para onde os gabinetes se abrem em longos envidraçados com balcões de atendimento, aumentando a proximidade entre os serviços e a população. Estas galerias actuam igualmente como filtro solar, protegendo os gabinetes do contacto directo com o exterior – uma preocupação genericamente extensível a todo o conjunto. O controle climático é também assegurado, em ambos os corpos, por uma circulação transversal constante do ar, através de envidraçados basculantes ou aberturas permanentes (protegidas por rede mosquiteira) localizados junto aos tectos. No corpo maior convém ainda destacar a utilização de uma cobertura elevada de desenho em “borboleta”, que permite o sombreamento da “verdadeira” cobertura – incluindo dois lanternins junto aos núcleos de escadas – formando-se entre ambas um espaço contínuo de circulação de ar.

A coerência Moderna do edifício fica completa na escolha dos materiais de revestimento: mosaico cerâmico nos pavimentos e revestimento de guardas, painéis de contraplacado em paredes, *quartzite* importado da Rodésia nos pavimentos exteriores, coberturas em fibrocimento e em lajes pré-fabricadas de betão – para além das já referidas paredes divisórias *holoplast*, das alvenarias em blocos de betão leve e das grelhas cerâmicas de sombreamento.

Até aos últimos anos do período colonial poucas alterações se registaram no modelo das obras públicas de função administrativa, prolongando-se a produção num ritmo menos regular, interrompido por alguns momentos de euforia, relacionados com a execução de projectos com amplitude de conjunto urbano, enquadrados em tentativas de renovação político-administrativa. A título exemplificativo, refira-se uma proposta - nunca executada - destinada à criação de um grande conjunto urbano envolvente à Praça do Infante (actual Praça dos Heróis Moçambicanos), junto ao aeroporto de Lourenço Marques, para albergar as várias instalações das Secretarias Provinciais,¹⁵⁰ em edifícios similares à pré-existente Secretaria Provincial de Terras e Povoamento (actual Ministério da Agricultura), construída por volta de 1967 segundo projecto de João Tinoco e António Veloso.¹⁵¹

¹⁵⁰ - Secretaria Provincial de Comunicações, Secretaria Provincial de Obras Públicas, Secção de Serviços Provinciais de Geologia e Minas, Junta de Energia Nuclear. As instalações da Secretaria Provincial de Saúde e Assistência Médica, encontravam-se já em fase de obra, noutra local da cidade (consultar pp. 193 a 195). Cf. jornal *A Tribuna*, Lourenço Marques, 9 de Novembro de 1972, p. 2.

¹⁵¹ - Cf. José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 54.



141



142

Secretaria Provincial de Terras e Povoamento, Lourenço Marques (actual Maputo) (1967)

141 e 142 – Vistas exteriores

Ampliação do Concelho de Câmbios, Estatística e Arquivo Histórico de Lourenço Marques (actual Maputo) (1970 aprox.)

143 a 145 – Vistas exteriores



143

144



145



A década de 60 assinala a introdução da construção em altura na obra pública, acompanhando a produção de iniciativa privada (executada frequentemente pelos mesmos autores): tentativas de arranha-céus para escritórios em Estilo Internacional, integrados numa ideia de cosmopolitismo totalmente inovadora na província – mas atrasada trinta anos em relação aos modelos.¹⁵² O resultado mais evidente da nova ideia de construção em altura será executado pelo arquitecto Marcos Miranda Guedes, na definitiva ampliação da sede do Concelho de Câmbios, Estatística e Arquivo Histórico de Lourenço Marques – o edifício-símbolo da evolução na arquitectura pública moçambicana, pela quantidade de transformações que sofreu ao longo dos anos, em plena sintonia com as várias mudanças político-culturais.¹⁵³

Esta ampliação, executada por volta de 1970,¹⁵⁴ caracteriza-se pela inserção cirúrgica no conjunto existente de um novo bloco em “L” dividido em dois volumes, ocupando o interior do pátio existente e a esquina principal, obrigando à demolição do corpo cilíndrico original, onde se situavam a entrada e as circulações verticais. A frente principal original é ampliada em dois pisos, e a construção nova ganha uma altura total de 6 pisos – no volume de esquina – e 12 pisos – no bloco construído no interior do conjunto.

¹⁵² - O exemplo mais aproximado é o do Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro, executado entre 1937 e 1943 por uma equipa composta por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Jorge Moreira, Carlos Leão e Ernani Vasconcelos, com o apoio consultivo de Le Corbusier. Cf. Lauro Cavalcanti [organização], *Quando o Brasil era moderno: guia de arquitectura 1928 - 1960*, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001, pp. 364 a 375.

¹⁵³ - A justificação para esta regularidade de intervenções deve-se naturalmente à importância pública da função que o edifício alberga (e à sua necessária adequação ao longo dos anos), mas sobretudo à sua localização urbana, no coração da capital ultramarina. A grande visibilidade do edifício permite-lhe funcionar como veículo de promoção da imagem político-arquitectónica mais adequada a cada tempo histórico.

¹⁵⁴ - Esta data é atribuída por comparação com o conjunto de obras de promoção privada executadas pelo mesmo autor, como o edifício-sede do jornal *Diário*. Cf. António Albuquerque, *op. cit.*, pp. 155 a 157.

**Ampliação do Concelho de Câmbios,
Estatística e Arquivo Histórico de
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1970 aprox.)**

146 – Vista geral

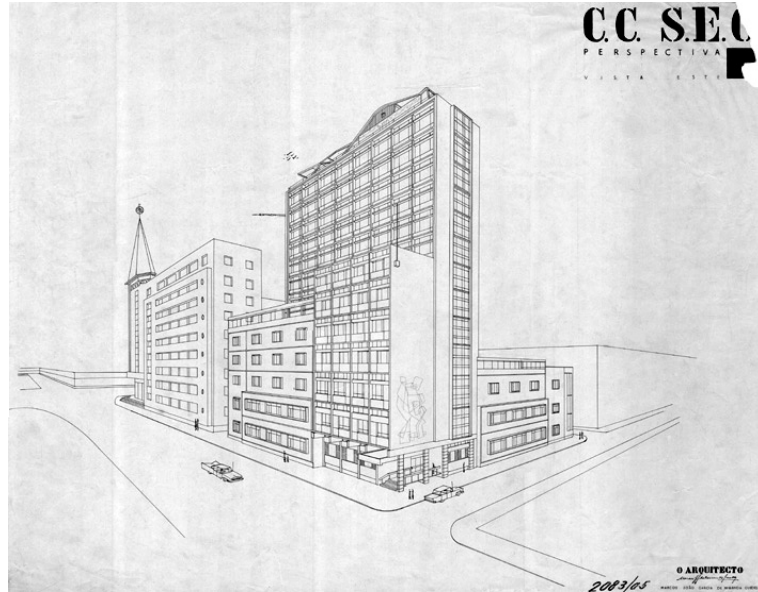
147 – Planta do piso térreo

148 – Planta dos pisos 7 a 12

149 – Corte pela fachada posterior

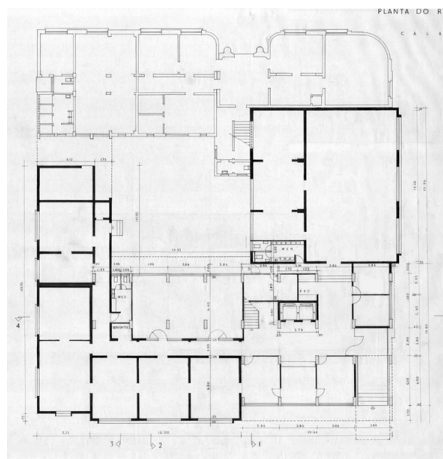
150 – Corte pela fachada principal

151 – Vista exterior

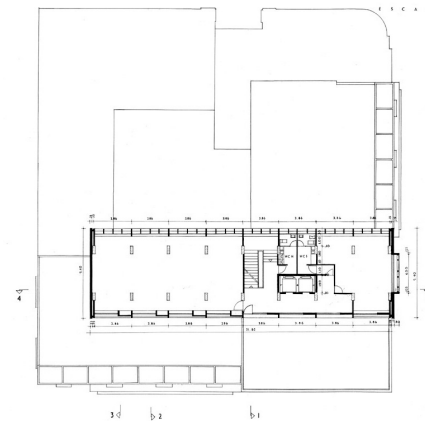


146

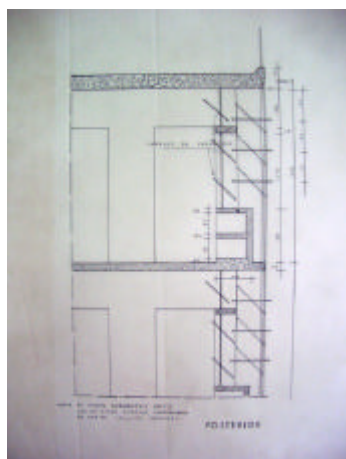
147



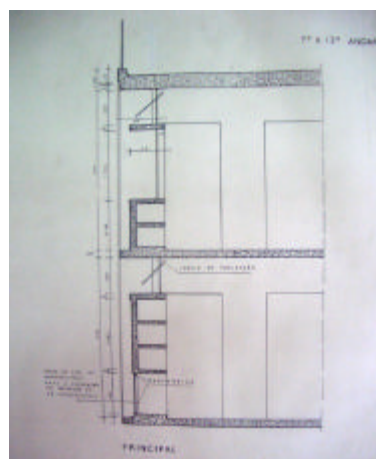
148



149



150



151



A coerência global entre novo e antigo é conseguida por uma volumetria recortada, potenciadora de várias escalas urbanas - muito ao gosto do arquitecto – e pela adaptação das fachadas existentes, de modo a substituir os traços mais decorativos dos desenhos anteriores por uma nova imagem, mais racional, e mais próxima do projecto original. O novo conjunto é enquadrado por uma geometria reguladora, a meio caminho entre a fachada do edifício dos Organismos de Coordenação Económica – nessa altura chamado edifício do Comércio Externo - e as fachadas do novo bloco em “L”, harmonizando a imagem de todo o quarteirão entre a Praça 7 de Março e a Rua Major Araújo (actual Bagamoyo).

A partir do 5º andar a nova construção descola-se do restante conjunto, e dois pisos acima ganha a forma rectangular pura que se destaca exteriormente: um paralelepípedo em betão armado e vidro com uma altura total aproximada de 50 metros – 12 pisos e cobertura – baseado nos princípios construtivos do Movimento Moderno e nalguns dos seus elementos mais característicos: a cobertura em terraço, a fachada protegida por *brise-soleil*, e a planta livre.

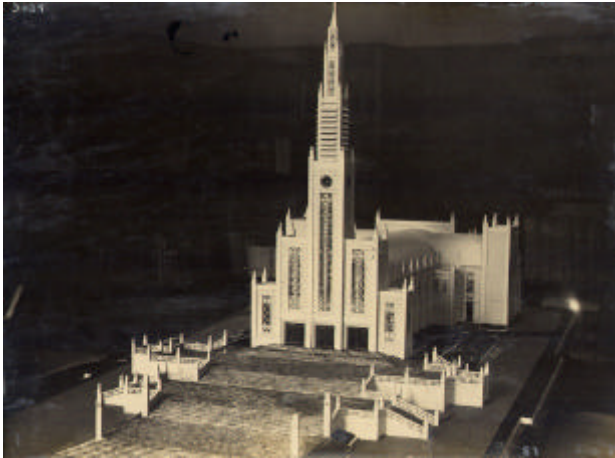
3: Equipamentos de função religiosa

3.1: A produção local na segunda metade dos anos 30

O período anterior à década de 40 tem sido caracterizado nos diversos programas por uma produção de assinatura local, dedicada à experimentação de uma estética de base simples e geométrica, justificada pela exteriorização do programa e da estrutura construtiva. De acordo com os registos encontrados, supõe-se que este período não tenha tido muita expressão nas encomendas de programas religiosos; no entanto, ficará representado por uma das obras de maior significado simbólico da capital da colónia: a Catedral de Lourenço Marques.

O projecto é executado em 1936 pelo engenheiro Marcial Freitas e Costa, director dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. Autor de espírito culto e pragmático, revela-se numa obra caracterizada pela exploração dos novos materiais de construção, inspiradores de uma estética próxima das referências arquitectónicas mais vanguardistas da época, desde a *Notre-dame du Raincy* de Auguste Perret até à Nossa Senhora de Fátima de Pardal Monteiro.¹⁵⁵

¹⁵⁵ - *Tudo indicava que se devia adoptar o cimento armado, e aceitar as normas estéticas correspondentes. Consequentemente, as linhas do edifício teriam de ser modernas. Havia já numerosas igrejas assim concebidas, desde a Finlândia a Marrocos, e principalmente em França e na Alemanha. Na Metrópole, segundo planos do arquitecto Pardal Monteiro, acha-se agora concluída a igreja de Nossa Senhora de Fátima [...]. A opinião do engenheiro Freitas e Costa era que se devia adoptar aqui, e com a maioria da razão, critério idêntico.* João Francisco dos Santos, *Guia da Catedral de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1944, p. 54.



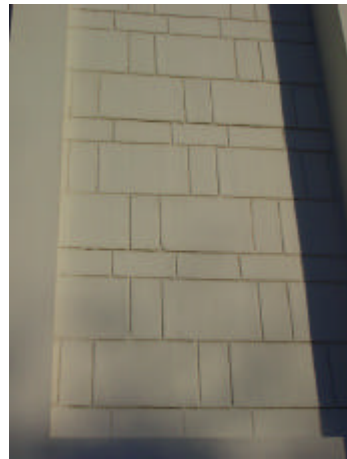
152



153



154



155

**Catedral de Lourenço Marques (actual Maputo)
(1936)**

152 – Maquete (imagem de arquivo)

153 e 154 – Vistas exteriores

155 – Pormenor do aparelho de parede

156 a 158 – Vistas interiores

156



157



158



O resultado final situa-se aquém dos modelos, por culpa de uma certa banalidade tipológica e espacial, mas distingue-se ainda assim por uma inovadora acentuação da componente estrutural, claramente enunciada na descrição do projecto: *a estrutura resistente do edifício é constituída por um esqueleto de vigas, arcos e colunas em betão armado, com os intervalos preenchidos por blocos de cimento, dispostos alternadamente dois a dois, vertical e horizontalmente, contribuindo as suas juntas, que ficarão reentrantes, para quebrar a monotonia das fachadas, decorando-as. Não se dissimula a estrutura em betão, deixando-a, pelo contrário, bem aparente, marcando as linhas próprias do betão armado e tornando económica a construção por supressão dos dispendiosos rebocos.*¹⁵⁶

O principal destaque no conjunto de soluções construtivas é assegurado pelas abóbadas e terraços da cobertura, constituídos por uma arrojada composição tripla: uma lâmina estrutural com 21 centímetros de betão armado, uma camada isoladora com 10 centímetros de cortiça e uma superfície exterior impermeabilizante, com 5 centímetros de betão simples revestido a argamassa de cimento.¹⁵⁷

¹⁵⁶ - Marcial Simões de Freitas e Costa, Memória descritiva do projecto de arquitectura da Catedral de Lourenço Marques, *in Ib.*, p. 55.

¹⁵⁷ - *Ib.*, p. 58.

3.2: Intervenção da metrópole durante a década de 40

O possível impacto causado pelas inovações técnicas e estéticas do projecto da Catedral dilui-se por força do arrastamento da sua construção,¹⁵⁸ exercendo pouca influência na produção dos anos seguintes – em grande parte representada por projectos executados na metrópole. De facto, a arquitectura de função religiosa da década de 40 introduz um novo tema de projecto, frequentemente associado a uma expressão revivalista, aferido por uma ligação directa à política cultural do Estado Novo. Esta produção irá prolongar-se com bastante regularidade até próximo da década de 60, atrasando-se no acompanhamento das mudanças ideológicas e estéticas verificado nos restantes programas funcionais executados pelas obras públicas.

O primeiro registo encontrado deste modelo de arquitectura religiosa data de 1944, e é protagonizado pelo Paço Episcopal da cidade da Beira. O projecto é assinado pelo arquitecto Raúl Lino, assumido novamente como figura principal de promoção da arquitectura de gosto estatal nos primeiros anos de influência do regime, executante directo ou colaborador nos principais projectos destinados à colónia: o Palácio do Governo da Beira e o Palácio do Governo de Lourenço Marques.¹⁵⁹ O Paço assume-se como sede do poder religioso, e reveste-se por isso de uma especial carga simbólica, justificando um tipo de arquitectura muito semelhante ao que fora desenvolvido nas sedes do poder político – uma arquitectura de carácter representativo, organizada em vários volumes inteligidos num conjunto de base simétrica, escala monumental e linguagem historicista.

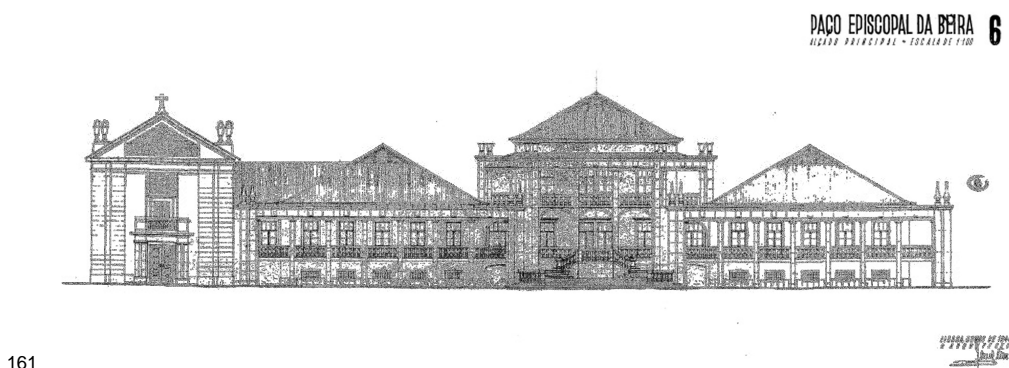
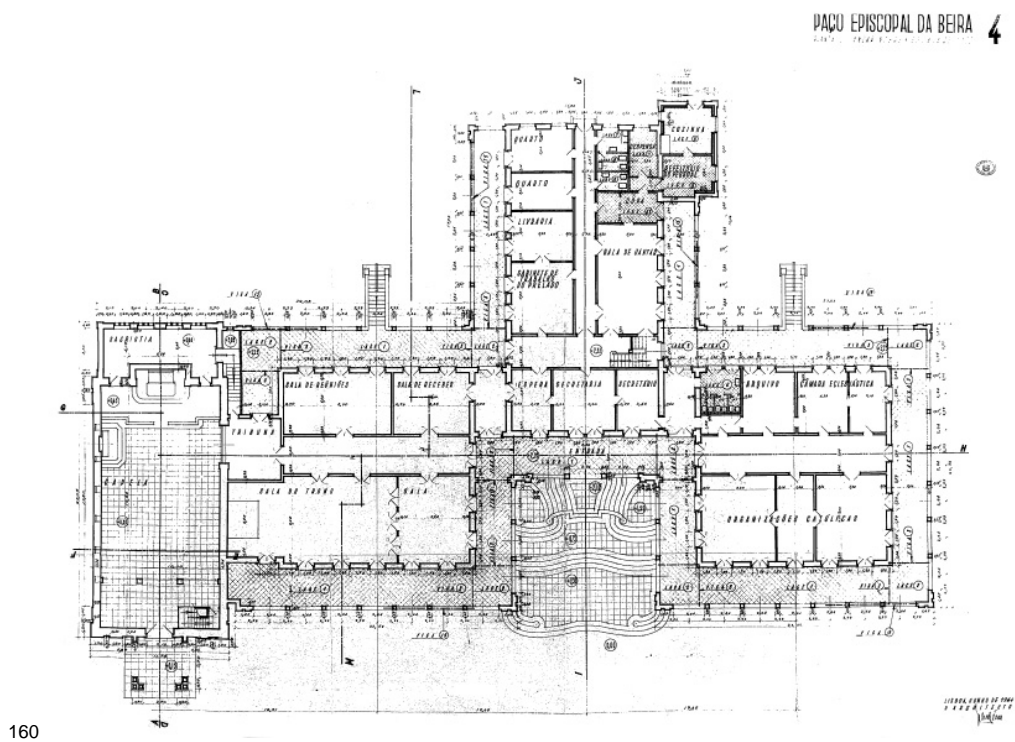
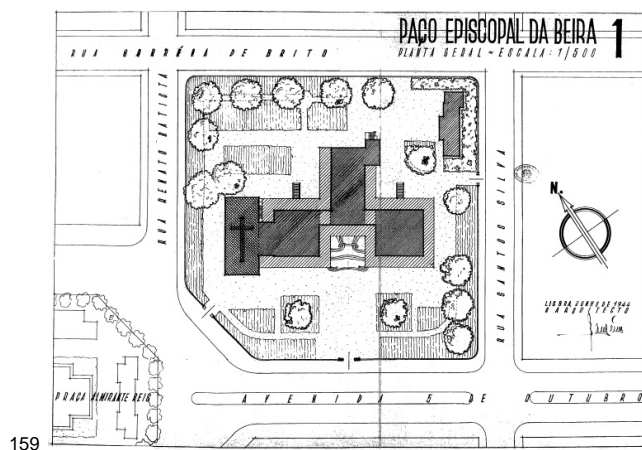
A proposta insere-se no interior de um lote ajardinado, situado na zona residencial da Ponta Gêa, entre as Ruas Renato Batista, Correia de Brito, Santos Silva (actual Serpa Pinto) e a Avenida 5 de Outubro (actual Eduardo Mondlane). A sua implantação adapta-se a um programa funcional composto por três partes distintas – representativa, administrativa e residencial – e à relação deste com a envolvente, independentemente da orientação solar. A função representativa é executada em parte por uma pequena capela de nave única, que é ocasionalmente aberta ao público, e por isso se coloca junto à esquina mais importante da envolvente urbana,

¹⁵⁸ - O edifício da Catedral é inaugurado apenas em Agosto de 1944. Cf. Alfredo Pereira de Lima, *Lourenço Marques*, p. 40.

¹⁵⁹ - Consultar pp. 89 a 93. Tal como os projectos para os Palácios do Governo, também este projecto de Raúl Lino não chegou a ser construído.

Paço episcopal da Beira (1944)

- 159 – Implantação
- 160 – Planta do piso térreo
- 161 – Alçado principal



fronteira à Praça Almirante Reis (um espaço público que seria mais tarde ocupado pelo importante cinema São Jorge). O restante conjunto divide-se em três volumes elevados sobre um embasamento comum (que funciona como caixa de arejamento), envolvendo uma entrada principal localizada sensivelmente a eixo do lote, e voltada para a avenida. As duas alas laterais à entrada recebem o restante programa de função representativa (no volume do lado esquerdo, ligado à capela) e o programa de função administrativa (no lado direito e por trás da entrada), integrados num conjunto de salas ligadas por um longo corredor longitudinal. A função residencial é composta por um conjunto de dependências mais pequenas, servidas por um corredor interior perpendicular ao primeiro, e situa-se no volume central, de dois pisos, devidamente recuado relativamente aos restantes para garantir maior privacidade.

Com excepção da capela e do topo nordeste do volume residencial, todas as divisões são envolvidas exteriormente por uma galeria de circulação contínua, delimitada por balaustradas em pedra ritmadas por uma colunata de inspiração classicista, igualmente revestida a pedra. A colunata acompanha as diferentes alturas dos três volumes, sendo enfatizada em termos de monumentalidade pela elevação do andar nobre. No adro da entrada principal, estas fachadas servem de enquadramento a uma exuberante escadaria de expressão Barroca, que liga o andar nobre à cota da rua. A imagem revivalista do conjunto é completada por um sistema tradicional de coberturas, com acentuada inclinação, revestidas a telha cerâmica *vidrada de verde escuro nos tons do bronze*.¹⁶⁰

Os desvãos das coberturas funcionam como caixas de ar, ventiladas pontualmente por trapeiras triangulares protegidas por persianas, localizadas na zona de encontro entre as várias águas. Estas caixas de ar representam um dos mecanismos de controlo térmico mais utilizados neste tipo de arquitectura, prolongando-se nas propostas do Gabinete de Urbanização do Ultramar, como forma de legitimar a utilização da cobertura inclinada – apesar da crescente divulgação do sistema de dupla cobertura plana com ventilação interior. O outro mecanismo de controlo térmico frequentemente utilizado resulta do revestimento das fachadas exteriores por galerias com arcadas, ainda que colocadas na maior parte das vezes independentemente da exposição solar. Tal como no caso anterior, o motivo principal da sua utilização – a representação dos conceitos ideológicos do regime - fica assegurado por este novo objectivo de ordem técnica.

¹⁶⁰ - Raúl Lino, Memória descritiva do Paço Episcopal da Beira, Lisboa, Junho de 1944, p. 2.

3.3: Intervenção da metrópole até ao final dos anos 50

A produção local, executada pelos serviços de Obras Públicas de Lourenço Marques, acompanha o formulário revivalista, com especial interesse pelo universo neo-gótico,¹⁶¹ durante toda a década de 40 e princípios de 50. A influência provém dos modelos da metrópole, que se sucedem com relativa regularidade ao longo deste período. A partir de 1945, os modelos concentram-se no Gabinete de Urbanização Colonial/ do Ultramar, e reproduzem-se de acordo com uma base pré-estabelecida de requisitos funcionais e tipológicos, adaptando-se a uma implantação genérica – independentemente de existir ou não um local de construção “real” atribuído antes ou durante a fase de projecto.

A linguagem utilizada varia em função do contexto: enquanto os principais centros urbanos recebem naturalmente os complexos religiosos de grande escala e aspecto monumental, os colonatos ou outros pequenos núcleos de vocação rural, isolados no meio do vasto território africano, recebem uma proposta de menor escala, traduzida por vezes em resultados menos tipificados, desafiadores de uma abordagem simultaneamente vernacular e experimental. A componente vernacular, decalcada dos modelos do Portugal continental, enquadra-se no programa ideológico oficial de afirmação dos territórios ultramarinos à imagem dos valores mais conservadores da mãe-pátria. O lado experimentalista – caracterizado por uma maior exploração do vocabulário formal - não faz parte da agenda do regime, mas acontece de um modo quase natural, em virtude da menor notoriedade e grau de importância destes projectos.

Em 1952 é projectado um Carmelo para Lourenço Marques, composto por convento, igreja, residência para as irmãs rodeiras e pequena pousada para albergar os seus parentes. O programa é extenso - característico dos grandes complexos religiosos acima referidos - mas distingue-se por uma condição relativamente “introvertida”, uma vez que a maioria das suas instalações não permite o contacto directo com a envolvente pública. O projecto é executado directamente pelo arquitecto João Aguiar, caracterizando-se por uma organização tipológica simples e bem organizada, baseada em estereótipos comuns neste género de programas. Os

¹⁶¹ - Este imaginário é frequentemente utilizado no universo de projectos analisado, do qual se destacam como exemplos da abrangência cronológica, uma capela para Quelimane projectada em 1942, a igreja da missão de S. Francisco de Assis em Inharrime projectada em 1947, e a capela do hospital regional de Inhambane, projectada em 1953.

espaços do convento são distribuídos ao longo de quatro alas com dois pisos, em torno de um claustro quadrado com aproximadamente 22 metros de lado. Do conjunto de divisões voltadas para o claustro dividem-se os espaços comuns no piso térreo (sala do capítulo, coro baixo da igreja, sacristia, sala de pintura, sala de recreio, biblioteca, três locutórios, refeitório, espaços de serviço) e os espaços individuais no primeiro piso (22 celas para irmãs professoras, 10 celas para noviciado, 2 celas enfermarias).

O grande volume correspondente à igreja é envolvido por duas destas alas – sendo que uma delas se prolonga na direcção oposta ao claustro, envolvendo o espaço do altar mor - assegurando a eficaz ligação funcional e alguma unidade ao conjunto construído. A igreja é caracterizada por uma única nave de 11,75 metros de largura por 14,45 de comprimento, rematada por uma cobertura em abóbada de berço, que se “descola” das paredes laterais para permitir a formação de arrojadas entradas de luz.¹⁶² As dependências destinadas às irmãs rodeiras e seus familiares (residência e pousada) constituem uma parte relativamente autónoma do programa, justificando uma localização exterior ao claustro, no prolongamento da segunda ala envolvente à igreja. Este novo corpo aproxima-se da vocação pública da igreja e por isso volta-se para a sua fachada principal, formando um conjunto de entrada deliberadamente autónomo do restante edifício, estudado de forma a proteger a sua privacidade.

Tal como no projecto do Paço episcopal da Beira, todos os espaços à excepção da igreja são protegidos do exterior por galerias de circulação, sugerindo-se ainda que os compartimentos de permanência mais assídua (orientados perpendicularmente à nave da igreja) estejam virados na direcção norte-sul, beneficiando assim de menor exposição solar directa. Esta condicionante estrutura a implantação do edifício, e condiciona a escolha do local de construção – a definir posteriormente. O conjunto edificado destaca-se por uma volumetria compacta e relativamente homogénea (com excepção do corpo da igreja, ainda assim discretamente salientado). A expressão arquitectónica é caracterizada por soluções típicas do vocabulário Português Suave, escolhidas pela aproximação aos princípios de sobriedade e austeridade impostos pela ordem religiosa.¹⁶³ Destaca-se pela pureza de linhas o conjunto de fachadas exteriores do convento, com galerias e colunatas de

¹⁶² - Esta espacialidade mais inventiva é atenuada por um ambiente de tendência tradicionalista, introduzido pelo conjunto de vitrais, frescos e azulejos figurativos utilizados nos revestimentos interiores. Sobre os materiais de revestimento, cf. João Aguiar, *Memória descritiva do Carmelo de Lourenço Marques*, Lisboa, maio de 1952, pp. 14 a 16.

¹⁶³ - *O conjunto Igreja, Mosteiro e Residência das Irmãs rodeiras fo projectado com sobriedade como é imposto pela regra da ordem. Ib.*, p.12.

Carmelo de Lourenço Marques

(actual Maputo)

(1952)

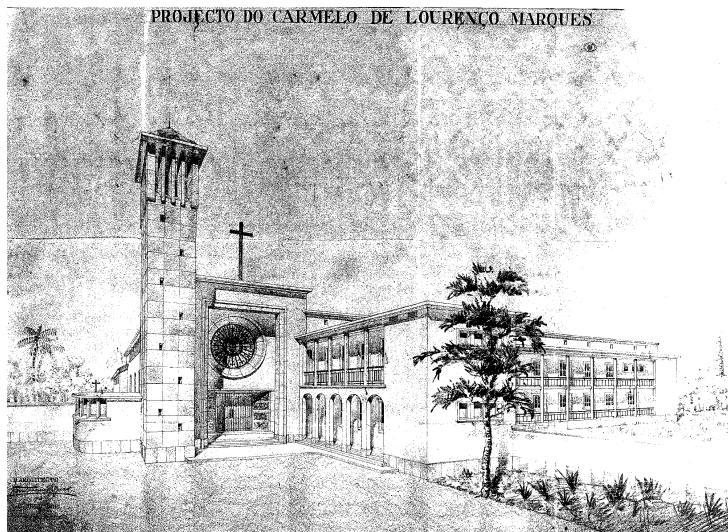
162 – Vista geral

163 – Planta do piso térreo

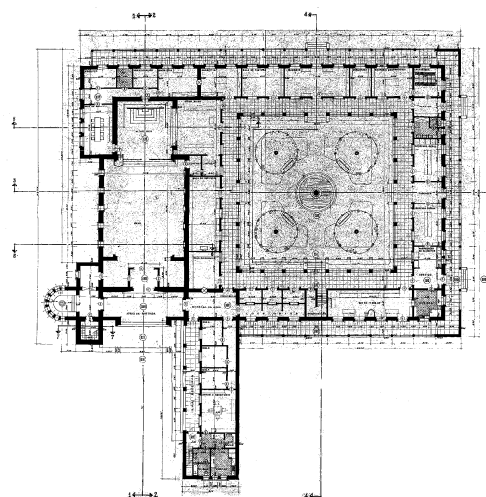
164 – Alçados principal e

lateral direito

165 – Corte 3-3



162

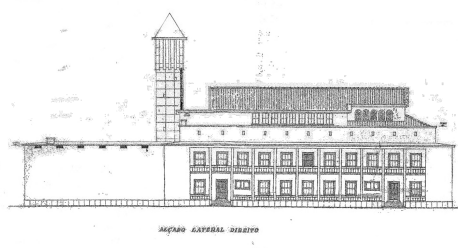
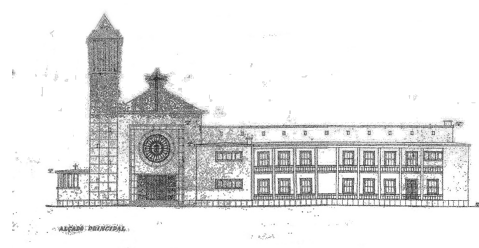


MINISTÉRIO DO EFRAIM
GABINETE DE ARQUITECTURA DO EFRAIM

PROJECTO DO CARMELO
DE LOURENÇO MARQUES

PLANTA DO RES-DO-CHEIRO
ESCALA 1:500

163



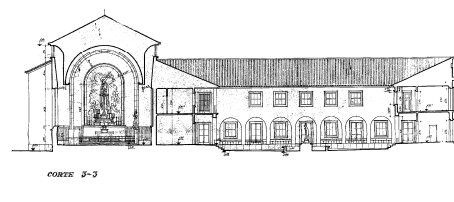
MINISTÉRIO DO EFRAIM
GABINETE DE ARQUITECTURA DO EFRAIM

PROJECTO DO CARMELO
DE LOURENÇO MARQUES

ALÇADOS
ESCALA 1:500

164

165



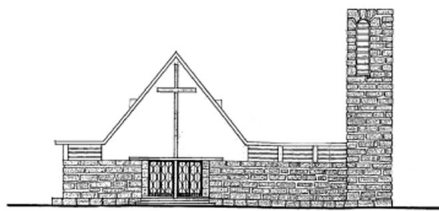
perfil ligeiro, acentuando as potencialidades da estrutura construtiva. Pelo contrário, as fachadas interiores voltadas para o claustro assumem uma aparência mais provinciana, pelo recurso à arcaria redonda no piso térreo – retomada no volume junto à entrada da igreja - janelas com cantarias salientes no primeiro piso, e um remate com tradicional cobertura em telha e beiral, voltada apenas para o interior, em inclinações de uma água.

Junto ao volume da igreja destaca-se a torre sineira com cerca de 27 metros de altura, em corpo prismático revestido a pedra e coruchéu piramidal forrado a telha.¹⁶⁴ A fachada principal da igreja é composta por uma expressiva rosácea em ferro forjado (situada ao nível do coro alto), e por um portal ladeado por baixos relevos alegóricos. Estes elementos são emoldurados por um proeminente pórtico que avança sobre o seu plano, definindo um átrio exterior coberto, que serve de entrada comum à igreja, baptistério, torre sineira e residência/ pousada.

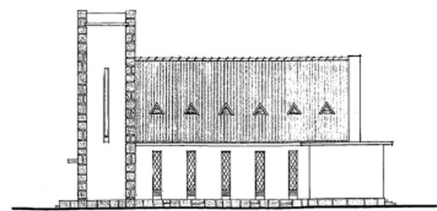
A igreja projectada em 1953 para a pequena localidade de Amatongas é um bom exemplo do tipo de propostas experimentais destinadas aos núcleos urbanos menos populosos, conjugando uma expressão construtiva, tipológica e tectónica de exaltante ruralidade com uma base formal pouco convencional, resultante da articulação de formas puras. O projecto, assinado pelo arquitecto J. M. Galhardo Zilhão, ocupa-se de um programa bastante simples, baseado no mínimo de elementos funcionais: igreja com capacidade para 100 fiéis, cartório, sacristia (com instalações sanitárias), baptistério e torre sineira. A igreja dá forma ao corpo principal do conjunto, e define-se como um espaço simples de nave única, com cerca de 16 metros de comprimento por 10 de largura. O seu interior, despojado e austero, é iluminado por sequências de rasgos verticais com 60 cm de largura por 50 cm de profundidade, localizadas nas paredes laterais. Estes planos de parede prolongam-se acima dos rasgos de luz, acompanhando a inclinação da cobertura, sendo rematados aos 7 metros de altura pelo plano horizontal do tecto interior. No encontro entre ambos desenha-se uma nova sequência de aberturas, desta vez destinadas à ventilação natural.¹⁶⁵ O espaço do altar encontra-se formalmente destacado da nave da igreja (apesar de ser absorvido no exterior pela mesma cobertura inclinada), servindo como elemento de ligação aos espaços do cartório e sacristia, que são organizados em dois

¹⁶⁴ - Sobre este arquétipo formal do português suave, cf. José Manuel Fernandes, *Português Suave – arquitecturas do Estado Novo*, p. 98.

¹⁶⁵ - As aberturas garantem a renovação permanente do ar, filtrada através de persianas e rede mosquiteira.



ALÇADO PRINCIPAL

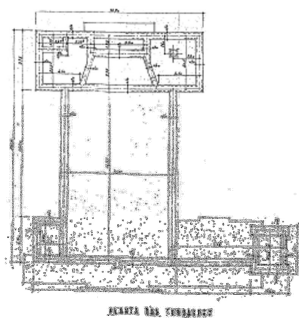


ALÇADO LATERAL DIREITO

PROF. DR. JOSÉ
MARTINS
ARQUITETO
O. DE ALGARVE

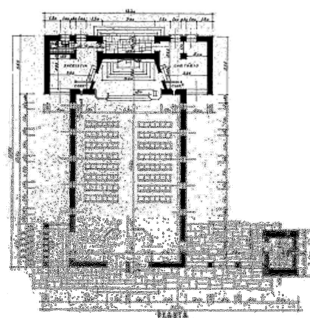
166

167



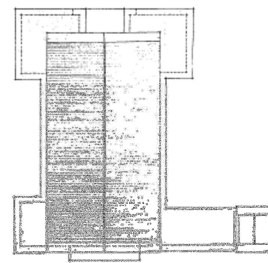
PLANTA DAS FUNDAÇÕES

168



PLANTA

169



PLANTA DAS COBERTURAS

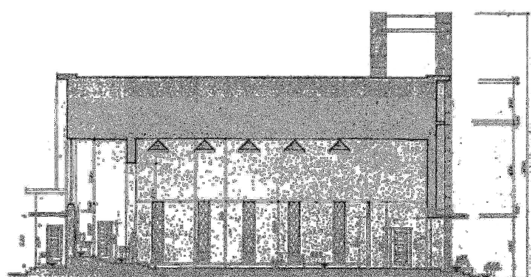
170

**Igreja para Amatongas
(1953)**

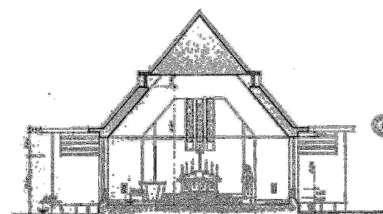
- 166 – Alçado principal
- 167 – Alçado lateral direito
- 168 – Planta de fundações
- 169 – Planta do piso térreo
- 170 – Planta da cobertura
- 171 – Corte A-B
- 172 – Corte C-D

171

172



CORTE A-B



CORTE C-D

PROF. DR. JOSÉ
MARTINS
ARQUITETO
O. DE ALGARVE

pequenos volumes paralelepípedicos laterais, de planta quadrada, com entrada directa pelo exterior. No lado oposto destacam-se os volumes correspondentes ao baptistério e torre sineira, ligados à nave da igreja no conjunto assimétrico da fachada principal - o elemento mais expressivo de toda a composição, dominado por fortes contrastes de geometrias e materiais. Ainda assim, é evidente o desejo de manter o modelo típico de igreja, enraizado no imaginário popular, contrariando as próprias sugestões do poder eclesiástico, que neste aspecto é bem mais arrojado: *Deliberadamente não rompemos completamente com os compromissos que filiam as fachadas desta igreja noutras construídas em tempos anteriores. Sabemos que as declarações do actual Sumo Pontífice na sua incíclica sobre arte sacra e as afirmações de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa permitem e até aconselham a pôr de parte os estilos de outras épocas desde que se respeitem as regras da liturgia e do direito canónico, mas conhecemos também a dificuldade que a grande maioria dos fiéis tem em aceitar qualquer expressão que se não relacione com o passado.*¹⁶⁶

O contraste entre tradição e modernidade é também visível na escolha dos revestimentos: Por um lado, oculta-se a estrutura construtiva em betão armado por espessas paredes abundantemente revestidas em pedra irregular da região, com juntas visíveis pintadas de branco, numa clara associação ao imaginário rural. Por outro lado, sugerem-se materiais “modernos” e funcionais para os revestimentos interiores, apresentados inclusivamente como uma simples base indicativa, permitindo a liberdade de alterações no local – uma solução que é bastante recorrente nas propostas deste gabinete, para permitir uma flexibilidade de ajuste a eventuais restrições económicas verificadas em fase de obra.

¹⁶⁶ - J.M. Galhardo Zilhão, Memória descritiva da igreja de Amatongas, Lisboa, agosto de 1953, p.2.

3.4: Os novos autores na transição para a década de 60

A passagem dos anos 50 para a década de 60 assinala a ruptura entre a produção executada à distância e a produção local. A maioria dos projectos de função religiosa proveniente de Portugal arrasta-se até aos primeiros anos de 60 numa temática de compromisso com os valores formais e culturais do seu passado. Alguns exemplos mais “bem desenhados” procuram uma actualização desses valores através da integração crítica do pensamento Moderno, à imagem do processo de revisão em curso na metrópole. Mas acabam na realidade por contrariar o processo, precisamente por insistir numa referência tradicional “falsa”, desligada da realidade africana.

Uma segunda vertente da produção executada na metrópole, mais reduzida, intensifica um esforço gradual de adaptação às novas ideias da cultura arquitectónica, ainda que moderado pela ligação ao poder oficial. Esta transformação é acompanhada pela extinção do Gabinete de Urbanização do Ultramar em 1957, e consequente transferência das suas competências para a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação – um espaço que registará uma maior abertura de ideias, apesar de ser formado pela maioria dos técnicos do anterior gabinete.¹⁶⁷

Os projectos de função religiosa executados directamente na província ultramarina iniciam-se finalmente na prática de uma arquitectura própria do Movimento Moderno, sem qualquer tipo de interferência por parte do poder central. Mais uma vez, esta arquitectura é introduzida nas obras públicas pela atribuição de encomendas à classe de arquitectos liberais, que respondem de acordo com os princípios consolidados na execução da produção privada.

O duplo projecto para a Igreja paroquial de Santo António da Polana, em Lourenço Marques, exemplifica de modo paradigmático o desfasamento existente neste período entre os dois modelos de arquitectura - correspondentes à execução directa em Moçambique ou proveniente de Portugal – e permite também retirar interessantes conclusões sobre a importância efectiva do poder central na tomada de decisões de âmbito local.

O primeiro projecto é executado entre 1958 e 1959 pelo arquitecto Luís Possolo, na Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, dando seguimento a

¹⁶⁷ - Esta conclusão é retirada pela comparação de assinaturas constantes nos projectos executados por ambos os gabinetes.

um pedido efectuado pela Ordem Franciscana¹⁶⁸ para a definição de uma igreja, a implantar num terreno resultante do Plano de Urbanização do Parque José Cabral (actual Parque dos Continadores), no topo da Avenida 31 de Janeiro (actual Agostinho Neto).¹⁶⁹ A igreja é colocada a eixo da avenida, como forma de remate, implantando-se segundo a tipologia comum dos projectos executados pelo gabinete: um corpo principal correspondente à nave – neste caso multiplicada por uma nave central de 10,60 metros e duas laterais de 1,90 - rematado nos topos pelo coro alto e pelo altar mor, ladeados por volumes autónomos destinados às restantes funções - que são neste caso, respectivamente, baptistério e casa mortuária, sacristia e arrecadação.

O espaço interior do corpo principal é caracterizado por uma sequência de pórticos ogivais que dão forma à nave central, destacando-a das outras duas naves mais baixas. As paredes laterais separam-se em dois planos paralelos, alternados segundo o ritmo constante dos pórticos centrais, permitindo o encaixe de altares e confessionários, banhados por uma luz tangencial, que se reflecte para o interior. Os volumes destinados às quatro funções anexas são ligados entre si por uma cobertura que contorna o volume da igreja a uma altura mais baixa que as naves laterais, e destacam-se na fachada principal por um equilíbrio assimétrico pontuado pelo posicionamento da casa mortuária e da torre sineira.

A autonomia volumétrica dos vários espaços interiores contraria o convencionalismo tipológico do conjunto, fragmentando-o numa delicada composição geométrica potenciada pelas características construtivas do betão armado, caracterizada pelo contraste entre planos opacos e planos formados por grelhagens, numa variada sobreposição de desenhos, texturas e materiais. Esta expressividade plástica revela já uma leitura atenta dos modelos de arquitectura Moderna desenvolvidos nos territórios ultramarinos, da qual se extraem informações sobre geometrias de composição e técnicas de controlo climático, cujos resultados serão postos em prática de um modo ainda mais consistente no projecto do ano seguinte, destinado à residência paroquial – a outra metade deste complexo religioso.

¹⁶⁸ - *Em 8.1.57 a Procuradoria das Missões Franciscanas pediu a Sua Excelência o Ministro a colaboração do G.U.U. para se elaborar o projecto [...] o terreno, local da construção também já está escolhido. Será no Parque José Cabral.* Lucínio Cruz, Luís Possolo, Correspondência do Serviço de Arquitectura e Monumentos, Lisboa, julho 1959, p.1.

¹⁶⁹ - As peças escritas e desenhadas correspondentes ao projecto indicam que se trata do topo norte da Avenida 31 de Janeiro, quando na verdade se trata do topo sudeste.

Como habitualmente acontece neste tipo de trabalhos, o projecto foi avançando com base num conjunto de decisões centralizadas pelos serviços técnicos da metrópole, sem o conhecimento prévio ou participação da província. Só que neste caso, essa falta de comunicação, associada ao ritmo lento de evolução dos trabalhos, vai ser entendida pela ordem Franciscana como uma “quebra” no contrato, susceptível de pôr em causa todo o processo, e justificar uma nova encomenda do mesmo projecto, a um arquitecto local.¹⁷⁰

Esse arquitecto seria Nuno Craveiro Lopes, e o seu projecto daria lugar à famosa Igreja da Polana,¹⁷¹ construída em 1962 - apesar da forte discordância da metrópole.¹⁷² E enquanto o projecto de Luís Possolo se iniciava na prática de uma arquitectura descomplexadamente Moderna, o projecto executado em Moçambique denuncia já uma acumulação de experiência adquirida com ampla margem de liberdade e responsabilidade, assumindo-se como um exemplo maduro no domínio deste tipo de espaços e técnicas de construção.

A nova Igreja da Polana assume-se como um elemento de referência na paisagem urbana, à imagem dos modelos mais arrojados da arquitectura Moderna brasileira;¹⁷³ um objecto destacado do solo – ou simplesmente pousado sobre 16

¹⁷⁰ - *Em 30.6.59 responde o Governo-Geral [...] informando que a Ordem Franciscana “promoveu a elaboração dum novo projecto para a Igreja Paroquial de St.º António em virtude de ter sido escolhido um local diferente do anterior fixado. Do novo projecto que já entrou na fase de execução sabe-se ter sido encarregado um arquitecto desta Cidade”.* Lucínio Cruz, Luís Possolo, *op. cit.*, p.3.

¹⁷¹ - Esta igreja encontra-se formalmente ligada por passagem subterrânea a uma residência paroquial, também construída de acordo com um projecto local (de autor desconhecido), ou seja, diferente da residência projectada por Luís Possolo.

¹⁷² - *Resolvido por conseguinte o problema material, técnico, artístico e funcional para um terreno determinado “Parque José Cabral” afigura-se-nos descabido que seja agora incumbido particularmente outro arquitecto de elaborar novo projecto sem nos ser dado previamente conhecimento (...) pelo respeito e consideração que julgamos devido àqueles que deram o melhor do seu esforço no sentido de realizarem um trabalho que mereceu a aprovação superior.* Lucínio Cruz, Luís Possolo, *op. cit.*, p.3.

¹⁷³ - Esta comparação acentua o carácter inovador da proposta, que se posiciona em paralelo ou em antecipação cronológica relativamente a alguns dos exemplos mais aproximados provenientes do território da arquitectura Moderna brasileira, tais como a Catedral de Brasília de Oscar Niemeyer (projectada e construída entre 1958 e 1967), ou a capela para São Paulo de Affonso Reidy (projectada em 1960, e nunca construída) - cf. Lauro Cavalcanti [organização], *op. cit.*, pp. 436, 437 e Marcelo Carvalho Ferraz [coordenação editorial], *Affonso Eduardo Reidy*, Lisboa, Editorial Blau, 2000, p. 29.

vértices¹⁷⁴ – elevando-se numa estrutura piramidal de “pétalas” em betão armado, como uma flor invertida.¹⁷⁵

O seu interior corresponde a um espaço único de planta circular, caracterizado pela presença esmagadora do betão, atenuada por entradas de luz multicoloridas que lhe escorrem pelo topo, ou que sobem entre os encontros da estrutura com o solo. O espaço central tem capacidade para 600 pessoas sentadas (ou 900 em pé), estando rodeado por sete altares e uma pia baptismal, que ocupam com intervalos constantes os 16 espaços periféricos junto às entradas de luz.

A simplicidade interior é acentuada pela escolha minimal de materiais de revestimento: para além do betão – rebocado e pintado de branco – e dos painéis de vidro – alguns abertos em persianas, para permitir a ventilação – restam a “pastilha” e o mármore branco, nos pavimentos e altares. A unidade conceptual desta obra ultrapassa a sua dimensão arquitectónica, e estende-se ao desenho do mobiliário e aos elementos figurativos dos vitrais, cumprindo a vocação Moderna de integração das várias artes.

Este impulso Moderno generaliza-se pela década de 60, aproveitando mais uma vez a gradual interrupção do fluxo de propostas provenientes de Lisboa. Os novos resultados caracterizam-se pela exploração plástica dos seus elementos construtivos e tipológicos (a cobertura, a torre) e por uma expressão objectual, definida independentemente do contexto – neste tema, a metodologia de projecto não difere muito da que era praticada pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar. Estes edifícios destacam-se com frequência nos meios de comunicação, como referências de promoção social e turística de um território que se procura afirmar pelas idéias de vanguarda, arrojo e “modernidade”: refiram-se como exemplos a Catedral de Quelimane, de Megre Pires - título de jornal em 1961¹⁷⁶ - ou a Igreja Matriz da Manga, na Beira, de João Afonso e Jorge Garizo do Carmo - capa da *National Geographic* em 1964¹⁷⁷ – para além da própria Igreja da Polana, inserida nos programas turísticos como “monumento” de visita obrigatória.

¹⁷⁴ - Cada um dos 16 pilares do templo, número fixado pelas regras artísticas da quadratura, suporta 400 toneladas de peso. Alfredo Pereira de Lima, *op. cit.*, p. 50.

¹⁷⁵ - Cf. António Albuquerque, *op. cit.*, p. 71.

¹⁷⁶ - Cf. jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 24 de Agosto de 1961.

¹⁷⁷ - Cf. José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 58.



180

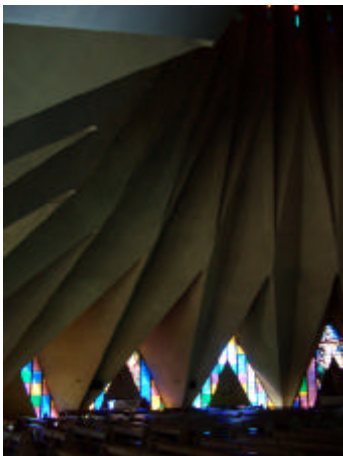


181

**Igreja paroquial de Santo António da Polana,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1959)**

180 e 181 – Vistas exteriores

182 a 186 – Vistas interiores



182



183



184

185



186



A maioria dos exemplos evidencia a influência directa dos modelos brasileiros, à semelhança da igreja de Craveiro Lopes. Mas regista-se também uma segunda via, preocupada com uma definição mais independente de resultados, que é encabeçada pela Igreja do Macuti, na Beira, de Bernardino Ramalhete.¹⁷⁸

Esta igreja é projectada em 1961, e distingue-se por uma expressão formal de inspiração Neo-brutalista, adaptada às condicionantes específicas do ambiente tropical. O programa é resolvido por um conjunto articulado de construções independentes, com destaque para o campanário de expressão estrutural, e para o grande contentor da igreja, de nave única, caracterizado pela combinação de vários materiais “em estado bruto” - tijolo de burro, vitrais coloridos, painéis de madeira e chapa de zinco – suportados por uma estrutura mista de betão aparente e elementos metálicos. A unidade espacial da igreja é desmontada por uma composição volumétrica baseada na sobreposição de planos independentes, com especial destaque para a cobertura, “descolada” das paredes envolventes, e para a fachada principal, claramente destacada do conjunto.

O resultado revela a procura de um universo arquitectónico próprio, produzido por uma assimilação menos directa dos modelos, e sintonizado com as novas temáticas do meio crítico internacional.¹⁷⁹

¹⁷⁸ - Sobre a Igreja do Macuti, consultar António Albuquerque, *op. cit.*, pp. 125 a 127.

¹⁷⁹ - Os princípios estéticos e conceptuais do Neo-brutalismo atingiam por esta altura uma influência sólida no panorama internacional, desde as primeiras experiências manifestadas em Inglaterra, no início da década de 50. Cf. Kenneth Frampton, *op. cit.*, pp. 319 a 326.

4: Equipamentos de função educativa

4.1: A produção local entre o final dos anos 30 e meados de 40

A execução da encomenda pública de equipamentos educativos concentra-se até meados dos anos 40 nos serviços técnicos da colónia. Os resultados obtidos derivam de uma produção eclética baseada na repetição pouco crítica de modelos pré-definidos para uma crescente valorização dos novos valores técnicos e estéticos da modernidade, em busca de uma maior eficácia na concretização funcional dos programas. Apesar da gradual substituição de paradigmas, os dois tipos de projecto convivem lado a lado durante todo este período.

A produção eclética é caracterizada por edifícios de piso térreo de composição simétrica, acentuada volumetricamente no corpo central da entrada, rematado por um tradicional frontão curvo. O traçado é simples e remete para um desenho próprio das *Beaux-Arts*, inspirado pelas escolas primárias que se produzem na metrópole desde o tempo de Adães Bermudes.¹⁸⁰ A principal inovação relativamente a esses modelos consiste no remate das fachadas laterais por um sistema de galerias protegido com arcadas, numa clara adaptação às condicionantes climáticas locais.

A investigação dos novos valores da modernidade produz um dos primeiros resultados concretos em 1936, no edifício da Secção Feminina do Liceu 5 de Outubro, de Lourenço Marques – o antecessor do Liceu Salazar. Este edifício, projectado pela Repartição Técnica dos Serviços de Obras Públicas de Lourenço Marques, adopta uma volumetria simples de planta em “U” com cobertura plana e grandes superfícies envidraçadas, explorando os recursos materiais e as técnicas construtivas recentemente adquiridos. O resultado final é semelhante ao edifício-sede da Repartição Central de Estatística¹⁸¹ - executado no mesmo ano pelos técnicos das Obras Públicas - pela colocação da entrada num volume de esquina de composição *Art Déco*, destacada das salas de aula, situadas em volumes laterais de arrojado desenho Modernista. Apesar das semelhanças tipológicas e formais, o carácter menos “representativo” do edifício escolar permite-lhe uma volumetria mais simples - visível sobretudo na organização do corpo de entrada e no despojamento ornamental dos alçados.

¹⁸⁰ - Sobre este assunto, cf. AA/VV, *Muitos anos de escolas: ensino primário - 1941*, Lisboa, Ministério da Educação, Direcção-geral de administração escolar, 1990, pp. 75 a 84.

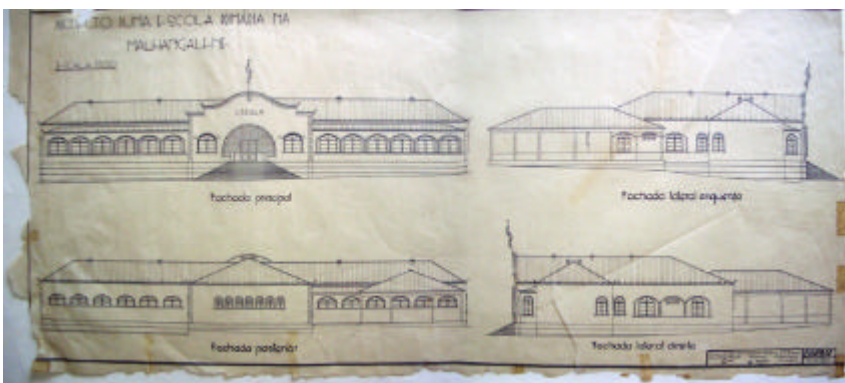
¹⁸¹ - Consultar pp. 81 a 83.



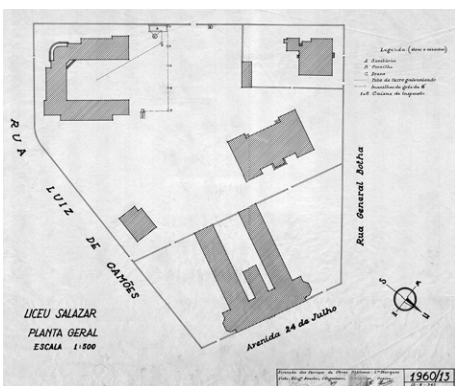
187



188



189



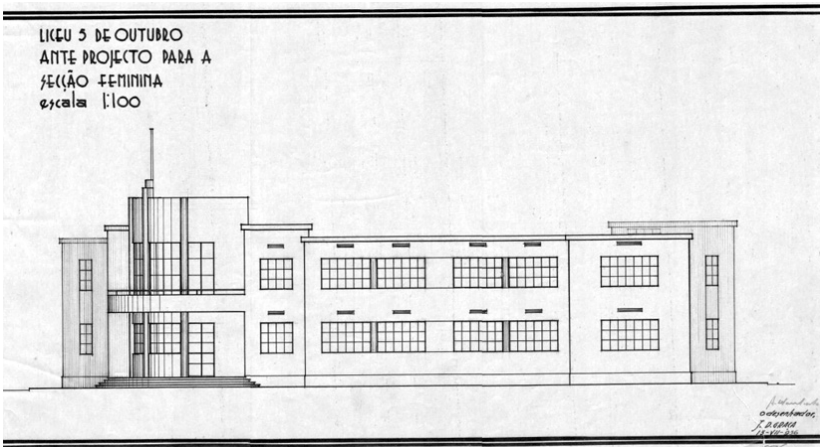
190

**Escola primária na Malhangalene,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1942)**

187 e 188 – Vistas exteriores
189 – Alçados

**Edifício da secção feminina do Liceu 5 de Outubro,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1936)**

190 – Implantação
191 - Alçado



191

Em 1944 é executado pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Moçambique um projecto de ampliação para a Escola Técnica Sá da Bandeira (actual Escola Industrial 1º de Maio), em Lourenço Marques, com vista à construção de um novo pavilhão de aulas e de um conjunto de três oficinas, para carpintaria, serralharia e electricidade (englobando a única já existente).¹⁸² Os seus autores – o engenheiro João Gonçalves Maia e o arquitecto Augusto Rodrigues da Silva¹⁸³ – irão também desenvolver uma proposta baseada nos princípios de funcionalidade, economia e eficiência, prolongando os conceitos Modernistas da década anterior, ao contrário do que acontece em outros programas de obras públicas, sobretudo administrativos e religiosos – ainda que desenvolvidos pelos mesmos projectistas.¹⁸⁴

O conjunto das oficinas – o elemento mais importante no currículo pedagógico da Escola Técnica – é resolvido em três blocos independentes, ligados entre si num só plano de fachada, fronteiro à Avenida Elias Garcia. As exigências programáticas reduzem cada bloco a uma “caixa” de tijolo e pilares de betão, totalmente livre de apoios no seu interior, coberta por uma estrutura inclinada em asnas de madeira, revestida a fibrocimento. No bloco de esquina, as paredes laterais sobem acima da linha de cumeeira, simulando a existência de uma cobertura em terraço. Nos dois blocos restantes, a cobertura inclinada assume o protagonismo, com um perfil funcionalista de aparência industrial. A preocupação com o desenho das fachadas resume-se às faces voltadas para o exterior, em linguagem de base geométrica *Art Déco*, onde predominam os grandes vãos envidraçados, enquadrados por molduras salientes de reboco, num ritmo descontínuo de expressão vertical que acompanha a descida da avenida.

O novo pavilhão de aulas é implantado perpendicularmente ao conjunto das oficinas, assinalando a frente marginal à Avenida Afonso de Albuquerque (actual Ahmed Sekou Touré). O edifício explora uma tipologia simples, organizada segundo uma estrutura de base simétrica, definida longitudinalmente por um corredor de

¹⁸² - A primeira fase de obras registada na Escola Técnica Sá da Bandeira data de 1939, resultando na adaptação do seu edifício principal, e na construção de uma oficina, situada a nordeste do primeiro, junto à Avenida Elias Garcia (actual Vladimir Lenine). Esta oficina, destinada às aulas práticas, consistia num pequeno pavilhão de expressão funcionalista, voltado para a avenida numa fachada de desenho *Art Déco* – a servir de modelo para as construções posteriores.

¹⁸³ - Cf. Relatório da Direcção dos Serviços de Obras Públicas, *algumas obras efectuadas pelos serviços de obras públicas e concluídas durante os meses de Novembro de 1946 a Outubro do ano corrente*, Lourenço Marques, 1947, p. 2.

¹⁸⁴ - Consultar pp. 40 a 43, a propósito das residências projectadas por Rodrigues da Silva em 1945 e 1947.

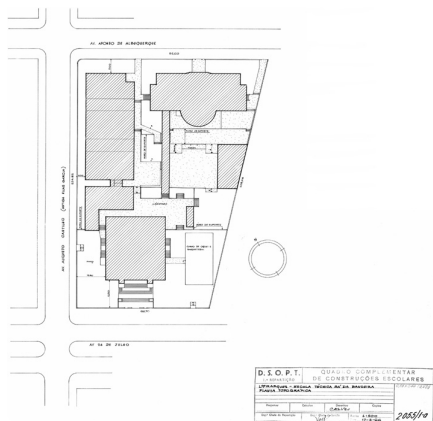
**Escola Técnica Sá da Bandeira, Lourenço Marques (actual Maputo)
(1944)**

192 – Implantação

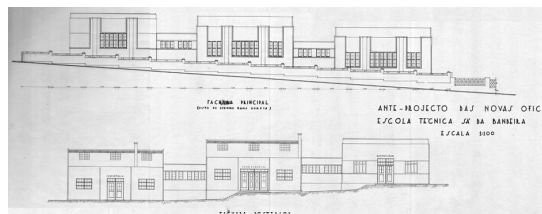
193 – Oficinas, alçado principal e posterior

194 – Aulas e oficinas, alçado principal

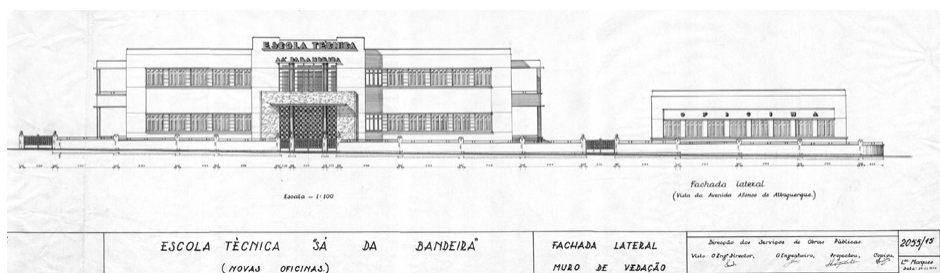
195 a 198 – Vistas exteriores



192



193



194



195

197



196

198



circulação aberto nos topos, e transversalmente pelo átrio de entrada e sala de desenho – ambos destacados do volume paralelepípedo base. A circulação interior de acesso às salas é complementada por uma larga galeria exterior, desenvolvida ao longo das fachadas laterais e posterior, que protege da insolação excessiva e funciona simultaneamente como espaço de circulação e espaço de estar.

As preocupações funcionalistas - relacionadas com a proporção das salas, orientação e dimensão das janelas, tipo de acabamentos utilizados – são evidenciadas por uma linguagem Modernista, de carácter mais unitário do que o verificado no conjunto das oficinas. A fachada voltada para o exterior partilha com estas uma imagem de continuidade, caracterizada aqui por uma maior tendência horizontal – em função da longa superfície envidraçada das salas - interrompida por um pórtico central de grande escala, sustentado por expressivos pilares soltos das paredes, com longa pala em betão sobre a entrada e típico *lettering* Modernista no coroamento. O potencial plástico dos elementos construtivos em betão armado é explorado intensamente no desenho da galeria exterior que remata os topos e a fachada posterior, na qual se destaca o volume curvo da sala de desenho. Esta galeria prolonga-se perpendicularmente ao edifício, formando uma passagem coberta fragmentada em vários níveis, acompanhando a inclinação do terreno, e permitindo a ligação entre o edifício novo, as oficinas, e o edifício antigo.

Os terrenos da Escola Técnica Sá da Bandeira seriam alvo de novos projectos durante os anos seguintes,¹⁸⁵ dois dos quais destinados à ampliação do conjunto das oficinas. O primeiro projecto (assinado por Francisco Assis em 1951) correspondeu ao acréscimo de um piso no volume de esquina, numa linguagem fiel à construção existente, contrariamente à ampliação posterior (datada dos anos 60) que uniria por completo os dois outros volumes, desvirtuando a sua coerência original.

¹⁸⁵ - Destaque-se o projecto para um pequeno ginásio, assinado por João Aires, em 1954. O ginásio iria ocupar uma parcela livre de terreno, perpendicular ao pavilhão de aulas e frontal ao campo de jogos, apresentando-se numa moderna “caixa” prismática opaca, rasgada por um enorme vão de acesso (voltado para o campo de jogos), protegido por uma destacada cobertura plana em betão armado.

4.2: Intervenção da metrópole na década de 40

Dois anos antes da ampliação da Escola técnica Sá da Bandeira chega a Lourenço Marques um importante projecto escolar proveniente da metrópole, destinado às instalações definitivas do Liceu Nacional Salazar. Este projecto, executado em Lisboa pelo arquitecto José Costa Silva (segundo um estudo da Junta de Construções do Ensino Técnico e Secundário), e acompanhado de perto pelo Ministério das Obras Públicas, impressiona pela *largueza e a grandiosidade da sua concepção, em justa correspondência com a notícia, espalhada pela imprensa metropolitana, de que Moçambique iria ter o melhor Liceu do Império*.¹⁸⁶ A subjectividade desta expressão é confirmada pelo carácter assumidamente “moderno” da proposta, paradigma de resistência à produção “oficial” dos anos 40 destinada aos territórios ultramarinos.¹⁸⁷

O Liceu de Lourenço Marques havia sido criado em 1918,¹⁸⁸ vindo a ocupar, dois anos depois, um edifício pré-existente situado na Avenida 24 de Julho. Em virtude do crescimento acelerado da instituição, acentua-se o desejo de substituir estas instalações por um edifício novo e definitivo, a construir em terrenos existentes no local. No entanto, após algumas tentativas frustradas para a construção desse edifício,¹⁸⁹ a reitoria decide optar pela execução de ampliações parcelares (utilizando verbas disponibilizadas pelo governo da colónia, sem intervenção directa da metrópole). Em 1937, o recém-designado Liceu Nacional Salazar¹⁹⁰ é composto por um conjunto disperso de instalações – das quais se destaca o edifício da Secção Feminina, atrás referido - ocupando uma área de cerca de 26 000 metros quadrados, entre a Avenida 24 de Julho e as Ruas General Botha (actual Tomás Nduda), Luís de Camões (actual Lusíadas) e A. Bayly. A intenção de construir um edifício de raiz para o Liceu, pensado à escala nacional, é finalmente incluída como objectivo do programa

¹⁸⁶ - Cf. Eurico Cabral, *O Liceu Nacional Salazar*, Lisboa, Agência geral das colónias, Editoria Ática limitada, 1945, p. 46.

¹⁸⁷ - Veja-se o exemplo do gosto “oficial” na temática revivalista do Liceu Salvador Correia em Luanda, inaugurado em 1938. *Ib.*, p. 37.

¹⁸⁸ - *Ib.*, p. 19.

¹⁸⁹ - Em 1932 chegou a ser feito um acordo entre o Governo Geral da colónia e o arquitecto Carlos Ramos (com a aprovação do Ministro, Dr. Armindo Monteiro) para a execução do projecto, o que acabou por não se concretizar, por motivos nunca esclarecidos. *Ib.*, pp. 33, 34.

¹⁹⁰ - A sua designação oficial a partir de Março de 1920 era *Liceu 5 de Outubro*, sendo substituída em Outubro de 1937 por *Liceu Nacional Salazar*. *Ib.*, pp. 28, 37.

das comemorações dos Centenários, em 1939.¹⁹¹ Ainda assim, foi preciso esperar por 1945 para o início da ambiciosa construção projectada por José Costa Silva, que se arrastaria durante quase oito anos, até Outubro de 1952.¹⁹²

O Liceu Salazar (actual Escola Secundária Josina Machel) estende-se por uma área de 29 000 m², correspondente ao prolongamento para sul do quarteirão das antigas instalações¹⁹³ até à Avenida Miguel Bombarda (actual Patrice Lumumba) - um terreno plano rematado pelo Parque Silva Pereira (actual Jardim dos Professores), e sobranceiro à baía do Espírito Santo. O conjunto edificado ocupa 9 200 metros quadrados, albergando serviços escolares para 880 alunos e outros espaços necessários à sua função de principal centro emissor da cultura portuguesa em Moçambique.¹⁹⁴ Esta enorme escala (sem paralelo em toda a colónia) é repartida por vários pavilhões semi-autónomos, orientados preferencialmente segundo a direcção nascente-poente (de acordo com os ventos dominantes), articulados por ligações ortogonais, numa implantação unitária de desenho simétrico, equilibrada entre espaços construídos e espaços exteriores de recreio. O conjunto formado pelos vários pavilhões é uniformizado por uma envolvente contínua de galerias de circulação (protegendo os interiores da acção directa do sol e das chuvas), assentes numa quadrícula estrutural com cerca de 3 metros de lado, que se assume como elemento-base de toda a composição. A construção assenta no terreno sobre um soco de um metro de altura (para combater a humidade do solo), e eleva-se a uma média de três pisos, sendo rematada por uma moderna cobertura em betão armado, formada por uma laje simples (sobre as galerias) ou dupla, com caixa de ar intermédia totalmente ventilada (sobre os espaços interiores).

A utilização de cobertura plana em betão armado levantou naturalmente bastantes reticências por parte do governo da metrópole, que aconselha o arquitecto a estudar duas hipóteses alternativas: a primeira, de cobertura revestida a telha – totalmente desaconselhada por José Costa Silva; a segunda, de combinação entre uma cobertura em telhado sobre os espaços interiores, e uma cobertura plana sobre as galerias envolventes – uma solução de recurso, típica das propostas desenvolvidas

¹⁹¹ - *Ib.*, p. 37.

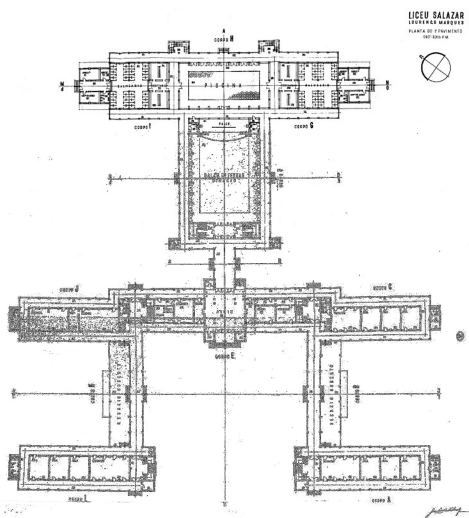
¹⁹² - *Inauguração do edifício do Liceu Salazar, no próximo dia 6, sob presidência do Governador Geral comandante Gabriel Teixeira.* *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 3 de Outubro de 1952, p.1.

¹⁹³ - A ampliação do quarteirão para sul obriga ao anulamento da pré-existente rua A. Bayly [cf. João Sousa Morais, *op. cit.*, p.135], para permitir a anexação dos terrenos anteriormente ocupados pela companhia inglesa do Cabo Submarino. Cf. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 9 de Maio de 1944, p.11.

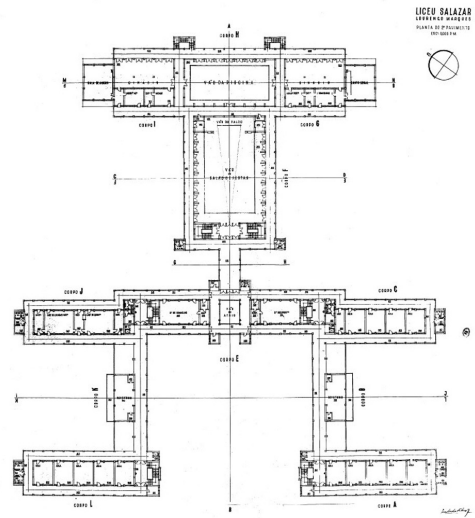
¹⁹⁴ -Cf. José Costa Silva, *Memória descritiva do projecto de arquitectura do Liceu Salazar*, Lisboa, s/d, p 2.



200



201



Liceu Nacional Salazar, Lourenço Marques (actual Maputo) (1939)

199 – Vista geral

200 – Planta do piso térreo

201 – Planta do primeiro piso

202 a 204 – Vistas exteriores

202



203



204



posteriormente pelo Gabinete de Urbanização Colonial,¹⁹⁵ que ainda assim não compromete totalmente o aspecto estético pretendido. Apesar destas alternativas, José Costa Silva insiste na utilização da cobertura impermeável em laje de betão armado, com suficientes juntas de dilatação para reagir eficazmente às diferenças bruscas de temperatura, inclinação acentuada para um rápido escoamento das águas, e remates periféricos em caleiras de zinco, visíveis nos alçados. *A solução da cobertura em telhado fará diminuir de modo notável a monumentalidade do edifício. O telhado contrariará o efeito de uma construção de um tal volume e extensão, imprimindo-lhe uma expressão desagradável de peso. Por outro lado não se compreende que num edifício onde se exhibe a técnica de construção de hoje em toda a sua exuberância se lance mão de um sistema de cobertura de expressão de certo modo primitiva.*¹⁹⁶ O betão armado assume nesta obra um papel fundamental, contrariamente às pretensões oficiais,¹⁹⁷ alargando as suas potencialidades técnicas e estéticas para um resultado totalmente inovador no âmbito da colónia - pela escala, e pela descomprometida linguagem racionalista, de desenho delicado, reduzido quase exclusivamente à essencialidade dos seus elementos estruturais.

A organização funcional do Liceu está dividida em duas grandes áreas: nos corpos situados na metade sul do terreno localizam-se todas as salas de aula e espaços complementares (serviços administrativos, refeitórios, biblioteca, museu). Os corpos da metade norte são reservados para as funções mais ruidosas (salão de festas, ginásios, piscina). A entrada principal localiza-se no extremo sul (junto à Avenida Miguel Bombarda), traduzida por um pátio quadrado com cerca de 60 metros de lado, de pavimento ajardinado, ladeado por espelhos de água, e pontuado ao centro pela estátua de Salazar (retirada após a independência).¹⁹⁸ No eixo central da sua envolvente construída situa-se o átrio do liceu, monumentalizado por um pórtico de acesso caracterizado por uma desinspirada volumetria exterior (equilibrada em

¹⁹⁵ - Consultar pp. 102 a 106, a propósito do edifício dos serviços de Fazenda.

¹⁹⁶ - José Costa Silva, *op. cit.*, p.20.

¹⁹⁷ - *Este [o betão armado] só poderia ser aconselhável num meio onde não existissem em boas condições técnicas e económicas outros materiais tais como o tijolo, a telha para a cobertura adequada ao clima e a pedra o que não é o caso de Lourenço Marques.* Dionísio Duarte Ferreira, [secretário do Conselho], Parecer nº 3/1941 do Conselho Técnico, Lisboa, Ministério das Colónias, Direcção Geral do Fomento Colonial, 24 de Março de 1941, p. 6.

¹⁹⁸ - *Este recinto presta-se extraordinariamente para a realização de certos tipos de festas e solenidades escolares. Com as varandas cheias de alunos, pessoas de família e professores, com as bandeiras de Portugal e da Mocidade Portuguesa no topo dos dois altos mastros, o pátio toma um inesperado ar festivo e muito contribui para o brilhantismo das cerimónias que aí se realizam.* S/A, *O Liceu Salazar de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1956, p. 12.



205



206



207

208



209



LICEU SALAZAR 33
LOURENÇO MARQUES
CORPO L ALÇADO-90
197-00 P.M.



Luís Salazar

210

**Liceu Nacional Salazar,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1939)**

205 a 208 – Vistas exteriores

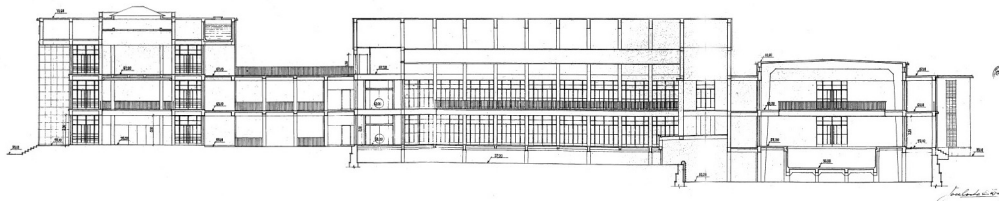
209 – Vista interior, átrio

210 – Alçado

211 – Corte transversal, pelo átrio, auditório e piscina

212 – Vista interior, auditório

213 – Vista interior, piscina



LICEU SALAZAR 52
LOURENÇO MARQUES
CORPO E,F,H CORTE POR A-B
197-00 P.M.

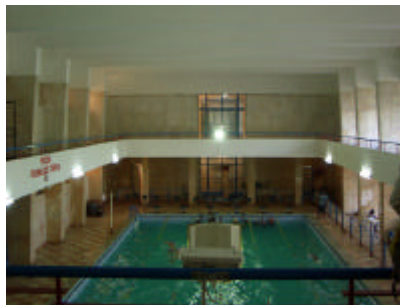
Luís Salazar

211

212



213



parte pelos topos opacos dos pavilhões), comprometida com a imagem formal do regime. O seu interior apresenta um espaço de 224 metros quadrados com pé-direito duplo, de monumentalismo mais contido - traduzido sobretudo pela duplicação dos elementos estruturais e pelo revestimento em mármore dos pavimentos e paredes.

Os vários gabinetes e salas são envolvidos por galerias em duas das suas quatro faces, o que permite a ventilação contínua, e a duplicação dos acessos e da iluminação natural. Numa das faces, o plano envidraçado é protegido por persianas até metade da altura (para evitar o excesso de luz e a entrada de calor) sem prejudicar o funcionamento das janelas basculantes existentes na sua metade superior. A dimensão das salas varia de acordo com a sua função, regulando-se por um sistema de proporções traduzido pela métrica estrutural: salas de aula normais com cerca de 7 x 8 metros, salas de desenho e trabalhos manuais/ trabalhos com cerca de 14 x 8 metros, laboratórios com cerca de 10 x 8 metros (incluindo salas de arrumos com cerca de 4 x 8 metros).

O salão de festas, com palco e cabine de projecção, destaca-se pela polivalência funcional, podendo receber um máximo de 1500 lugares sentados¹⁹⁹ (810 em plateia, no piso térreo, e 690 em galerias existentes sobre a entrada e nas paredes laterais, ao nível do primeiro piso). Esta ampla “caixa” de 25 metros de largura por 30 de comprimento, é coberta por uma laje curva em betão armado, assente sobre expressivos pilares prismáticos, que suportam as lajes em consola correspondentes às galerias superiores. A restante superfície das paredes laterais, entre pilares e galerias, é preenchida por uma moderna caixilharia em ferro e vidro, que garante a entrada de luz natural. A iluminação artificial destaca-se nas sancas de luz da cobertura, que percorrem todo o seu comprimento e se prolongam pela parede da entrada, num desenho simples mas dinâmico, integrado na envolvente espacial.

Do conjunto de instalações desportivas distingue-se pela inovação programática a piscina interior de 25 metros,²⁰⁰ numa sala de pé-direito duplo, com galeria contínua ao nível do primeiro piso – de composição estrutural semelhante ao salão, embora bastante mais pequena – abundantemente revestida a mármore.

Como complemento dos espaços desportivos interiores, destinou-se para a parcela de terreno a Norte do Liceu (ocupada pelos edifícios pré-existent) uma vasta esplanada exterior com bancadas, para desportos atléticos e exposições de ginástica, ladeada por campos de ténis e basquetebol. Esta obra, prevista para uma segunda

¹⁹⁹ - *Ib.*, p. 20.

²⁰⁰ - A piscina interior não existia no ante-projecto, tendo sido incluída no projecto final por sugestão do governo da metrópole. Sobre este assunto, cf. Dionísio Duarte Ferreira, [secretário do Conselho], *op. cit.*.

fase de construção, acabou por nunca ser executada,²⁰¹ obrigando à improvisação de campos de jogos nos espaços exteriores situados entre os pavilhões de aulas.²⁰² A envolvente urbana exterior ficaria também para sempre incompleta, sem a praça semi-circular voltada para o parque, destinada a remediar a falta de espaço envolvente ao novo conjunto edificado.²⁰³

²⁰¹ - A parcela de terreno onde se situavam as pré-existências acabaria por ser utilizada para a instalação da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva (consultar p. 70, nota nº. 107), construída no início da década de 70, após a demolição dessas pré-existências.

²⁰² - A falta de espaços exteriores vocacionados para actividades desportivas é uma das principais reclamações incluídas nos relatórios pedagógicos do Liceu Salazar: nos pequenos campos de jogos improvisados *não pode haver actividade durante o decorrer das aulas sem o risco de tornar absolutamente impossível aos professores dar as suas aulas com um mínimo de sossego*. Relatório do Liceu Salazar, 1971/ 72, p. 3.

²⁰³ - A intenção de alterar o traçado urbano do local para garantir uma implantação mais desafogada era partilhada pelo próprio Ministério das Colónias, que apresentaria mais tarde duas novas sugestões (também nunca realizadas): a integração no recinto do Liceu do Parque de Silva Pereira, e a redução de 20 metros na largura da Rua Luíz de Camões. Sobre este assunto, cf. Dionísio Duarte Ferreira [secretário do Conselho], Parecer nº 143/1949 do Conselho Técnico, Lisboa, Ministério das Colónias, Direcção Geral do Fomento Colonial, 13 de Agosto de 1949, p.4.

4.3: A produção local no início dos anos 50

O exemplo do Liceu Salazar é seguido atentamente pelos serviços técnicos de Obras Públicas da colónia, e assumido como modelo para uma produção liberta de condicionalismos estéticos, preocupada essencialmente com a resolução dos problemas concretos da função escolar.

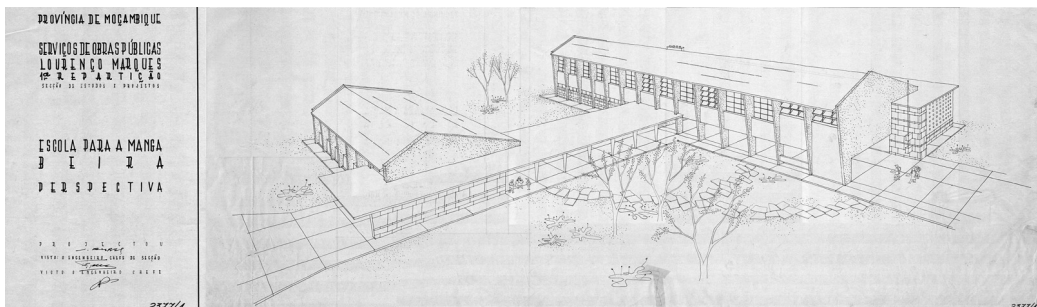
Em 1952 esta produção vai dar origem a um projecto exemplar, destinado a uma escola primária para o Centro Cívico do bairro residencial da Manga²⁰⁴ na cidade da Beira. O projecto é executado por João Aires, numa fase de ruptura com os seus anteriores trabalhos,²⁰⁵ e distingue-se de um modo totalmente inovador pela exploração consciente dos materiais, técnicas, léxico e espacialidade da arquitectura Moderna, influenciando directamente a produção escolar dos anos seguintes – definida a partir da sua tipologia espacial e construtiva – para além do restante currículo de obras públicas da colónia.

A escola insere-se num quarteirão quadrado de topografia plana, numa implantação assimétrica alinhada ortogonalmente com os limites do lote, composta por dois volumes paralelos de diferentes dimensões, unidos entre si por um percurso exterior de cobertura plana assente sobre pilotis, localizado a eixo do volume mais comprido. O volume mais curto, de piso térreo, é ocupado por duas salas de aula, estando prevista uma possível ampliação, com outras duas salas. O volume mais comprido, de dois pisos, localiza quatro salas no piso superior, aproveitando o piso térreo para as zonas administrativa e de refeições, em duas áreas distintas separadas por outro espaço exterior coberto - unido perpendicularmente ao primeiro – que funciona como átrio de chegada. A zona administrativa alberga igualmente um recreio coberto no piso superior e a escadaria de ligação entre pisos, destacando-se volumetricamente do corpo principal.

A aparente fluidez na interligação das diferentes zonas funcionais é sustentada por uma rigorosa quadrícula de 3 metros de lado, visível no desenho dos pavimentos

²⁰⁴ - De acordo com o plano de urbanização executado pelo arquitecto Nuno Craveiro Lopes (recém-chegado à colónia) o Centro Cívico ocupa um lugar de destaque na malha quadriculada do bairro, complementando a sua vocação habitacional com as principais actividades de uso público quotidiano: a religião, o ensino, o comércio. No seu quarteirão localiza-se a escola, a igreja, e reserva-se espaço para outros dois equipamentos a projectar futuramente. Nos quarteirões envolventes localiza-se o comércio, ocupando o piso térreo de longas bandas edificadas que lhe desenham o contorno.

²⁰⁵ - Tal como se referiu anteriormente, a propósito das duas habitações projectadas para a Estação de Biologia Marítima da ilha de Inhaca (consultar pp. 60 a 63).



214

Escola primária para a Manga, Beira (1952)

214 – Vista geral

215 – Implantação

216 – Corte transversal pelo volume mais curto

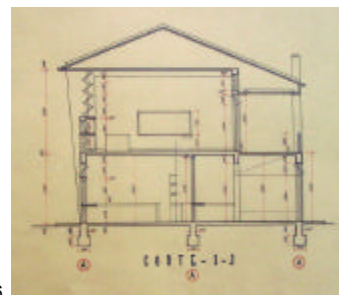
217 – Planta do piso térreo

218 – Planta do primeiro piso

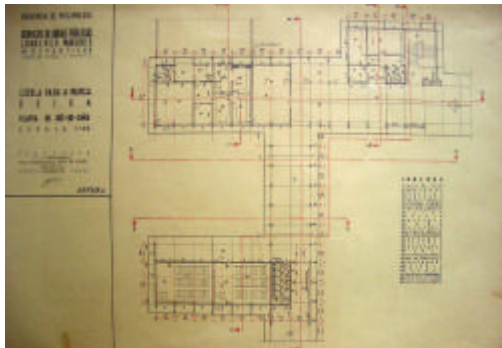
219 – Alçado sul, corpo mais comprido



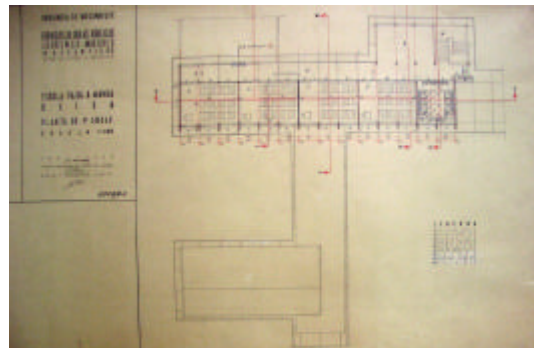
215



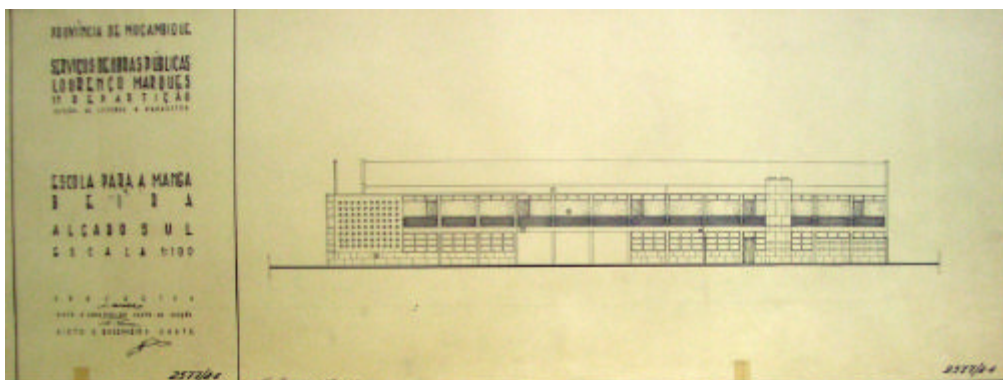
216



217



218



219

exteriores. A mesma quadrícula modela a proporção dos espaços, notando-se uma especial preocupação com o espaço da sala de aula - com 9 metros de comprimento (3 quadrículas) por 6 metros de largura (2 quadrículas). Esta medida-padrão de 3 metros é transposta para a vertical, num ritmo constante de elementos estruturais, salientes e inclinados relativamente ao plano vertical da fachada nos alçados voltados a norte, conjugando uma maior eficácia na protecção solar com um expressivo desenho - bastante evidente nas empenas nascente e poente - em continuidade com as coberturas, inclinadas e assimétricas. O espaço entre pilares é preenchido por envidraçados basculantes, percorrendo ambos os alçados longitudinais de modo a permitir a ventilação cruzada em todos os espaços. A assimetria das coberturas proporciona diferenças significativas no pé-direito dos espaços cobertos, variando entre os 2,55 metros nos espaços exteriores e os 3,50 metros das salas de aula. Apesar deste desenho inclinado, o projecto sugere um revestimento em modernas chapas de fibrocimento, em substituição da telha. Nos alçados das salas voltados a sul, a protecção solar é efectuada pelo recuo relativamente ao plano de fachada, permitindo a criação de galerias de circulação cobertas. No alçado sul do corpo mais comprido destaca-se o volume da zona administrativa e escadas, diferenciado do conjunto pela cobertura plana, e paredes em painéis cerâmicos perfurados. Este volume apresenta igualmente um maior revestimento em pedra, sobretudo na esquina junto à entrada principal, equipada com o típico mastro de bandeira, numa aparente concessão ao gosto estatal.

4.4: Intervenção da metrópole em meados dos anos 50

O reforço do investimento económico da metrópole em Moçambique verificado a partir de 1953²⁰⁶ vai impulsionar decisivamente o crescimento dos seus núcleos urbanos de maior vocação administrativa, comercial ou agrícola. Este crescimento é acompanhado pelo aumento explosivo da população dita “civilizada”, e conseqüentemente, da população em idade escolar, que rapidamente esgota a capacidade do Liceu Salazar - o único estabelecimento de ensino liceal existente. A dimensão do problema obriga o governo central a tomar medidas, encarregando o Gabinete de Urbanização do Ultramar da execução de um extenso conjunto de projectos para liceus e escolas técnico-profissionais, destinados às principais cidades da província ultramarina,²⁰⁷ num registo intenso mas de curta duração, sem continuidade na produção escolar dos anos seguintes.

O trabalho é entregue a uma equipa de três arquitectos - Eurico Pinto Lopes, Fernando Schiappa e Lucínio Cruz (Director Interino do Gabinete de Urbanização do Ultramar²⁰⁸). A falta de informação específica sobre cada um dos locais de implantação, e a necessidade de executar toda a encomenda no mais curto espaço de tempo, inspiram-nos a elaborar os projectos a partir de uma base compositiva comum, adaptando-os quase exclusivamente em função das variantes de cada um dos programas escolares.

No final de 1956 estavam concluídos e prontos para entrar em obra cinco projectos: um novo Liceu para Lourenço Marques (Liceu António Enes – actual Escola Secundária Francisco Manyanga), um Liceu e uma Escola Industrial e Comercial para a Beira (Liceu Pero de Anaia e Escola Freire de Andrade), e duas Escolas Técnicas Elementares, para Nampula e Inhambane - assinados, respectivamente, por Eurico Pinto Lopes e Lucínio Cruz (os dois primeiros), Eurico Pinto Lopes e Fernando Schiappa (o terceiro), Fernando Schiappa e Lucínio Cruz (os dois últimos). Cinco propostas reunidas numa linguagem comum, de expressão ambígua - entre a

²⁰⁶ - Este reforço traduz-se na aplicação do primeiro Plano de Fomento, entre 1953 e 1958, destinado a todas as províncias ultramarinas. Sobre os Planos de Fomento, cf. Malyn Newitt, *op. cit.*, pp. 402, 403.

²⁰⁷ - Em boa verdade, esta encomenda não abrange apenas o território moçambicano mas sim todo o território ultramarino – uma situação comum na prática habitual do Gabinete de Urbanização do Ultramar.

²⁰⁸ - Cf. correspondência relativa aos projectos. Lucínio Cruz seria também nomeado Arquitecto-chefe do Serviço de Arquitectura e Monumentos da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação do Ministério do Ultramar. Cf. Lucínio Cruz, Luís Possolo, *op. cit.*, p. 3.

modernidade da estrutura em betão armado e o tradicionalismo dos revestimentos em pedra e telha - com ligeiras variantes em função da escala e da importância simbólica do programa.

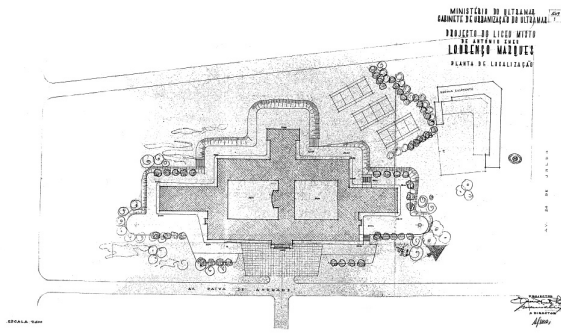
Os cinco projectos correspondem a três tipologias diferentes de programa, desenvolvidas a partir das *Normas para as instalações de liceus e escolas de ensino profissional das províncias ultramarinas* (elaboradas pelo próprio Gabinete), em conjunto com algumas informações enviadas pelo Governo Geral de Moçambique. As capacidades de utilização variam entre os 720 alunos (divididos por 20 turmas) no caso dos liceus,²⁰⁹ 360 alunos (em 10 turmas) no caso das escolas elementares,²¹⁰ e 1030 alunos na escola industrial e comercial (480 para ciclo preparatório, os restantes distribuídos por vários cursos técnicos).²¹¹ A organização espacial dos vários programas é em todos os casos norteada por princípios de funcionalidade e simplicidade.

A tipologia de leitura mais imediata corresponde ao Liceu, resolvida numa volumetria estática de composição simétrica, composta por dois grandes corpos paralelos de aulas e gabinetes com cerca de 93 metros de fachada, ligados perpendicularmente por outros três corpos mais curtos, formando entre si dois pátios com 24 a 30 metros de lado (separando convenientemente os recreios masculino e feminino). A este volume principal com três pisos de altura são anexadas nas extremidades laterais duas “caixas” mais baixas, correspondentes aos ginásios (masculino e feminino), e no alçado posterior – no prolongamento do eixo central de simetria – um terceiro volume igualmente mais baixo, ocupado no piso térreo por um refeitório de 120 lugares. Para além dos espaços interiores referidos, importa ainda destacar do complexo liceal o espaço destinado a sala de conferências/ auditório, com capacidade para 180 pessoas (com acesso pelo piso térreo, junto ao eixo central de

²⁰⁹ - Cf. Eurico Pinto Lopes, Lucínio Cruz, Memória descritiva do Liceu Pero de Anaia, Lisboa, Maio de 1956, p. 3 e Memória descritiva do Liceu António Enes, Lisboa, Julho de 1956, p. 3. A lotação do Liceu António Enes seria ampliada durante a obra, através de alguns ajustes na compartimentação interior, para poder receber um total de alunos superior a 1000. Sobre este assunto, cf. Jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 10 de Setembro de 1961, p. 20, e Relatório do Liceu António Enes, Lourenço Marques, 18 de Julho de 1960.

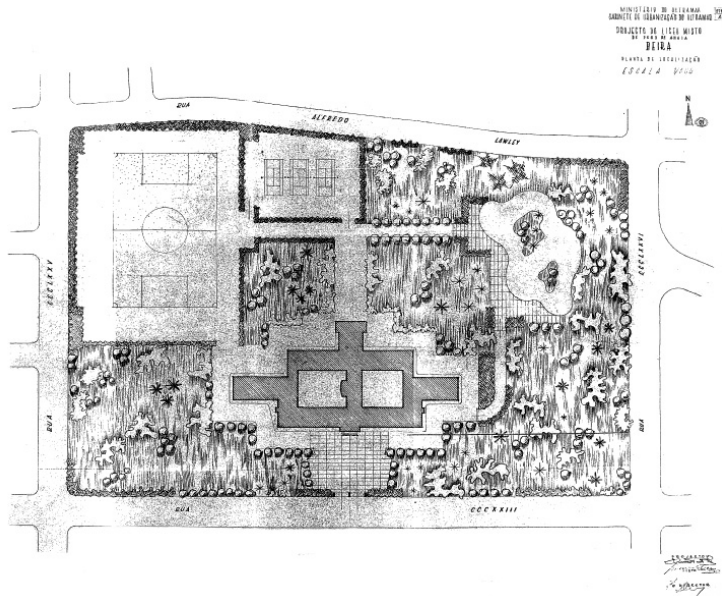
²¹⁰ - Cf. Fernando Schiappa, Lucínio Cruz, Memória descritiva da Escola Técnica Elementar de Nampula, Maio de 1956, p. 3 e Memória descritiva da Escola Técnica Elementar de Inhambane, Maio de 1956, p. 3.

²¹¹ - Cf. Eurico Pinto Lopes, Lucínio Cruz, Memória descritiva da Escola Industrial e Comercial Freire de Andrade, Novembro de 1956, p. 3.



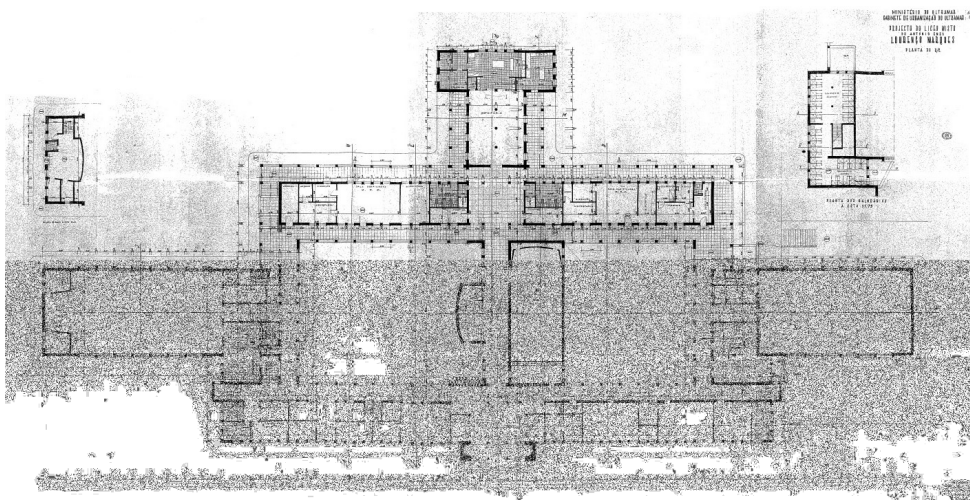
220

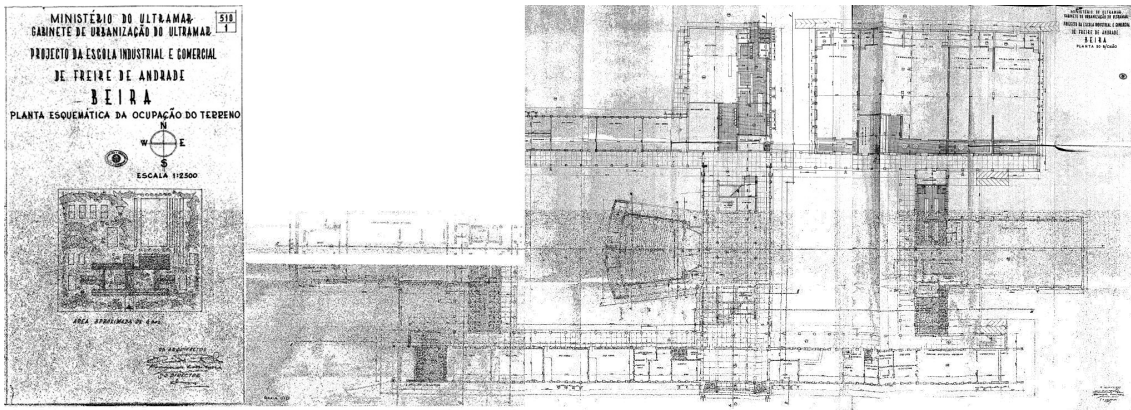
- Cinco projectos escolares (1956)**
 220 – Liceu António Enes, Lourenço Marques, implantação
 221 – Liceu Pero de Anaia, Beira, implantação
 222 – Liceu António Enes, Lourenço Marques, planta do piso térreo



221

222





223

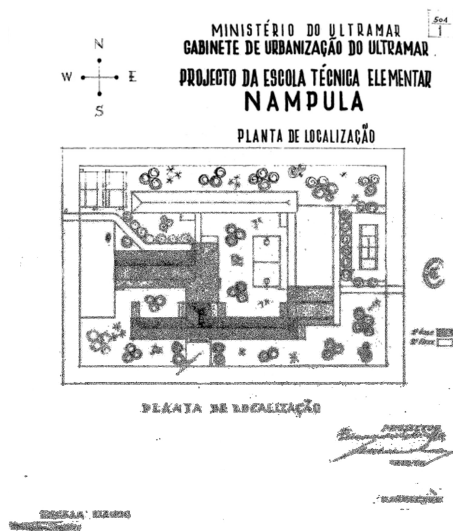
Cinco projectos escolares (1956)

223 – Escola industrial e comercial Freire de Andrade, Beira, implantação e planta do piso térreo

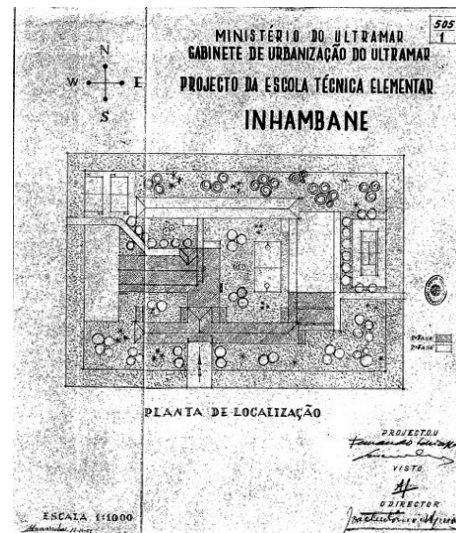
224 – Escola técnica elementar de Nampula, implantação

225 – Escola técnica elementar de Inhambane, implantação

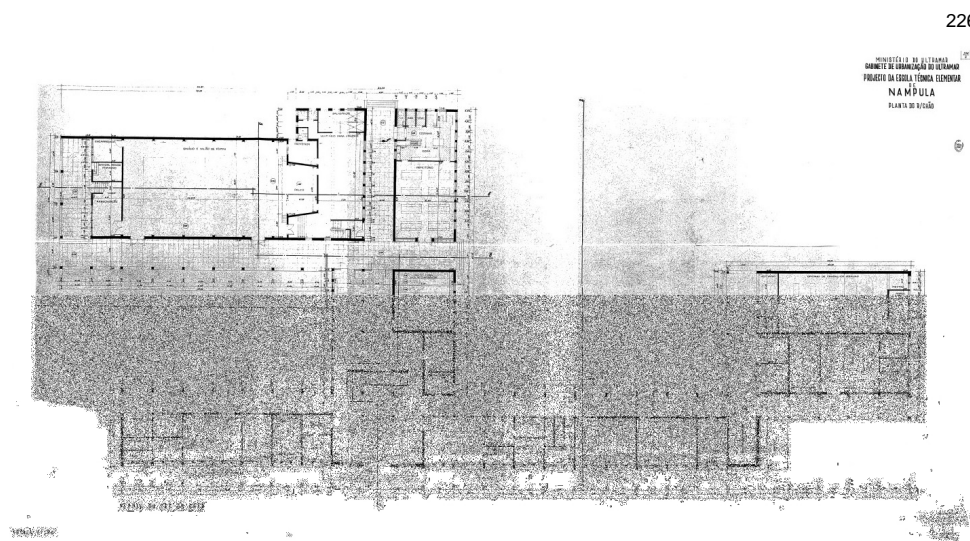
226 – Escola técnica elementar de Nampula, planta do piso térreo



224



225



226

circulação), e o espaço da capela, com altar ocultável por meio de portas (no terceiro piso) – posteriormente transformado em salas de aulas.²¹²

A Escola Industrial e Comercial desenvolve o mesmo tipo de organização espacial, adaptada proporcionalmente (em função do maior número de alunos) para uma fachada principal de aproximadamente 143 metros, e pátios interiores de 35 por 38 metros. A simetria de composição interior também se mantém, mas é atenuada exteriormente pela maior variação de alturas entre os vários corpos (de três pisos, dois pisos, ou piso térreo), e pela introdução de um novo volume de oficinas (substituindo metade do corpo principal paralelo ao corpo da entrada). Do restante programa destaca-se o refeitório de 120 lugares (numa localização semelhante à proposta na tipologia liceal), e a grande sala de conferências/ auditório, com 220 lugares, destacada formalmente no interior de um dos pátios (com acessos pelo eixo central, no piso térreo e primeiro piso).²¹³

A Escola Técnica Elementar é bastante diferente das anteriores: um único corpo principal com dois pisos e 115 metros de fachada, destinado a aulas e gabinetes, rematado num dos lados por um pequeno anexo de oficinas, e ligado através do eixo perpendicular de circulação - no prolongamento da entrada, que neste caso é assimétrica – a um terceiro corpo, mais pequeno, ocupado pelo ginásio (comum a alunos e alunas).²¹⁴ A sua menor capacidade de lotação revela-se igualmente na menor dimensão do refeitório (destinado a 96 lugares), e na ausência de auditório. Esta implantação, aparentemente mais solta, tem na verdade um carácter provisório. O seu objectivo é servir de base a um conjunto posterior de ampliações, pré-definindo uma construção final mais próxima das tipologias anteriores (novamente baseada numa composição simétrica, neste caso perpendicular à entrada): *A expansão das actuais instalações lectivas fica assegurada da seguinte maneira: em altura - pelo aumento de um andar no bloco das aulas. Em superfície – pelo aumento deste bloco até ficar com a entrada a meio; - pela construção dum novo bloco paralelo ao bloco das aulas e a inserir na extremidade da galeria que se desenvolve do lado*

²¹² - Cf. Eurico Pinto Lopes, Lucínio Cruz, Memória descritiva do Liceu Pero de Anáia, Lisboa, Maio de 1956, pp. 10 a 14 e Memória descritiva do Liceu António Enes, Lisboa, Julho de 1956, pp. 10 a 14.

²¹³ - Cf. Eurico Pinto Lopes, Lucínio Cruz, Memória descritiva da Escola Industrial e Comercial Freire de Andrade, Novembro de 1956, pp. 20 a 25.

²¹⁴ - Cf. Fernando Schiappa, Lucínio Cruz, Memória descritiva da Escola Técnica Elementar de Nampula, Maio de 1956, pp. 8 a 12 e Memória descritiva da Escola Técnica Elementar de Inhambane, Maio de 1956, pp. 8 a 12.

norte do eixo da entrada; - pela construção de novas unidades oficinais dispostas ao longo da galeria que serve a oficina de trabalhos manuais.²¹⁵

A envolvente definida é genérica e sensivelmente igual para todos os projectos, não exercendo qualquer influência no corpo edificado - na verdade, à excepção dos dois liceus, nenhuma das outras escolas teve o local de implantação definido durante a fase de projecto. Assim, os arquitectos sugerem apenas uma implantação em terreno plano ou sem desníveis acentuados, envolvida por espaços verdes, conjugados com diferentes campos de jogos.²¹⁶ Todos os projectos foram desenvolvidos com o objectivo de orientar os seus grandes eixos longitudinais segundo a direcção nascente-poente, permitindo aos principais espaços interiores (salas de aula, gabinetes, ginásios) receber a adequada ventilação transversal e a iluminação bilateral voltada a norte e a sul. Esta condicionante é compatível com o lote pré-definido para a construção do Liceu Pero de Anaia – um quarteirão de grandes dimensões situado no bairro do Matacuane, junto à Rua Alfredo Lawley. Pelo contrário, o lote reservado para o Liceu António Enes - situado no Alto-Maé, entre as Avenidas 5 de Outubro (actual Josina Machel) e Paiva de Andrade (actual Mohamed Siad Barre)²¹⁷ - é bastante mais estreito, obrigando a uma implantação menos favorável, orientada a nordeste/ sudoeste. Ainda assim, os projectistas encontram aspectos favoráveis nesta implantação de recurso: *Se bem que a configuração do terreno e a sua orientação não nos tivessem permitido implantar os blocos do edifício de maneira a que as aulas ficassem voltadas a Norte e a Sul, deu no entanto ocasião a que a orientação dada beneficiasse duma melhor exposição em relação aos ventos dominantes frescos que sopram do quadrante Este.*²¹⁸

A circulação no interior dos edifícios é feita em galerias de 2,8 metros de largura, que envolvem grande parte das fachadas dos pátios e alçados posteriores - num desenho regular de acentuada expressão estrutural – protegendo os espaços

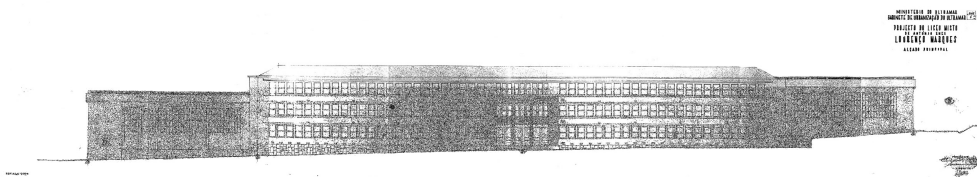
²¹⁵ - *Ib.*, pp. 12, 13.

²¹⁶ - Cf. *Ib.*, p. 2 e Eurico Pinto Lopes, Lucínio Cruz, Memória descritiva da Escola Industrial e Comercial Freire de Andrade, Novembro de 1956, p. 2.

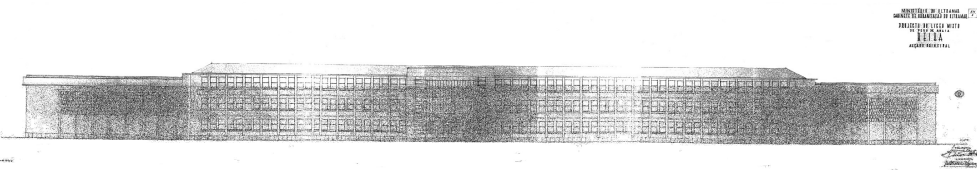
²¹⁷ - *Dada a necessidade de implantar o novo edifício na zona ocidental da cidade, visto o liceu existente já servir a outra zona, e tendo-se para o efeito consultado o Governo da Província, foi este Gabinete informado por ofício nº 914/ 54, que o único terreno que se podia obter dentro daquele princípio, evitando oneríssimas expropriações ou demolições de construções já existentes e tendo em atenção a estrutura do Plano Geral de Urbanização, seria o que foi indicado.* Eurico Pinto Lopes, Lucínio Cruz, Memória descritiva do Liceu António Enes, Lisboa, Julho de 1956, p. 2.

²¹⁸ - *Ib.*, p. 14.

227



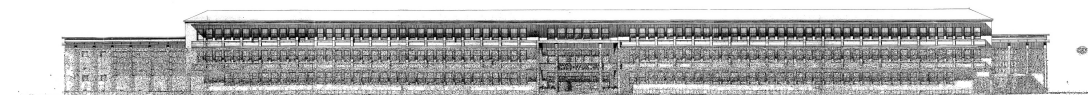
228



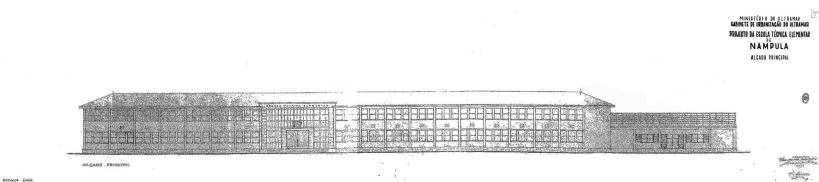
Cinco projectos escolares (1956)

- 227 – Liceu António Enes, Lourenço Marques, alçado principal
- 228 – Liceu Pero de Anaia, Beira, alçado principal
- 229 – Escola industrial e comercial Freire de Andrade, Beira, alçado principal
- 230 – Escola técnica elementar de Nampula, alçado principal
- 231 – Escola técnica elementar de Inhambane, alçado principal

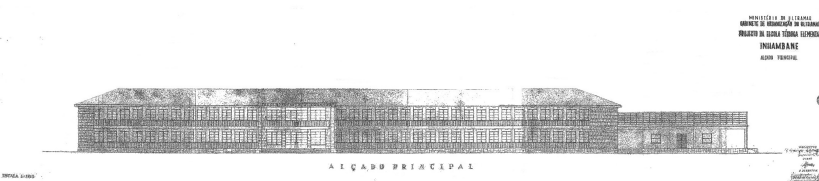
229



230



231





232



233

234



Cinco projectos escolares (1956)

232 a 235 – Liceu António Enes, Lourenço Marques, vistas exteriores

236 – Liceu António Enes, Lourenço Marques, vista interior, ginásio

235



236



interiores da luz solar directa. Nos alçados principais - projectados para uma exposição a Sul – a protecção solar é menos exigente, justificando uma solução diferente de remate, adaptada a vários resultados estéticos:

No caso do Liceu António Enes e da Escola Freire de Andrade, a fachada é protegida pelo avanço de largas varandas contínuas, em consola, acompanhadas ao nível da cobertura por uma platibanda em betão, que procura esconder a telha dos planos de visão mais aproximados. O resultado final procura uma expressão “moderna” e depurada, aproximando-se de alguns edifícios pré-existentes, tal como o Pavilhão de Isolamentos para europeus do Hospital Miguel Bombarda de Lourenço Marques, projectado 16 anos antes pela equipa técnica da capital da província.²¹⁹

As duas Escolas Técnicas utilizam a mesma base de composição, mas sem platibanda, e com varandas tímidamente “descoladas” do plano da fachada, adaptando-se a uma expressão global mais “doméstica” – com menos um piso de altura, e conseqüentemente, maior predominância da cobertura em telha.

No Liceu Pero de Anaia dá-se o resultado oposto, devido à introdução de pilares a toda a altura da fachada, num ritmo vertical sobreposto aos níveis de varandas, que aumentam a monumentalidade do conjunto. Uma monumentalidade justificada pela sua importância simbólica no conjunto dos cinco projectos, por se tratar do primeiro liceu destinado à Beira, a segunda cidade da província.

Comum a todos os trabalhos é a acentuação da entrada através de um monumental volume porticado - tema típico da arquitectura Português Suave. Desenhado em linhas simples, com uma altura total de dois ou três pisos, este volume assume-se como principal elemento de exploração formal e material, com predominância dos revestimentos em pedra (em Inhambane, Lourenço Marques, e na escola da Beira) ou dos grandes planos em ferro e vidro (em Nampula e no liceu da Beira).

²¹⁹ - Consultar pp. 175 a 179.

4.5: A produção local a partir de 1955

Em meados da década de 50, enquanto os equipamentos de ensino liceal chegam do exterior por via do Gabinete de Urbanização do Ultramar, os equipamentos destinados ao ensino primário continuam a ser efectuados directamente em Moçambique, a partir da Secção de Estudos e Projectos dos Serviços de Obras Públicas de Lourenço Marques. E os resultados aí obtidos (no seguimento dos exemplos produzidos no início da década) não poderiam ser mais distantes dos primeiros. Em primeiro lugar, a escala definida para as escolas primárias é muito mais reduzida que a dos liceus, o que justifica imediatamente diferenças no tipo de abordagem ao projecto. Por outro lado, a sua importância social é também menor (por corresponderem a uma etapa inferior do processo de aprendizagem), e menores são as verbas disponíveis para a sua concretização. Um terceiro motivo de divergência resulta da possibilidade de serem executadas sem influência directa do poder central.

A partir de 1955, esta produção escolar fica concentrada em Fernando Mesquita, recentemente estreado como projectista ao serviço das Obras Públicas,²²⁰ recebendo como nenhum outro programa funcional a influência das suas ideias arquitectónicas, baseadas nos princípios ideológicos do Movimento Moderno. O resultado é constituído por um extenso conjunto de projectos-tipo, adaptáveis a qualquer aglomerado urbano, caracterizados pelos temas da racionalidade, economia e eficácia funcional. Estes projectos seriam rapidamente implementados por todo o território, procurando solucionar o problema de escassez de escolas primárias existentes em Moçambique, em virtude do acelerado crescimento urbano. A sua construção em grande quantidade e durante um longo período de tempo garante-lhes um elevado grau de protagonismo, que a sua reduzida escala parecia não permitir, assumindo-se até aos dias de hoje como uma referência estética e conceptual na produção arquitectónica do território.

Os projectos-tipo de Fernando Mesquita variam fundamentalmente em função do número de salas (nos anos 70 iriam variar também em função da vocação rural ou urbana do local de implantação). Em 1955 desenvolve o projecto de Escola com Uma Sala de Aulas, baseada em duas construções – uma destinada à sala de aulas, outra com gabinete, sanitários e refeitório – ligadas por um recreio coberto em “T”, unidos volumetricamente num só conjunto pavilhonar de linguagem bastante simples,

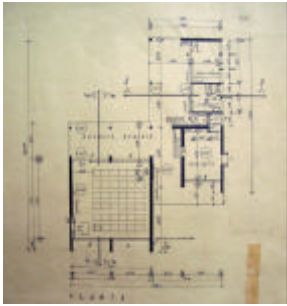
²²⁰ - Consultar p. 63, nota nº. 104.

baseada na conjugação de materiais económicos. O controle ambiental é garantido pelas longas coberturas inclinadas revestidas a fibrocimento, que protegem do sol todos os espaços, e pela circulação contínua de ar, no interior das salas e no recreio (entre construções).

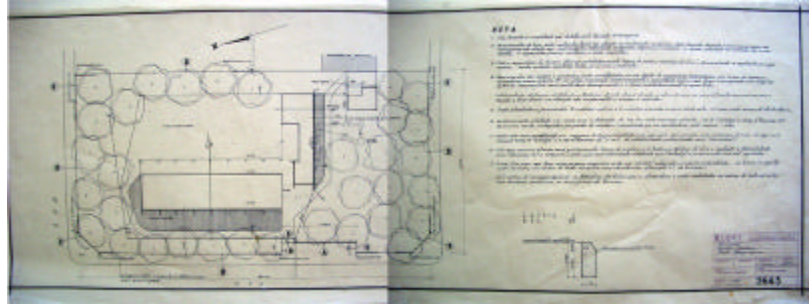
A Escola com Quatro Salas de Aulas baseia-se nos mesmos critérios, resultando formalmente num conjunto de maiores dimensões, de implantação em “L”, dividido em dois pavilhões – um de aulas, outro de serviços complementares - ligados por uma galeria exterior coberta. Na implantação projectada para Mambone (em 1960) o conjunto orienta o seu comprimento maior na direcção norte-sul, em consonância com a orientação do terreno. Pelo contrário, a implantação projectada para o Dondo (no mesmo ano), ocupa um terreno de maiores dimensões segundo uma orientação privilegiada nascente-poente.

O projecto-tipo mais desenvolvido corresponde à Escola com Seis/ Oito Salas de Aulas. Neste caso, o conjunto é regulado por uma galeria-recreio de orientação preferencial norte-sul, rematado nos dois extremos pelo pavilhão administrativo e pelo pavilhão refeitório. As salas de aulas dividem-se em dois pavilhões (com três ou quatro salas cada) de orientação perpendicular à galeria, implantados numa sequência intercalada a partir do pavilhão administrativo. As faces viradas a sul abrem-se em grandes envidraçados, protegidos por *brise-soleils* verticais ou expressivos pilares salientes da fachada, com a mesma função. No lado norte, o acesso às salas é protegido por galerias cobertas, que aumentam de perfil à medida que se aproximam da galeria-recreio principal. A expressão volumétrica do projecto explora as potencialidades construtivas e plásticas do betão armado, enriquecida pela variedade de soluções utilizadas – coberturas e paredes inclinadas nos pavilhões, e um esbelto conjunto de lages planas sobre pilotis, nas galerias de circulação e recreio.

O rigor da orientação norte-sul (galeria de circulação)/ este-oeste (salas de aula) é garantido na maioria das implantações (tais como na escola de Chamanculo, Lourenço Marques, 1958, na escola da missão de São José de Lhanguene, Lourenço Marques, 1960, na escola de Nampula, 1960, e na escola de Vila Pery – actual Chimoio - 1960). Assim, a escola ocupa uma posição “solta” no meio do lote arborizado, com um desenho de espaços exteriores adaptado a cada caso concreto, em função da configuração do lote e da localização dos acessos. As poucas implantações encontradas que não cumprem esta referência aos eixos cardeais justificam-se pela reduzida dimensão do lote (escola de Tete, 1959), ou por uma relação de subordinação face à estrutura urbana envolvente (escola da Munhava, Beira, 1955).



237



238

Projectos-tipo escolares (1955)

237 – Escola-tipo com uma sala de aulas, planta

238 – Escola-tipo com quatro salas de aulas, implantação

239 – Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, implantação

240 a 244 – Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, Lourenço Marques (actual Maputo), vistas

239



241

240



242



243



244



A implantação da Escola com Seis/ Oito Salas de Aulas iria servir de base para projectos escolares de maior envergadura, destinados ao ciclo preparatório (como complemento ou substituição dos projectos de liceus provenientes da metrópole). O primeiro exemplo é dado em 1957 com a Escola Técnica de Nampula, desenvolvida a partir de uma galeria de circulação coberta (de direcção norte-sul), que atravessa quase todo o lote, à qual se anexam perpendicularmente os vários pavilhões de aulas. O pavilhão-tipo destinado às aulas ganha também uma maior complexidade, destacando-se o exemplo construído como ampliação da Escola Paiva Manso, em 1958, com um primeiro piso de salas assente parcialmente sobre *pilotis*, acessíveis por uma galeria exterior coberta, no prolongamento da galeria existente.

Em 1959, Fernando Mesquita iria usar estes modelos como ponto de partida para o seu projecto escolar mais importante: a Escola Técnica Elementar Governador Joaquim Araújo (actual Escola Secundária Estrela Vermelha), em Lourenço Marques.²²¹ Neste caso, a implantação assenta numa grelha ortogonal de circulação desenvolvida a partir de duas largas galerias cobertas de direcção norte-sul, junto às quais se agrupam os pavilhões (de acordo com as afinidades programáticas) com galerias de acesso cobertas, perpendiculares às primeiras, criando entre si um variado conjunto de espaços exteriores. A maior complexidade – resultante da existência de duas galerias principais - justifica-se pelas novas condições de implantação, e sobretudo pelo aumento do programa, culminando um importante trabalho interdisciplinar que envolveu o projectista, a Direcção dos Serviços de Instrução, os professores, entre outros responsáveis.²²²

A escola prevê uma capacidade de 1000 alunos,²²³ ocupando um terreno de 4000 metros quadrados, junto às Avenidas General Machado (actual Guerra Popular),

²²¹ - O diploma Legislativo nº 2109, publicado no Boletim Oficial nº 34, 1ª série, de 28 de agosto de 1961 estabelece a criação de duas Escolas Técnicas Elementares – denominadas Governador Joaquim de Araújo e General Joaquim José Machado – por forma a resolver os problemas de sobrelotação das Escolas Industrial e Comercial existentes na cidade. Cf. S/A, *Escola Técnica Elementar “Governador Joaquim de Araújo”, monografia, ano de 1962-63*, Lourenço Marques, Edição da Escola Técnica Elementar “Governador Joaquim de Araújo”, 1962, cap. I.

²²² - Cf. *ib.*, cap. IV.

²²³ - Cf. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 15 de Setembro de 1961, p. 9.

A lotação inicial seria rapidamente ultrapassada alguns anos após a abertura, originando problemas de gestão de espaços. *No início deste ano lectivo matricularam-se 1476 alunos [...] A manter-se o mesmo ritmo de crescimento da frequência não nos parece que seja possível, no próximo ano lectivo, receber todos os candidatos à matrícula.* Cf. *Relatório da Escola Técnica Elementar “Governador Joaquim de Araújo”, ano lectivo 64/65*, cap. I.



245



246

**Escola Paiva Manso, Lourenço Marques (actual Maputo)
(1958)**

245 e 246 – Vistas exteriores

**Escola técnica elementar Governador Joaquim Araújo,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1959)**

247 – Implantação

248 – Pavilhão de aulas, alçado sul

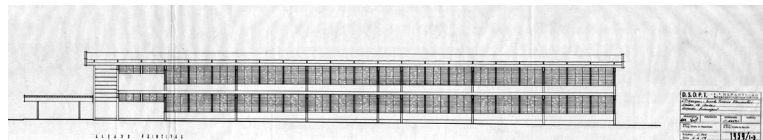
249 – Pavilhão de aulas, alçado norte

250 – Pavilhão de aulas, planta do piso térreo

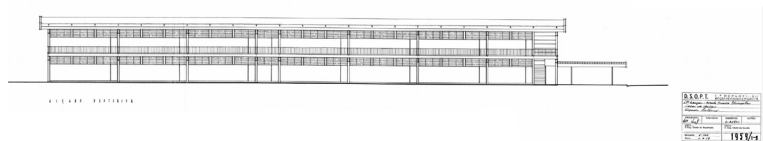
251 – Pavilhão de aulas, planta do primeiro piso



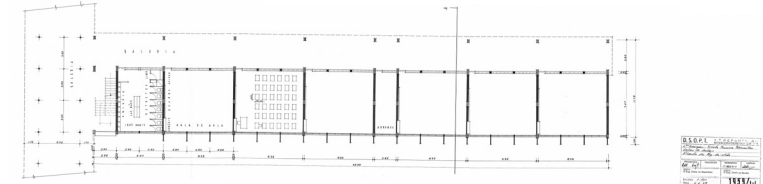
247



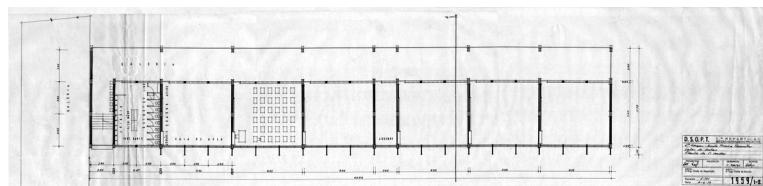
248



249



250



251

José Serrão (actual Emília Dausse), Luciano Cordeiro (actual Albert Luthuli), 31 de Janeiro (actual Agostinho Neto) e Gomes Freire (actual Paulo Samuel Kankhomba) - uma zona ocupada por população com fracos recursos económicos. O complexo é dividido em três sectores - administrativo, escolar e desportivo - relacionados de modo diferente de acordo com as suas especificidades funcionais, e aproveitando para isso as condicionantes topográficas do lote.

Os vários pavilhões desenvolvem-se em um ou dois pisos, e espalham-se pelo terreno de modo a garantir entre si um afastamento que lhes permita o posterior aumento de altura.²²⁴ Existem sete tipos diferentes de pavilhões, de acordo com o programa. O pavilhão administrativo desenvolve-se num piso único - junto aos acessos principais - e alberga o gabinete médico, a sala de professores, a secretaria e a direcção (entre outros espaços). O pavilhão para aulas normais é construído originalmente em dois pisos (com acessos em galeria), com seis salas de 8,24 por 7,44 metros em cada um dos pisos, para além de depósito de materiais e gabinete do contínuo. O pavilhão para salas de trabalhos manuais – existente em duas unidades, uma masculina e outra feminina – corresponde a um volume de piso térreo, ocupado por três grandes salas com amplo pé-direito, protegidas por uma expressiva cobertura inclinada. As salas são equipadas com armários e lavatórios, para além de espaços anexos para depósito de materiais e gabinete do mestre. O pavilhão para salas de desenho desenvolve-se em dois pisos, com 3 salas cada, dimensionadas para 36 estiradores individuais (também equipadas com armários e lavatórios), para além do gabinete do contínuo e do vestiário para serventes. O pavilhão-ginásio inclui duas salas de ginástica com 15,14 por 11,40 metros cada, com pé-direito duplo (para além dos balneários e outros espaços de serviço). Na sua fachada exterior voltada a norte, uma galeria de acesso elevada serve de varanda para o público, utilizável em caso de espectáculos de ginástica ao ar livre (sobre um relvado anexo). O pavilhão da Mocidade Portuguesa ocupa um só piso, com um salão de festas²²⁵ e a copa. A sala de canto coral ocupa num único piso o último pavilhão, o mais pequeno do conjunto.

²²⁴ - A ampliação de um piso foi efectivamente realizada em 1971, nos pavilhões destinados às salas de aulas.

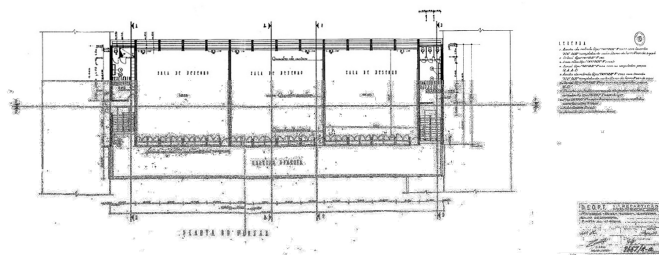
²²⁵ - As dimensões do salão de festas serão consideradas insuficientes pelos seus futuros utilizadores: *Nenhuma das actuais dependências da escola possui dimensões suficientes para que nela se possam realizar festas escolares, conferências, projecção de filmes ou outras reuniões, em que teriam que estar presentes algumas centenas de alunos, e muito menos se estes se fizerem acompanhar dos seus familiares, como seria da maior vantagem. Cf. Relatório da Escola Técnica Elementar "Governador Joaquim de Araújo", ano lectivo 65/66, cap. 5.2.*

**Escola técnica elementar Governador Joaquim
Araújo, Lourenço Marques (actual Maputo)
(1959)**

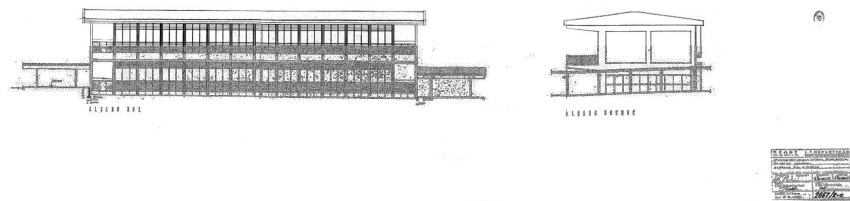
252 – Pavilhão de desenho, planta do primeiro piso

253 – Pavilhão de desenho, alçado sul e poente

254 a 260 – Vistas exteriores



252



253

254



255



256



257



258



259



260



A área construída é protegida do ruído envolvente por uma espessa cortina vegetal de grande porte, com folha permanente – uma condição que se repete em todos os projectos escolares de Fernando Mesquita. Neste caso, a área exterior envolvente inclui ainda uma piscina e campos de jogos (basquetebol, patinagem, voleibol, andebol), junto ao limite norte, para além de parques para estacionamento de automóveis e bicicletas, junto à avenida General Machado (o principal eixo viário de acesso). Tal como nos outros projectos-tipo, a arquitectura desenvolve-se a partir das potencialidades construtivas dos materiais usados, e dos requisitos funcionais do programa, manipulados com simplicidade e rigor. *Procurou-se honestamente, sem sofismas nem artifícios – fáceis ou não – modelar em espaço, construção, vegetação e luz, as soluções funcionais para problemas humanos de indivíduo e do grupo, ao nível do espírito e da fisiologia. [...] tentou-se [...] evitar o êxito seguro através do maneirismo e recurso à moda, mesmo passageira, que é sem dúvida a arma mais fácil do arquitecto.*²²⁶

A adequação dos pavilhões face às condicionantes acústicas e térmicas é um dos temas de projecto ao qual Fernando Mesquita se dedica com maior intensidade, resolvendo-o através da acção conjunta de vários factores: orientação dos edifícios segundo a incidência solar e os ventos dominantes, projecção das coberturas face aos planos de fachada, colocação de *brise-soleils* e de persianas interiores com lâminas orientáveis, escolha de revestimentos exteriores com pouca condutibilidade sonora e térmica, utilização de cores no exterior com alto poder de reflexão e revestimentos do terreno com fraco poder de irradiação. Sobre este tema, importa reproduzir um excerto da memória descritiva do projecto, onde se evidencia a variedade de opções utilizadas, num grau de complexidade muito superior ao das propostas contemporâneas sugeridas pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar:

Todos os pavilhões são orientados sensivelmente segundo o paralelo de modo a furtar as fachadas em que se praticam os vãos, à incidência directa da radiação solar. [...] As coberturas projectam-se fora dos planos envidraçados aproximadamente 1,50 assegurando protecção efectiva na parte média do dia. Esta protecção é completada em relação aos períodos extremos do dia por elementos quebra luz verticais só dispensados nos pavilhões de trabalhos manuais e labores onde se admitiu não serem graves os inconvenientes dado que são de curta duração, coincidem com as horas de menores temperaturas e a natureza das actividades que aí

²²⁶ - Cf. Fernando Mesquita [arquitecto 1ª classe], Manuel Vaz Pereira [engenheiro contratado], Memória descritiva do projecto da Escola Técnica Elementar Governador Joaquim de Araújo, Lourenço Marques, 1961, p.59.

se praticam não sofrerem sensivelmente com o facto. [...] A exposição adoptada permite a fácil incidência dos ventos mais frequentes, durante a estação quente, sobre os vãos de todos os pavilhões segundo um ângulo que permite colher daqueles o maior benefício em qualquer das partes da escola. [...] Relativamente aos períodos de chuvas coincidentes com ventos fortes a defesa está assegurada no que respeita às salas da aula e outros locais de trabalho pela adopção de caixilharia em persianas horizontais de vidro de abertura regulável e em condições de assegurar ventilação mesmo nos referidos períodos de chuvas com vento. As galerias de circulação – recreio coberto estão umas expostas a Norte e portanto normalmente abrigadas e as outras de grande largura e pequeno pé direito, desenvolvem-se na direcção Norte-Sul o que também as protege pois é normalmente do quadrante sul que a chuva é impelida pelo vento mais forte incidindo pois longitudinalmente sobre a galeria. Na sua grande largura e pequeno pé direito defendem-na das, aliás menos frequentes, chuvas do quadrante Leste. [...] Nas áreas destinadas a recreio descoberto são creadas áreas de sombra por meio de vegetação marginal de grande porte disposta principalmente do lado Poente.²²⁷

²²⁷ - *Ib.*, pp. 8, 9.

4.6: Os resultados até aos anos da independência

Os modelos escolares projectados por Fernando Mesquita serão aplicados com grande sucesso por todo o território até aos anos da independência, o que prova a sua eficácia e adaptabilidade. De entre os vários exemplos encontrados - caracterizados na sua maioria por versões mais esquemáticas dos projectos originais - destacam-se pela quantidade as adaptações ao projecto de seis/oito salas para o ensino primário²²⁸ e aos projectos de estruturas mais complexas, destinadas ao ensino secundário.²²⁹ A simplicidade e polivalência das tipologias construtivas definidas para os pavilhões escolares irão também originar casos de adaptação a novos programas, como acontece no mercado municipal de Nova Freixo, construído em 1973, com evidentes semelhanças ao pavilhão para salas de trabalhos manuais da Escola Técnica Elementar Governador Joaquim Araújo.

Estes modelos ocuparão quase toda a produção do gabinete no domínio dos programas escolares, convivendo em paralelo com pequenos projectos de interesse residual, destinados a pequenas ampliações e arranjos nas instalações existentes - incluindo os liceus atrás referidos - caracterizados por uma subordinação à linguagem arquitectónica do projecto original. A produção local será acompanhada pelo envio pontual de projectos provenientes de Lisboa - enquadrados já por uma maior afinação relativamente às questões da "modernidade", tanto na definição do programa funcional como no tipo de resultados atingidos²³⁰ - e pela encomenda de projectos aos profissionais mais destacados da classe de arquitectos liberais existente na província.

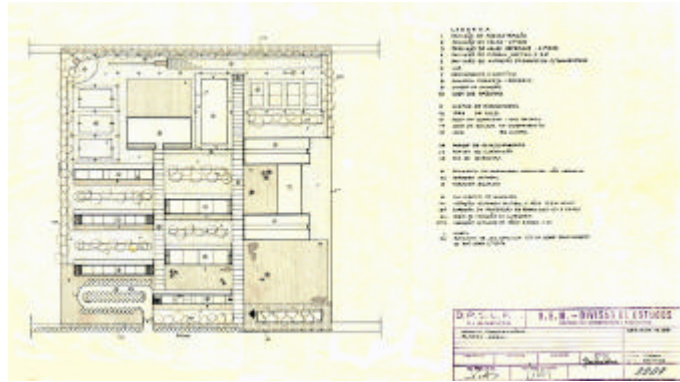
²²⁸ - Dos quais se destacam os projectos da escola António Enes, Beira, em 1971 (com 16 salas), da escola primária do bairro das Mahotas, Lourenço Marques, em 1973 (com 16 salas) e uma implantação-tipo para escolas primárias, em 1973 (com 12 salas).

²²⁹ - Dos quais se destacam os projectos da escola preparatória Vila Salazar, Matola, em 1970 (com uma única galeria coberta de direcção norte-sul), da escola preparatória da zona noroeste, Lourenço Marques, em 1970 (também com uma galeria coberta, de direcção noroeste-sudeste, desalinhada em relação aos pavilhões), e uma implantação-tipo para escolas preparatórias, em 1973 (com duas galerias cobertas de direcção norte-sul).

²³⁰ - Refiram-se como exemplos desta uniformidade de registos, independentemente do promotor ou do tipo de encomenda, dois projectos: o primeiro, executado em 1961 pelo arquitecto Alfredo da Silva e Castro, do Serviço de Arquitectura e Monumentos, para uma escola de habilitação de professores indígenas em Quelimane; o segundo, executado em 1965 pelo arquitecto Fernando Sá Reis, para a escola industrial e comercial de Lionde, no colonato do Limpopo.



261

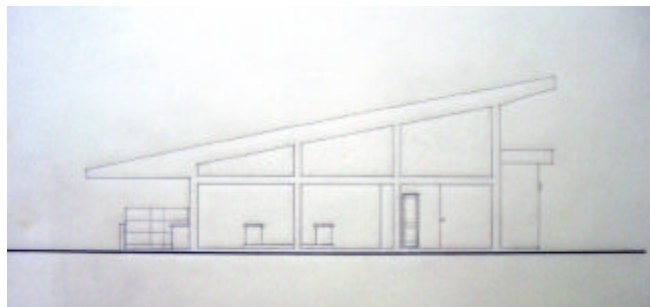


262

Projectos-tipo escolares

261 – Escola António Enes, Beira, implantação (1971)

262 – Escola preparatória, implantação (1973)

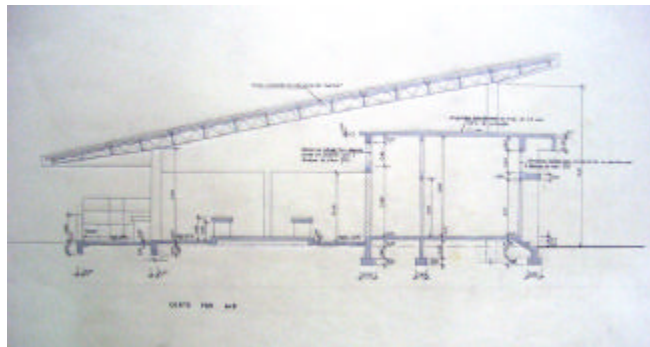


263

Mercado municipal de Nova Freixo (1973)

263 – Alçado lateral

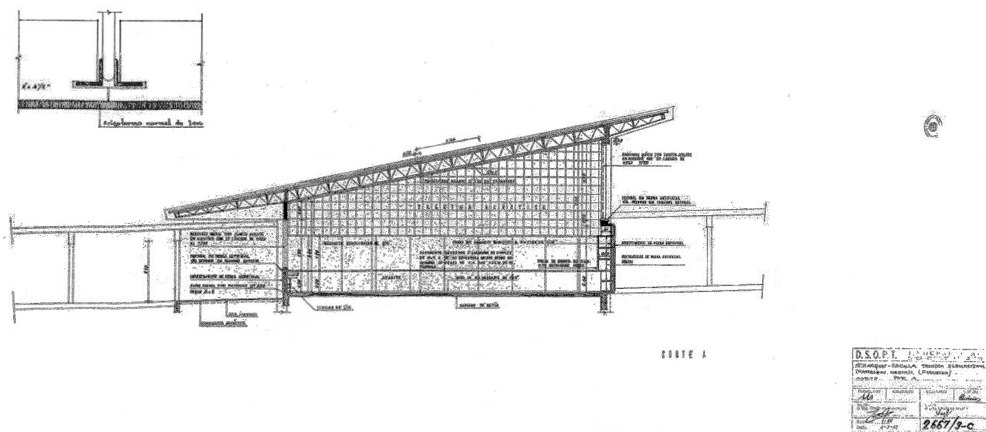
264 – Corte transversal



264

Escola técnica elementar Governador Joaquim Araújo, Lourenço Marques (actual Maputo) (1959)

265 – Pavilhão de trabalhos manuais, corte transversal



265

Relativamente a esta última variante, interessa destacar o Liceu Feminino de Lourenço Marques – da autoria de João José Tinoco e José Forjaz – pelo esforço simultâneo de continuidade e actualização em relação aos modelos de Fernando Mesquita. Este projecto será parcialmente construído nos últimos anos do período colonial,²³¹ e insere-se claramente na fase tardia da carreira de Tinoco, interessado numa articulação entre as referências “tropicais” do Movimento Moderno e as gramáticas de difusão posterior (de vertente Brutalista e Organicista). Neste sentido, terá sido também determinante a participação do arquitecto José Forjaz, como representante de uma geração mais nova, mais sensível à valorização das condicionantes específicas do lugar do que à imposição de fórmulas universais.²³²

O local proposto para a construção do Liceu situa-se no caminho entre a cidade e o aeroporto, fora da malha regular consolidada, assumindo a sua vocação de equipamento-suporte para o crescimento da periferia – o que acabaria por não ter resultados práticos, em termos de crescimento concreto da malha urbana. A implantação em pavilhões, segundo uma estrutura reguladora ortogonal baseada nos eixos cardeais, vem no seguimento dos projectos-tipo de Fernando Mesquita.²³³ Tal como nesses casos, também aqui se localizam os blocos de aulas e administração na direcção nascente-poente, perpendiculares à galeria de circulação; mas arrisca-se um prolongamento em “L” desta estrutura, destacando-se uma esquina destinada às funções de uso colectivo comum – cantina e auditório. Os espaços entre pavilhões são ocupados por zonas de recreio. No braço oposto ao das aulas situa-se a piscina – não executada - e o alpendre do ginásio, prevendo-se numa segunda fase do projecto – igualmente não executada - um amplo espaço desportivo, com campos de voleibol, basquetebol, ginástica, pistas de saltos e corridas.

A construção sobre um terreno levemente desnivelado permite uma hábil e equilibrada adaptação à envolvente – algo que não acontecia nos projectos de Mesquita - criando zonas de anfiteatros ao ar livre, e espaços exteriores cobertos em fluida continuidade com os espaços interiores.

²³¹ - Actual Escola Secundária II da zona Noroeste, junto à Avenida dos Acordos de Lusaka.

²³² - A procura de uma identidade própria, entre os modelos arquitectónicos ocidentais e as referências provenientes da cultura africana, virá a ser a característica dominante da longa carreira de José Forjaz, o mais influente arquitecto da nação moçambicana independente, tanto no exercício prático como pedagógico da profissão. *Encontramo-nos entre a tecnocracia e o folclore, entre o adobe e o aço inox, entre camponeses urbanos e ambiciosos executivos, entre habitação económica e monumentos, entre o vernáculo, o colonial e o tecnocrático.* José Forjaz, *op. cit.*, p. 63.

²³³ - Existiu até uma proposta para a construção neste local de um desses projectos - de estrutura semelhante à escola Técnica de Nampula - datada de 1972, e assinada por Cardoso Alves.

**Liceu feminino de Lourenço Marques
(actual Maputo)**

(s/d)

266 – Implantação

267 – Pavilhões de aulas, alçado oeste

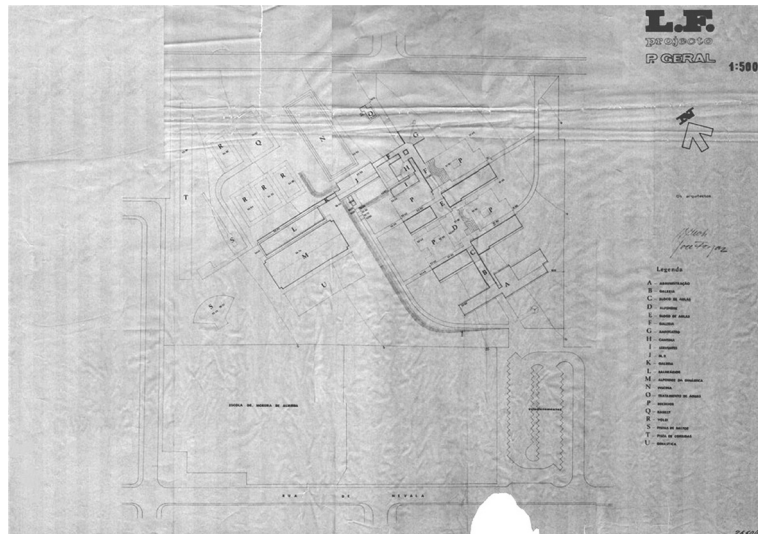
268 – Cantina e anfiteatro, cortes

**Faculdade de agronomia e
agricultura, Lourenço Marques**

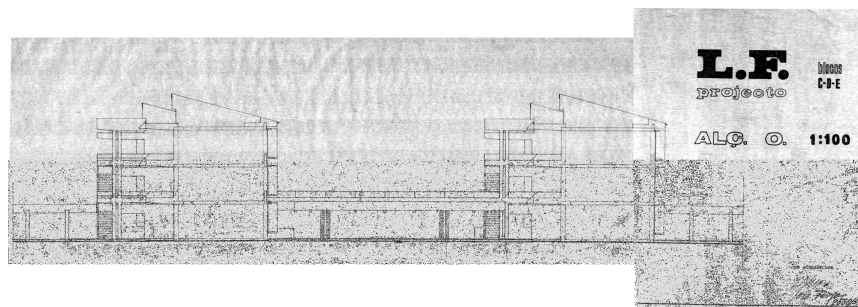
(actual Maputo)

(1969)

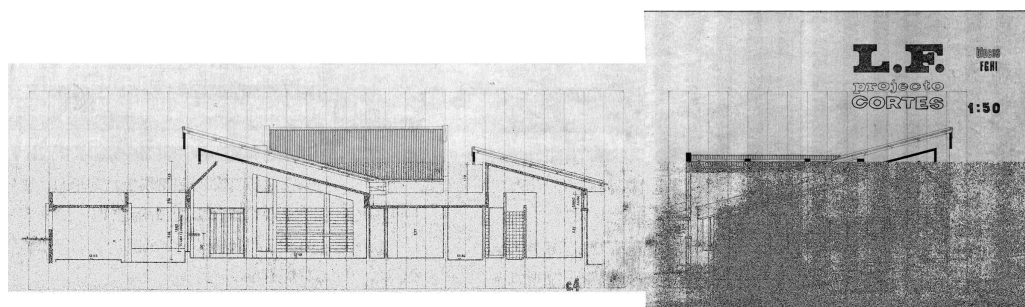
269 – Vista geral (jornal *A Tribuna*,
13-4-1971)



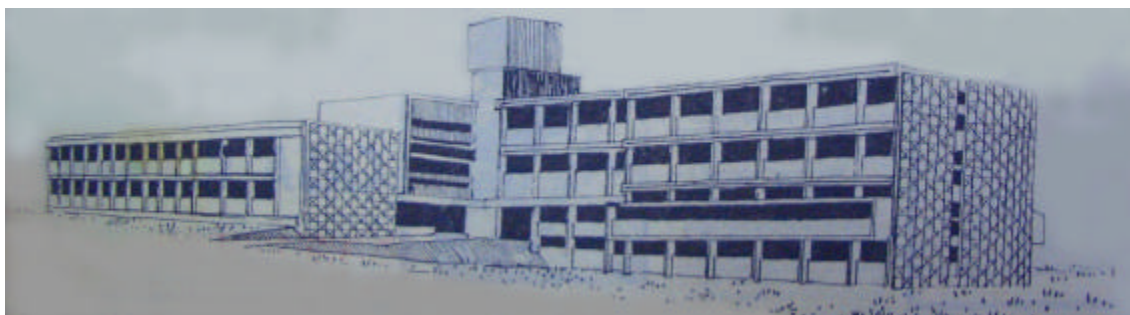
266



267



268



269

Os edifícios, de estrutura em betão aparente, desenvolvem-se a partir dos modelos já experimentados nos equipamentos escolares, em volumes dominados por proeminentes *brise-soleils* verticais e coberturas inclinadas com expressivas caleiras, descoladas das paredes no seu ponto mais alto para permitir a ventilação dos interiores.

O arquitecto João José Tinoco marcará igualmente presença na execução de edifícios de função universitária, construídos no período final da administração portuguesa.²³⁴ Este novo tema de projecto será resolvido em grande parte pelos arquitectos exteriores aos serviços de obras públicas, caracterizando-se já por um tipo de propostas diferentes, formalmente mais compactas e de maiores dimensões, resultantes de um novo enquadramento programático. O primeiro exemplo deste tipo de propostas será construído em 1969,²³⁵ inaugurando o desejado Campo Universitário de Lourenço Marques, no Sommerschield. O projecto, da autoria de Alberto Soeiro, destina-se à Faculdade de Agronomia e Silvicultura, e propõe uma construção repartida em três volumes semi-autónomos, destinados às diferentes funções de um extenso programa: ensino e investigação nos dois corpos laterais de dois e três pisos, serviços (biblioteca, convívio, administração) no corpo central mais elevado.

²³⁴ - Apesar do ensino universitário estar implementado na capital desde 1962. Cf. Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 416.

²³⁵ - Cf. jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 11 de Setembro de 1969.

5: Equipamentos de função hospitalar

5.1: A produção local na segunda metade dos anos 30

Os edifícios destinados ao cumprimento de programas hospitalares destacam-se do restante conjunto de obras públicas por assumir preferencialmente uma produção assente em fortes condicionalismos higiénicos e funcionais. Este facto justifica desde cedo a introdução dos novos conceitos de experimentação técnica e material associados à temática Modernista, desenvolvendo-se o fascínio por uma nova estética (restringida ainda por algum decorativismo *Art Déco*). A natural falta de experiência de projectistas e construtores acerca destes conceitos, dá origem a alguns resultados menos conseguidos - do ponto de vista da qualidade construtiva e da adequação às condicionantes naturais - que serão mais tarde aproveitados para a defesa do retorno às soluções construtivas tradicionais, mais adequadas ao gosto estético do regime.²³⁶

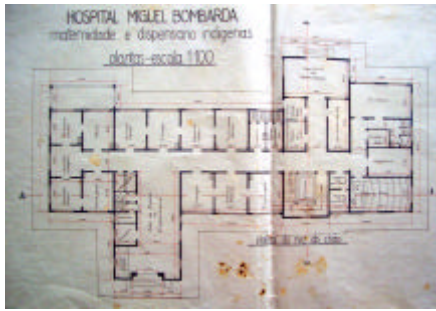
Esse retorno não se verificará com intensidade nos programas hospitalares, onde a confiança nas novas tecnologias construtivas é suportada pela sua eficácia na resolução programática. Com a evolução prática, estes projectos foram sofrendo naturais aperfeiçoamentos, por via do desenho e da adequação técnica, permitindo a consolidação de conceitos com efeitos bastante prolongados.

Um dos projectos mais importantes executados nesta área pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas, no ano de 1940,²³⁷ foi o Pavilhão de Isolamento para Europeus, destinado ao Hospital Miguel Bombarda, em Lourenço Marques - que se vinha constituindo como um laboratório preferencial para o desenvolvimento da nova arquitectura, pelo menos desde 1936, com o projecto para a Maternidade e Dispensário Indígena, executado por António Rosas, de acordo com uma composição assimétrica e uma extrema pureza funcionalista.

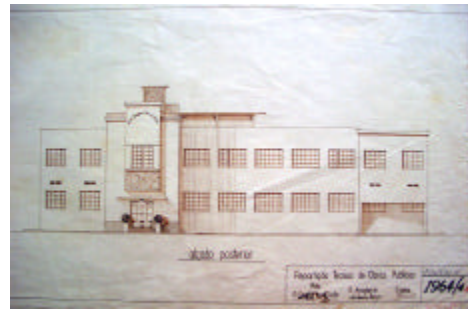
O Pavilhão de Isolamento para Europeus deverá ser entendido como consequência directa de outro projecto – executado em duas fases, nos anos de 1938

²³⁶ - *Esta fase nada teve de relevante nos seus primeiros passos, dado que as construções edificadas neste período poucos requisitos tinham que as abonassem [...] verificava-se uma inadaptação completa ao clima; as coberturas em laje de betão tornavam-nos intoleráveis, assim como a abertura demasiada dos vãos não se coadunava com a falta de protecção solar de que as mesmas enfermavam.* Pedro Quirino da Fonseca, *op.cit.*, p. 48.

²³⁷ - Apesar do projecto datar de 1940, as plantas gerais do hospital executadas na época indicam uma fase de construção posterior a 1943.



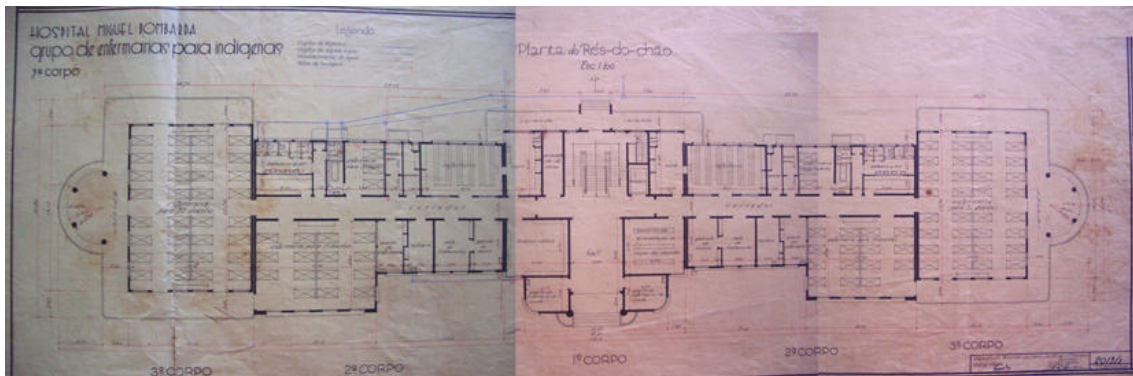
270



271



272

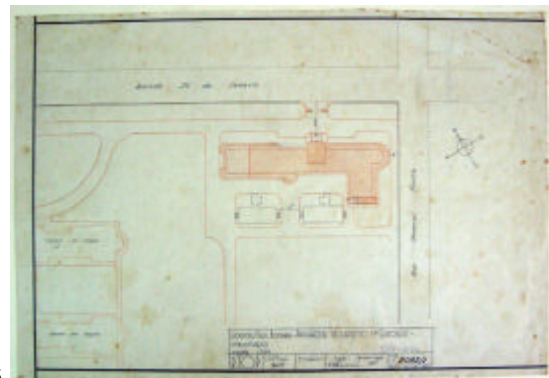


273

274



- Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques (actual Maputo)**
- 270 – Maternidade e dispensário indígena (1936), planta do piso térreo
 - 271 - Maternidade e dispensário indígena (1936), alçado posterior
 - 272 – Grupo de enfermarias para indígenas (1938-1939), alçado principal
 - 273 - Grupo de enfermarias para indígenas (1938-1939), planta do piso térreo
 - 274 – Planta geral (1936)
 - 275 – Pavilhão de isolamento para europeus (1940), implantação



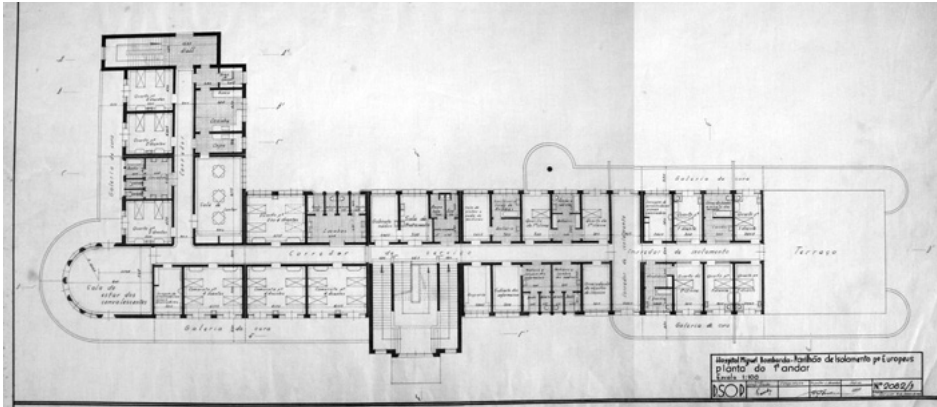
275

e 1939 – destinado ao grupo de Enfermarias para Indígenas, localizado numa zona central do recinto hospitalar.²³⁸ Ambos os casos, executados pelo mesmo arquitecto, organizam o programa (composto por várias salas/ quartos) ao longo de um extenso corredor interior, de direcção noroeste – sudeste, interrompido a meio pelo núcleo da entrada. No entanto, o desenho dos espaços nas plantas do projecto de 38/39, está ainda muito dependente de regras de composição das Belas Artes, com o corpo da entrada a eixo do conjunto, destacado na fachada, juntamente com os topos – correspondentes às salas de enfermaria /dormitórios. O pavilhão de 1940 vai potenciar esta organização funcional: a entrada é colocada numa posição assimétrica, mais integrada no desenho conjunto; o corredor central abre-se ao exterior no topo noroeste, e a uma luminosa sala de estar no topo sudeste, e desdobra-se em corredores perpendiculares que aumentam a circulação de ar transversal.

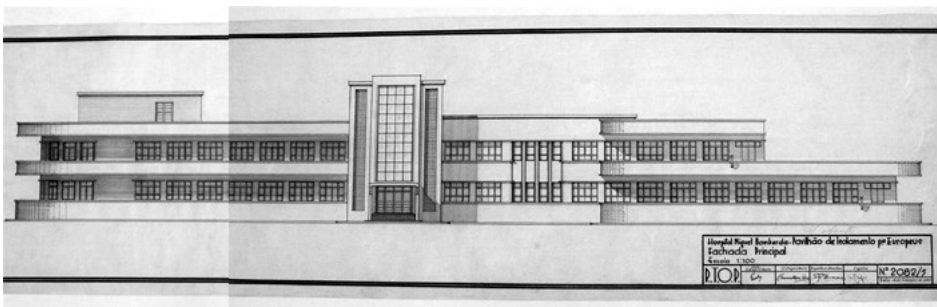
A distinção racial entre indígenas e europeus traduz-se na substituição dos grandes dormitórios do projecto de 38/39 por quartos mais pequenos, individuais ou de quatro camas. Deste modo, as galerias de cura exteriores complementares ao espaço dos quartos, que no projecto mais antigo se resumiam aos topos do edifício, estendem-se neste caso pelo comprimento da fachada, em consolas de 2,5 metros, constituindo um elemento-chave do seu desenho. Por um lado, a projecção das galerias exteriores protege os quartos da insolação directa, elevando o conforto térmico do edifício para níveis que seguramente não existiam no conjunto de 38/39. Por outro lado, este ganha uma maior clareza e expressividade plástica, pela distinção dos estratos de parede e vidro em diferentes planos de fachada, acentuando a sua horizontalidade em comparação com as Enfermarias para Indígenas, e aproximando-o de algumas referências modernas europeias, tais como os trabalhos de Dudok e Mallet-Stevens.

A leitura horizontal dominante é pautada por elementos verticais e superfícies curvas, que enriquecem a leitura do conjunto sem destruir a sua unidade – visíveis sobretudo nos alçados laterais e posterior. Neste aspecto, o alçado principal é prejudicado por um desenho mais clássico, destacando-se um monumental corpo de entrada e caixa de escadas, em dissonância com o conjunto.

²³⁸ - Pela observação das plantas da época, pode-se constatar que a ocupação do recinto do Hospital Miguel Bombarda, embora fosse relativamente disseminada, estava concentrada na metade sudoeste do terreno, junto à avenida Pinheiro Chagas (actual Eduardo Mondlane). Os novos projectos desta década parecem indiciar uma fase de expansão para nordeste, de que é exemplo o edifício da Maternidade e Dispensário Indígena, implantando na esquina norte, e o Pavilhão de Isolamento para Europeus, implantando na esquina leste, entre a avenida 31 de Janeiro (actual avenida Agostinho Neto) e a rua do Telégrafo (actual avenida Tomás Nduda).

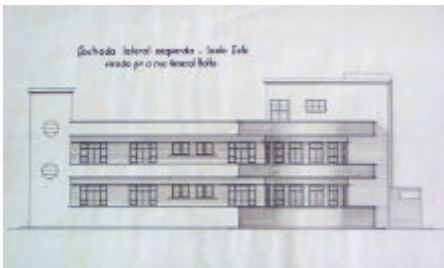


276



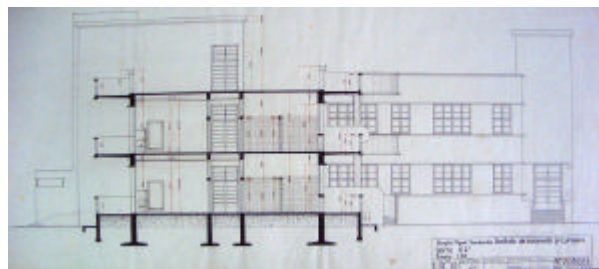
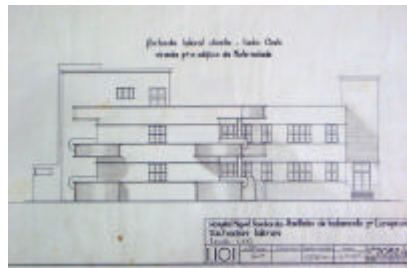
277

278



280

279



281

282

283

284



Pavilhão de isolamento para europeus (1940)

276 – Planta do primeiro piso

277 – Alçado principal

278 – Alçado lateral esquerdo

279 – Alçado lateral direito

280 – Corte transversal

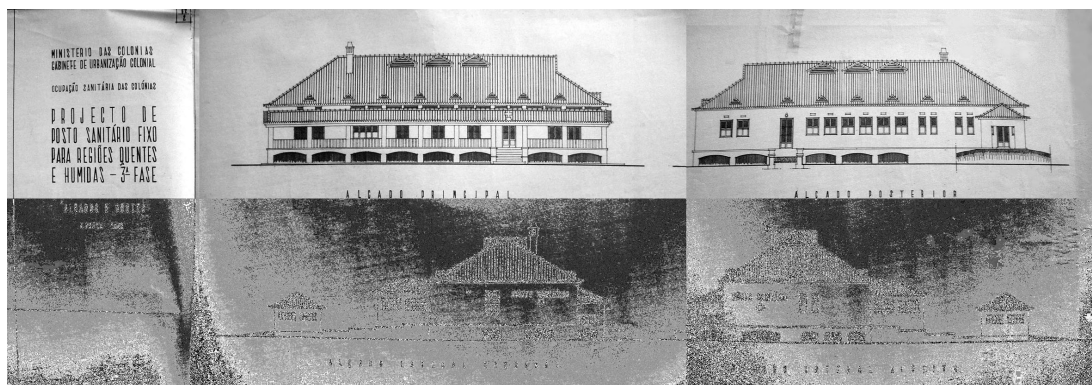
281 a 284 – Vistas exteriores

O edifício seria ampliado em 1966, segundo um projecto do arquitecto Fernando Mesquita, para albergar a nova função de Hospital Escolar. Este projecto prevê a adaptação dos espaços existentes, o prolongamento das galerias exteriores a todo o comprimento das fachadas e a construção de mais dois pisos de salas de aulas e gabinetes, numa linguagem semelhante aos dois pisos existentes. A nova solução – que chegaria até aos nossos dias – poderá ter aproximado o edifício de uma concepção mais funcionalista e “Bauhausiana”, mas o seu desenho perdeu grande parte da subtilidade original. Este tipo de projectos, destinados à adaptação e ampliação de construções existentes, é uma constante no trabalho dos técnicos das Obras Públicas da colónia, tendo já sido referido a propósito de outros programas funcionais.

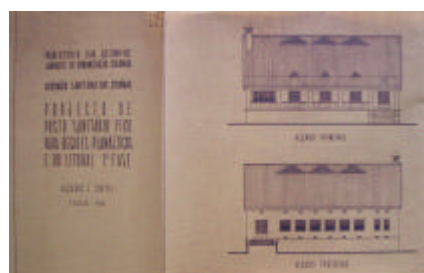
5.2: Produção local e metropolitana durante as décadas de 40 e 50

A década de 40 introduz um novo conceito na produção de equipamentos hospitalares: a execução de projectos-tipo, para hospitais regionais. As tipologias variam em função da complexidade de funções, das variações climáticas regionais e da quantidade prevista de utentes, registando-se num conjunto de soluções esquemáticas de implantação, baseadas em condicionantes económicas e funcionais. A necessidade de produzir modelos de construção rápida e em grande quantidade justifica também a participação por um curto período de tempo dos técnicos do Gabinete de Urbanização Colonial. Os resultados desta participação serão visíveis, por exemplo, nos projectos-tipo para Enfermarias Regionais Mistas e Postos Sanitários Fixos.

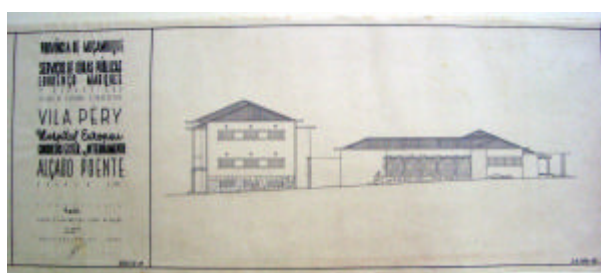
A partir dos anos 50, a produção dos hospitais regionais evolui dos projectos-tipo para um conjunto de projectos adaptados especificamente aos núcleos urbanos mais significativos da província. Estes trabalhos são efectuados directamente em Moçambique, não se encontrando já registos de uma intervenção por parte dos serviços técnicos de Lisboa. Entre 1950 e 1955, os resultados recebem uma vaga influência dos temas formais de expressão tradicional desenvolvidos insistentemente noutros programas. Mas a presença de fortes premissas funcionalistas exige uma adequação técnica, material e espacial, justificando desde logo o desenvolvimento paralelo de uma produção fiel aos princípios do Movimento Moderno. A variedade de discursos presente em 1955 é retratada pela comparação de três projectos de execução simultânea: o edifício de Consultas Externas e Internamento do Hospital Europeu de Vila Pery (actual Chimoio), de Francisco Assis, numa linguagem de compromisso com os modelos do Português Suave; o edifício principal do Hospital de Tavane, em João Belo (actual Xai-Xai), de Fernando Mesquita, destacado pela simplicidade de formas do Movimento Moderno; e finalmente, o edifício da lavandaria e cozinha do mesmo hospital, de Luís Vasconcelos e Francisco Assis, baseado numa maior experimentação formal.



285



286



287

Projectos-tipo para hospitais regionais (1946)

285 – Posto sanitário fixo para regiões quentes e húmidas, alçados

286 – Posto sanitário fixo para regiões planálticas e do litoral, alçados principal e posterior

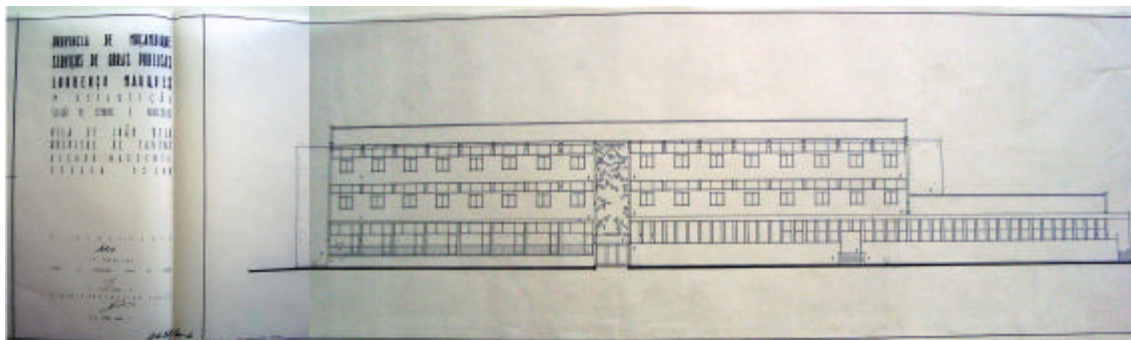
Projectos hospitalares (1955)

287 – Edifício de consultas externas e internamento do hospital europeu de Vila Pery (actual Chimoio), alçado poente

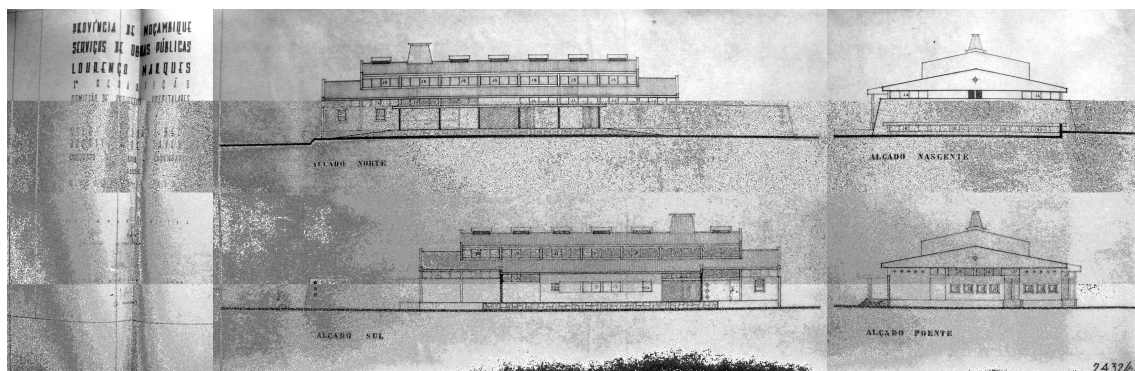
288 – Edifício principal do hospital de Tavene, em João Belo (actual Xai-Xai), alçado nascente

289 – Edifício da lavanderia e cozinha do hospital de Tavene, em João Belo (actual Xai-Xai), alçados

288



289



24324

De 1955 em diante, regista-se a predominância dos conceitos da racionalidade e simplicidade, num ritmo mais intenso de construção, suportado por maior investimento económico. Os novos resultados – verificados no Hospital do Macuti, na Beira, e no Hospital de Nampula, por exemplo - serão fundamentalmente desenvolvidos segundo uma tipologia de construção faseada, permitindo a coordenação antecipada dos vários momentos de ampliação.

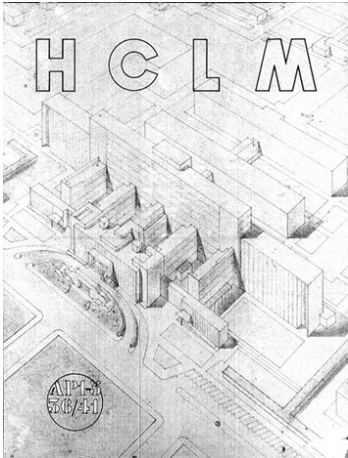
5.3: A produção local no final dos anos 50

O maior incentivo económico depositado nas construções hospitalares será traduzido de modo exemplar pelo projecto do novo edifício principal do Hospital Central de Lourenço Marques (a nova designação para o Hospital Miguel Bombarda), executado em 1958 pela dupla Luiz de Vasconcellos e de Assis. Este projecto, bastante significativo para a capital da província ultramarina pela dimensão e importância social, resulta de um trabalho prévio exaustivo, de carácter pluridisciplinar, iniciado em 1947 por uma comissão especialmente formada para o efeito²³⁹ - da qual fazia parte Francisco Assis. O trabalho desta comissão terá sido relevante na escolha e análise do programa, desmontando a sua enorme complexidade de modo a simplificar a transposição para o projecto.

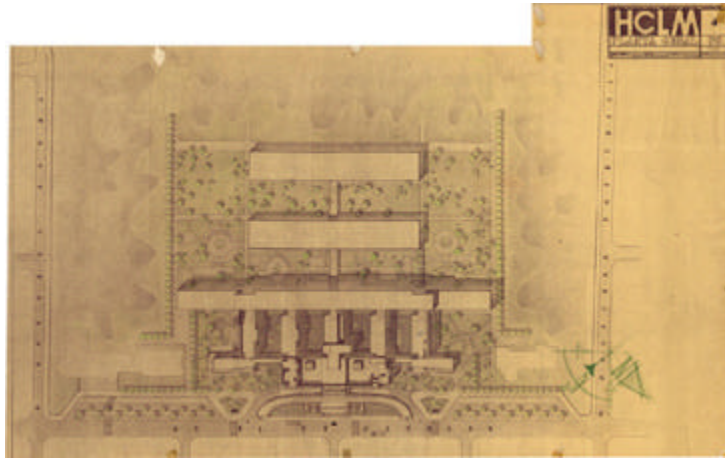
O edifício proposto – denominado Hospital Geral - define uma nova frente pública de acesso (alinhada com a Maternidade e Dispensário Indígena e com o Pavilhão de Isolamento para Europeus²⁴⁰) prolongando a ocupação no eixo central sudoeste-nordeste, construído desde a entrada principal original, situada na Avenida Pinheiro Chagas. Esta nova frente, voltada para a Avenida 31 de Janeiro, vem consolidar a estratégia de expansão para nordeste iniciada em meados da década de trinta. A importância urbana do novo Hospital Geral é acentuada pela modelação do terreno na zona da entrada, focalizando a atenção para o centro do edifício através de um jogo de rampas simétricas - para acesso automóvel ao primeiro piso - conjugadas com uma escadaria central, colocada estrategicamente no remate da Rua Governador Álvaro de Castro (actual Rua de Tchamba), prolongamento exterior do eixo de simetria sudoeste-nordeste. Em virtude da posição urbana e tipo de implantação, este corpo de acesso remete para um imaginário de monumentalidade próprio do Estado Novo, de carácter cenográfico, transposto em parte para a fachada do corpo central.

²³⁹ - *Um dos últimos despachos dados pelo sr. Comandante Gabriel Teixeira antes da partida e publicado no boletim oficial ontem, foi para nomear uma comissão encarregada de estudar o plano geral do Hospital Central de Lourenço Marques. Dela fazem parte o arquitecto João António de Aguiar (subdirector do Gabinete de Urbanização Colonial), o engenheiro Pimentel dos Santos, o arquitecto Francisco Assis, o doutor Alberto Soeiro e o doutor Abel de Carvalho.* Jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 10 de Agosto de 1947. Em 1958, data da conclusão do projecto, o presidente da comissão era o engenheiro H. Oliveira Sá.

²⁴⁰ - Consultar pp. 175 a 179.



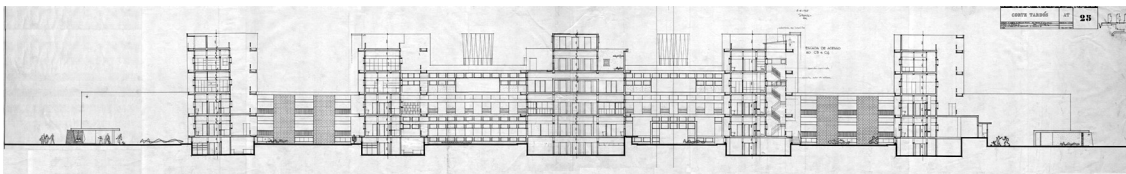
290



291



292



293

294



295



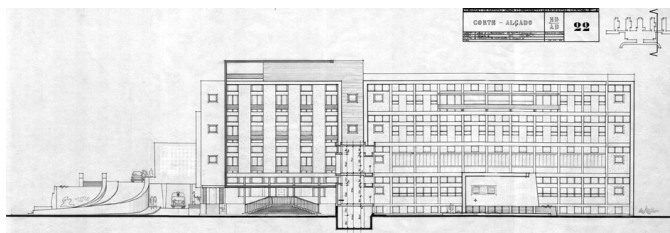
**Edifício principal do Hospital Central
de Lourenço Marques
(actual Maputo)
(1958)**

- 290 – Vista geral
- 291 – Implantação
- 292 – Alçado principal
- 293 – Corte longitudinal
- 294 a 296 – Vistas exteriores
- 297 – Corte/ alçado transversal

296



297



O edifício propriamente dito privilegia igualmente uma estrutura compositiva de base simétrica, classicista e monumental, organizando-se segundo uma implantação “em pente”, composta por cinco blocos perpendiculares à Avenida 31 de Janeiro, rematados por um longo conjunto marginal, organizador da frente urbana. Este conjunto é dividido por um corpo central com 4 pisos e dois pares de corpos laterais simétricos com dois pisos, num total aproximado de 180 metros de comprimento. O corpo central recebe as entradas públicas (em dois pisos, separando as urgências dos serviços normais) e o bloco operatório (no terceiro piso). Os corpos laterais correspondem aos corredores de circulação entre todo o conjunto edificado, sendo rematados por expressivas rampas, que alongam o comprimento da fachada até ao limite justificado pelo programa. Os cinco blocos perpendiculares estão orientados no sentido dos ventos dominantes, facilitando a ventilação, e delimitando entre si agradáveis espaços exteriores com zonas de sombra. Estes blocos dividem-se em 4 pisos e uma cave semi-enterrada (que ocupa igualmente parte do conjunto longitudinal anterior), e destinam-se essencialmente a albergar as várias especialidades médicas (pisos 1 e 2), laboratórios de análises clínicas (piso 3), e maternidade (piso 4). A altura total do edifício é acentuada pelos remates escultóricos da cobertura em terraço, que funciona como um moderno espaço de solário.

Apesar da implantação repartida por vários corpos – justificada pela complexidade programática – o Hospital Geral está unido por uma linguagem comum, vinculada a um léxico Moderno de influência brasileira. O inventivo desenho das fachadas segundo um cruzamento horizontal/vertical de *brise-soleils*, pilastras, lajes e muretes, em diferentes planos, proporciona um vibrante “claro-escuro”, e evita a monotonia forçada pela repetição de funções no interior. A expressividade é acentuada pelo uso da cor e pela integração de baixos-relevos, painéis cerâmicos e de azulejos – presentes no exterior e no interior do edifício.

Esta implantação corresponde às fases de construção “1” e “2”, tendo sido ainda prevista uma “3ª” fase, nunca executada, caracterizada por um novo edifício para ampliação do internamento, com cerca de 240 metros de comprimento e 4 a 9 pisos de altura – incluindo cave e 10º piso formado pela cobertura em terraço - rematando os cinco blocos pelo lado oposto à entrada principal, e estabelecendo a continuidade formal e funcional com o pré-existente grupo de Enfermarias para Indígenas²⁴¹ - para o qual se previa igualmente uma adaptação profunda nesta fase de trabalhos.

²⁴¹ - Consultar pp. 175 a 177.



298



299

**Edifício principal do
Hospital Central de
Lourenço Marques
(1958)**

298 a 301 – Vistas
exteriores

302 – Perspectiva,
zona da rampa

303 e 304 – Vistas
interiores, zona da
rampa

305 – Vista exterior,
alçado posterior

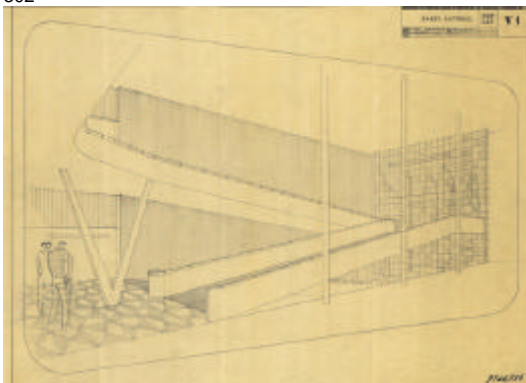
300



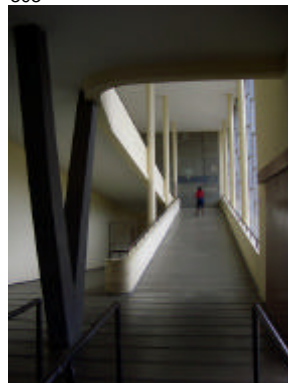
301



302



303



304



305



5.4: Os novos autores locais na transição para os anos 60

De entre os vários trabalhos em curso na província do Sul do Save no ano de 1961, são destacados pela imprensa três edifícios de função hospitalar. A primeira referência é dada às novas instalações do Hospital Miguel Bombarda, que se encontravam já em adiantada fase de construção. Em seguida apresentam-se os novos Hospitais de Dermatologia e de Tuberculosos, a construir segundo projectos de uma outra dupla de arquitectos: João José Tinoco e Alberto Soeiro.²⁴² Tal como acontece nos restantes programas das Obras Públicas, o início da década de 60 regista assim a importância dos arquitectos liberais no novo conjunto de encomendas, aprofundando os seus resultados técnicos e estéticos de acordo com as características já evidenciadas na produção privada.

O Hospital Dispensário de Dermatologia, destinado a doentes com Lepra, seria um edifício térreo destinado a 50 internados (com possibilidades de ampliação), composto por um conjunto de pavilhões e pátios fechados, numa volumetria simples de expressão Moderna. O projecto foi construído no final da Avenida Marechal Craveiro Lopes (actual Avenida dos Acordos de Lusaka), na periferia da capital, junto ao aeroporto.²⁴³

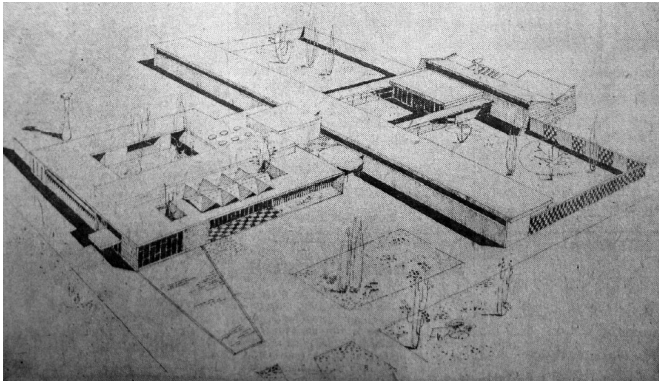
O Hospital dos tuberculosos foi executado num terreno plano *bem varrido de ventos*²⁴⁴ - junto a uma das principais ligações viárias entre a Machava e Lourenço Marques – em conjunto com um pequeno complexo hospitalar de desenho urbano funcionalista, regulado pela circulação automóvel. As instalações principais albergam 200 camas - em enfermarias de 3 a 6 camas, e quartos com uma só cama para os doentes graves - para além de espaços administrativos, espaços sociais, salas de consultas externas, sala de raio-x, e laboratórios.

A necessidade de dar resposta a um programa de maiores dimensões do que no Hospital de Dermatologia permite a construção de um edifício principal desenvolvido em altura, explorando toda a potencialidade das regras funcionalistas Modernas, de raiz Corbusiana. Assim, este edifício é composto por piso térreo, quatro pisos-tipo elevados e um quinto piso “incompleto” (funcionando em parte como terraço), tendo sido prevista no projecto uma duplicação da altura, numa segunda fase

²⁴² - Cf. jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 28 de Agosto de 1961, p. 12.

²⁴³ - *Ib.*.

²⁴⁴ - Cf. jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 4 de Setembro de 1961, p. 12.



306

**Hospital dispensário de dermatologia,
Lourenço Marques (actual Maputo)
(1961)**

306 – Vista geral (jornal *Notícias*, 28-8-61)

Hospital dos tuberculosos, Machava (1961)

307 – Alçado principal

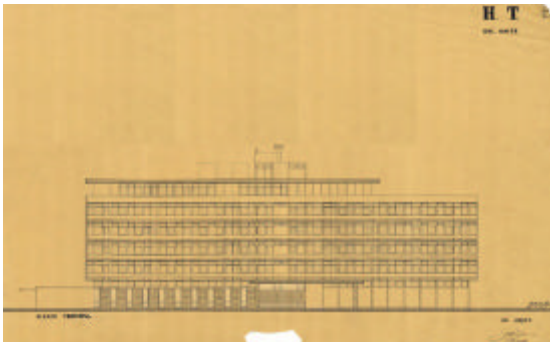
308 – Vista exterior

309 – Planta dos pisos 2 a 5

310 – Alçado posterior

311 – Vista exterior

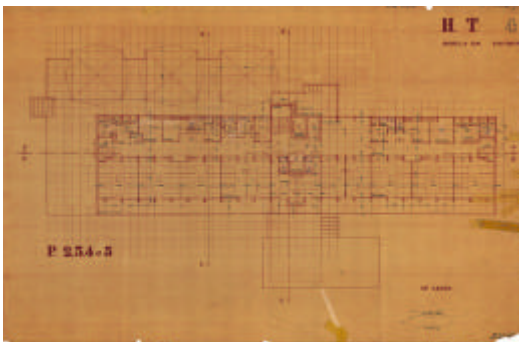
307



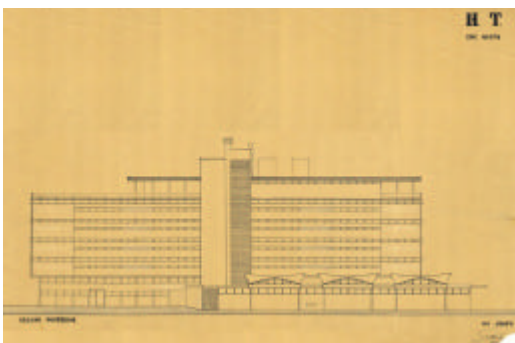
308



309



310



311



de construção nunca realizada.²⁴⁵ A volumetria salienta os pisos-tipo elevados, organizados num paralelepípedo puro em estrutura de betão, de expressão acentuadamente horizontal, com topos opacos e frentes principais abertas em longos envidraçados de orientação nascente-poente. Na frente voltada a nascente, o envidraçado recua em relação ao plano da fachada, desenhando em todo o seu comprimento galerias de cura exteriores às enfermarias - em consolas de 1,90 metros de largura - protegendo-as da incidência directa do sol. A fachada posterior, poente, recebe os espaços de serviço, fechados por um plano opaco rasgado por linhas horizontais de vãos, num total de duas por piso - a primeira garante a visibilidade interior-exterior, a segunda garante a ventilação.

A ligação entre a ala de enfermarias e os espaços de serviço é efectuada por um corredor longitudinal interior de 2,35 metros de largura, aberto a meio do comprimento para o núcleo de escadas e sala de estar das visitas – ambas situadas no lado poente. A simplicidade e rigor conceptual do edifício revelam-se de modo exemplar na organização interna dos espaços, regulada nos desenhos de projecto por uma quadrícula de 1,20 x 1,20 metros.

O paralelepípedo correspondente aos pisos elevados assenta sobre um volume térreo de configuração mais recortada, no qual se destaca o volume saliente do acesso pedonal principal, com pala de betão projectada, e interiores protegidos do sol por grelhas cerâmicas de expressivo quadriculado tridimensional – existentes também na saliência da fachada posterior, correspondente à caixa de escadas. Ainda no piso térreo, importa destacar a presença de três escultóricas coberturas em betão “pousadas” sobre o volume saliente junto à fachada poente, assumidas como elementos de ruptura na homogeneidade do conjunto.

²⁴⁵ - *Ib.*, p. 8.

5.5: Os resultados até aos anos da independência

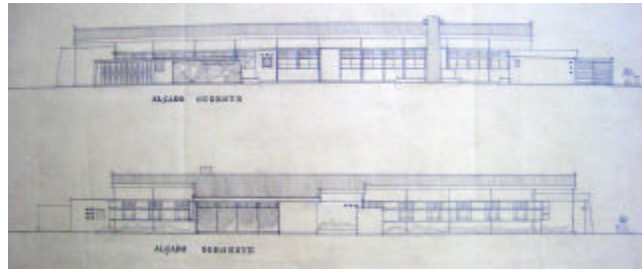
A participação de Francisco de Assis e Luiz de Vasconcellos na produção de equipamentos de saúde iria prolongar-se até aos anos da independência, no âmbito do Quadro Complementar de Construções Hospitalares – uma delegação integrada na 1ª Repartição da Direcção dos Serviços de Obras Públicas. O resultado do seu trabalho será traduzido por um extenso conjunto de estudos e projectos de adaptação e ampliação de instalações, executados em co-autoria ou isoladamente. Estes trabalhos serão destinados a vários hospitais da província, caracterizando-se por uma ampla variação de respostas em termos de escala, de programa e de permanência temporal da construção.

Logo em 1959, a Comissão de Projectos Hospitalares encarrega Francisco de Assis de executar o projecto das instalações para Consultas Externas de Estomatologia e Oftalmologia do Hospital Miguel Bombarda. Previstos inicialmente como pavilhões provisórios - acabando no entanto por se manter até aos nossos dias – vão ocupar um sector periférico dos terrenos do hospital, junto da esquina entre a Avenida Pinheiro Chagas e a Rua do General Botha. Este carácter efémero estará na base da construção em estrutura metálica – mais fácil de montar e desmontar – e poderá também justificar a superficialidade do projecto – que se baseia na transposição planimétrica de um organigrama funcional. A expressividade das fachadas é garantida através de um repertório formal de base Moderna, habilmente manipulado por Assis, e usado de um modo recorrente em todos os seus projectos posteriores.

Em finais de 1961, Luíz de Vasconcellos vai assinar um Ante-plano regulador para o mesmo complexo hospitalar, em continuidade com os princípios testados no Hospital Geral. Este ante-plano prevê duas soluções formais distintas, “A” e “B”, organizadas segundo uma estratégia de intervenção comum, que permite uma construção combinada, aproveitando partes de cada uma das propostas. O plano baseia-se na harmonização entre edifícios existentes, edifícios novos, edifícios projectados ou a projectar, mas torna-se incomportavelmente ambicioso pela proposta de adaptação profunda da maior parte dos edifícios existentes – incluindo



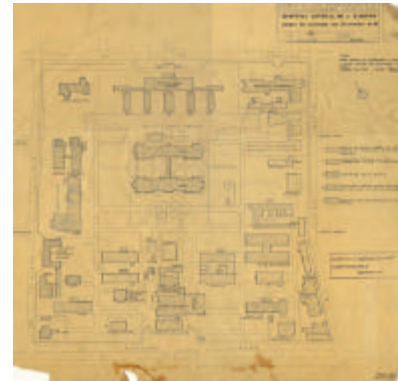
312



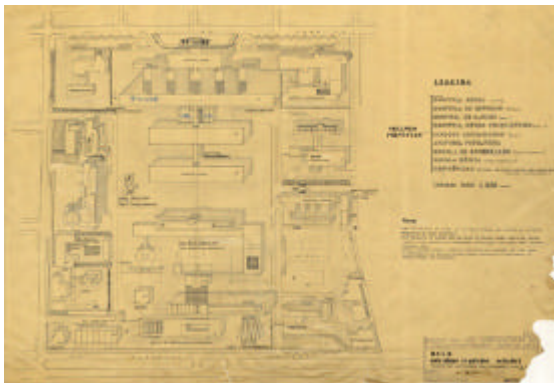
313

Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques (actual Maputo)

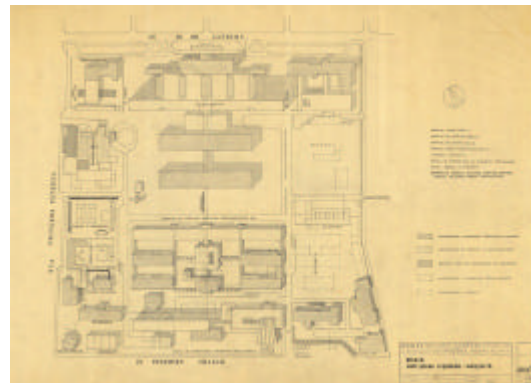
- 312 – Consulta externa de estomatologia (1959), cortes A-B e C-D, transversais
- 313 – Consulta externa de estomatologia (1959), alçados sudeste e noroeste
- 314 – Planta do existente em dezembro de 1961
- 315 – Ante-plano regulador (1961), planta solução “A”
- 316 – Ante-plano regulador (1961), planta solução “B”
- 317 – Ante-plano regulador (1961), alçado fronteiro à Avenida Pinheiro Chagas
- 318 – Ante-plano regulador (1961), perfil norte-sul



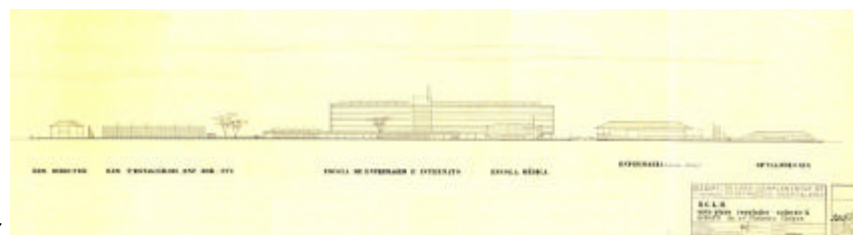
314



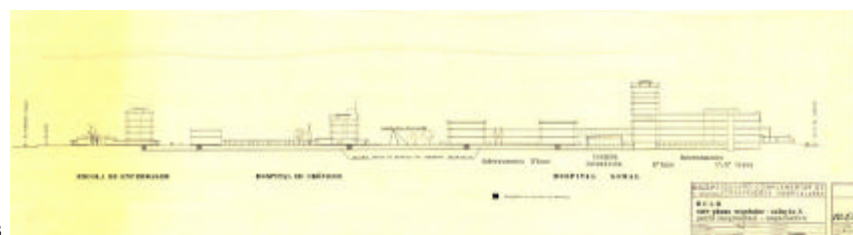
315



316



317



318

alguns dos que ainda se encontravam em bom estado de conservação²⁴⁶ - e substituição total de outros, sobretudo os mais antigos, junto à Avenida Pinheiro Chagas. Os novos edifícios propostos consolidam a construção em cima do eixo central sudoeste-nordeste – unidos entre si por uma galeria subterrânea, até ao recente Hospital Geral - e definem uma renovada frente urbana principal, em consonância formal com as novas fachadas existentes junto à Avenida 31 de Janeiro.

Notória em ambas as versões do ante-plano é a manutenção de uma ocupação fragmentada do terreno, de modo a garantir alguma flexibilidade nas intervenções futuras – e harmonizar construções novas com construções existentes – regulada sobre uma malha de circulações e espaços exteriores mais rígida. A solução “A” prevê uma transformação mais profunda do existente, e uma ocupação mais disseminada dos edifícios. A solução “B” sugere uma implantação mais concentrada, de modo a garantir um amplo espaço de reserva junto à frente sudeste, preparado para implantações futuras ainda não definidas.

A aplicação real deste ante-plano acabou por não existir, prolongando-se pelas décadas seguintes a execução de projectos isolados destinados a edifícios novos - em função das necessidades do momento - ocupando os espaços vagos ainda existentes, ou em substituição de construções antigas mais degradadas.

²⁴⁶ - Como o grupo de Enfermarias para Indígenas. Cf. *Planta do existente em dezembro de 1961* - inventariação do corpo edificado do hospital e definição do seu estado de conservação.

Francisco Assis seria o autor de vários desses projectos, tais como o Centro de Reabilitação e a Clínica Dispensário de Psiquiatria.²⁴⁷ Ambos se destacam pela transposição directa de programas funcionais vastos em volumetrias complexas, caracterizadas por princípios Modernos (longos envidraçados horizontais, planos em betão salientes), numa geometria de base racional dominada pelo ritmo regular da estrutura e elementos de sombreamento, ventilação e compartimentação interior. Esta geometria serve de suporte para uma linguagem própria, abundantemente desenhada e decorada com motivos abstractos, influenciados pela arte africana. A exuberância formal é acompanhada pela escolha dos materiais de revestimento: rebocos coloridos, painéis de azulejo estampado geométrico, painéis de mosaico cerâmico, pedra lascada, mosaico de vidro, caixilhos em alumínio anodizado, *lettering* em bronze, cobertura inclinada em fibrocimento, caleiras e grelhagens pré-fabricadas em cimento.²⁴⁸

A mesma linguagem seria utilizada no edifício-sede da Direcção Provincial de Saúde – actual Ministério da Saúde - construído a partir de 1971, segundo um projecto do final da década de 60, possivelmente contemporâneo dos anteriores (com menos pisos que a solução efectivamente construída). Este conjunto é formado por dois volumes de cêrceas distintas, ligados por um terceiro corpo mais alto correspondente à torre de circulações verticais. A sua localização, na esquina entre as antigas Avenidas Pinheiro Chagas e Princesa Patrícia (actuais Eduardo Mondlane e Salvador Allende) forma um interessante conjunto com a vizinha frente urbana do complexo hospitalar, recentemente renovada por novos edifícios – tais como o Centro de Reabilitação. A expressividade e experimentalismo verificados no exterior não têm correspondência nos espaços interiores do edifício, resumidos à organização do programa²⁴⁹ segundo uma compartimentação exageradamente complexa, regulada por princípios vagamente reaccionários - destacando-se o átrio de entrada com grande escadaria simétrica, decalcada dos modelos típicos das décadas anteriores, comprometidos com o gosto estatal.

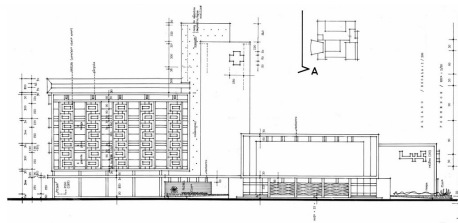
²⁴⁷ - O primeiro destes dois projectos seria construído; o segundo seria substituído por outro bastante semelhante, executado pelo mesmo autor, destinado às Urgências de Pediatria.

²⁴⁸ - Cf. Centro de Reabilitação, *Alçado fronteiro à Avenida Pinheiro Chagas* - todos os materiais referidos estão reunidos neste alçado.

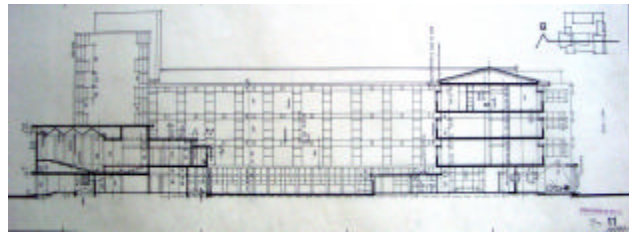
²⁴⁹ - *O edifício conterá no corpo principal as instalações da Secretaria provincial de saúde, serviços de saúde, juntas respectivas, e as várias repartições correlacionadas. [...] Na sobreloja será montado um refeitório do tipo self service, [...] anfiteatro, centro de documentação e biblioteca. [...] No sector virado para a av. Princesa Patrícia ficará instalado o Instituto provincial de saúde pública [...] gabinetes e laboratórios vários.* Jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 22 de Maio de 1971, p.3.



319



320



321

322

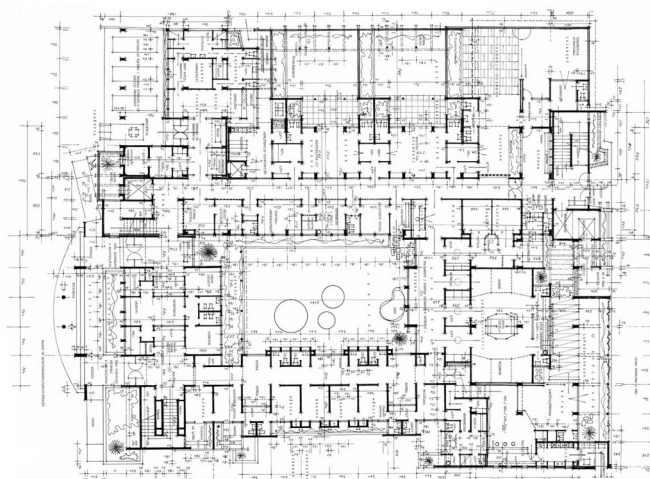
Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques (actual Maputo)

319 – Centro de reabilitação (s/d), alçado fronteiro à Avenida Pinheiro Chagas

320 – Clínica dispensário de psiquiatria (s/d), alçado poente

321 – Clínica dispensário de psiquiatria (s/d), corte poente-nascente

322 – Clínica dispensário de psiquiatria (s/d), planta do piso térreo

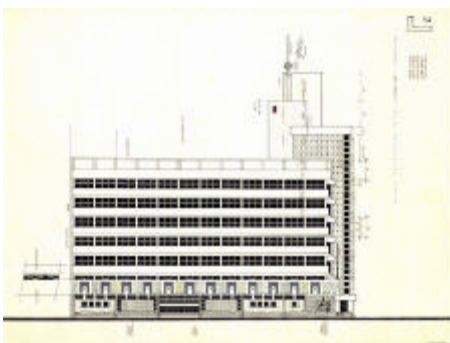


Direcção provincial de Saúde, Lourenço Marques (actual Maputo) (constr. 1971)

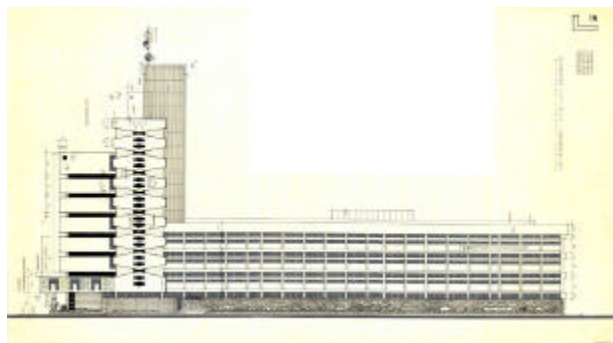
323 – Alçado fronteiro à Avenida Pinheiro Chagas (sul)

324 – Alçado fronteiro à Rua Princesa Patrícia (nascente)

323

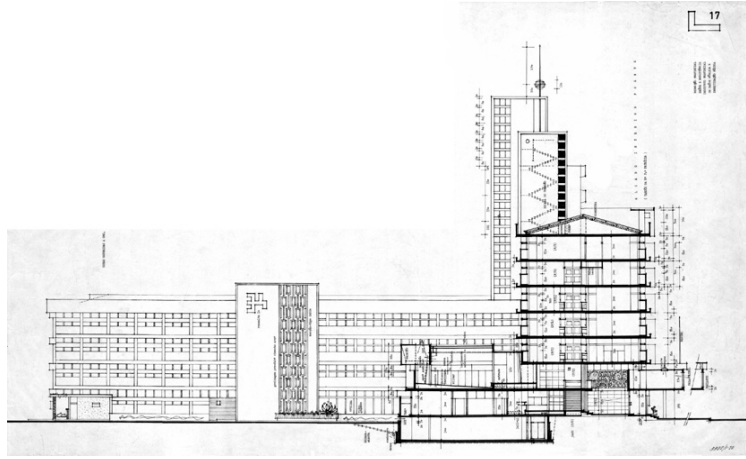


324





325



326



327



328

**Direcção provincial de Saúde, Lourenço Marques (actual Maputo)
(constr. 1971)**

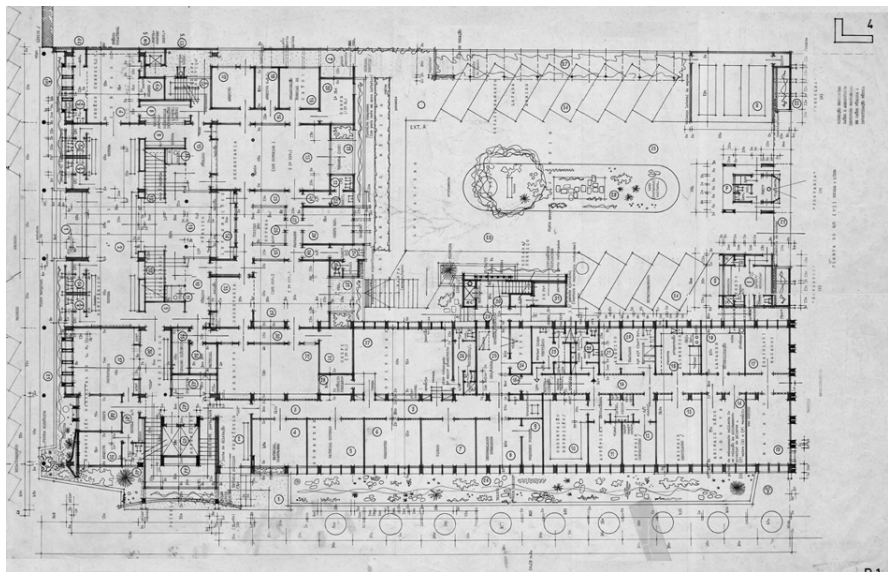
325 – Vista exterior

326 – Corte transversal norte-sul

327 e 328 – Vistas exteriores

329 – Planta do piso térreo

329



6: Equipamentos de transportes

6.1: Produção local e metropolitana na transição para os anos 60

Este estudo não pode deixar de parte a produção pública de equipamentos de transportes, no período correspondente à transição entre as décadas de 50 e 60, pela importância na ilustração dos factos atrás enunciados. Importância que é acentuada pela exemplar qualidade dos registos produzidos, no âmbito de uma arquitectura própria dos valores estéticos e conceptuais do Movimento Moderno, executada essencialmente por encomendas exteriores aos gabinetes estatais de obras públicas. A sua influência na consolidação deste modelo de arquitectura – e na caracterização do novo imaginário urbano – é potenciada pela construção de grande escala, desenvolvida no cumprimento das condicionantes específicas do programa.

A construção de equipamentos de transportes surge como consequência inevitável do desenvolvimento infra-estrutural produzido desde meados da década de 50, incentivado economicamente pela aplicação dos Planos de Fomento.²⁵⁰

O primeiro exemplo que importa registar, na sequência deste desenvolvimento, surge em 1959-60, e corresponde à estação dos Caminhos de Ferro da Beira, localizada na margem “interior” do estuário do rio Chiveve.²⁵¹ Este projecto resulta do trabalho conjunto de uma equipa de três arquitectos – Paulo de Melo Sampaio, João Garizo do Carmo, Francisco de Castro – reunida por Bernardino Ramalhete (enquanto arquitecto camarário), e proposta aos Caminhos de Ferro da Beira, em resposta a uma consulta efectuada à Câmara Municipal.²⁵²

A autoria tripartida da estação distingue-se pela composição semi-independente dos seus grandes volumes, autonomizados de acordo com a função que albergam. O volume mais expressivo corresponde à gare da estação - essencialmente caracterizada por um amplo átrio interior coberto por uma laje abobadada, suportada por uma sequência constante de arcos parabólicos, exacerbando as potencialidades funcionais e estéticas da tecnologia construtiva assente na utilização do betão armado. Esta grande laje parabólica é travada por uma lâmina horizontal projectada para o exterior, rematada num dos lados por um volume de gabinetes, resolvido num vocabulário que remete para o bloco de escritórios.

²⁵⁰ - Cf. Malyn Newitt, *op. cit.*, pp. 402, 403.

²⁵¹ - Sobre a estação dos Caminhos de Ferro da Beira, consultar António Albuquerque, *op. cit.*, pp. 58, 59, e José Manuel Fernandes, *Arquitectos do século XX - da tradição à modernidade*, p. 177.

²⁵² - Cf. António Albuquerque, *op. cit.*, p. 59.



330

**Estação dos caminhos de ferro da Beira
(1959-60)**

330 – Vista geral (imagem de arquivo)

331 – Alçado principal (imagem de arquivo)



331

O bloco de escritórios situa-se atrás da gare, elevando-se sobre *pilotis* para permitir a comunicação directa entre esta e os terminais. É organizado num volume paralelepípedo de 7 pisos, de expressão exterior opaca – produzida por uma sequência apertada de *brise-soleils* que protege as grandes superfícies envidraçadas da incidência solar. A preocupação com as condicionantes climáticas dá igualmente origem à criação de um sistema de ventilação transversal, que se destaca na volumetria exterior pelo afastamento entre pisos – uma solução recorrente na produção arquitectónica deste período.²⁵³ O espaço destinado aos elevadores é autonomizado num volume próprio, revestido por um desenho abstracto de acentuada dinâmica vertical, contraposto à expressão das fachadas dos escritórios.

A pureza arquitectónica de cada um destes volumes é inspirada na vertente brasileira do Estilo Internacional, e acentuada por uma composição global de base assimétrica, resolvida através de uma escala inédita no conjunto da produção da província. O resultado assume-se como uma referência na envolvente urbana, eficazmente apropriada como remate de uma das mais importantes linhas ferroviárias do território, caracterizada pelo movimento constante de mercadorias e turistas entre o Índico e o interior africano.

A rede de transportes amplia-se com o aumento da exploração do espaço aéreo, dando origem a um intenso plano destinado à construção de novas aerogares, para equipar não só os aeroportos de desenvolvimento recente – tais como os de Nampula, Porto Amélia (actual Pemba), Ponta do Ouro, Vila Cabral (actual Lichinga) – como também os mais antigos – Tete, Quelimane, Beira, Lourenço Marques. A maioria destes projectos é executada por um grupo restrito de arquitectos residentes em Moçambique: João José Tinoco, Carlota Quintanilha, António Veloso, Alberto Soeiro.²⁵⁴

²⁵³ - Consultar pp. 107 a 112, a propósito do Palácio das Repartições de Vila Cabral.

²⁵⁴ - Das obras que realizaram, destacam-se as aerogares de Nampula (projecto de João Tinoco, Alberto Soeiro e Carlota Quintanilha), Porto Amélia (projecto de João Tinoco e Carlota Quintanilha), Tete (projecto de João Tinoco e António Veloso), Ponta do Ouro (projecto de João Tinoco e António Veloso), Vila Cabral (projecto de João Tinoco), e Quelimane (projecto de Alberto Soeiro). Cf. José Manuel Fernandes, *Geração Africana, arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, pp. 54, 57. A aerogare de Porto Amélia foi construída em 1961, segundo jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 3 de Setembro de 1961.

Mas assinalam-se também alguns projectos executados na metrópole, vinculados aos mesmos princípios arquitectónicos; é o caso da nova aerogare do Aeroporto de Lourenço Marques, executada entre 1958 e 1960. Este projecto é executado em Lisboa, por uma equipa chefiada pelo arquitecto Cândido Palma de Melo,²⁵⁵ e acompanhado em Moçambique pelo Serviço de Obras da Direcção Geral de Aeronáutica Civil. A proposta baseia-se num edifício compacto, de volumetria simples, implantado no remate de uma alameda de grandes dimensões, e ladeado pelas restantes construções de apoio ao aeroporto, tais como hangares, edifícios de serviços, casas do pessoal, aeroclube.

A organização do conjunto é sustentada por uma estrutura de eixos viários ortogonais e oblíquos (prolongando as pré-existências envolventes), executada quase na totalidade, e mantendo-se sem alterações significativas até à presente data, o que de certo modo comprova a sua eficácia.

A aerogare alberga num só edifício um conjunto relativamente extenso e complexo de funções – serviços técnicos, torre de controlo, espaços relacionados com as partidas e com as chegadas, lojas e restaurante para 1000 refeições diárias – com igual eficácia e simplicidade, organizadas segundo as regras do Estilo Internacional. O resultado é um volume puro, ortogonal, de acentuada horizontalidade, compensada pelo corpo vertical correspondente à torre de controlo e pelas expressivas coberturas modulares curvas, que pautam a fachada num ritmo suave e contínuo. À horizontalidade dos alçados é igualmente sobreposta a expressão vertical das lâminas de sombreamento, das caixilharias de alumínio, e dos pilares de betão armado salientes da fachada – nalguns casos, pintados numa cor diferente desta.

O alçado voltado para a pista é visivelmente menos claro que o alçado da alameda exterior – terá sido prejudicado por alterações posteriores ao projecto original - mas é de destacar o seu extenso terraço, no prolongamento das galerias e do restaurante-bar do primeiro piso, de onde é possível assistir às partidas e chegadas protegido por expressivas coberturas em canaletes pré-fabricados.

Para além das eventuais alterações sofridas posteriormente à data de construção, o edifício terá sido sujeito a várias adaptações ainda na fase de projecto, como demonstra o desfasamento entre as imagens do edifício à data de inauguração²⁵⁶ e os elementos de desenho recolhidos. Esta falta de concordância é

²⁵⁵ - Cf. José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 57. Este arquitecto é também registado como autor da aerogare da Beira, executada em 1965. *Ib.*, p. 60.

²⁵⁶ - Cf. João Loureiro, *Memórias de Lourenço Marques*, 2ª edição, Lisboa, Maisimagem, 2004, pp. 86, 101.

**Aerogare do Aeroporto de
Lourenço Marques
(actual Maputo)
(1958-60)**

332 – Implantação

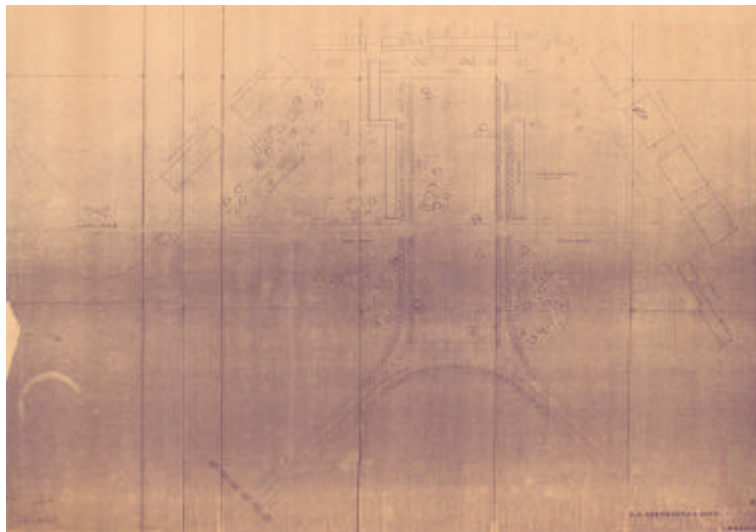
333 – Alçado principal, sudeste

334 – Alçado de topo, nordeste

335 a 338 – Vistas exteriores

339 – Vista interior

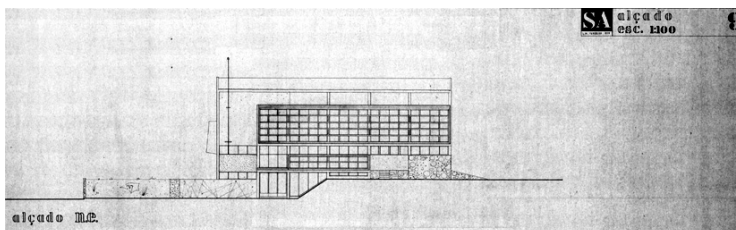
332



333



334



336

335



337



338



339



sobretudo visível nos elementos de sombreamento das fachadas (com mais coberturas salientes e menos *brise-soleils* na obra construída do que no projecto) e nos elementos curvos de cobertura (foram construídos 7 em vez dos 5 inicialmente projectados, obrigando ao aumento do comprimento total do edifício).

A distribuição dos espaços interiores é bastante clara e funcional, organizando os vários serviços em torno de um generoso átrio central livre de pilares, caracterizado por expressivos *letterings* e sinalética em acrílicos coloridos e luz fluorescente, em concordância com os restantes materiais de revestimento: mosaico cerâmico, madeira, melaminas, mármore. A combinação da arquitectura com as artes plásticas é ainda acentuada pela colocação de dois painéis cerâmicos na sala de espera, da autoria de Fausto Rocha, dedicados às rotas marítimas e aéreas dos portugueses.²⁵⁷ O átrio central repete-se em ambos os pisos, ligados pontualmente através de largas aberturas na laje de pavimento, que permitem interessantes cruzamentos visuais, transportando para todos os espaços o ambiente fervilhante do movimento de pessoas, característico deste tipo de programa.

²⁵⁷ - Cf. Alfredo Pereira de Lima, *op. cit.*, p. 54.

PARTE III
Conclusões

A leitura transversal do universo de exemplos atrás registado permite esboçar importantes comparações e reflexões, acerca da produção arquitectónica de obras públicas executada em Moçambique entre 1933 e 1961. Reflexões estas que não pretendem ser consideradas como factos conclusivos, pois para isso terão necessariamente de ser confirmadas por uma pesquisa mais abrangente, mas antes se assumem como estímulos possíveis de desenvolver em posteriores investigações.

A maioria das obras e projectos encontrados destina-se à região sul do território – com excepção da cidade da Beira – e sobretudo à sua capital, Lourenço Marques (actual Maputo), indiciando uma maior influência administrativa nessa área, que só no final dos anos 50 se procurou estender às restantes cidades-capitais de distrito da região norte, tais como Nampula, Vila Cabral (actual Lichinga), Quelimane ou Porto Amélia (actual Pemba).

Durante o enquadramento de 28 anos utilizado como referência temporal, salientam-se genericamente quatro períodos arquitectónicos de características distintas, e ao mesmo tempo, três fontes alternativas de produção: a primeira é de proveniência local, e registada por técnicos das Obras Públicas de Moçambique; a segunda é de origem metropolitana, e executada por técnicos do Ministério das Colónias/ do Ultramar, ou arquitectos liberais de sua confiança; a terceira é novamente de âmbito local, e atribuída por concurso aos arquitectos liberais sediados no território. A evolução oscilante desta produção de obras públicas reproduz os momentos de transição e as temáticas registadas na metrópole - com um natural desfazamento em virtude da sua localização periférica - com excepção do último período, em que se afasta definitivamente deste contexto.

A década de trinta foi caracterizada por um volume de produção muito reduzido, assinalado apenas a partir de 1936 pelos primeiros exemplos dignos de registo. A sua execução foi assinada pelo reduzido número de funcionários das Obras Públicas locais, com destaque para os arquitectos António Rosas e Augusto Rodrigues da Silva (este já na década de quarenta), sem registos de apoio por parte dos serviços técnicos da metrópole. A produção deste período foi caracterizada pela influência dos modelos de vanguarda provenientes da Europa, de base estética *Art Déco* ou Modernista, recebidos provavelmente através dos países vizinhos – tal como os modelos arquitectónicos executados nos anos anteriores. Este tipo de produção

revelou igualmente algum acompanhamento do contexto metropolitano, que se desenvolvia por essa altura no mesmo registo.

Introduziu-se com naturalidade uma preocupação funcionalista nos projectos de moradias para funcionários do estado, ou nos equipamentos de uso essencialmente técnico (como os pavilhões escolares ou hospitalares), como forma de reagir do modo mais eficaz às especificidades dos seus programas. Mas os próprios edifícios de função administrativa - com grande responsabilidade na representação simbólica do poder estatal - adoptaram esta nova imagem, generalizando uma expressão arquitectónica confiante nas potencialidades técnicas e estéticas do betão armado - um material “moderno”, em desenvolvimento crescente desde o decénio 1918-1928 (correspondente ao primeiro período de fabricação directa no território).

A inicial falta de experiência dos intervenientes na utilização do novo tipo de sistemas técnicos e materiais traduziu-se em recorrentes deficiências de construção e de adequação ao clima, que foram sendo gradualmente resolvidas com o prolongar da prática, ao longo da primeira metade da década de quarenta (embora já reduzida aos programas escolares e hospitalares). Este processo de aprendizagem, apesar de curto, iria revelar-se fundamental para a consolidação de um conjunto de conhecimentos, muito importante para a prática dos anos seguintes.

Se este primeiro período foi caracterizado por influências internacionais, o longo período que se iniciou na transição para 1940 foi dominado pela afirmação de uma certa ideia de cultura nacionalista, traduzida pelos modelos da Exposição do Mundo Português, que decorria na metrópole. O aumento do investimento económico estatal, em função das Comemorações dos Centenários, viabilizou a produção em grande quantidade desta arquitectura Português Suave, rapidamente adaptada à generalidade da produção colonial, com notável consistência estilística. Os novos princípios de projecto, baseados numa subvalorização do conteúdo construtivo em nome de uma estética de feição pitoresca e historicista, com acentos de monumentalidade nos grandes equipamentos administrativos, foram aceites com tranquilidade pelos arquitectos dos Serviços de Obras Públicas da colónia – nomeadamente Augusto Rodrigues da Silva e Francisco Assis - e integrados facilmente na sua produção de raiz eclética. A uniformização arquitectónica segundo o novo padrão ideológico/cultural estendeu-se igualmente às construções pré-existentes, surgindo durante a década de 40, e princípios de 50, frequentes propostas para a modificação de fachadas ou espaços interiores, resultando na maioria dos casos em bizarras combinações estéticas.

Os principais exemplos da arquitectura Português Suave foram executados directamente na metrópole, na proximidade do “gosto” oficial do regime. Neste âmbito, destacou-se a figura tutelar de Raúl Lino, pela intervenção directa na produção do início dos anos 40, e pelo fornecimento de modelos para os anos posteriores, facilmente adaptados à ideologia do Estado Novo. Em 1944, a produção passou para as mãos do Gabinete de Urbanização Colonial, onde se destacaram as personalidades de João Aguiar (na direcção) e de Lucínio Cruz (na prática de projecto). Este gabinete serviu-se dos modelos de Raúl Lino para a construção de um receituário estereotipado, caracterizado por soluções de desenho conservador mas ao mesmo tempo simples, no desejo de garantir uma inovadora produção em grande quantidade, de execução rápida e económica, numa perspectiva de abrangência territorial. A sua produção dividiu-se entre a resolução de propostas singulares de encomenda específica, e o desenvolvimento de projectos-tipo sem local de construção pré-definido, introdutores de um tipo de pensamento que seria mais tarde aproveitado, com outros resultados práticos, pelos executantes do Movimento Moderno. As soluções apresentadas esboçavam alguns princípios racionais de controle climático, mas de eficácia ainda bastante duvidosa, e sobretudo desajustada relativamente às potencialidades dos materiais e técnicas construtivas já disponíveis.

O discurso Português Suave prolongou-se na produção arquitectónica proveniente da metrópole até 1958 (sobretudo em programas administrativos e religiosos), procurando dar consistência física à política de unidade cultural entre a metrópole e a província ultramarina – de acordo com a visão homogénea do império que o governo português tentava desesperadamente “vender” ao mundo.

Apesar da continuidade dos modelos nacionalistas, o ano de 1952 assinalou a passagem a um novo período para a arquitectura executada directamente em Moçambique. A revisão constitucional operada em Lisboa no ano anterior iria traduzir-se por um reforço no investimento económico e um maior incentivo à emigração para a África. Este incentivo foi aceite por um grupo de arquitectos formado no rescaldo do congresso de 48, profundamente interessado em desenvolver na prática os valores estéticos e ideológicos do Movimento Moderno. A sua chegada a Moçambique teve um efeito imediato na produção de encomenda privada, e motivou também, por consequência, a transformação cultural no sector público. Aliando o enriquecimento técnico à produção em grande escala (em especial na vertente privada), esta arquitectura Moderna produzida a partir de 1952 contribuiu de um modo

fundamental para a caracterização das principais cidades moçambicanas, associando a sua vocação cosmopolita aos valores progressistas de influência internacional – retomando neste aspecto os princípios estabelecidos pela produção pública na segunda metade dos anos 30.

Entre 1952 e 1958, os registos dos serviços locais de Obras Públicas eram então caracterizados por uma adesão gradual a este tipo de arquitectura, registando apenas algumas reservas nos programas administrativos e, sobretudo, religiosos. A figura mais importante deste terceiro período foi o arquitecto Fernando Mesquita, adepto intransigente do Movimento Moderno, pelo entendimento da sua maior eficácia funcional e do seu aproveitamento racional dos escassos recursos económicos, humanos e materiais disponíveis.

O período de 1958 a 1961 assinalou a generalização destes princípios a todos os programas funcionais realizados pelos serviços de Obras Públicas, acompanhando tranquilamente os gostos e as necessidades da sociedade, agentes estatais, e indústria imobiliária. Os seus registos encontravam-se agora quase exclusivamente reservados a uma produção de origem local, destacando-se na autoria os nomes de Fernando Mesquita, Francisco Assis e Luíz de Vasconcellos.

Este quarto período esteve igualmente associado a uma importante mudança na fonte de produção: pela impossibilidade de dar resposta a todas as solicitações, os serviços técnicos locais passaram a ser acompanhados, ou até substituídos, por novos intervenientes, também locais, mas provenientes do sector privado - no âmbito deste novo grupo, destacam-se os nomes de João José Tinoco e Carlota Quintanilha, pela abrangência da produção, em termos programáticos e territoriais, registada várias vezes em equipas conjuntas com outros colegas.

Em 1961 encontravam-se já lançados os dados que iriam determinar o longo e homogéneo percurso produtivo dos anos seguintes, de características comuns ao percurso de promoção privada – porque os autores eram agora os mesmos. Ao contrário da metrópole, que havia iniciado um movimento de reflexão crítica relativamente ao Estilo Internacional (seguindo as problemáticas europeias do virar da década), o percurso moçambicano potenciava o arrastamento temporal do projecto Moderno, numa vertente comum de grande liberdade formal e experimentação plástica – pelo uso da cor e ligação às artes decorativas, na tradução de uma “influência africana”. Este percurso era justificado pela eficácia da sua produção na adequação ao

clima, ao tipo de imagem pretendida pela sociedade “civilizada” , e ao entendimento colonial da cultura autóctone.

A adequação às condicionantes climáticas tropicais justificava a apropriação de um conjunto alargado de técnicas construtivas e elementos formais proveniente em grande maioria das experiências Modernas registadas no Brasil,²⁵⁸ aqui reproduzido de modo exaustivo, com resultados que variavam entre a inventiva adaptação crítica com características inovadoras e a simples reprodução mecânica de estereótipos superficiais. A adequação climática era uma das características mais valorizadas deste tipo de arquitectura.

A classe colonial dominante revia-se no modelo de progresso proposto pelos exemplos da arquitectura Moderna. Apesar das graves carências da maioria da população negra – eufemisticamente denominada como “economicamente débil”²⁵⁹ – a produção das obras públicas continuava a ser executada para a minoria branca, e como tal, à sua imagem. *A questão da luta de classes não se punha numa sociedade que apenas contabilizava como civilizados cem mil indivíduos.*²⁶⁰ A “função social” da arquitectura estava cumprida na funcionalidade e beleza das formas modernas – assim acreditavam os arquitectos moçambicanos, um pouco à imagem dos seus colegas brasileiros. A classe economicamente débil fixada nas periferias urbanas não chegava a possuir uma consciência crítica que pudesse pôr em causa as soluções que lhe eram propostas e assim exigir novos modelos, com os quais se identificasse.

A visão colonial sobre a cultura africana partia do pressuposto de que esta lhe era inferior, e como tal, nada tinha para lhe ensinar.²⁶¹ Esta desvalorização do contexto autóctone alastrava-se inclusivamente aos resultados de fusão Indo-Portuguesa dos

²⁵⁸ - Uma das características mais valorizadas da arquitectura Moderna brasileira é a sua adaptação ao clima, simbolicamente representada pelo Ministério de Educação e Saúde do Rio de Janeiro. Sobre este assunto, cf. Michel Toussant, *A arquitectura moderna e os trópicos in UR – Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, nº 5, Lisboa, 2005, pp. 78 a 85.

²⁵⁹ - Cf. Mário de Oliveira, *O problema habitacional dos economicamente débeis em Moçambique*, in *Relatório da Comissão Eventual de Serviço a Moçambique de Setembro 1965 a Janeiro 1966*, Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, Lisboa, Março de 1966, pp. 19 a 25.

²⁶⁰ - António Albuquerque, *op. cit.*, p. 121.

²⁶¹ - O conceito de Assimilação, *gradualmente assumido na prática e na lei* [colonial portuguesa] desde a segunda metade do século XIX, significa, ao contrário de Aculturação, *a alienação absoluta da história e da sociedade dominada ou “de origem”*. Aurélio Rocha, *op. cit.*, pp. 318 e 348.

séculos anteriores,²⁶² inviabilizando uma aproximação às novas referências ideológicas desenvolvidas na metrópole,²⁶³ e legitimando a construção no terreno “virgem” sem a pressão de referências vernaculares. A ligação à cultura pré-existente resumia-se quase sempre a uma aplicação superficial de elementos decorativos provenientes das artes plásticas, de “expressão” africana – bastante visível nas obras de Francisco de Assis – repetidos até à exaustão em numerosos projectos de promoção privada, nem todos desenhados por arquitectos. As excepções a esta regra esgotavam-se em dispersas experiências individuais – tais como nas propostas para indígenas executadas por Fernando Mesquita, ou principalmente, nos projectos de Amâncio Guedes. Ainda assim, o Movimento Moderno registava uma convivência mais ajustada à realidade do que o Português Suave dos longos anos 40 e 50: enquanto este impôs uma caricatura vernacular do modelo português, o último adoptava o *International Style* como forma de pacificar a relação com as diferentes etnias autóctones, cujos valores culturais desconhecia.

*A arquitectura moçambicana anda à deriva, tal como acontece aliás noutras latitudes. Tentativas há, no entanto, por parte de arquitectos locais de encontrar uma solução com características também “locais”, por ora sem sucesso. Diga-se em abono dessas tentativas isoladas que dentro do quadro geral da arquitectura portuguesa marcam posição destacada, levando em conta as referências feitas por arquitectos metropolitanos e angolanos que nos têm visitado. E algumas dessas opiniões, por insuspeitas, são de considerar...*²⁶⁴

²⁶² - Sobre a síntese da evolução arquitectónica no território moçambicano, cf. Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, pp. 45 a 48.

²⁶³ - 1961 é o ano da publicação dos resultados do inquérito à arquitectura regional portuguesa [AA/VV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Edição do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961], reforçando o interesse de muitos autores da metrópole pela valorização da cultura vernacular.

²⁶⁴ - João José Tinoco *in* jornal *Notícias*, Lourenço Marques, 4 de Setembro de 1961, p. 8.

- 1 – Lourenço Marques (actual Maputo): ver anexo 2.
- 2 – Inhaca: Habitações na Estação de Biologia Marítima (1953).
- 3 – Machava: Hospital dos Tuberculosos (1961).
- 4 – Matola: Escola preparatória Vila Salazar (1970).
- 5 – Namacha: Moradia de fim de semana (1952), Abrigo para guarda indígena (1955).
- 6 – Ressano Garcia: Mercado para indígenas (1955).
- 7 – Marracuene: Palhota e cozinha (1955).
- 8 – João Belo (actual Xai-Xai): Hospital de Tavene (1955).
- 9 – Inharrime: Igreja da missão de S. Francisco de Assis (1947).
- 10 – Inhambane: Residência do juiz (s/d), Moradia de fim de semana (1952), Capela do hospital regional (1953), Escola Técnica Elementar (1956).
- 11 – Lionde: Escola Industrial e Comercial (1965).
- 12 – Mambone: Escola-tipo com quatro salas de aulas (1960).
- 13 – Beira: Palácio do Governo de Moçambique (1940), Paço episcopal (1944), Residências para funcionários do Governo (1949), Escola primária para a Manga (1952), Habitação colectiva no Macuti (1955), Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas na Munhava (1955), Liceu Pero de Anaia (1956), Escola Industrial e Comercial Freire de Andrade (1956), Hospital do Macuti (s/d), Estação dos caminhos de ferro (1959), Igreja do Macuti (1961), Igreja matriz da Manga (1964), Aerogare (1965), Escola primária António Enes (1971).
- 14 – Vila Pery (actual Chimoio): Hospital europeu (1955), Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas (1960), Residência do governador do distrito de Manica e Sofala (1974).
- 15 – Amatongas: Igreja (1953).
- 16 – Gorongosa: Moradia de fim de semana (1952), Pousada (1955).
- 17 – Dondo: Escola-tipo com quatro salas de aulas (1960).
- 18 – Quelimane: Capela (1942), Escola de habilitação de professores indígenas (1961), Catedral (1961), Aerogare (s/d).
- 19 – Tete: Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas (1959), Aerogare (s/d).
- 20 – Milange: Moradia de fim de semana (1952).
- 21 – Nampula: Escola Técnica Elementar (1956), Escola Técnica (1957), Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas (1960), Hospital (s/d), Aerogare (s/d).
- 22 – Vila Cabral (actual Lichinga): Palácio das repartições (1961), Aerogare (s/d).
- 23 – Porto Amélia (actual Pemba): Aerogare (1961).

Nota: a presente listagem corresponde apenas à produção referida no texto (parte II), construída ou não, cuja localização se conseguiu identificar.

ANEXO 2

Localização da produção em Lourenço Marques (actual Maputo)



Mapa 2 - Maputo [Fonte: Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane.]

- 1** – Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva
- 2** – Repartição Central de Estatística, Conselho de Câmbios e Biblioteca Histórica de Moçambique
- 3** – Palácio do Governo de Moçambique
- 4** – Edifício dos serviços de Fazenda
- 5** – Edifício do Governo Geral da província de Moçambique
- 6** – Igreja paroquial de Santo António da Polana
- 7** – Escola primária no Malhangalene
- 8** – Edifício da secção feminina do Liceu 5 de Outubro
- 9** – Escola Técnica Sá da bandeira
- 10** – Liceu Nacional Salazar
- 11** – Liceu António Enes
- 12** – Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, Chamanculo
- 13** – Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, missão de S. José de Lhangene
- 14** – Escola Paiva Manso
- 15** – Escola Técnica Elementar Governador Joaquim Araújo
- 16** – Escola preparatória da zona noroeste
- 17** – Liceu feminino
- 18** – Hospital Miguel Bombarda
- 19** – Direcção Provincial de Saúde
- 20** – Aerogare
- 21** – Paços do concelho
- 22** – Edifício dos Organismos de Coordenação Económica
- 23** – Secretaria Provincial de Terras e Povoamento
- 24** – Catedral
- 25** – Hospital dispensário de Dermatologia

Nota: a presente listagem corresponde apenas à produção referida no texto (parte II), construída ou não, cuja localização se conseguiu identificar.

Bibliografia

I: Fontes Documentais

I.I: Processos de Projecto/Obra

- Museu Álvaro de Castro, Lourenço Marques: MOPH c. 1894, 2062.
- Vila do Almojarifado de Fazenda, Lourenço Marques: MOPH c. 2006.
- Residência para chefe de gabinete do Governo Geral e seu ajudante: MOPH c. 2169.
- Residências para funcionários do Governo, Beira: MOPH c. 2191, 2192, 2193.
- Residência do Juíz de Inhambane: MOPH c. 2160.
- Habitações-tipo propostas pelo Gabinete de Urbanização Colonial: IPAD c. 9.1635.
- Moradias de fim de semana: MOPH c. 2227.
- Posto fiscal de Estatuene: MOPH c. 2168.
- Habitações na Estação de Biologia Marítima de Inhaca: MOPH c. 1954, 2246.
- Abrigo para guarda indígena, Namacha: MOPH c. 2402.
- Canil no parque Lazareto, Lourenço Marques: MOPH c. 2406.
- Mercado para indígenas, Ressano Garcia: MOPH c. 2430.
- Pousada, Gorongosa: MOPH c. 2416.
- Habitação colectiva no Macuti, Beira: MOPH c. 2426.
- Palhota para posto aduaneiro do Pafuri: MOPH c. 2368.
- Palhota e cozinha para Marracuene: MOPH c. 2418.
- Residência para cantoneiros indígenas: MOPH c. 2436.
- Seis moradias para funcionários do Governo Geral, Lourenço Marques: MOPH c. 2556.
- Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva, Lourenço Marques: MOPH c. 2042.
- Residência para secretário geral: MOPH c. 2593.
- Residência para secretário provincial: MOPH c. 2589.
- Residência para o director da penitenciária de Lourenço Marques: MOPH c. 2590.
- Residência do governador do distrito de Manica e Sofala, Vila Pery: MOPH c. 3260.
- Repartição Central de Estatística, Conselho de Câmbios e Biblioteca Histórica de Moçambique, Lourenço Marques (todos os projectos): MOPH c. 2083.
- Edifício para a 4ª esquadra de polícia, Lourenço Marques: MOPH c. 2050.
- Palácio do Governo de Moçambique em Lourenço Marques: AHU maço 90/ sala 8/ processo 447, AHU sala 9/ est. VI/ prat. 47/ vol. 3/ nº 1258/ processo 53141; IPAD 5.827.
- Palácio do Governo de Moçambique na Beira: AHU sala 9/ est. VI/ prat. 47/ vol. 3/ nº 1258/ processo 53142.

- Polícia de investigação e identificação de Lourenço Marques: MOPH c. 2096.
- Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: IPAD 5.242, 5.243.
- Edifício dos serviços de Fazenda, Lourenço Marques: MOPH c. 2019.
- Edifício do Governo Geral da província de Moçambique, Lourenço Marques: MOPH c. 2563; AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx066/ processo 562.
- Palácio das repartições de Vila Cabral: MOPH c. 2594.
- Paço episcopal da Beira: AHU sala 9/ est. V/ prat. 31/ vol. 135/ nº 1119/ processo 444.
- Igreja da missão de S. Francisco de Assis em Inharrime: MOPH c. 2161.
- Capela do hospital regional de Inhambane: MOPH c. 2384.
- Carmelo de Lourenço Marques: AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx055/ processo 338.
- Igreja de Amatongas: AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx069/ processo 411.
- Igreja paroquial de Santo António da Polana, Lourenço Marques: AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx015/ processo 559.
- Escola primária no Malhangalene, Lourenço Marques: MOPH c. 2089.
- Edifício da secção feminina do Liceu 5 de Outubro, Lourenço Marques: MOPH c. 1960.
- Escola Técnica Sá da Bandeira, Lourenço Marques: MOPH c. 2048, 2049, 2055; AHU sala 4/ est. IX/ prat. 28/ vol. 53/ nº 2621.
- Liceu Nacional Salazar, Lourenço Marques: MOPH c. 2103; AHU sala 4/ est. IX/ prat. 25/ vol. 134/ nº 2613, sala 9/ est. VI/ prat. 47/ vol. 3/ nº 1258/ processo 53121.
- Escola primária para a Manga, Beira: MOPH c. 2377.
- Liceu António Enes, Lourenço Marques: MOPH c. 2573; AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx058/ processo 509.
- Liceu Pero de Anaiá, Beira: AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx017/ processo 511.
- Escola Industrial e Comercial Freire de Andrade, Beira: AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx058/ processo 510.
- Escola Técnica Elementar de Nampula: AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx008/ processo 504.
- Escola Técnica Elementar de Inhambane: AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx014/ processo 505.
- Escola-tipo com uma sala de aulas: MOPH c. 2479; IPAD pasta nº 63 (s/ cota).
- Escola-tipo com quatro salas de aulas: IPAD pasta nº 63 (s/ cota).
- Escola-tipo com quatro salas de aulas, Mambone: MOPH c. 2645.
- Escola-tipo com quatro salas de aulas, Dondo: MOPH c. 2646.
- Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas: IPAD 5.542, 5.682, pasta nº 63 (s/ cota).

- Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, Chamanculo, Lourenço Marques: MOPH c. 2536.
- Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, missão de S. José de Lhangene, Lourenço Marques: MOPH c. 2624.
- Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, Nampula: MOPH c. 2621.
- Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, Vila Pery: MOPH c. 2643.
- Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, Tete: MOPH c. 2569.
- Escola-tipo com seis/ oito salas de aulas, Munhava, Beira: MOPH c. 2452.
- Escola Técnica de Nampula (versão de 1957): MOPH c. 2615.
- Escola Paiva Manso, Lourenço Marques: MOPH c. 2534.
- Escola Técnica Elementar Governador Joaquim Araújo, Lourenço Marques: MOPH c. 1959, 2667; AHU sala 4/ est. IX/ prat. 35/ nº 2646; IPAD 5.682.
- Escola primária António Enes, Beira: MOPH c. 3072.
- Escola primária do bairro das Mahotas, Lourenço Marques: MOPH c. 3108.
- Implantação-tipo para escolas primárias: MOPH c. 3216.
- Escola preparatória Vila Salazar, Matola: MOPH c. 3026.
- Escola preparatória da zona noroeste, Lourenço Marques: MOPH c. 3048.
- Implantação-tipo para escolas preparatórias: MOPH c. 3209.
- Mercado municipal de Nova Freixo: MOPH c. 3222.
- Escola de habilitação de professores indígenas, Quelimane: AHU acl-mu-dgopc-dsuh-000, cx055/ processo 652.
- Escola Industrial e Comercial de Lionde, colonato do Limpopo: IPAD 5.278.
- Liceu Feminino de Lourenço Marques: MOPH c. 2650.
- Maternidade e dispensário indígena, Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques: MOPH c. 1964.
- Grupo de enfermarias para indígenas, Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques: MOPH c. 2013, 2046.
- Pavilhão de isolamento para europeus, Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques: MOPH c. 2082, 3002.
- Postos sanitários fixos: MOPH c. 2181.
- Hospital europeu de Vila Pery: MOPH c. 2431.
- Hospital de Tavene, João Belo: MOPH c. 2432; IPAD 5.682.
- Hospital do Macuti, Beira: MOPH c. 2658; IPAD 5.682.
- Hospital de Nampula: MOPH c. 2672, 2674; IPAD 5.682.
- Edifício principal do Hospital Central de Lourenço Marques: MOPH c. 2744; IPAD 5.627.

- Hospital dos tuberculosos, Machava: MOPH c. 2751.
- Pavilhões para consulta externa de estomatologia e oftalmologia, Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques: MOPH c. 2583.
- Ante-plano regulador, Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques: MOPH c. 2015.
- Centro de reabilitação, Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques: MOPH s/ cota.
- Clínica dispensário de psiquiatria, Hospital Miguel Bombarda, Lourenço Marques: MOPH c. 3059.
- Direcção Provincial de Saúde, Lourenço Marques: MOPH c. 3302.
- Aerogare do aeroporto de Lourenço Marques: MOPH s/ cota.

Legenda das abreviaturas:

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

IPAD - Centro de documentação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa

MOPH - Arquivo do Ministério das Obras Públicas e Habitação, Maputo

I.II: Artigos de imprensa, relatórios e correspondência da época

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (fundo do Ministério das Colónias/ do Ultramar)

Centro de documentação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa (fundo do Ministério das Colónias/ do Ultramar)

Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo (arquivo dos jornais *Notícias* e *A Tribuna*, fundo do Governo Geral, fundo da educação)

I.III: Depoimentos

Arqº. Amâncio Miranda [Pancho] Guedes

Arqº. José Forjaz

I.IV: Documentação fotográfica e videográfica

Arquivo Histórico de Moçambique, Secção de Iconografia, Maputo

Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Arquivo videográfico (ciclo de conferências *Memórias de África*, 2001, com a presença e participação de: Engº. Mário de Azevedo, geógrafo Ilídio do Amaral, Arqºs. Amâncio Guedes, Bartolomeu Costa Cabral, Carlota Quintanilha, Castro Rodrigues, Francisco Silva Dias, Freitas Leal, João e Luís Garcia de Castilho, José Bruschy, Manuel Correia Fernandes, Maria João Teles Grilo, Michel Toussaint, Nuno Teotónio Pereira, Simões de Carvalho, entre outros)

II: Bibliografia geral e específica

II.I: Livros e catálogos

AA/VV, *Africa in the Modern World*, Chicago, University of Chicago Press, 1955

AA/VV, *Inquérito habitacional realizado no bairro da Munhuana*, Lisboa, Centro de Estudos de serviço social e de desenvolvimento comunitário, Junta de investigações do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº. 72, 1964

AA/VV, *Muitos anos de escolas: ensino primário - 1941*, Lisboa, Ministério da Educação, Direcção-geral de administração escolar, 1990

AA/VV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004

AA/VV, *Recordações de Lourenço Marques*, Lisboa, Alêtheia editores, 2005

ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998

ALEXANDRE, Valentim, *El imperio colonial*, in PINTO, António Costa [coordenação], *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000

ALMEIDA, Pedro Vieira de, *A Arquitectura no Estado Novo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

ANTUNES, José Freire, *O Império com pés de barro, colonização e descolonização: as ideologias em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980

ANTUNES, José Freire, *O Factor Africano 1890-1990*, Lisboa, Bertrand Editora, 1990

BANDEIRINHA, José António, *Quinas Vivas*, Porto, Publicações FAUP, 1996

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried [organização], *Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa/Frankfurt, Deutsches Architektur-Museum, 1997

BERMUDES, Fernando, *A cidade da Beira (Moçambique)*, Lisboa, Olisipo, Editorial de publicações turísticas, 1970

BOLÉO, Oliveira, *Moçambique*, Lisboa, Divisão de publicações e biblioteca, Agência geral do ultramar, 1951

BONIFÁCIO, M. Fátima, *O século XIX Português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002

BRUSCHI, Sandro; CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís, *Pemba – as duas cidades*, Maputo, Edições FAPF – UEM, 2005

CABRAL, Eurico, *O Liceu Nacional Salazar*, Lisboa, Agência geral das colónias, Editoria Ática limitada, 1945

CAVALCANTI, Lauro [organização], *Quando o Brasil era moderno: guia de arquitectura 1928 - 1960*, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001

CHOAY, Françoise, *O Urbanismo*, São Paulo, Editora Perspectiva, 2003

CLARENCE-SMITH, Gervaise, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Editorial Teorema, 1985

COSTA, Manuel Campos, *Escola Técnica Elementar “Governador Joaquim de Araújo”, monografia, ano de 1962-63*, Lourenço Marques, Edição da Escola Técnica Elementar “Governador Joaquim de Araújo”, 1962

CUNHA, Luís, *A Nação nas malhas da sua Identidade, O Estado Novo e construção da identidade nacional*, Porto, Edições Afrontamento, 2001

FERNANDES, José Manuel, *A arquitectura entre o modernismo e o nacionalismo*, in REIS, António [direcção], *Portugal Contemporâneo*, volume IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1990

FERNANDES, José Manuel, *Geração Africana, arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

FERNANDES, José Manuel, *Português Suave – arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, IPPAR, 2003

FERNANDES, José Manuel, *Arquitectos do século XX - da tradição à modernidade*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006

FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, Porto, Edições da FAUP, 1988

FERRAZ, Marcelo Carvalho [coordenação editorial], *Afonso Eduardo Reidy*, Lisboa, Editorial Blau, 2000

FORJAZ, José, *Entre o adobe e o aço inox - ideias e projectos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999

FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 2003

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991

GONÇALVES, José Fernando, *Ser ou não ser Moderno, considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002

GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002

JÚNIOR, J. J. Costa [direcção], *Guia-programa da exposição das actividades económicas de Moçambique*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1956

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã*, Lisboa, Vega, 1988

LIMA, Alfredo Pereira de, *Edifícios históricos de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Livraria Académica, 1966

LIMA, Alfredo Pereira de, *Lourenço Marques*, Lisboa, Olisipo, Editorial de publicações turísticas, 1966

LIMA, Alfredo Pereira de, *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Câmara Municipal, 1967

- LOUREIRO, João, *Memórias de Lourenço Marques*, Lisboa, Maisimagem, 2004
- LOUREIRO, João, *Memórias da Beira*, Lisboa, Maisimagem, 2005
- MATTOSO, José, *História de Portugal*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994
- MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea, Anos Sessenta/ Anos Oitenta*, Porto, Fundação Serralves, 1991
- MENDES, Maria Clara, *Maputo antes da independência, geografia de uma cidade colonial*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985
- MIGLIORINI, Elio, *L'Africa*, Turim, Unione tipografico-Editrice Torinese, 1955
- MONTEIRO, Nuno G.; PINTO, António Costa, *Mitos culturales e identidad nacional*, in PINTO, António Costa [coordenação], *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000
- MORAIS, João Sousa, *Maputo, património da estrutura e forma urbana*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001
- NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997
- PEREIRA, Alberto Feliciano Marques, *A arte em Moçambique*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966
- PORTAS, Nuno, *A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, uma Interpretação*, in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Editora Arcádia, 1973
- REIS, Carlos, *A produção cultural entre a norma e a ruptura*, in REIS, António [direcção], *Portugal Contemporâneo*, volume IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1990
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra 1939-45*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990
- S/A, *O Liceu Salazar de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1956

SANTOS, João Francisco dos, *Guia da Catedral de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1944

SEGAWA, Hugo, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999

SILVA, Joaquim Ferreira da, *A crise da habitação na colónia de Moçambique, achegas para a sua resolução*, Lourenço Marques, Sociedade de estudos da colónia de Moçambique, separata do boletim nº. 65, 1950

SILVA, Rui Ferreira da, *As colónias: da visão imperial à política integracionista*, in REIS, António [direcção], *Portugal Contemporâneo*, volume IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1990

SOUTO, Amélia Neves de, *Guia bibliográfico para o estudante de História de Moçambique*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1996

SUMMERSON, John, *A Linguagem Clássica da Arquitectura*, São Paulo, Martins Fontes, 1997

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *La política exterior portuguesa, 1890-1986*, in PINTO, António Costa [coordenação], *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000

TOURNIKIOTIS, Panayotis, *The Historiography of Modern Architecture*, London, MIT Press, 1999

TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, Porto, Publicações FAUP, 1997

TOSTÕES, Ana [coordenação científica], *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa, IPPAR, 2004

II.II: Revistas

ALMEIDA, Leopoldo C. de, *Moçambique, nota sobre as Cidades e a Arquitectura*, in *Arquitectura*, Lisboa, 3ª série, nº. 115, 1970

AMARAL, Ilídio do, *Beira, cidade e porto do Índico*, Lisboa, Separata de *Finisterra*, revista Portuguesa de Geografia, vol.IV – 7, Centro de Estudos Geográficos, 1969

AMARAL, Ilídio do, *Notas e recensões: publicações recentes sobre cidades em África*, in Garcia de Orta, Sér. Geogr., Lisboa, nº. 12 (1-2), 1987

BANDEIRINHA, José António, *Maputo, os palcos, as plateias e o desejo da cidade*, in *Setepalcos*, Coimbra, nº. 1, 1996

FONSECA, Pedro Quirino da, *Breves notas sobre a evolução da habitação e construção em Moçambique*, in *Monumenta*, Lourenço Marques, Boletim da comissão dos monumentos nacionais da província de Moçambique, nº. 4, 1968

FRANÇA, José-Augusto, *Arquitectura do Estado Novo 1930-1948*, in *Arquitectura*, Lisboa, 4ª série, nº. 142, 1981

GONÇALVES, Fernando, *Urbanística à Duarte Pacheco*, in *Arquitectura*, Lisboa, 4ª série, nº. 142, 1981

GUEDES, Amâncio Miranda d'Alpoim, *Vitruvius Mozambicanus. As vinte e cinco arquitecturas do Excelente, Bizarro e Extraordinário*, in *Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, ano 1, nº. 2, 1985

LIMA, Alfredo Pereira de, *Casas que fizeram Lourenço Marques*, in *Studia*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº. 24, 1968

MEDEIROS, Eduardo, *A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894-1975): estudo bibliográfico*, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, nº. 3, 1985

OLIVEIRA, Mário de, *O "habitat" nas zonas suburbanas de Quelimane*, S/L, Separata da *Revista geographica* nº. 3, S/D

PEREIRA, Nuno Teotónio; FERNANDES, José Manuel, *A arquitectura do Fascismo em Portugal*, in *Arquitectura*, Lisboa, 4ª série, nº. 142, 1981

S/A, *Programa Oficial das Comemorações dos Centenários Nacionais em Moçambique, 1940, 2 de Junho – 2 de Dezembro*, Lourenço Marques, Comissão Organizadora dos Centenários, 1940

TOUSSANT, Michel, *A arquitectura moderna e os trópicos*, in *UR – Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa, nº. 5, 2005

II.III: Congressos, colóquios e seminários

AGUIAR, João António de, *L' habitation dans les pays tropicaux*, Lisboa, *Federation internationale de l'habitation et de l'urbanisme*, XXIe congrès, 1952

JANEIRO, Maria de Lurdes; FERNANDES, José Manuel, *A cidade na “África Portuguesa”. Século XIX-primeira síntese*, in AA/VV, *Actas do Colóquio internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1991

ROCHA, Aurélio, *Aculturação e Assimilação em Moçambique, uma perspectiva histórico-filosófica*, in AA/VV, *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*, S/L, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998

II.IV: Dissertações e outros trabalhos académicos

ACCIAIUOLI, Margarida, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”*, Lisboa, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991 [policopiado]

ALBUQUERQUE, António, *Arquitectura Moderna em Moçambique*, Coimbra, prova final de licenciatura em arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1998 [policopiado]

TOSTÕES, Ana, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, Lisboa, dissertação de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2002 [policopiado]

III: Lista de créditos fotográficos

III.I: Fotografias da época

Arquivo Histórico de Moçambique, Secção de Iconografia (1, 2, 83, 85, 91, 114, 115, 132, 136, 152, 330)

LOUREIRO, João, *Memórias de Lourenço Marques*, Lisboa, Maisimagem, 2004 (110)

Edição de M. Salema & Carvalho, Lda., Beira, Moçambique, s/d (331)

III.II: Fotografias actuais

Arquivo pessoal de André Renga Faria Ferreira (92 a 95, 111 a 113, 122 a 128, 141 a 145, 151, 153 a 158, 180 a 188, 195 a 198, 202 a 209, 212, 213, 232 a 236, 240 a 246, 254 a 260, 281 a 284, 294 a 296, 298 a 305, 308, 311, 325, 327, 328, 335 a 339)

III.III: Desenhos técnicos

Arquivo Histórico Ultramarino (97, 99, 100, 131, 159 a 179, 199 a 201, 210, 211, 220 a 231, 252, 253, 265)

Centro de documentação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (19 a 28, 37 a 44, 96, 98, 116, 117, 290)

Arquivo do Ministério das Obras Públicas e Habitação (3 a 18, 29 a 36, 45 a 73, 75 a 82, 84, 101 a 109, 118 a 121, 129, 130, 133 a 135, 137 a 140, 146 a 150, 189 a 194, 214 a 219, 237 a 239, 247 a 251, 261 a 264, 266 a 268, 270 a 280, 285 a 289, 291 a 293, 297, 307, 309, 310, 312 a 324, 326, 329, 332 a 334)

Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane (86 a 90)

III.IV: Imagens de jornais

Arquivo Histórico de Moçambique (74, 269, 306)

Agradecimentos

Professor José António bandeirinha, Professora Ana Tostões (orientadores)

Eliana, Marta, Susana, Tiago, João (colegas das viagens Lisboa – Coimbra)

Gilberto, Margarida (apoio na recolha e tratamento das imagens)

Posto 9 Architectos Ida.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Arq. Raúl Hestnes Ferreira

Arq. Pancho Guedes

Arq. António Albuquerque

Sr. Fernando, Sr. Jorge (Arquivo Histórico Ultramarino)

Dr. Paulo Gonçalves (Centro de documentação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento)

Arq. José Forjaz, Arq. Luis Lage (Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane)

Dr. Sopa (Arquivo Histórico de Moçambique)

Dr. Lourenço do Rosário, Dr.^a Rosânea da Silva (ISPU – Instituto Superior Politécnico Universitário)

Dr. Joaquim Dai, Arq. Hipólito Bichino, Dr. Rui de Carvalho (apoio ao trabalho executado em Maputo)

Carlos, Valdemar (Vavá), Lara, Firosa, Iuri, Iva (a “família” em Maputo)

À Carmen

Aos meus pais

